

INTRODUÇÃO HISTÓRICA À BIBLIOTECA SOBRE O CRISTIANISMO

Índice Geral

- Iª Parte
- IIª Parte
- IIIª Parte. A.
- IIIª Parte. B.
- IIIª Parte. C.
- IIIª Parte. D.
- IIIª Parte. E.
- IIIª Parte. F.
- IIIª Parte. G.
- IIIª Parte. H.
- IIIª Parte. I.
- IIIª Parte. J.
- IVª Parte.
- Vª Parte.
- VIª Parte.



Iª Parte

Índice

[CAPÍTULO 1](#)

[CAPÍTULO 2](#)

[CAPÍTULO 3](#)

[CAPÍTULO 4](#)

[CAPÍTULO 5](#)

[CAPÍTULO 6](#)

[CAPÍTULO 7](#)

[CAPÍTULO 8](#)

[CAPÍTULO 9](#)

[CAPÍTULO 10](#)

[CAPÍTULO 11](#)

[CAPÍTULO 12](#)

[CAPÍTULO 13](#)

[CAPÍTULO 14](#)

[CAPÍTULO 15](#)

[CAPÍTULO 16](#)

CAPÍTULO 17

CAPÍTULO 18

CAPÍTULO 19

CAPÍTULO 20

CAPÍTULO 21

CAPÍTULO 22

CAPÍTULO 23

CAPÍTULO 24

CAPÍTULO 25

CAPÍTULO 26

CAPÍTULO 27

CAPÍTULO 28

CAPÍTULO 29

CAPÍTULO 30

CAPÍTULO 31

CAPÍTULO 32

CAPÍTULO 33

CAPÍTULO 34

CAPÍTULO 35

CAPÍTULO 36

CAPÍTULO 37

CAPÍTULO 38

CAPÍTULO 39

CAPÍTULO 40

CAPÍTULO 41

CAPÍTULO 42

CAPÍTULO 43

CAPÍTULO 44

CAPÍTULO 45

CAPÍTULO 46

CAPÍTULO 47

CAPÍTULO 48

CAPÍTULO 49

CAPÍTULO 50

CAPÍTULO 51

CAPÍTULO 52

CAPÍTULO 53

CAPÍTULO 54



IIª Parte

Índice

[CAPÍTULO 1](#)

[CAPÍTULO 2](#)

[CAPÍTULO 3](#)

[CAPÍTULO 4](#)

[CAPÍTULO 5](#)

[CAPÍTULO 6](#)

[CAPÍTULO 7](#)

[CAPÍTULO 8](#)

[CAPÍTULO 9](#)

[CAPÍTULO 10](#)

[CAPÍTULO 11](#)

[CAPÍTULO 12](#)

[CAPÍTULO 13](#)

[CAPÍTULO 14](#)

[CAPÍTULO 15](#)

[CAPÍTULO 16](#)

CAPÍTULO 17

CAPÍTULO 18

CAPÍTULO 19

CAPÍTULO 20

CAPÍTULO 21

CAPÍTULO 22

CAPÍTULO 23

CAPÍTULO 24

CAPÍTULO 25

CAPÍTULO 26

CAPÍTULO 27

CAPÍTULO 28

CAPÍTULO 29

CAPÍTULO 30

CAPÍTULO 31

CAPÍTULO 32

CAPÍTULO 33

CAPÍTULO 34

CAPÍTULO 35

CAPÍTULO 36

CAPÍTULO 37

CAPÍTULO 38

CAPÍTULO 39

CAPÍTULO 40

CAPÍTULO 41

CAPÍTULO 42

CAPÍTULO 43

CAPÍTULO 44

CAPÍTULO 45

CAPÍTULO 46



IIIª Parte. A.

Índice

[CAPÍTULO 1](#)

[CAPÍTULO 2](#)

[CAPÍTULO 3](#)

[CAPÍTULO 4](#)

[CAPÍTULO 5](#)

[CAPÍTULO 6](#)

[CAPÍTULO 7](#)

[CAPÍTULO 8](#)

[CAPÍTULO 9](#)

[CAPÍTULO 10](#)

[CAPÍTULO 11](#)

[CAPÍTULO 12](#)

[CAPÍTULO 13](#)

[CAPÍTULO 14](#)

[CAPÍTULO 15](#)



IIIª Parte. B.

Índice

[CAPÍTULO 16](#)

[CAPÍTULO 17](#)

[CAPÍTULO 18](#)

[CAPÍTULO 19](#)

[CAPÍTULO 20](#)

[CAPÍTULO 21](#)

[CAPÍTULO 22](#)

[CAPÍTULO 23](#)

[CAPÍTULO 24](#)

[CAPÍTULO 25](#)

[CAPÍTULO 26](#)

[CAPÍTULO 27](#)

[CAPÍTULO 28](#)

[CAPÍTULO 29](#)

[CAPÍTULO 30](#)

[CAPÍTULO 32](#)

CAPÍTULO 33

CAPÍTULO 34

CAPÍTULO 35

CAPÍTULO 36

CAPÍTULO 37



IIIª Parte. C.

Índice

CAPÍTULO 38

CAPÍTULO 39

CAPÍTULO 40

CAPÍTULO 41

CAPÍTULO 42

CAPÍTULO 43

CAPÍTULO 44

CAPÍTULO 45

CAPÍTULO 46

CAPÍTULO 47

CAPÍTULO 48

CAPÍTULO 49



IIIª Parte. D.

Índice

[CAPÍTULO 50](#)

[CAPÍTULO 51](#)

[CAPÍTULO 52](#)



IIIª Parte. E.

Índice

[CAPÍTULO 53](#)

[CAPÍTULO 54](#)

[CAPÍTULO 55](#)

[CAPÍTULO 56](#)

[CAPÍTULO 57](#)

[CAPÍTULO 58](#)

[CAPÍTULO 59](#)

[CAPÍTULO 60](#)

[CAPÍTULO 61](#)

[CAPÍTULO 62](#)

[CAPÍTULO 63](#)

[CAPÍTULO 64](#)

[CAPÍTULO 65](#)

[CAPÍTULO 66](#)

[CAPÍTULO 67](#)

[CAPÍTULO 68](#)

CAPÍTULO 69

CAPÍTULO 70

CAPÍTULO 71

CAPÍTULO 72

CAPÍTULO 73



IIIª Parte. F.

Índice

[CAPÍTULO 74](#)

[CAPÍTULO 75](#)

[CAPÍTULO 76](#)

[CAPÍTULO 77](#)

[CAPÍTULO 78](#)

[CAPÍTULO 79](#)

[CAPÍTULO 80](#)

[CAPÍTULO 81](#)

[CAPÍTULO 82](#)

[CAPÍTULO 83](#)

[CAPÍTULO 84](#)

[CAPÍTULO 85](#)

[CAPÍTULO 86](#)

[CAPÍTULO 87](#)

[CAPÍTULO 88](#)

[CAPÍTULO 89](#)

CAPÍTULO 90

CAPÍTULO 91

CAPÍTULO 92

CAPÍTULO 93

CAPÍTULO 94

CAPÍTULO 95

CAPÍTULO 96

CAPÍTULO 97

CAPÍTULO 98

CAPÍTULO 99

CAPÍTULO 100



IIIª Parte. G.

Índice

[CAPÍTULO 101](#)

[CAPÍTULO 102](#)

[CAPÍTULO 103](#)

[CAPÍTULO 104](#)

[CAPÍTULO 105](#)

[CAPÍTULO 106](#)

[CAPÍTULO 107](#)

[CAPÍTULO 108](#)

[CAPÍTULO 109](#)

[CAPÍTULO 110](#)



IIIª Parte. H.

Índice

[CAPÍTULO 111](#)

[CAPÍTULO 112](#)

[CAPÍTULO 113](#)

[CAPÍTULO 114](#)

[CAPÍTULO 115](#)

[CAPÍTULO 116](#)



IIIª Parte. I.

Índice

[CAPÍTULO 117](#)

[CAPÍTULO 118](#)

[CAPÍTULO 119](#)

[CAPÍTULO 120](#)

[CAPÍTULO 121](#)

[CAPÍTULO 122](#)

[CAPÍTULO 123](#)

[CAPÍTULO 124](#)

[CAPÍTULO 125](#)

[CAPÍTULO 126](#)

[CAPÍTULO 127](#)

[CAPÍTULO 128](#)

[CAPÍTULO 129](#)

[CAPÍTULO 130](#)

[CAPÍTULO 131](#)

[CAPÍTULO 132](#)

CAPÍTULO 133

CAPÍTULO 134

CAPÍTULO 135



IIIª Parte. J.

Índice

[CAPÍTULO 136](#)

[CAPÍTULO 137](#)

[CAPÍTULO 138](#)

[CAPÍTULO 139](#)

[CAPÍTULO 140](#)

[CAPÍTULO 141](#)

[CAPÍTULO 142](#)

[CAPÍTULO 143](#)

[CAPÍTULO 144](#)

[CAPÍTULO 145](#)

[CAPÍTULO 146](#)

[CAPÍTULO 147](#)

[CAPÍTULO 148](#)

[CAPÍTULO 149](#)

[CAPÍTULO 150](#)

[CAPÍTULO 151](#)

CAPÍTULO 152

CAPÍTULO 153

CAPÍTULO 154

CAPÍTULO 155

CAPÍTULO 156

CAPÍTULO 157

CAPÍTULO 158

CAPÍTULO 159

CAPÍTULO 160

CAPÍTULO 161

CAPÍTULO 162

CAPÍTULO 163

CAPÍTULO 164

CAPÍTULO 165

CAPÍTULO 166

CAPÍTULO 167

CAPÍTULO 168

CAPÍTULO 169

CAPÍTULO 170

CAPÍTULO 171

CAPÍTULO 172

CAPÍTULO 173

CAPÍTULO 174

CAPÍTULO 175

CAPÍTULO 176

CAPÍTULO 177





INTRODUÇÃO HISTÓRICA À BIBLIOTECA SOBRE O CRISTIANISMO

Iª Parte

CAPÍTULO 1

Para um mundo cada vez mais irreversivelmente comprometido com o progresso material em evidente detrimento e abandono das realidades eternas, a decisão de convocar o Concílio Vaticano II, vigésimo primeiro da série dos Concílios Ecumênicos, foi anunciada em 1959, no dia da festa da conversão do Apóstolo São Paulo. Tão repentina como a conversão de São Paulo foi também a convocação do Concílio Vaticano II. Nesta data Sua Santidade, o Papa João XXIII, estava na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, junto ao local onde vinte séculos antes havia sido martirizado o apóstolo São Paulo. Junto com ele estavam diversos cardeais. Subitamente veio-lhe uma inspiração. Não nomeou nenhuma comissão para estudar previamente o assunto, não consultou nenhum especialista, não fez perguntas a ninguém, nem estudou o problema longamente por si próprio. Naquele mesmo local, dali a poucos momentos, anunciou aos cardeais o seu firme propósito de convocar o Concílio Vaticano II.

João XXIII referiu-se várias vezes a este fato; prestes a iniciar-se o Concílio, ele afirmou:

"A idéia do Concílio não amadureceu como fruto de prolongada consideração, mas como o florir espontâneo de uma inesperada primavera".

João
XXIII
Alocução
9
agosto
59

"Consideramos inspiração do Altíssimo a idéia de convocar um Concílio Ecumênico, que desde o início de nosso pontificado se apresentou à nossa mente como o florir de uma inesperada primavera".

Motu
Proprio
Supernu
Dei
Nutu
5
junho
1960

***"A idéia mal
surgiu em
nossa mente
e logo a
comunicamos
com fraternal
confiança
aos senhores
cardeais, lá
na Basílica
Ostiense de
São Paulo
Fora dos
Muros, junto
ao sepulcro
do Apóstolo
dos Gentios,
na festa
comemorativa
de sua
conversão, a
25 de janeiro
de 1959".***

Alocução
de 20
junho
1962

A decisão de convocar o Concílio Ecumênico, portanto, não necessitou de tempo para amadurecer na alma do Pontífice. Surgiu, consumou-se e foi comunicada à Igreja em questão de poucos momentos. Muito diversa, entretanto, era a natureza dos motivos que levaram João XXIII a esta convocação. Os concílios ecumênicos nunca foram assembleias que se reunissem a intervalos regulares; todos os vinte concílios anteriores aos Vaticano II haviam sido convocados por motivos graves e excepcionais. É, portanto, uma questão importante saber que problemas João XXIII tinha em mente, tão graves e excepcionais, a ponto de fazê-lo julgar necessária a convocação de um concílio ecumênico.

O próprio João XXIII respondeu a esta pergunta no discurso que fez aos cardeais naquele 25 de janeiro de 1959, ao anunciar pela primeira vez o Concílio. Não há melhor exposição do que suas próprias palavras:

***"Se o bispo de
Roma estende o
seu olhar sobre o
mundo inteiro, de
cujo governo
espiritual foi feito
responsável pela
divina missão
que lhe foi
confiada, que
espetáculo triste
não contempla
diante do abuso
e do
comprometimento
da liberdade
humana que, não
conhecendo os
céus abertos e
recusando-se à
fé em Cristo
Filho de Deus,
redentor do
mundo e
fundador da***

***Santa Igreja,
volta-se todo em
busca dos
pretensos bens
da terra, sob a
tentação e a
atração das
vantagens da
ordem material
que o progresso
da técnica
moderna
engrandece e
exalta. Todo este
progresso,
enquanto distrai
o homem da
procura dos bens
superiores,
debilita as
energias do
espírito, com
grave prejuízo
daquilo que
constitui a força
de resistência da
Igreja e de seus
filhos aos erros,
erros que, no
curso da história
do Cristianismo,
sempre levaram
à decadência
espiritual e moral
e à ruína das
nações.***

***Esta verificação
desperta no
coração do
humilde
sacerdote que a
divina***

**providência
conduziu a esta
altura do Sumo
Pontificado uma
resolução
decidida para a
evocação de
algumas formas
antigas de
afirmações
doutrinárias e de
sábias
ordenações da
disciplina
eclesiástica que,
na história da
Igreja, em épocas
de renovação,
deram frutos de
extraordinária
eficácia para a
clareza do
pensamento e
para o
avivamento da
chama do fervor
cristão.**

**Veneráveis
irmãos e diletos
filhos!**

**Pronunciamos
diante de vós,
por certo
tremendo um
pouco de
emoção, mas ao
mesmo tempo
com humilde
resolução de
propósito, o
nome e a**

***proposta de
celebração de
um Concílio
Ecumênico para
a Igreja
Universal".***

Este texto é muito importante, porque mostra que João XXIII, ao ter convocado o Concílio Vaticano II, não estava pensando, pelo menos de modo principal, nem na unidade dos cristãos, nem na reforma litúrgica, nem em outros temas específicos. Ele estava na realidade aflito diante do triste espetáculo do homem contemporâneo,

***"distráido
da busca
dos bens
superiores,
envolvido
com os
bens da
terra, que
o
progresso
da técnica
engrandece
e exalta".***

Não era a primeira vez que um papa apontava a preocupação da Igreja perante um fato tão grave e para o qual a própria humanidade nele envolvida vinha perdendo, a cada geração, cada vez mais a capacidade de apreciá-lo em seu justo significado. Na sua mensagem de Natal de 1953, Pio XII havia abordado este problema com a mesma clareza de proporções que em 1959 levaria João XXIII a convocar o Concílio:

***"O moderno
progresso
técnico, em
suas
múltiplas
aplicações,
com a
absoluta
confiança
que infunde e
com as
inexauríveis
possibilidades
que promete,
estende
diante dos
olhos do
homem de
nossa época
uma visão tão
vasta que
para muitos
passa a ser
confundida
com o
próprio
infinito",***

disse na época Pio XII.

**"A
conseqüência
deste fato é que
os homens
passam a
atribuir a estas
realidades uma
autonomia
impossível e,
não obstante
isso, esta
suposta
autonomia
passa a se
constituir no
fundamento de
uma concepção
de vida e do
mundo que
consiste em:**

**A. Considerar
como o mais
alto valor do
homem e da
vida humana
extrair o maior
proveito
possível das
forças e dos
elementos
naturais;**

**B. Fixar como
objetivos
preferenciais a
todas as demais
atividades
humanas o
desenvolvimento
de novas
tecnologias de
produção de**

bens materiais;

***C. Colocar
nestes
processos a
perfeição da
cultura e da
felicidade
terrena.***

***Qualquer um
poderá, porém,
ver que um
mundo
conduzido desta
maneira não
pode mais dizer-
se iluminado
por aquela luz,
nem possuído
daquela vida
que o Verbo de
Deus, esplendor
da glória divina,
fazendo-se
homem, veio
trazer aos
homens".***

**Alocução
de
Natal
1953**

No Natal de 1961 João XXIII retomou novamente o mesmo assunto e, na Bula Humanae Salutis voltou a expor as causas da convocação do Concílio Ecumênico, dizendo que o que o preocupava era

**"o
gravíssimo
estado de
indigência
espiritual da
humanidade,
por cujos
bens ela já
nem anseia
senão muito
debilmente,
enfraquecida
pela
procura
quase
exclusiva
dos gozos
terrenos
que o
progresso
põe, com
grande
facilidade,
ao alcance
de todos".**

No pensamento de João XXIII, esta foi a preocupação fundamental por trás de seu propósito de convocar o Vaticano II. Resta, porém, perguntar ainda o que ele esperava concretamente que o Vaticano II fizesse para responder a tão grave problema.

João XXIII quis também ser claro quanto ao que pensava a este respeito. Repetidas vezes, em vários pronunciamentos que antecederam o Concílio, disse o que esperava que o Concílio fizesse. No dia 14 de novembro de 1960, por exemplo, João XXIII explicava que o Concílio não estava sendo convocado para discutir algum ou alguns pontos específicos da doutrina cristã, como havia sido o caso dos vinte concílios anteriores. Ao contrário, a problemática do mundo contemporâneo era tal que exigia de um Concílio Ecumênico uma tarefa que não havia sido

exigida dos anteriores:

**"Na
época
moderna",**

disse então João XXIII,

***"num mundo de
fisionomia
profundamente
mudada, no
meio das
situações e dos
perigos da
procura quase
exclusiva dos
bens materiais,
no
esquecimento
ou no
enfraquecimento
dos princípios
da ordem
espiritual e
sobrenatural
que
caracterizavam
a penetração e
a extensão da
civilização
cristã através
dos séculos,
mais do que tal
ou tal ponto de
doutrina, trata-
se de repor em
todo o seu valor
e em toda a sua
luz a substância
do pensamento***

***e da vida
humana e
cristã, de que a
Igreja é
depositária e
mestra pelos
séculos".***

Segundo esta passagem, pois, o objetivo do Concílio não seria discutir um ou outro ponto de doutrina, mas sim

***"repor em
toda a sua
luz a
substância
do
pensamento
e da vida
cristã".***





CAPÍTULO 2

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi o vigésimo primeiro dos Concílios Ecumênicos que se celebraram na História da Igreja. Antes dele houve, pois, outros vinte, cuja série se inicia no século IV, mais precisamente no ano 325 DC, com o primeiro Concílio Ecumênico celebrado na Ásia, na cidade de Nicéia, onde atualmente fica a Turquia.





CAPÍTULO 3

Os Concílios Ecumênicos são, em princípio, reuniões de todos os bispos da Igreja para tratar de problemas de relevância para o Cristianismo. A autoridade excepcional que uma reunião como esta tem dentro da Igreja, porém, provém das próprias palavras de Jesus com que ele se dirigiu primeiro a São Pedro, e depois aos seus apóstolos em conjunto.

De fato, em Mateus 16, 18-19 Jesus havia dito a São Pedro:

***"Tu és
Pedro, e
sobre esta
pedra
edificarei a
minha
Igreja, e as
portas do
inferno não
prevalecerão
contra ela.
Dar-te-ei as
chaves do
Reino dos
Céus, e o
que ligares
na terra
ficará ligado
nos céus; e
o que
desligares
na terra
será
desligado
nos céus".***

Com estas palavras, Jesus prometeu que ratificaria as decisões de Pedro, após a sua morte e a fundação da Igreja como sendo suas próprias decisões. O que ele ligasse na terra, seria ligado

no céu, e o que ele desligasse na terra, seria desligado no céu.

Mais tarde, falando aos Apóstolos, Jesus repetiu esta mesma expressão, dando aos Apóstolos, e neles à Igreja, o poder de ligar e desligar. Disse ele:

***"Tudo o
que
ligardes na
terra, será
ligado no
céu; e
tudo o que
desligardes
na terra,
será
desligado
no céu".***

**Mt .
18 ,
18**

Desde o início do Cristianismo este poder de ligar e desligar foi utilizado pela Igreja. Logo nos primeiros anos de sua existência, surgiu uma controvérsia doutrinal entre os cristãos que vinham do paganismo e os cristãos que vinham do Judaísmo. Dizem os Atos dos Apóstolos então que

***"Reuniram-
se os
Apóstolos
e os
presbíteros
para
examinar
esta
questão".***

**Atos
15,
6**

Intervieram na discussão primeiro São Pedro, depois Barnabé e São Paulo, e finalmente São Tiago, citando uma controvérsia que havia tido com São Pedro. A decisão final constou de uma carta circular em que se lia que a solução apresentada era o que

"havia parecido bem ao Espírito Santo e aos Apóstolos e presbíteros reunidos".

**Atos
15,
28**

Ainda hoje lê-se no Código de Direito Canônico, bastante em conformidade com as duas passagens citadas de Jesus que, por instituição divina, a suprema autoridade da Igreja está no Romano Pontífice,

**"ao qual
pertence o
múnus
concedido
pelo Senhor
de forma
singular a
Pedro, o
primeiro
dos
Apóstolos,
para ser
transmitido
aos seus
sucessores",**

**Cânon
331**

e também no colégio de todos os bispos da Igreja em união com o Sumo Pontífice (Cânon 336).

Um Concílio Ecumênico é uma das formas em que pode se expressar a suprema autoridade da Igreja que reside no colégio de todos os bispos da Igreja em união com o Sumo Pontífice. Não é necessário que estejam presentes de fato todos os bispos do mundo, coisa que até hoje nunca foi possível de acontecer, embora nos dois últimos concílios tenha-se chegado bem perto disto. Basta que os que estejam presentes constituam uma representação qualificada da Igreja universal, capaz de interpretar o pensamento e a vontade de todo o corpo episcopal, sob a presidência efetiva do Sumo Pontífice. Nestas condições, o que esta assembléia decide goza do poder de ligar e desligar no céu e na terra concedido por Jesus a Pedro e aos Apóstolos.





CAPÍTULO 4

A dificuldade de reunir um Concílio Ecumênico faz com que estas assembleias fossem raras na Igreja. De fato, em 20 séculos de história, apenas houve 21 Concílios Ecumênicos, descontada aquela primeira reunião dos Apóstolos em Jerusalém citada no décimo quinto de Atos, a qual geralmente não aparece na lista dos Concílios. No mais das vezes, a suprema autoridade da Igreja tem se manifestado através das decisões do Sumo Pontífice. Os Concílios Ecumênicos são convocados apenas para a resolução de problemas de excepcional gravidade ou transcendência.





CAPÍTULO 5

Examinando a lista dos Concílios Ecumênicos e dos problemas que eles foram chamados a resolver, podemos agrupá-los em três colunas, em ordem cronológica, conforme um quadro em anexo. Cada coluna constitui uma época em que os Concílios celebrados tiveram importantes características em comum.

CONCÍLIOS ECUMÊNICOS DA IGREJA

Entre 325 DC e 870 DC:

- 1. Nicéia**
- 2.
Constantinopla
I**
- 3. Éfeso**
- 4. Calcedônia**
- 5.
Constantinopla
II**
- 6.
Constantinopla
III**
- 7. Nicéia II**
- 8.
Constantinopla
IV**

Entre 1123 DC e 1563 DC

9. Latrão I

10. Latrão

II

11. Latrão

III

12. Latrão

IV

13. Lião I

14. Lião II

15. Viena

16.

Constança

17.

Florença

18. Latrão

V

19. Trento

Séculos XIX e XX

20.

Vaticano

I, em

1870

21.

Vaticano

II, de

1962 a

1965





CAPÍTULO 6

Nos primeiros três séculos da história do Cristianismo não foi celebrado nenhum concílio, e o motivo para isto é muito simples.

No ano 64 da era cristã, trinta anos aproximadamente após a morte de Cristo, Nero, imperador romano, incendiou a cidade de Roma e, para não ser acusado pela população, colocou a culpa nos cristãos.

Os cristãos já estavam em uma situação juridicamente delicada dentro do Império Romano, pois o Imperador era oficialmente adorado por meio de ritos religiosos, coisa que qualquer cristão teria que se recusar a fazer. Juridicamente, portanto, ele poderia ser condenado à morte por ateísmo.

Ademais, segundo um relato de Eusébio de Cesaréia, que no século IV foi o primeiro homem que escreveu uma história da Igreja, os apóstolos também estavam pregando a divindade de Cristo sem terem pedido licença prévia ao Senado Romano, contra o que prescrevia uma antiga lei.

Diz, de fato, Eusébio de Cesaréia, que Pilatos, após a morte de Cristo,

***"havia dado
conhecimento
ao Imperador
Tibério de
tudo quanto
corria de
boca em
boca por
toda a
Palestina
referente à
ressurreição
de nosso
Salvador
Jesus de***

***entre os
mortos".***

**Hist.
Ecl.
II,
2, 1**

***"Inteirou-o
também de
seus
milagres e
de que o
povo já
acreditava
que ele era
Deus
porque
depois de
sua morte
havia
ressuscitado
de entre os
mortos. Diz-
se que
Tibério
levou o
assunto ao
Senado".***

**H.
E.
II,
2,
6**

Porém o Senado

**"recusou-se a
tomar
conhecimento
do assunto,
aparentemente
porque não o
havia
aprovado
previamente,
pois uma
antiga lei
prescrevia
que, entre os
romanos,
ninguém
fosse
divinizado se
não fosse
mediante voto
e por decreto
do Senado".**

H.

E.

II,

2,

2

**"Tibério,
porém,
conservou
sua
primeira
opinião e
não
tramou
nada
contra a
doutrina
de
Cristo".**

**H.
E.
II,
2,
3**

**"Ao
contrário,
persistiu
em sua
declaração
e ameaçou
de morte
aos
acusadores
dos
cristãos. A
Providência
havia
disposto
colocar
isto no
ânimo do
Imperador
para que a
doutrina**

**do
Evangelho
tivesse um
começo
livre de
obstáculos
e se
propagasse
por toda a
terra".**

H.

E.

II,

2,

6

Este começo livre de obstáculos para a propagação do Evangelho terminou, porém, no ano 64 com a perseguição desencadeada por Nero aos cristãos. Daí até o ano 313, em que o Imperador Constantino concedeu liberdade de culto aos cristãos, estes viveram permanentemente fora da lei e, caso tivesse havido necessidade, provavelmente não teria sido possível celebrar nenhum Concílio Ecumênico.





CAPÍTULO 7

O primeiro Concílio Ecumênico, pois, somente foi convocado no ano 325, doze anos após a liberdade de culto concedida por Constantino aos cristãos.

Daí até o ano 870 DC temos a primeira série de Concílio Ecumênicos que são

- 1. Primeiro Concílio de Nicéia;**
- 2. Primeiro Concílio de Constantinopla;**
- 3. Primeiro Concílio de Éfeso;**
- 4. Concílio de Calcedônia;**
- 5. Segundo Concílio de Constantinopla;**
- 6. Terceiro Concílio de Constantinopla;**
- 7. Segundo Concílio de Nicéia;**
- 8. Quarto Concílio de Constantinopla.**





CAPÍTULO 8

A segunda série de Concílios Ecumênicos se inicia no ano 1123 DC e vai até o ano 1563.

São eles:

- 9.
Primeiro
Concílio
de Latrão;**
- 10.
Segundo
Concílio
de Latrão;**
- 11.
Terceiro
Concílio
de Latrão;**
- 12. Quarto
Concílio
de Latrão;**
- 13.
Primeiro
Concílio
de Lião;**
- 14.
Segundo
Concílio
de Lião;**
- 15.
Concílio
de Viena;**
- 16.
Concílio
de
Constança;**
- 17.
Concílio
de
Florença;**

**18. Quinto
Concílio
de Latrão;
19.
Concílio
de Trento.**





CAPÍTULO 9

Finalmente, nos séculos 19 e 20 temos os dois últimos Concílios:

20.

**Concílio
Vaticano
Primeiro,
no ano
de 1870;**

21.

**Concílio
Vaticano
Segundo,
que
durou de
1962 a
1965.**





CAPÍTULO 10

O motivo de terem sido aqui divididos os 21 Concílios Ecumênicos em três colunas deveu-se ao fato de que em cada uma destas colunas estes concílios apresentarem muita coisa em comum, principalmente o tipo de problema devido aos quais tais Concílios foram convocados.





CAPÍTULO 11

Pode-se notar, por exemplo, que os oito primeiros Concílios foram celebrados todos em cidades do Oriente do Império Romano, enquanto que os Concílios de 9 a 19 foram celebrados em cidades do Ocidente.

Ademais, as atas dos oito primeiros Concílios estão escritas em língua grega, enquanto que as atas dos onze seguintes foram redigidas em Latim, com exceção do Décimo Sétimo, em que além do Latim foram usadas também outras línguas como o Armênio, o Árabe, o Copta e outras.

Só esta unidade geográfica e lingüística dentro de cada um destes dois blocos é suficiente para mostrar que devemos estar tratando com dois contextos bem distintos.

Na terceira coluna temos os dois últimos e recentes Concílios, celebrados ambos na basílica do Vaticano.





CAPÍTULO 12

Mas, ademais, dissemos que estes grupos de Concílios têm em comum também o gênero de problema devido aos quais eles foram convocados.





CAPÍTULO 13

Durante os três primeiros séculos não houve Concílios Ecumênicos na Igreja devido às perseguições movidas contra os cristãos. Este era, nesta época, o principal problema enfrentado pelo Cristianismo.





CAPÍTULO 14

Na época em que os oito primeiros Concílios Ecumênicos foram celebrados em Grego e no Oriente, os problemas fundamentais que estavam motivando suas convocações foram todos eles problemas de doutrina.

A causa de existirem estes problemas de doutrina, tão graves que necessitaram a intervenção constante de Concílios Ecumênicos remonta, em última análise, a um evento ocorrido cerca de 350 anos antes do advento do Cristianismo. Este evento foi a conquista do mundo oriental da época, isto é, Grécia, Ásia Menor, Egito, Arábia, Pérsia, pelo rei da Macedônia Alexandre o Grande.





CAPÍTULO 15

A Macedônia era a região montanhosa situada ao norte da Grécia. Nos 150 anos antes do nascimento de Alexandre o Grande a Grécia tinha conhecido um desenvolvimento político, artístico, cultural e filosófico sem precedentes em toda a história da humanidade.

A democracia desenvolveu-se na cidade de Atenas, a principal da Grécia, a partir do ano 600 AC, aproximadamente. Simultaneamente com a democracia, entre os anos 500 e 400 AC, esta cidade tornou-se o centro de um império marítimo comercial no Mediterrâneo que lhe trouxe uma riqueza com que ela jamais havia sonhado.

Paralelamente a esta riqueza, houve um desenvolvimento cultural em Atenas que não teve paralelo no mundo antigo em nenhum local onde havia surgido prosperidade econômica semelhante.

Desenvolveram-se as artes em geral, e o teatro em particular, para o qual foram escritas muitas obras primas, freqüentísimamente relacionadas com os problemas que os cidadãos atenienses enfrentavam na vida real. A freqüência a estes teatros era muito grande, e eles tomaram um papel semelhante, na época, à televisão dos tempos modernos.

Desenvolveu-se a literatura e, em particular, obras históricas que combinavam a beleza literária com a precisão e a abrangência do relato. Desenvolveram-se também os esportes, com a abertura de um sem número de ginásios por todo o canto e a instituição dos Jogos Olímpicos de quatro em quatro anos, o ensino da oratória. Quanto ao movimento filosófico, que havia se iniciado um século antes nas cidades da orla marítima ocidental da atual Turquia e no sul da Itália, chamado pela prosperidade ateniense, acabou também se transferindo para lá. Nesta época o filósofo Anaxágoras, que passou para a história como um profundíssimo conhecedor da natureza, vindo do Oriente, visitou Atenas durante 30 anos. Pouco depois Parmênides e Zenão de Eléia, filósofos italianos, também passaram por esta cidade.

Logo em seguida a estas visitas, floresceu o primeiro grande filósofo ateniense, Sócrates, que teve como discípulo Platão, o qual fundou uma escola de Filosofia na cidade de Atenas, chamada a Academia, na qual estudou, sob a orientação do próprio Platão, o filósofo Aristóteles. Após a morte de Platão, Aristóteles fundou outra escola de Filosofia em Atenas. Ambas estas escolas sobreviveram séculos à morte dos fundadores. Foi nesta época, na primeira metade dos anos 300 AC, que Aristóteles foi chamado durante algum tempo a abandonar a cidade de Atenas para dirigir-se às montanhas no norte, mais precisamente na Macedônia, para ser o preceptor particular do príncipe Alexandre da Macedônia.

O príncipe Alexandre sucedeu no trono ao seu pai, o rei Filipe da Macedônia, quando da morte dele. Nesta época terminou o preceptorado de Aristóteles sobre Alexandre, voltando o filósofo para Atenas.

Quanto a Alexandre, deu este livre curso ao seu gênio militar e conquistou toda a Grécia que ficava ao sul da Macedônia e depois todo o mundo oriental, desde o Egito até à Pérsia, chegando aos confins da Índia.

Então, ainda jovem, Alexandre morreu devido a uma febre repentina e seu Império dividiu-se entre seus principais generais.

Todo o mundo oriental ficou submetido, pois, à autoridade de reis greco macedônios até que, quase às vésperas do nascimento de Cristo, o Império Romano por sua vez os conquistasse e anexasse.





CAPÍTULO 16

Mas esta conquista do Oriente por parte dos generais gregos teve grandes conseqüências culturais. Todo o mundo oriental começou aos poucos a falar grego como língua principal e a absorver a cultura grega, superior de longe a todas as demais da época. Começaram a surgir teatros em toda a parte, ginásios, escolas de oratória e também a se difundir o gosto pela Filosofia. Em Atenas surgiram duas outras correntes filológicas além do Platonismo e do Aristotelismo já existentes, as quais receberam o nome de estoicismo e epicurismo, cuja influência se estendeu também por todo o oriente. Todas as pessoas de certa cultura tinham noções superficiais dos rudimentos destas quatro correntes filológicas. Isto, aliado ao contexto geral da cultura grega que se espalhou neste processo de helenização do mundo oriental, acabou resultando naquilo que os verdadeiros filósofos mais tinham receio.

Platão, de fato, quando traçou a formação que deveria ter um discípulo de sua escola para que se tornasse um filósofo, estabeleceu um programa que começava aos setes anos de idade e se estendia até os cinqüenta e cinco. E afirmou que, neste programa, somente poderia começar a aprender Filosofia propriamente dita quem já tivesse completado pelo menos trinta anos de idade, tivesse antes disso estudado profundamente e durante anos matemática e geometria, tivesse dado demonstrações claras de amar a verdade e de que, tendo sido educado propositalmente em todas as virtudes, não temeria a morte para praticá-las. Caso contrário, diz Platão em sua obra 'A República', a obra em que ele justamente descreve a formação do filósofo, as pessoas não levarão a Filosofia a sério e, em vez de usá-la para buscarem a verdade, farão dela apenas uma brincadeira ou um simples jogo de palavras.

Coisa semelhante também dizia Aristóteles, que deixou escrito no VIº Livro da Ética a Nicômaco que é impossível que os jovens atinjam com a mente a sabedoria filosófica, ainda que o declarem com a boca. Antes de iniciarem o estudo da Filosofia, continua Aristóteles, devem ser instruídos na Lógica, na Matemática e nas Ciências da Natureza durante longos anos. Depois, devem ainda ser instruídos na teoria e na prática das

coisas morais para libertarem a sua alma das paixões, só então adquirindo um intelecto robusto para poderem passar ao estudo da Sabedoria.

Tais conselhos, porém, não foram ouvidos, e em todo o Oriente por onde se propagou a cultura grega, juntamente com a sua literatura e a sua arte espalhou-se o gosto por uma Filosofia extremamente superficial, embora baseada na obra dos grandes mestres. Com o tempo isto produziu exatamente os efeitos negativos que Platão havia anunciado, uma mentalidade superficial que fêz da Filosofia não mais do que um jogo de palavras.

E, de fato, assim que os Apóstolos deixaram a Palestina no cumprimento da ordem de Jesus pela qual deveriam levar o Evangelho a todos os povos da Terra, perceberam que havia alguma coisa errada na cultura grega que dominava o oriente do Império Romano. Diante do anúncio do Evangelho os gregos freqüentemente respondiam com argumentações filosóficas que provocavam uma interminável discussão que raramente chegava a alguma conclusão. Já desde estes primeiros tempos os Apóstolos tinham percebido que era muito diferente anunciar o Evangelho na Palestina e na Grécia. Na Primeira Epístola aos Coríntios, os habitantes da cidade de Corinto, importante porto comercial da Grécia, São Paulo escreveu o seguinte:

***"Os judeus
exigem
milagres, e
os gregos
buscam a
sabedoria,
mas nós
pregamos a
Cristo
crucificado,
o que é um
escândalo
para os
judeus e
uma loucura
para os
gregos.***

***Ninguém se
engane a si
mesmo; a
sabedoria
deste
mundo é
loucura
diante de
Deus.***

***Onde está o
sábio? Onde
está o
doutor?
Onde está o
indagador
deste
século?***

***Irmãos,
Cristo me
enviou para
pregar o
Evangelho,
mas não
com a
sabedoria
das
palavras.***

***Quando fui
ter
convosco,
anunciei o
testemunho
de Cristo
não com
sublimidade
de estilo ou
de
sabedoria.***

***Estive entre
vós com
franqueza, e
minhas
pregações
não
consistiram
em palavras
persuasivas
de humana
sabedoria,
mas na
manifestação
do Espírito e
da virtude
de Deus.***

***Não
obstante, é a
sabedoria
que nós
pregamos
entre os
perfeitos".***

**I
Cor .
1,
2,
3**

Foi neste contexto que teve origem a problemática que resultou na convocação dos oito primeiros Concílio Ecumênicos celebrados pela Igreja no Oriente.

Assim que terminaram as perseguições aos cristãos, iniciaram-se no Oriente as controvérsias sobre a doutrina cristã. Estas controvérsias tinham uma repercussão tão grave que a Igreja e o próprio Imperador tiveram que intervir com a celebração

destes oito Concílios à medida em que eram levantadas as diversas questões de doutrina. Assim, os primeiros Concílios de Nicéia e de Constantinopla foram convocados para definir a doutrina da Santíssima Trindade. Os quatro seguintes, Éfeso, Calcedônia e Segundo e Terceiro de Constantinopla foram convocados para definirem a doutrina da Encarnação do Verbo. O Sétimo Concílio tratou da questão do uso das imagens no culto cristão.

O Oitavo Concílio Ecumênico teve sua origem devido a uma sucessão irregular do bispo de Constantinopla em que interveio o Romano Pontífice e que acabou se transformando em uma controvérsia de doutrina. Foi então convocado o Quarto Concílio de Constantinopla cujas decisões, porém, não foram reconhecidas pelos orientais. A partir daí iniciou-se a separação entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Católica Ortodoxa. Até hoje a Igreja Ortodoxa, predominante no Oriente, apenas reconhece como Concílios Ecumênicos os sete primeiros Concílios.





CAPÍTULO 17

Entre o Oitavo e o Nono Concílio Ecumênico há quase três séculos de distância. A distância no tempo é muito grande; muito maior, porém, é a distância no contexto que motivou os oito primeiros Concílios e os onze que se seguiram, do Primeiro Concílio de Latrão até o Concílio de Trento.

Já dissemos que os oito primeiros Concílios foram celebrados no Oriente e suas decisões promulgadas em língua Grega, enquanto que os onze seguintes foram celebrados no Ocidente e promulgados em língua Latina.

Mas há ainda outra diferença que é ainda mais fundamental. Os oito primeiros Concílios foram convocados com o principal objetivo de resolver algum problema de doutrina, embora neles fossem examinados também outros tipos de problemas.

Já os Concílios desde o Nono até o Décimo Nono tem em comum o fato de terem sido todos eles convocados para examinar o problema da Reforma da Igreja, embora nos decretos convocatórios, variando de acordo com a época e as circunstâncias, além destes objetivos, fossem citados diversos outros. Foram Concílios que trataram como principal problema a disciplina da Igreja, embora também tivessem abordado importantes problemas de doutrina. Cabe porém agora perguntar quais eram estes problemas disciplinares que mereceram tão grande número de Concílios e ao que eles se deveram.





CAPÍTULO 18

Na época do Imperador Constantino, que no ano 313 concedeu a liberdade de culto aos cristãos, o Império Romano dominava praticamente toda a Europa a oeste dos rios Reno e Danúbio, todo o norte da África e o oriente Médio.

Durante o seu governo Constantino teve a idéia de fundar uma nova capital para o Império Romano em uma cidade que ele próprio mandou construir na região oriental do Império Romano, em um local estratégico que ele havia conhecido pessoalmente alguns anos antes por ocasião de uma batalha. Esta cidade foi chamada com o nome de Constantinopla.

Cerca de meio século após a fundação de Constantinopla, fundação que data do ano 329 DC, começaram a surgir sérios problemas na fronteira do Império ao longo dos rios Reno e Danúbio.

O território a oeste destes rios pertencia ao Império Romano. O território situado do lado da margem leste, isto é, o que hoje é conhecido como a Europa Oriental, era povoado por tribos então conhecidas pelos romanos como bárbaros.

Havia muitas tribos entre os bárbaros, cada uma ocupando determinados territórios a leste dos rios Reno e Danúbio, nas regiões onde atualmente ficam a Alemanha, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Romênia, a Ucrânia e o Oeste da Rússia. Entre estas tribos havia, dentre outras, a tribo dos Anglos, a dos Saxões, a dos Francos, a dos Lombardos, a dos Vândalos, a dos Godos. Os Godos que habitavam a região da Romênia eram chamados de Visigodos, por estarem a oeste dos Godos que habitavam a região da Rússia, os quais, por sua vez, por estarem a leste dos Visigodos, foram chamados de Ostrogodos.

Todas estas tribos de bárbaros, por terem habitado durante séculos junto à fronteira com o Império Romano, tinham adquirido muitos dos costumes mais civilizados dos romanos, serviam freqüentemente como soldados nos exércitos romanos de fronteira e atravessavam estas fronteiras do Império com

uma certa regularidade e pacificamente. Muitos tinham até estabelecido permanentemente residência em território romano.

Ora, aconteceu que, cerca de quarenta anos após a fundação e transferência da capital do Império Romano para Constantinopla, surgiu, vinda das regiões centrais da Ásia, uma outra tribo de bárbaros denominados Hunos, que nada tinham em comum com os bárbaros semi civilizados da fronteira com o Império Romano.

Em sua marcha para o Oeste, entre eles e o Império Romano, os Hunos encontraram estes bárbaros que habitavam as margens orientais dos rios Reno e Danúbio. O terror que os Hunos espalharam entre os bárbaros foi tal que os Visigodos enviaram uma mensagem ao Imperador em Constantinopla pedindo permissão para não um ou outro visigodo, como até então se fazia, mas toda a nação dos visigodos atravessarem a fronteira do Império Romano e se estabelecerem dentro dos seus limites.

O Imperador Valente concordou com o pedido, e uma nação inteira de bárbaros assim atravessou a fronteira e se estabeleceu pela primeira vez no interior do Império.

Pouco tempo depois, entretanto, estes visigodos, descontentes com o modo como haviam sido recebidos na região, começaram a saquear as províncias do Império Romano vizinhas ao território em que haviam se estabelecido. Em resposta, o Imperador Valente conduziu um exército contra os mesmos e, além de perder a guerra, morreu em batalha.

A partir daí, pressionados pelos Hunos, as demais tropas bárbaras começaram a invadir o Império Romano sem pedir permissão.

No século seguinte, não bastassem as invasões dos bárbaros, também os Hunos acabaram invadindo e devastando o Império.

Com exceção dos Hunos, que depois de semearem o terror, acabaram voltando espontaneamente para as regiões da Ásia de onde tinham vindo, o Imperador sediado em Constantinopla não tinha mais poder militar suficiente para expulsar os bárbaros para fora do Império. Em vez disso, aceitando a situação,

nomeou-os seus "auxiliares perpétuos". Desta maneira, embora oficialmente o Império Romano continuasse com a mesma extensão que possuía na época do início do Cristianismo, de fato o Imperador em Constantinopla reinava apenas sobre a região oriental do Império, que com o tempo passou a ser conhecida como Império Bizantino, enquanto que no ocidente surgiram um grande número de reinos bárbaros.

Os francos se instalaram na região da Gália, que com isso mais tarde passou a ser conhecida como França. Os Anglos se instalaram na Britânia, que com isso mais tarde passou a ser conhecida como Inglaterra. Os Lombardos ocuparam o norte da Itália, na região atualmente conhecida como Lombardia. Os Vândalos ficaram com a Espanha.

A Itália foi primeiramente invadida pelos visigodos, que saquearam a cidade de Roma. Este saque de Roma pelos visigodos foi o fato que deu a Santo Agostinho a ocasião de escrever a obra "A Cidade de Deus". Nesta época Agostinho era bispo no norte da África, e na "Cidade de Deus" ele procurou mostrar que toda a confusão que a Europa estava vivendo não era fruto de uma vingança dos deuses pagãos da antiga Roma irados pela difusão do Cristianismo.

Mas em seguida a isto os Visigodos abandonaram a Itália e invadiram a Espanha, onde haviam se estabelecido os Vândalos. Estes Vândalos foram expulsos da Espanha pelos Visigodos e passaram para o norte da África. Quando Santo Agostinho morreu, a cidade em que ele era bispo estava sitiada por uma tribo de Vândalos, e foi tomada logo após o seu falecimento.

Veio então a vez dos Hunos, que ainda não haviam voltado para a Ásia, invadirem a Itália. Chegaram até as proximidades da cidade de Roma, que pretendiam destruir, quando o Rei Átila se encontrou em um riacho nas proximidades de Roma com o Papa São Leão Magno. Em uma conversa da qual nunca se soube o que foi tratado, Átila desistiu de destruir a cidade, deu meia volta e retornou para o norte.

Poucos anos depois disso os Vândalos, que já dominavam a África do norte, atravessaram o mar mediterrâneo e durante duas semanas saquearam Roma.

Logo em seguida a Itália foi novamente invadida pelos Ostrogodos, que desta vez chegaram para ficar.





CAPÍTULO 19

Os reinos bárbaros iam assim aos poucos se estabelecendo e um novo mapa da Europa ia se formando.

Por volta do ano 750 DC o Rei dos Francos, Pepino o Breve, cujos domínios já tinham se expandido para além da França, doou ao Papa um extenso território na Itália Central, conhecido como Patrimônio de São Pedro que mais tarde transformou-se nos Estados Pontifícios e ficou sob a soberania temporal dos Sumos Pontífices até o ano de 1870, quando a Santa Sé perdeu os Estados Pontifícios para o movimento da Unificação Italiana.





CAPÍTULO 20

O filho de Pepino o Breve foi o famoso Carlos Magno, o maior gênio militar da Idade Média. Em quase cinquenta anos de reinado conduziu mais de cinquenta expedições militares que transformaram o Reino dos Francos em um grande Império. Este Império acabou por abranger praticamente todos os territórios correspondentes à região ocidental do antigo Império Romano.

Vendo que a divisão do Império Romano estava consumada de fato, e que o Imperador em Constantinopla apenas controlava a região oriental do antigo Império, na noite de Natal do ano 800 DC o Papa Leão III coroou Carlos Magno com o título de "Imperador dos Romanos".

Com isto passavam a existir dois Impérios "Romanos". Um deles, no oriente, com sede em Constantinopla, conhecido como Império Bizantino. O outro, no ocidente, mais conhecido como Império Carolíngio. Este último tinha sede não em Roma, mas em Aix-la-Chapelle, no norte da França, embora Carlos Magno viajasse tanto que para muitos mais correto teria sido dizer-se que a sede do Império era itinerante.

A época em que viveu Carlos Magno foi uma época de reconstrução do que havia sido devastado no ocidente pelas invasões bárbaras. Foram construídas novas estradas, cidades, postos militares, igrejas, mosteiros e escolas.





CAPÍTULO 21

Ao morrer Carlos Magno, porém, ao contrário do Império Bizantino, que subsistiu durante quase mil anos, o Império Carolíngio se dividiu entre os seus três filhos.

Um dos filhos ficou com a região ocidental do Império Carolíngio, que se transformou com o tempo na França.

Outro ficou com a região onde atualmente se situa a Alemanha, e um terceiro ficou com a região intermediária entre a Alemanha e a França, a qual não prosperou e com o tempo acabou sendo absorvida pelas duas primeiras.





CAPÍTULO 22

Na Germânia, a região mais oriental em que se dividiu o Império Carolíngio, durante algum tempo o poder foi hereditário. Mas por volta do ano 900 DC a escolha do rei passou a ser feita por eleição dos governantes dos ducados e condados em que se dividiu o reino da Germânia. Eram estes duques e condes que elegiam o sucessor de cada rei.

Mas por volta do ano 950 DC o Papa necessitou do auxílio militar do rei da Germânia. Prestado o auxílio, em reconhecimento o Papa coroou o rei da Germânia como Imperador do Sacro Império Romano Germânico, nome com que passou a ser conhecido o Reino da Germânia.

O Sacro Império Romano Germânico tinha características singulares entre todos os estados da Europa. Durou até à época moderna, tendo sido dissolvido nos anos 1800 por Napoleão Bonaparte. Era o maior de todos os reinos europeus em extensão territorial. Compreendia em seu território praticamente todo o centro e o leste da Europa e mais o norte e o centro da Itália. Era considerado como o sucessor do antigo Império Romano, depois do Império Carolíngio que já havia deixado de existir. Ademais, ao contrário dos outros reinos europeus, seu Imperador era eleito, no início por todos os governantes dos diversos principados em que estava dividido, posteriormente apenas por sete deles, conhecidos como os príncipes eleitores.





CAPÍTULO 23

O problema, porém, relacionado com esta situação política da Europa e que motivou a série dos Concílios desde o nono ao décimo nono, isto é, desde o Primeiro de Latrão até o de Trento, surgiu quando, após a morte de Carlos Magno e a divisão do Império Carolíngio, uma nova leva de bárbaros, muito mais selvagem do que os bárbaros anteriores, começou a assolar a Europa de modo quase que permanente.

Diante da ferocidade destes bárbaros, os soberanos destes reinos europeus, política e militarmente muito mais fracos do que o antigo Imperador Carlos Magno, não foram capazes de oferecer nem de organizar resistência.

Os grandes proprietários de terras tiveram que se defender por conta própria.

Os camponeses e os pequenos proprietários de terra, vendo que não podiam depender dos reis para a manutenção de sua segurança constantemente ameaçada, acabaram por se associarem aos grandes proprietários, jurando-lhes fidelidade e tornando-se seus súditos. As pessoas comuns, portanto, acabaram dependendo em tudo dos senhores de terras que se tornaram os verdadeiros reis em seus próprios domínios. Embora nominalmente os grandes proprietários estivessem sujeitos ao rei, de fato não os obedeciam. Quanto às pessoas comuns, embora estas também estivessem nominalmente sujeitas ao rei, de fato obedeciam aos senhores das terras, terras que na época eram chamados de feudos. Daí o nome dado a esta época e a esta organização civil de feudalismo.





CAPÍTULO 24

O sistema feudal foi um grande retrocesso para a civilização. Cada feudo vivia praticamente isolado dos demais, e em cada um deles a vontade do senhor feudal era soberana em todas as questões. As comunicações se tornaram difíceis, as escolas escassearam quando não desapareceram por completo e a insegurança devido às incursões dos bárbaros e às guerras entre os feudos se tornou geral. As trevas cobriram a região ocidental da Europa.





CAPÍTULO 25

Piores, porém, foram as conseqüências que este estado de coisas teve para a vida da Igreja.

Na Igreja do tempo dos oito primeiros Concílios Ecumênicos os bispos eram eleitos pelo próprio clero local e ordenados pelos bispos da cidade mais importante da região, chamado de bispo metropolitano.

Na época, porém, em que se instalou o Reino dos Francos no ocidente da Europa os soberanos, percebendo que uma aliança com o episcopado era geralmente uma garantia para a estabilidade dos seus governos, começaram a sugerir qual fosse o seu candidato favorito sem, porém, intervir nas eleições.

Gradualmente, porém, esta prática foi criando raízes e se degenerando, graças ao clima propício que o sistema feudal oferecia para tanto.

Algumas gerações mais tarde o bispo metropolitano apenas poderia ordenar o candidato escolhido se a escolha fosse aprovada pelo soberano.

Num estágio posterior o soberano passou a escolher diretamente o candidato ao episcopado, cabendo ao clero apenas o direito de confirmar a escolha feita.

Em seguida, já em pleno regime feudal, o soberano ou o senhor feudal passou a considerar que as dioceses e as abadias eram propriedades dos feudos e que, portanto, depois que o bispo ordenasse o candidato ao episcopado, caberia ao senhor feudal celebrar a cerimônia de tomada de posse da abadia ou da diocese.

Num estágio posterior, visto que de modo geral as pessoas já consideravam como coisa certa que as dioceses e abadias fossem propriedades do senhor feudal, os senhores feudais passaram a exigir dos bispos e dos abades não apenas que se submetessem à cerimônia da investidura, mas também que prestassem juramento de fidelidade, obediência e vassalagem

ao senhor feudal.

Mais adiante, como bispos e abades já eram vassallos do senhor feudal, o senhor feudal passou a exigir o direito não só de nomeá-los e de empossá-los, como também de destituí-los do cargo quando julgasse ter razões para tanto. O destituído não deixava com isto de ser bispo, coisa que em nenhuma época nenhum senhor feudal chegou ao ponto de imaginar que pudesse também ter o poder de o fazer, mas, se não perdia o caráter impresso pelo sacramento, o bispo podia perder toda a jurisdição sobre a diocese, que mesmo não destituído já não era dele em nenhum momento, e com isto tornar-se bispo de ninguém.

Chegados a este ponto, fica difícil imaginar como se poderia prosseguir adiante na seqüência deste processo, e o que mais haveria que pudesse ainda ser exigido pelos senhores feudais. O fato, porém, é que ele não parou aí. Já que estes bispos eram vassallos do senhor feudal, e eram também titulares de uma diocese que abrangia um determinado território, os soberanos e os senhores feudais passaram a exigir dos bispos seus súditos que se preocupassem não apenas com os problemas religiosos de suas dioceses, mas também e principalmente com os problemas relativos aos bens temporais, cobrança de impostos, defesa militar, e outros mais, coisa que, verificou-se, geralmente os bispos eram mais capazes e tinham mais autoridade para cumprir, no quadro social daquela época tão tumultuada, do que os dignatários seculares.

Aos poucos, porém, em muitos lugares da Europa esta prática foi se degenerando ainda mais até chegar ao ponto em que, como as principais ou a quase totalidade das preocupações de muitos bispos já eram de ordem temporal, os senhores passaram a designar leigos para assumirem os governos das dioceses, os quais por sua vez nomeavam um eclesiástico como ajudante para o desempenho das funções religiosas.

Estes leigos, porém, titulares de dioceses e abadias, na qualidade de leigos podiam se casar, e de fato se casavam. Mas ao fazerem isto, aos poucos passaram a considerar as dioceses e as abadias como bens hereditários de suas famílias.

Em vários lugares este processo ocorreu não apenas com as dioceses e os mosteiros, mas até mesmo com as paróquias. E grau menor, conforme iremos descrever adiante, ocorreu também com o Papado.

Este processo todo significou a quase destruição da Igreja na época do feudalismo. Isto porque a organização da Igreja, em grande parte, passava de geração em geração por meio do costume. Os oito primeiros Concílios haviam legislado sobre a organização da Igreja, mas não se tratava de uma legislação sistemática e exaustiva. Muita coisa boa se fazia porque vinha sendo feita desde a época dos Apóstolos por costume, sem necessidade da existência de uma lei promulgada oficialmente. Assim era, por exemplo, em sua maior parte, a formação dos futuros sacerdotes. É evidente que, com a desorganização produzida pelo sistema feudal, grande parte da estrutura e organização da Igreja deveria ser remontada por meio de uma legislação explícita. Fazer isto porém, não era fácil devido a uma série de problemas.

Primeiro, havia o problema de que a Igreja havia caído sob o férreo controle do braço secular.

Em segundo lugar, o que havia acontecido não era apenas uma desorganização da ordem administrativa. Juntamente com ela, boa parte do clero tinha perdido de vista o verdadeiro sentido da missão do sacerdote, e nele campeavam abusos, vícios e maus exemplos dos quais as pessoas não mais estavam dispostas a se corrigirem com facilidade. Ademais, a pregação e o ensino da mensagem evangélica havia se tornado para muitos padres e bispos uma questão secundária, os quais freqüentemente ascendiam em seus cargos movidos por interesses puramente seculares.

Em terceiro lugar, a própria Sé Romana não era totalmente independente e, mesmo que o fosse, no sistema feudal em que a Europa havia caído não havia estrutura para se fazer obedecer. As estradas e os meios de transporte e de comunicação eram muitíssimo precários. Cada feudo era um mundo à parte e não havia jornais, revistas, correios ou quaisquer meios de se fazer chegar regularmente uma determinada mensagem ou decreto ao conhecimento do mundo todo.





CAPÍTULO 26

A condição do Sumo Pontífice nesta época era bem menos pior do que a da Igreja em geral.

Bem antes do início do feudalismo os Papas haviam recebido do pai de Carlos Magno uma doação de terras, denominada Patrimônio de São Pedro, que mais tarde veio a se transformar nos Estados Pontifícios, na Itália Central, em volta da cidade de Roma.

Na época do feudalismo estes territórios passaram a ser considerados como parte do Sacro Império Romano Germânico e, portanto, embora fossem governados pelo Papa, o Papa era neles um vassalo do Imperador. O processo geral descrito acima de submissão do poder espiritual ao poder temporal dos senhores feudais não se estendeu em todas as suas fases ao caso dos Sumos Pontífices. Embora o Papa fosse considerado vassalo do Imperador, nunca foi investido no cargo pelo Imperador, nem teve o Papa que prestar-lhe juramento de fidelidade. Porém, devido à interferência arbitrária e desastrosa dos senhores feudais italianos na eleição dos Sumos Pontífices, por volta da segunda metade dos anos 900 os Imperadores do Sacro Império se acharam no direito de nomearem eles mesmos quem deveria ser eleito para o Supremo Pontificado.





CAPÍTULO 27

Esta situação começou a mudar graças ao surgimento de uma organização religiosa baseada no mosteiro beneditino de Cluny, na França, e na atuação do Papa Gregório VII e seus predecessores.





CAPÍTULO 28

O mosteiro beneditino de Cluny foi fundado no início dos anos 900 na França por Santo Odão. Além da disciplina exemplar que nela foi instituída, tinha duas características peculiares que iriam ser fundamentais para a reforma da Igreja.

A primeira foi que, ao contrário de todos os mosteiros que existiram na Igreja até essa época, em vez de subordinar-se ao bispo local, o mosteiro de Cluny quis colocar-se sob a obediência direta e exclusiva do Sumo Pontífice.

A segunda foi que, até aquela época, todos os mosteiros da Igreja haviam sido independentes entre si. Os mosteiros beneditinos tinham em comum apenas o fato de que obedeciam à mesma regra, mas não tinham vínculos uns aos outros. Ora, devido ao modo de vida verdadeiramente exemplar que se levava em Cluny, aos poucos outros mosteiros beneditinos independentes foram pedindo auxílio à Abadia de Cluny para se reformarem segundo o modelo de vida que se levava em Cluny. Ao fazerem isto, porém, acabavam se ligando à Abadia de Cluny e passaram a constituir uma rede de centenas de mosteiros espalhados pela Europa, todos sujeitos ao abade de Cluny e sob a jurisdição direta do Sumo Pontífice. Acresceu-se a isto a felicidade de durante os primeiros duzentos e cinqüenta anos de vida da Abadia de Cluny ela ter sido governada apenas por seis abades, homens de vida longa e de grande santidade. Estes duzentos e cinqüenta anos iniciais abarcaram a época que se iniciou no começo dos anos 900 indo até cerca do ano 1150 DC, quando se iniciou a série de Concílios Ecumênicos cujo principal objetivo era a reforma da Igreja. A partir do ano 1000 DC o abade de Cluny era a segunda pessoa em importância na Igreja, vindo logo em seguida à própria pessoa do Papa. A organização cluniaciense, em seu conjunto, desempenhou naquela época um papel semelhante ao que os jesuítas desempenharam posteriormente durante a Contra Reforma.





CAPÍTULO 29

Nos anos mil, quando os mosteiros cluniacienses já eram uma importante organização dentro da Igreja, um movimento similarmente preocupado com a reforma da Igreja começou a ocorrer dentro da própria Santa Sé, cuja alma foi o monge Ildebrando, secretário de uma série de Papas durante um quarto de século e, finalmente, ele próprio eleito Papa com o nome de Gregório VII.





CAPÍTULO 30

Hildebrando, o futuro Papa Gregório VII, era filho de um pequeno senhor feudal da região da Toscana, na Itália. Ainda jovem veio para Roma e foi educado em um mosteiro do monte Aventino, em que seu tio era abade.

Um de seus professores, chamado João Graciano, tornou-se mais tarde o Papa Gregório VI e chamou o monge Hildebrando para ser seu capelão particular. Após a morte de Gregório VI, Hildebrando foi para a França, onde passou algum tempo como hóspede no Mosteiro de Cluny, tornando-se grande amigo de seu abade, na época São Hugo.





CAPÍTULO 31

Ora, aconteceu que no ano de 1048 DC, tendo morrido o Papa que havia sucedido a Gregório VI, o papa de quem Hildebrando havia sido o capelão, e estando Hildebrando ainda no mosteiro de Cluny, o Imperador Henrique III escolheu seu primo Bruno, bispo de Toul na Lorena, uma região situada entre o Sacro Império e a França, para ser o próximo Papa.

Independentemente do fato de ser o primo do Imperador, Bruno havia dado provas de ser um bispo exemplar, durante as mais de duas décadas em que esteve à frente da Diocese de Toul.

Já designado Papa pelo Imperador, a caminho de Roma, o bispo Bruno encontrou-se com o monge Hildebrando e com São Hugo, o abade de Cluny. Em uma conversa particular, estes fizeram ver ao bispo Bruno que, pelos cânones da época, ainda que nomeado pelo Imperador, enquanto Bruno não fosse aceito pelo povo e pelo clero de Roma ele não poderia considerar-se ainda verdadeiro Papa. Bruno reconheceu que os dois estavam com a razão e fêz questão de entrar em Roma não como Pontífice, mas como simples peregrino, recusando-se a exercer qualquer ato como Papa enquanto não obtivesse a confirmação de sua nomeação por parte do clero romano, quando então tomou o nome de Leão IX.

Não quis porém Leão IX, mais tarde São Leão IX, entrar em Roma sem ter levado consigo ao monge Hildebrando como seu secretário particular. Esta decisão foi providencial pois, segundo os historiadores da época, Hildebrando passou a ser o principal inspirador das decisões mais importantes do pontificado de Leão IX e dos quatro Papas que viriam depois dele.

Com a colaboração de Hildebrando, Leão IX passou a reunir regularmente o clero de Roma em sínodos, aos quais foram convidados os bispos das vizinhanças e também os superiores dos mosteiros sujeitos à Abadia de Cluny. As decisões tomadas nestes sínodos eram levadas posteriormente aos lugares de origem dos bispos e dos abades presentes.

A idéia prosperou e Leão IX começou a viajar por toda a Europa celebrando sínodos semelhantes com os bispos e abades locais, instituindo a reforma, punindo abusos e depondo bispos indignos. Nos seus cinco anos de pontificado, num tempo em que as comunicações eram precárias e as estradas inseguras e em que se viajava apenas a pé ou a cavalo, Leão IX atravessou os Alpes três vezes em longas viagens, percorrendo e celebrando sínodos nas dioceses da França e do Sacro Império. Mais tarde, nos lugares em que ele não podia voltar, os sínodos continuaram regularmente sob a supervisão de uma rede de legados pontifícios que ele instituiu e que se tornaram, muito tempo depois, os atuais núncios apostólicos.

Muitos destes legados foram monges cluniacienses; o próprio Hildebrando desempenhou diversas vezes este papel.

Gradativamente, diz o historiador P. Hughes,

"toda a Igreja Ocidental passou a compreender, naquele contato pessoal com o Papa, que a Sé Romana se entregava de corpo e alma à restauração da vida cristã e à supressão dos vergonhosos abusos que haviam se tornado uma segunda natureza em toda a

parte".





CAPÍTULO 32

Quando morreu o sucessor de S. Leão IX, o Papa Vitor II, ocorreu que este falecimento coincidiu com o falecimento do Imperador do Sacro Império Romano Germânico.

Isto propiciou uma notável oportunidade para que Hildebrando, que tinha sido secretário particular também de Vítor II, exortasse os cardeais a elegerem imediatamente outro Papa sem esperarem a nomeação do Imperador.

Foi então eleito o Papa Estêvão X.

Logo em seguida Hildebrando viajou para a Alemanha, para a cidade de Ratisbona, onde conseguiu fazer com que a corte do Império aceitasse a eleição como fato consumado.





CAPÍTULO 33

Estêvão X veio a falecer cerca de um ano depois.

Em seu leito de morte pediu encarecidamente aos cardeais que não elegessem nenhum Papa enquanto Hildebrando, já então também Cardeal, não retornasse de uma missão que estava cumprindo em França.

Hildebrando voltou e conseguiu obter, contra a pressão dos nobres romanos, a eleição de Nicolau II, um dos mais radicais partidários da reforma.

Nicolau II, aconselhado por Hildebrando, promulgou uma lei segundo a qual dali em diante nenhum pontífice poderia mais ser nomeado pelos Imperadores, mas apenas eleito pelos cardeais.





CAPÍTULO 34

Foi Hildebrando também o principal responsável pela eleição do sucessor de Nicolau II, o Papa Alexandre II.

Quando morreu Alexandre II, o cardeal Hildebrando foi unanimemente aclamado Papa pelo povo e pelo clero de Roma. Tomou o nome de Gregório VII.





CAPÍTULO 35

Em seu pontificado Gregório VII promulgou uma lei que se dirigia diretamente à raiz dos males que tinham se alastrado na Igreja durante os últimos séculos.

Por determinação pontifícia, dali para a frente ficava proibida, sob pena de excomunhão, que um leigo investisse um clérigo em cargos eclesiásticos.

Dada a tão grande relevância que uma medida como esta tinha diante dos problemas da Igreja daquela época, cabe perguntar por que uma lei tão importante como foi esta não havia sido promulgada muito tempo antes.

A resposta é que não teria bastado uma simples promulgação. Devia-se ter os meios para fazê-la valer. Gregório VII enviou legados, dotados de plenos poderes, para as diversas partes da Europa supervisionar a execução de seus decretos contra as investiduras leigas e punir os desobedientes. A resistência dos senhores feudais e do Imperador foi gigantesca. A impressão geral que se tinha era que desta vez o Papa Gregório havia exagerado muito e temerariamente. Os detentores do poder civil se consideraram roubados em um direito que, para as perspectivas da época, consideravam legítimo. Obedecer a lei significava, para o poder temporal, além de uma afronta a direitos considerados legítimos, perder uma copiosa fonte de rendas e uma valiosíssima colaboração do clero nos assuntos temporais. Os senhores feudais eclesiásticos no Sacro Império Romano Germânico eram os principais pilares da autoridade imperial, a qual, devido ao sistema feudal, já não era forte. Obedecer aos decretos de Gregório VII, do modo como foram promulgados, significava para o Imperador perder repentinamente seu principal ponto de apoio político.

Em vista destas considerações, o que veio a suceder em seguida no Sacro Império foi precisamente o que teria sido de se esperar. O Imperador desprezou abertamente os decretos de Gregório VII e, mais ainda, acusou-o publicamente de pretender usurpar a coroa imperial, de defender a heresia, de praticar o adultério, de cultivar a magia e de ser um feroz sanguinário.

Convocou, ademais, como não poderia ter deixado de o fazer, as tropas do exército imperial para marcharem contra Roma e deporem um Papa tão indigno, em sua opinião, de ocupar a sucessão de São Pedro.

O Imperador preparava-se para depor o Papa pela força armada, um papa o qual, afinal de contas, do ponto de vista legal daquela época, não passava de um vassalo do Sacro Império, quando Gregório VII, tendo sabido sobre o modo como o Imperador havia acolhido os seus decretos, teve não apenas a coragem de excomungá-lo como também, uma coisa não só inédita na história como totalmente impensável no contexto daquela época, decretou a deposição do Imperador do trono do Sacro Império, desobrigando a todos os seus súditos do juramento de fidelidade ao Imperador.

O aspecto mais assombroso deste decreto, além do fato de se tratar de coisa totalmente sem precedentes, é que São Gregório não possuía poder militar algum para poder impor a execução de uma determinação como esta.

Mas já há cinco pontificados que o prestígio e a fama de santidade dos Pontífices se havia espalhado pela Europa. Para a surpresa do Imperador, assim que o decreto do Papa Gregório ficou conhecido, não houve mais um único de seus súditos que estivesse disposto a obedecê-lo. O Imperador se viu obrigado a peregrinar até o castelo de Canossa na Toscana onde Gregório VII estava hospedado e passar três dias e três noites do lado de fora, como simples peregrino, no meio da neve, até que o Papa o absolvesse da excomunhão que lhe havia sido decretada.





CAPÍTULO 36

Depois do pontificado de S. Gregório VII, no ano de 1122 DC, foi realizada em Worms uma concordata em que o Imperador aceitou, daí para diante, que todas as eleições de bispos e abades seriam feitas livremente pela própria Igreja.





CAPÍTULO 37

Foi no ano seguinte que foi convocado o Primeiro Concílio de Latrão, com dois principais objetivos: confirmar a Concordata de Worms com a autoridade de um Concílio Ecumênico e examinar outras questões de ordem disciplinar relativas aos abusos que tinham se introduzidos dentro da Igreja. No Primeiro Concílio de Latrão codificaram-se as idéias e as iniciativas básicas de Gregório VII.

A partir daí todos os demais Concílios, desde o nono ao décimo nono, tiveram como objetivo a reforma da Igreja. Para alguns, este foi o motivo principal de sua convocação. Já outros puderam ser convocados por causa de um problema circunstancial, mas em todos eles, aproveitando-se o motivo circunstancial, foi sempre incluído o problema da reforma da Igreja como um problema de capital importância.

As expressões com que se significa a reforma da Igreja na lista de motivos de convocação constantes nos decretos convocatórios ou nos demais documentos relacionados com eles varia ao longo destes onze Concílios, mas percebe-se que estão sempre ligados à mesma problemática. Dentre elas temos as seguintes:

**- Exame de
questões de
ordem
disciplinar;**

**- Reforma
da Igreja;**

**- Extirpar
abusos e
desordens;**

**- Reforma
dos
costumes
do clero e**

do laicato;

-

**Desenraizar
abusos;**

**- Culpas do
alto e baixo
clero;**

**- Ignorância
e avidez do
clero;**

**- Melhor
escolha dos
bispos;**

**- Melhor
formação
dos
candidatos
ao
sacerdócio;**

**- Defesa das
liberdades
eclesiásticas
da
ingerência
leiga;**

-

**Perseguição
do
Imperador
contra a
Igreja;**

**- Descuido
na escolha,
instrução e**

**formação
dos
candidatos
ao
sacerdócio;**

-

**Relaxamento
da
disciplina
monástica;**

**- Reforma
geral da
Igreja;**

**- Liberdade
acerca da
eleição de
bispos e
abades;**

**- Injustas
pressões e
ingerência
de príncipes
nos
problemas
da Igreja,**

além de vários outros do gênero.

Trata-se, como se pode perceber, de uma problemática bem diferente daquela enfrentada pelos oito primeiros Concílios, em que o problema de primeiro plano era manifestamente de caráter doutrinal.





CAPÍTULO 38

Até o Concílio de Trento, porém, nenhum destes onze Concílios conseguiu uma reforma profunda da Igreja, devido aos mais variados problemas. O Concílio de Trento, o último desta série de onze, foi convocado devido à rápida expansão da Reforma Protestante e foi o maior de todos em duração. Desde a sessão de abertura até a sessão de encerramento passaram-se dezoito anos e o Concílio atravessou quatro pontificados. Mas a partir daí nunca mais foi necessário convocar um Concílio Ecumênico para promover a Reforma da Igreja, pelo menos no sentido de que esta expressão se revestia ao longo desta época.





CAPÍTULO 39

Às vésperas do Quarto Concílio de Latrão, convocado pelo Pontífice Inocêncio III, temos um acontecimento conhecido por muitos quanto ao fato, nem sempre, porém, quanto ao contexto.

Foi neste época que se deu em Assis a conversão de São Francisco.

Já perfeitamente convertido em seu coração, sem ter porém ainda entregue, como viria a fazê-lo logo em seguida, todos os seus bens aos pobres, passando São Francisco pelas ruínas da capelinha de São Damião, na época uma igreja nas redondezas de Assis quase derrubada e abandonada por todos, o futuro Poverello entra nela e se ajoelha para orar diante do crucifixo. A imagem do crucifixo, então, abrindo os seus lábios, chama Francisco pelo nome e lhe diz:

***"Francisco,
não vês que
a minha
casa está
para
desmoronar?
Vai, e
reconstrói-
a".***

Pouco tempo depois Francisco se despojou de seus bens diante de seu pai Bernardone e do bispo Guido de Assis e, lembrando-se da ordem que Cristo lhe havia dado na igreja de São Damião, pensando que esta ordem se referisse à própria capelinha de São Damião, dedicou-se durante um bom tempo ao trabalho de reconstruí-la pessoalmente com o seu trabalho e com o dinheiro das esmolas pedidas em Assis.

Ocorre, porém, que a casa a que o crucifixo se referia não era a capelinha de São Damião, mas a própria Igreja Católica, a qual, mesmo depois dos trabalhos do Papa São Gregório VII e dos

três primeiros Concílios de Latrão, ainda estava prestes a desmoronar, devido às circunstâncias históricas que estivemos descrevendo. Cristo, em São Damião, estava convidando São Francisco a reconstruí-la não com pedras e esmolas, mas com a fundação da Ordem Franciscana que se faria dali em breve.





CAPÍTULO 40

Meses depois, Francisco dirigiu-se com alguns companheiros para Roma para pedir a aprovação da Regra Franciscana ao Papa Inocêncio III.

Sua extrema simplicidade ao pedir uma coisa tão importante causou estranheza entre os cardeais mas, para surpresa de todos, ao ser recebido Francisco em audiência pelo Papa Inocêncio III, este aprovou e abençoou tudo quanto o primeiro havia lhe pedido, declarando-lhe ainda que alguns dias antes havia sonhado em Roma que a Basílica de Latrão estava desabando quando surgiu um homem pobrezinho, de pequena estatura e de aspecto desprezível, o qual havia vindo para sustentá-la com os seus ombros a fim de que a Basílica não caísse ao chão. E então, para o espanto dos Cardeais ali presentes, voltando-se Inocêncio III para eles, exclamou:

***"Este é,
na
verdade,
senhores,
o homem
que com
suas
obras e
com sua
doutrina
sustentará
a Igreja
de
Cristo".***

A Basílica de Latrão, no sonho do Pontífice, era também a própria Igreja Católica, ainda no estado tão precário que tentamos descrever em rápidos traços.





CAPÍTULO 41

O Quarto Concílio de Latrão, convocado por Inocêncio III algum tempo depois da aprovação da ordem franciscana, prenunciou os Concílios modernos no sentido de ter sido o primeiro dos Concílios Ecumênicos em que, antes de ter sido convocado, procedeu-se a uma consulta a um sem número de autoridades e de estudiosos sobre quais eram os principais problemas que nele deveriam ser tratados.





CAPÍTULO 42

Um dos mais perfeitos desta série de onze Concílios foi o último do século correspondente aos anos 1200, o Segundo Concílio de Lião. Raramente em um Concílio Ecumênico houve tantas pessoas que reunissem um tão alto grau de ciência e santidade. Os maiores sábios da escolástica haviam sido convocados ao Segundo Concílio de Lião. Entre eles estavam Santo Alberto Magno, São Boaventura e Santo Tomás de Aquino.

Santo Tomás de Aquino, entretanto, não pôde participar efetivamente do Concílio, pois morreu durante a viagem que para lá o conduziria.





CAPÍTULO 43

Após o Segundo Concílio de Lião a reforma da Igreja, que ia tomando rumo, sofreu uma série de duríssimos reveses. Até este momento o que a Igreja tentava fazer era libertar-se da estrutura feudal em que havia sido mergulhada e dos abusos no clero que daí haviam resultado. Mas na virada dos anos 1200 para os 1300 começaram a surgir na Europa os sinais do surgimento das primeiras monarquias absolutistas, as quais também estavam emergindo do sistema feudal e começaram a criar todo tipo de problemas à reforma que a Igreja estava tentando com muito custo organizar.





CAPÍTULO 44

O Décimo Quinto Concílio de Viena, por exemplo, foi convocado por imposição do Rei Felipe o Belo da França com o principal objetivo de forçar a Igreja a dissolver a Ordem dos Templários para que o rei pudesse confiscar os seus bens. O Concílio foi convocado e a Ordem dos Templários foi dissolvida; mesmo assim, grande parte da pauta do Concílio de Viena foi a reforma da Igreja.





CAPÍTULO 45

Mas entre o Concílio de Viena e o de Constança temos no quadro que representa esquematicamente em três colunas os Concílios Ecumênicos uma série de pontinhos.

Esta série de pontinhos representa neste quadro a Peste Negra, uma epidemia que eclodiu na Europa no ano de 1348 e durante os dois ou três anos em que durou revelou-se uma das maiores tragédias que já se abateram sobre a humanidade. Ela teve as mais profundas repercussões na vida da Igreja e na marcha da civilização em geral.





CAPÍTULO 46

A Peste Negra foi uma epidemia de peste bubônica, trazida por ratos e transmitida aos homens por meio de pulgas, altamente contagiosa e que matava de modo fulminante em poucos dias ou, em certas fases da epidemia, até mesmo em algumas horas.

A doença não escolhia, em princípio, entre homens, mulheres, crianças, idade ou condição social. Qualquer um podia contagiar-se a qualquer momento. Ela se iniciava de modo súbito, com a presença de bubões e dores intensas nas virilhas. Quando isso ocorria, o doente tinha diante de si a perspectiva certa de, no máximo, dois ou três dias de vida.

Ninguém, porém, na época, suspeitou que a causa do flagelo fossem os ratos e as pulgas. As cidades, de ruas muito estreitas e casas apinhadas umas às outras, pela necessidade que tinham de serem cercadas por muros para a defesa militar, sem esgotos nem água encanada, formaram um ambiente perfeito para a propagação da epidemia. O resultado que ficou descrito na história tem algo de dantesco. Nas principais cidades passavam diariamente carrinhos entre as casas para recolherem os novos mortos de um modo cuja descrição nos faz lembrar as atuais coletas de lixo das grandes cidades, só que eram pessoas que estavam sendo coletadas e ninguém sabia quem seria o contemplado na coleta do dia seguinte. Em dois anos, a peste negra matou entre um terço e a metade da população da Europa, sem que ninguém fizesse a menor idéia de como evitar contrair a doença, a não ser fugindo para o campo, coisa que também não era uma medida completamente eficiente.





CAPÍTULO 47

Ocorreu porém, que apesar da peste não escolher entre pessoas e ter atingido entre um terço e metade da população da Europa, por outros motivos a doença atacou de modo preferencial ao clero e aos membros mais empreendedores da sociedade.

A explicação deste estranho paradoxo se deve, no que diz respeito ao clero, à existência de uma obrigação moral do clero de não abandonar as cidades em épocas de epidemia para poder, deste modo, garantir-se a administração dos Sacramentos aos moribundos. A doença, porém, desta vez era tão contagiosa e a ignorância sobre as suas verdadeiras causas e os meios que poderiam tê-la evitado era tão total que a melhor parte do clero morreu prestando assistência aos moribundos. Muitos dos que sobraram foram os sacerdotes que, não tendo a coragem de cumprir com o seu dever, haviam fugido para o campo.

No que diz respeito aos homens mais empreendedores da sociedade, o paradoxo também se explica pelo fato de que eram estes os que tinham organizado os negócios nas cidades, como estabelecimentos de comércio ou pequenas manufaturas. Justamente por causa disso eram os que mais relutavam em abandonar tudo e fugir para o campo. Os que fugiam para o campo eram, preferencialmente, aqueles que nada tinham a perder se não ficassem na cidade porque não haviam sido capazes de construir nada que pudesse ser perdido.





CAPÍTULO 48

Quando a Peste Negra terminou, a sociedade havia entrado em colapso, mais ou menos como ocorre no final de uma guerra de grandes proporções. A História fornece muitos exemplos de inteiras civilizações que desapareceram por completo deste modo. No caso da Peste Negra, porém, o efeito produzido foi muito mais dramático para a Igreja do que para a sociedade em geral.

O ensino, que estava quase que totalmente confiado ao clero, decaíu a níveis assombrosos. A disciplina relaxou-se nos mosteiros e entre o clero a moral e a responsabilidade tinham baixado sensivelmente de nível.

Quanto à sociedade civil, os que haviam sobrevivido ou que voltaram do campo herdaram as propriedades dos parentes que haviam morrido. Em vez de reconstruírem o que havia sido abandonado, como que enlouquecidos depois de terem convivido com uma proximidade quase que contínua com a morte, foram tomados por uma obsessão pela idéia de viver e de esgotar as possibilidades que esta vida lhes podia oferecer. Os bens herdados foram dissipados dos modos mais levianos e absurdos.

Perspectivas pouco animadoras se reservavam ao novo clero que deveria ser escolhido de uma sociedade nestas condições e educados em uma Igreja que tinha sofrido uma devastação ainda maior do que a sociedade em seu conjunto. É óbvio que nestas condições os problemas da Igreja, que já não eram poucos, em vez de diminuir, só poderiam ir aumentando. Assim, depois de algum tempo, a Igreja passou a necessitar mais, e não menos, do trabalho de reforma que vinha tentando ser feito.





CAPÍTULO 49

Embora tivessem sido convocados depois da Peste Negra, o Concílio de Constança e o Concílio de Florença tiveram por objetivos imediatos a resolução de outros problemas internos da Igreja mais urgentes; aproveitou-se a ocasião para tratar também da reforma da Igreja.





CAPÍTULO 50

Já o Quinto Concílio de Latrão foi convocado principalmente para promover a reforma da Igreja, cuja urgência já estava chegando a níveis alarmantes. Faltou, porém, estrutura para dar firmeza à execução das decisões que haviam sido tomadas.





CAPÍTULO 51

Foi então que, cerca de uma década após o encerramento do Quinto Concílio de Latrão, iniciou-se na Alemanha com Martinho Lutero o movimento da Reforma Protestante. A rapidez com que se alastrou pelo Sacro Império Romano Germânico, passando depois à Inglaterra, fêz com que fosse convocado o maior de todos os Concílios Ecumênicos já havidos até a época, o Concílio de Trento.

O Concílio de Trento não foi apenas o maior na duração, mas também e principalmente o maior pela extensão e pela sistematicidade dos seus decretos, elaborados com uma profundidade incomum nas discussões que os precederam pois agora, além da reforma da Igreja, tinha-se que responder às teorias protestantes que questionavam uma grande extensão da doutrina cristã.

As resoluções do Concílio de Trento se parecem com um Tratado de Teologia e de Direito Canônico. Antes de cada conjunto de cânones ou decisões, vem uma fundamentação teórica que justifica as decisões tomadas. No início do Concílio foram declarados, além disso, os pressupostos teóricos que fundamentariam todas as demais decisões que iriam ser tomadas posteriormente durante todo o Concílio; foram declaradas quais são as fontes da Revelação, quais são os livros inspirados que compõem as Sagradas Escrituras, quais são as suas versões confiáveis e quais são os modos pelos quais devem ser interpretados. Durante o Concílio, entre inúmeras outras coisas, foi também traçado como deveria ser a formação dos candidatos ao sacerdócio, modo este que foi tornado obrigatório para toda a Igreja, tendo sido para tanto prescrita a fundação de seminários em todas as dioceses.





CAPÍTULO 52

Três séculos antes, o Segundo Concílio de Lião foi o que mais próximo esteve, antes do de Trento, de obter a reforma da Igreja. Foi o penúltimo antes da Peste Negra, e teria sido mesmo o último antes dela, não tivesse a convocação do de Viena sido obtida pela imposição intempestiva do Rei de França. Para o Segundo Concílio de Lião havia sido convocado Santo Tomás de Aquino, provavelmente o maior entre os sábios que houve no Cristianismo, mas que, infelizmente, faleceu a caminho do Concílio. De sua participação naquele Concílio muito se esperava para o bem da Igreja e talvez ele teria vindo a ser uma das pessoas que com mais razão deveria ter ali estado presente.

Quis, porém, a Providência que de uma outra e unsuspeitada forma ele estivesse presente não no Concílio de Lião, mas trezentos anos mais tarde no Concílio de Trento, que haveria de ser o definitivo da série e que iria obter aquilo que o Segundo de Lião realmente almejava.

A este respeito escreveu no início deste século o Papa Leão XIII na encíclica Aeterni Patris:

***"Os
Concílios
Ecumênicos,
em que
brilha a flor
da
sabedoria
escolhida
em toda a
terra, se
têm
ocupado
sempre em
prestar a
Tomás de
Aquino
especial
homenagem.***

**A maior
honra
prestada a
Santo
Tomás, só a
ele
reservada e
que
nenhum
outro dos
doutores
católicos
pode
partilhar,
provém
porém dos
Padres do
Concílio de
Trento,
quando
fizeram que,
no meio da
santa
assembléia,
com os
livros das
Escrituras e
com os
Decretos
dos Papas,
fosse
colocada
aberta
sobre o
mesmo altar
a Summa
Theologiae
de Tomás
de Aquino
para dela
extrais
conselhos,
razões e**

decisões".





CAPÍTULO 53

Talvez, porém, o Concílio de Trento não teria surtido o efeito que teve se não tivesse surgido providencialmente nesta época Santo Inácio de Loyola para fundar a Companhia de Jesus, uma organização religiosa de concepção inteiramente nova cujo principal objetivo era colocar todos os seus membros à direta disposição do Romano Pontífice para qualquer tipo de missão que ele lhes quisesse confiar em qualquer parte do mundo.

Uma organização exatamente assim jamais havia aparecido antes na Igreja, nem mesmo nos tempos da Ordem Cluniaciense.

Os monges de Cluny haviam-se colocado sob a jurisdição do Romano Pontífice, mas obedeciam à Regra de São Bento que lhes prescrevia um determinado modo de vida. É apenas dentro deste modo de vida que eles estavam sujeitos à jurisdição do Papa em vez de estarem, como antes os mosteiros beneditinos em geral estavam, submetidos à jurisdição do bispo local.

Mas no caso dos jesuítas, além de terem eles um especial voto de obediência ao Sumo Pontífice, pode-se dizer que toda a sua regra havia sido concebida como aberta à execução de trabalhos apostólicos que não se predeterminavam, mas que seriam aqueles que o Papa a qualquer momento e em qualquer época lhes quisesse confiar conforme as necessidades da Igreja.

A Companhia de Jesus, assim concebida, cresceu em poucos anos até tornar-se a maior organização existente na Igreja; foi principalmente através dela que conseguiu-se trazer à realidade as resoluções do Concílio de Trento e proceder à reforma da Igreja que vinha-se tentando fazer há dez Concílios Ecumênicos.





CAPÍTULO 54

Assim, pode-se perceber o fato, não destituído de importância e significação, de que a Reforma da Igreja que se iniciou com o Feudalismo, evoluindo razoavelmente bem até aproximadamente o ano de 1300 DC, para depois voltar a se agravar até tornar-se um problema dramático, se não mesmo alarmante, após o advento da Peste Negra até a época da Reforma Protestante, só pôde iniciar-se eficazmente graças a uma Ordem de monges que resolveu se colocar sob a jurisdição direta do Papa e só pôde alcançar um resultado definitivo quando surgiu uma outra sociedade de clérigos que se distinguiu entre todas por uma exemplar fidelidade e dedicação ao Soberano Pontífice.

São Paulo, 25 de maio de 1991





IIª Parte

CAPÍTULO 1

Explicamos, na primeira parte desta introdução, o que é um Concílio Ecumênico e como o Concílio Vaticano II em particular se insere dentro de uma série de vinte e um Concílios Ecumênicos que houve na História da Igreja.





CAPÍTULO 2

Agrupamos então os vinte e um Concílios Ecumênicos em quatro épocas, cada época possuindo uma problemática fundamental comum para a Igreja que motivou a convocação destes Concílios se bem que, na primeira destas épocas, não houve a realização efetiva de nenhum destes vinte e um Concílios.

A primeira época, de fato, correspondente aos três primeiros séculos do Cristianismo, foi a época da perseguição aos cristãos por parte do Império Romano. Nesta época não houve Concílio algum, se descontarmos de seu número o primeiro realizado em Jerusalém ainda entre os Apóstolos.

A segunda época, que vai aproximadamente do ano 300 DC ao ano 800 DC, corresponde à época das grandes controvérsias de doutrina que surgiram no Oriente, o que motivou a convocação dos Concílios do primeiro ao oitavo.





CAPÍTULO 3

A terceira época vai aproximadamente do ano 900 DC até quase o ano 1600 DC. É a época em que, iniciando-se o Feudalismo, a estrutura da Igreja no Ocidente sofreu uma verdadeira devastação a qual deu origem por sua vez a abusos que obrigada os onze Concílios compreendidos desde o nono até o décimo nono a se ocuparem de modo principal com o problema da reforma da Igreja ou quase uma reconstrução se sua estrutura.

O tema principal abordado na primeira parte desta introdução foi justamente a época destes onze Concílios, do Primeiro de Latrão até o de Trento.





CAPÍTULO 4

Restou tratarmos da época atual, época certamente não sem problemas de grande importância, visto que não se convocam Concílios sem motivos de grande relevância e transcendência, e temos nesta última época mais dois Concílios Ecumênicos realizados, o Concílio Vaticano I no fim do século dezanove e o Concílio Vaticano II entre 1962 e 1965.

O Concílio Vaticano II não durou 18 anos como o Concílio de Trento, mas em compensação os documentos contendo suas decisões possuem uma extensão quase tão grande quanto todos os dos vinte Concílios Ecumênicos que o precederam reunidos. Ademais, se considerarmos que, ao ser encerrado, ainda deixou muita coisa em aberto para ser resolvido em nome do Concílio e sob a supervisão do Sumo Pontífice por Comissões Pós Conciliares que só terminaram seus trabalhos em 1983, veremos que na verdade havia como pano de fundo deste Concílio uma problemática tão ou mais complexa e delicada do que a das épocas anteriores.

É desta problemática que temos a intenção de falar nesta e nas próximas partes desta introdução.





CAPÍTULO 5

Ocorre porém que o mundo em que vivemos hoje, em cuja história se realiza também a história da Igreja, é muito mais complexo do que o mundo do Império Romano, do que o mundo do Império Bizantino, ou mesmo do que o da Idade Média.

Os homens de hoje, muito embora tenham um acesso muito maior a todo tipo de informação do que os das épocas passadas, geralmente têm a sensação de viverem em um mundo em que as pessoas partilham de uma viva impressão de terem sido metidos em um barco do qual ninguém sabe exatamente para onde se dirige.

Esta sensação não é coisa que pertença unicamente ao mundo contemporâneo, porque é da natureza do futuro ser incerto para todos os homens, mas em nossa época esta impressão é mais acentuada porque não é apenas o futuro, mas uma compreensão exata do significado do que está acontecendo com a civilização contemporânea que está faltando.

Que este problema se revista de uma especial gravidade no mundo de hoje pode ser considerado também pelo fato de que no início da Constituição *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II se encontram as seguintes palavras:

***"A Igreja
sente-se
real e
intimamente
ligada ao
gênero
humano e à
sua
história. As
alegrias e
as
esperanças,
as tristezas
e as
angústias***

**dos
homens de
hoje são
também as
alegrias e
as
esperanças,
as tristezas
e as
angústias
dos
discípulos
de Cristo".**

Quando nós hoje, no final do século XX, ouvimos o Concílio dizer estas coisas, parece-nos estar ouvindo alguma coisa óbvia. Mas, vistas em sua perspectiva histórica, não se trata de nada óbvio. Nunca, em nenhuma época da história, Concílio algum apontou um problema como este como sendo alguma coisa de particular gravidade, exceto o próprio Concílio Vaticano II. Quanto a este, dois parágrafos depois desta citação que acabamos de fazer, na mesma Constituição Gaudium et Spes acrescenta-se o seguinte:

**"Nos
nossos dias
a
humanidade,
cheia de
admiração
ante as
próprias
descobertas
e poder,
debate,
porém,
muitas
vezes com
angústia, às
questões
relativas à**

***evolução
atual do
mundo e ao
significado
de seu
esforço
individual e
coletivo".***

Trata-se na realidade de questões comuns a todas as épocas, pois é sempre muito difícil compreender o significado do que está acontecendo na história humana, exatamente pelo fato de estar acontecendo. Mas em nossa época este problema se reveste de uma excepcional gravidade não só porque o número de fatores envolvidos na confecção dos problemas do homem moderno é elevado e de muito difícil compreensão simultânea, como também, paradoxalmente, eles se orientaram de um tal modo que tendem a minar no homem a própria base pela qual seria possível compreendê-los mais facilmente.





CAPÍTULO 6

Dissemos então que a raiz dos problemas de doutrina que houve durante os oito primeiros Concílios remontava a Alexandre o Grande. Foi a conquista do Oriente pelos gregos, com a sua conseqüente helenização, que acabou gerando uma cultura que no momento em que o Evangelho lhe foi anunciado suscitou uma ebulição doutrinária tão violenta que, embora fossem questões em princípio puramente teológicas, chegaram a se transformar no Oriente em um barril de pólvora inclusive para os próprio Imperadores Romanos.

Já a raiz dos problemas dos onze Concílios seguintes estava no advento do sistema feudal na Europa, com a quase destruição da estrutura da Igreja e o conseqüente surgimento de vários abusos. É desta situação que surgiu a necessidade da reforma da Igreja que só se conseguiu realizar de uma forma definitiva com o Concílio de Trento. Ao dizermos definitiva, não queremos dizer com isto que a organização da Igreja não mais poderia sofrer alterações, ficando intacto o que pertence à sua essência. De fato, posteriormente ao Concílio de Trento houve muitas destas alterações, como ocorreu com a entrada em vigor do Novo Código de Direito Canônico promulgado em 1983 pelo Papa João Paulo II, elaborado como resultado dos trabalhos do Concílio Vaticano II. O termo definitivo para o Concílio de Trento significa que foi então que os padres conciliares conseguiram finalmente fazer o que desde a época do feudalismo a Igreja estava tentando fazer e não o conseguia senão em parte.





CAPÍTULO 7

Ora. sucede que os problemas da Igreja de hoje, os que deram origem aos Concílios Vaticano I e Vaticano II têm sua origem, de uma maneira muito complexa, justamente neste período que vai do feudalismo até o Concílio de Trento. Enquanto a Igreja se ocupava com a sua reforma, estava-se incubando uma outra série de problemas que viriam a desencadear seus mais evidentes efeitos em nossa Idade.

É por isso que temos que voltar novamente a este época entre o feudalismo e o Concílio de Trento e recontá-la segundo um outro ponto de vista.





CAPÍTULO 8

Já falamos como o feudalismo quase destruiu a Igreja em sua estrutura e os abusos que nela introduziu. Falta fazer referência, porém, ao outro lado da questão, e dizer como o feudalismo na mesma época destruiu a estrutura do poder civil.





CAPÍTULO 9

Já descrevemos como o processo havia começado.

Nos anos 300 DC o Imperador Constantino transferiu a capital do Império Romano para Constantinopla. Logo em seguida vieram as invasões bárbaras que tomaram conta de toda a região ocidental do Império Romano. A parte oriental do Império Romano, que depois viria a ser conhecida como Império Bizantino, perdeu completamente o controle sobre toda a região ocidental do Império Romano. Não podendo fazer nada, o Imperador em Constantinopla concedeu aos bárbaros o título de "auxiliares perpétuos" do Imperador, título que, porém, para os reis bárbaros invasores nada significava. Oficialmente, para Constantinopla, só havia um único Império Romano, cujo governo da parte ocidental estava temporariamente comissionado aos reis bárbaros. Mas de fato a situação era bem outra. Do ponto de vista dos fatos o Império Romano agora só existia no Oriente.

Cerca de 400 anos depois do início das invasões bárbaras, o rei dos Francos, a tribo bárbara que havia se estabelecido nas Gálias, tornou-se senhor de praticamente toda a Europa Ocidental. Seu nome era Carlos Magno. Reconhecendo o fato consumado, na noite de Natal do ano 800 DC o Papa Leão III coroou Carlos Magno Imperador dos Romanos. A partir daí o Império Romano passou a estar oficialmente dividido em dois Impérios, o Carolíngio e o Bizantino.

Após a morte de Carlos Magno seus domínios se dividiram em três, dos quais apenas dois prosperaram, a França a oeste e a Germânia a leste, esta última pouco depois tendo vindo a se transformar no Sacro Império Romano Germânico.

Foi então que se iniciou o feudalismo.





CAPÍTULO 10

Os novos reis da Europa, os da França, do Sacro Império e outros ainda que havia, não tinham mais a força militar de Carlos Magno. Eram reis fracos e débeis.

Para piorar a situação, chegou então à Europa uma nova leva de bárbaros, muito mais selvagem do que as anteriores, que assolou o continente durante muitas décadas.

Vendo que os reis não estavam em condições militares de defenderem os súditos, estes se associaram aos senhores das terras em que viviam para poderem defender-se das incursões bárbaras. Passaram em consequência a prestar obediência e vassalagem ao senhor feudal que passou a dar proteção aos habitantes do feudo em troca de seus serviços. Assim, aconteceu que aos poucos os súditos passaram a não mais se considerarem súditos do rei, de quem nada esperavam, mas do senhor do feudo em que viviam.

Embora o senhor feudal prestasse vassalagem ao rei, como o rei não tinha senão pouquíssima autoridade, na prática a Europa inteira tornou-se uma multidão de feudos vivendo independentemente um do outro, sem quase comunicação alguma entre eles e de um modo em que em cada feudo a ordem era a vontade do senhor feudal.

No leste, naquela que era a maior nação da época, o Sacro Império Romano Germânico, para piorar esta situação o cargo de Imperador não era hereditário, mas cada sucessor do Imperador era eleito por uma votação não do povo, mas dos próprios senhores feudais, coisa que apenas servia, nas circunstâncias daquele momento, para diminuir ainda mais a autoridade que o Imperador poderia ter.





CAPÍTULO 11

Em uma situação destas, não havia leis nos feudos. Melhor dizendo, mesmo que o feudo pertencesse ao Sacro Império, em cada feudo a lei era a vontade do senhor feudal. Não havia juízes de Direito nos feudos. O juiz era o senhor feudal. Os impostos em cada feudo eram aqueles que o senhor feudal julgava que deveriam ser cobrados. Não havia polícia para evitar os crimes, nem exército para defender a nação; havia apenas os súditos armados do senhor feudal. Além do problema das invasões bárbaras, cada feudo vivia constantemente em guerra com outros feudos; mas se a nação inteira estivesse em perigo, seria muito difícil agrupar um bom exército para defendê-la. Em suma, tratava-se de algo como um amontoado de fazendas em que cada dono de fazenda fazia o que bem entendia e, como transportes, comunicações e segurança eram bastante precários, cada feudo ademais vivia semi isolado, sem comércio ou comunicações com o mundo exterior.





CAPÍTULO 12

Ora, aconteceu que assim como a partir da época do Papa Gregório VII a Igreja tentou se libertar gradualmente da estrutura e dos abusos que o sistema feudal lhe havia imposto, assim também por esta mesma época começaram a fazê-lo reis e imperadores, os quais eram reconhecidos de direito, embora pouca autoridade tivessem de fato.





CAPÍTULO 13

Durante a época que vai do Primeiro Concílio de Latrão até o Segundo Concílio de Lião, isto é, até o final dos anos 1200, tanto a Igreja como os reis tentaram se libertar da estrutura feudal em que se viam aprisionados.

Mas gradualmente, e de modo especial a partir do final dos anos 1200, quando os reis da Europa começaram a se tornar fortes militar e politicamente, estes começaram a dificultar gravemente a tarefa da reforma da Igreja, colocando entraves e obstáculos a esta reforma além dos que já tinham sido impostos à Igreja pela própria estrutura feudal.

Foi esta a época em que começaram a aparecer os primeiros sinais daquelas que viriam a ser mais tarde as monarquias absolutistas da Europa.





CAPÍTULO 14

Já analisamos anteriormente alguns dos meios pelos quais a Igreja procurou se desvencilhar da estrutura do mundo feudal.

Será importante analisar agora também alguns dos meios pelos quais os reis se serviram para conseguirem estes mesmos objetivos.





CAPÍTULO 15

Os reis procuraram estabelecer tribunais especiais de apelação contra as sentenças dos tribunais locais dos senhores feudais. Se o réu não concordasse com a justiça do senhor feudal, poderia apelar para o tribunal do rei. Excelente era este expediente, porque o réu não satisfeito com a justiça do senhor feudal invocava e com isto defendia a autoridade do rei como superior à do senhor feudal.

Um segundo passo, quando a autoridade dos tribunais de apelação já se consolidava, consistia em decretar que certos tipos de causas especiais somente poderiam ser julgadas nos tribunais do rei.

Assim, aos poucos, começou a funcionar um sistema judiciário nacional.





CAPÍTULO 16

A partir dos anos 1100 começou a haver um certo renascimento econômico e cultural na Europa.

Como consequência deste renascimento começaram a aparecer um certo número de cidades novas dentro dos feudos, muitas vezes em pontos estratégicos para o comércio.

Em princípio, tais cidades pertenciam aos feudos em que estavam situados mas, à medida em que cresciam e prosperavam, seus interesses econômicos e políticos se sofisticavam e entravam em choque com os do senhor feudal de que eram súditos e a quem deviam impostos e vassalagem.

Os reis passaram a tirar partido desta situação, reconhecendo ou declarando a independência de tais cidades dos antigos senhores feudais, dando-lhes maiores liberdades que os senhores feudais estariam dispostos a conceder em troca de se submeterem à autoridade do rei.

Tratava-se de excelente acordo para as cidades, que queriam maiores liberdades para comerciar e pagar menos impostos do que os senhores feudais estavam dispostos a conceder, assim como também era excelente para o rei, que passava a contar com o estratégico apoio político de uma importante classe social emergente.





CAPÍTULO 17

À medida em que este processo de crescimento das cidades foi se realizando, os reis passaram a introduzir gradativamente uma moeda única em circulação em todo o país cunhada, é claro, por eles. Tal coisa não existia no sistema feudal propriamente dito.





CAPÍTULO 18

A pólvora também, curiosamente, surgiu nesta época para favorecer os reis contra os senhores feudais.

Ela havia sido usada muito tempo antes na China, apenas porém para utilização em fogos de artifício. Os mongóis foram os primeiros que deduziram que aquela pólvora pudesse servir como uma arma de guerra. Dos mongóis a pólvora passou para os árabes e daí, durante a Idade Média, passou também para a Europa.

Difícilmente um senhor feudal faria um cerco à residência do rei; muito mais provável seria o evento em que um rei cercasse o feudo de um seu vassalo. Nestas circunstâncias, depois do surgimento da pólvora, graças aos novos canhões que dela se utilizavam, os senhores feudais já não podiam sentir-se seguros dentro dos seus castelos outrora inexpugnáveis.





CAPÍTULO 19

Surgiram também, entre os anos 1100 e 1200, pela primeira vez na história, as instituições que posteriormente vieram a ser conhecidas como as Universidades. Elas surgiram nesta época em duas cidades da Europa, em Paris na França e em Bolonha na Itália, não predeterminadas pelos decretos de alguma autoridades, mas de um modo inteiramente espontâneo.

Em Paris foi a fama de certas escolas, como a do Mosteiro de São Vitor, fundada por Guilherme de Champeaux e organizada por Hugo de São Vitor, e a da escola da Catedral de Notre Dame, onde lecionou Pedro Lombardo, juntamente com a fama de muitos outros professores eminentes, que começou a atrair alunos de todas as partes da Europa. Estes alunos e professores começaram a se organizar sob a forma de corporações, um tipo de associação da época comum entre os artesãos, mas que passou a ser adotada por professores e alunos que se dedicavam ao ofício do estudo. Foram tais corporações que constituíram as primeiras Universidades.

Devido à própria história de sua formação, a Universidade de Paris voltou-se principalmente para os estudos de Teologia; entre seus professores, contou com São Boaventura e Santo Tomás de Aquino.

Já a Universidade de Bolonha voltou-se principalmente para os estudos de Direito.





CAPÍTULO 20

Ora, na época feudal não havia um sistema jurídico que dominasse na Europa. Cada senhor feudal era o seu próprio Direito.

Havia, porém, em teoria, duas grandes fontes do Direito, cujo estudo se desenvolveu nesta época na Universidade de Bolonha a partir dos anos 1100.

Um deles era o Direito Canônico, as leis da própria Igreja enquanto sociedade perfeita instituída por Cristo.

Originalmente o Direito Canônico era constituído pelos decretos dos Papas e pelas decisões dos primeiros Concílios Ecumênicos, os quais, embora tivessem sido convocados principalmente para resolverem problemas de doutrina, sempre se aproveitaram da oportunidade que se lhes oferecia para emanarem cânones disciplinares. Mas com o impulso da obra de reforma levada a efeito por Gregório VII e os primeiros Concílios Ecumênicos de Latrão, começou-se nesta época a compilar o Direito Canônico e a estudá-lo sistematicamente, para o que muito contribuiu a obra do monge Graciano, professor em Bolonha. Graciano produziu uma primeira compilação do Direito Canônico em uma obra que, embora não fosse ela própria uma lei e sim um trabalho acadêmico, passou a ser conhecido daí em diante simplesmente como o Decreto de Graciano e se tornou para a época o principal ponto de referência para o estudo do Direito Canônico.





CAPÍTULO 21

O outro Direito que havia na época era o Direito Romano.

O que se chamava então de Direito Romano era um Código, uma compilação, tal como o Decreto de Graciano, que havia sido feita sob as ordens do Imperador Justiniano em Constantinopla por volta do ano 500 DC.

Nesta época, no Oriente e em um tempo bastante anterior ao feudalismo, o Imperador Justiniano havia pedido a um grupo de juristas que sistematizassem todas as leis anteriores do Império Romano em uma só obra a qual, depois de pronta, viria a ter força de lei. O trabalho, que demorou anos, resultou em um volume monumental denominado Codex Juris Civilis, que até hoje é a principal fonte para o estudo do Direito Romano.

O Codex se baseava não só nas leis do antigo Império Romano como também nos comentários às leis romanas escritos pelos grandes juristas da época em que o Império Romano estava em plena florescência, como Gaio, Ulpiano, Papiniano e outros. Com base na obra destes comentadores e nas próprias leis o Imperador Justiniano ordenou que fosse feita uma síntese de toda a legislação romana, que foi justamente este Codex Juris Civilis.

Por volta dos anos 1100-1200 DC este Código de Justiniano e o Decreto de Graciano passaram a se constituírem nos principais textos de estudo e comentário para os professores e alunos da Universidade de Bolonha.





CAPÍTULO 22

Ocorreu então que neste mesmo período dos anos 1100-1200 DC os Papas começaram a favorecer a Universidade de Paris percebendo que ela, voltada como estava para os temas teológicos, poderia oferecer grande apoio à obra de reforma que a Igreja estava tentando promover, o que de fato sucedeu.

Por outro lado, porém, os reis começaram a fazer o mesmo com a Universidade de Bolonha. De fato, embora ali se estudasse o Direito Canônico, estudava-se também a fundo o Direito Romano. Os reis consideravam-se como sucessores dos Imperadores Romanos. Não tardou que eles percebessem que no Direito Romano, no Código de Justiniano, estavam contidas todas as justificativas teóricas de que eles precisavam para legitimarem suas pretensões. No Código de Justiniano não havia referências aos senhores feudais. No Código de Justiniano estava escrito que toda a autoridade era do Imperador, que a vontade do Imperador é soberana e é fonte de lei. No antigo Império Romano o Imperador não necessitava fazer um decreto formal para que fosse instituída uma lei. A simples manifestação da vontade do Imperador já tinha força de lei.

Em uma época em que reis estavam querendo se libertar e se impor sobre os senhores feudais, que coisa mais providencial não seria o incentivo dado a estes estudiosos que dedicavam suas vidas para trazer novamente à luz princípios tão importantes com que poderiam os reis justificarem sua soberania não só sobre os senhores feudais, mas sobre todo e qualquer outro poder? Porque pela teoria do Direito Romano os Imperadores eram soberanos absolutos e não devia dar satisfação a mais ninguém de seus atos. Assim, não só os romanistas de Bolonha gozaram do apoio dos reis europeus, como também em breve todas as principais cortes da Europa começaram a abrigar numerosos juristas que desenvolviam e propagavam tais idéias.

É fácil ver nestas idéias o germen das monarquias absolutistas que vieram mais tarde e se espalharam pela Europa.

Antes, porém, que isso acontecesse, os futuros monarcas absolutistas tiveram que lidar com um outro problema.





CAPÍTULO 23

Entre a teoria e a prática do poder absoluto, do poder absolutamente irrestrito a que os reis começaram a aspirar, interpunha-se exatamente a Igreja.

Nesta época a Igreja exigia de todos os reis cristãos o direito de exercer um poder judiciário supremo. Se um rei ou senhor feudal praticassem uma injustiça ou decretassem uma lei flagrantemente abusiva, na falta de outro poder que pudesse moderá-los, a Igreja se considerava no direito de julgar os reis e declarar injustas aquelas leis. Ou, em outras palavras, perante a Igreja os reis não poderiam ser absolutamente soberanos; se eles ultrapassassem os limites da justiça e do direito natural, eles então deveriam prestar contas de seus atos. Não era isto, porém, o que os reis viam no Direito Romano, nem o que eles começavam a ambicionar.

Era evidente, pois, que dentro em breve algum choque seria inevitável.





CAPÍTULO 24

Este choque seria mais forte ainda porque, ao contrário do que poderia parecer o óbvio para os homens do século vinte, uma parte importante da população da Idade Média do fim dos anos 1200 DC em diante apoiava entusiasticamente o poder absoluto dos reis. Eram os comerciantes e os habitantes das cidades em geral, que viam que o poder absoluto dos reis significava o desmantelamento do sistema feudal, com a instituição de uma ordem e uma disciplina mais importante do que a própria liberdade, porque favorecia o comércio e aumentava os lucros.





CAPÍTULO 25

O primeiro grande choque entre os monarcas e a Igreja começou no início dos anos 1300 DC na França, protagonizado pela pessoa do Rei Felipe IV^o, também conhecido como 'O Belo'.

Felipe o Belo era neto de Luiz IX, um rei francês que pela sua piedade foi canonizado menos de 30 anos após a sua morte, tornando-se São Luiz IX.

Em seu reinado São Luiz IX fez pela monarquia francesa o equivalente ao que os Papas vinham tentando fazer na Igreja. Respeitou os direitos feudais, mas reprimiu os abusos; fortaleceu o exército nacional; aboliu as guerras privadas entre os feudos; estabeleceu em Paris um Supremo Tribunal de Apelação; promulgou uma lista de delitos que somente poderiam ser julgados pela Justiça Real; instituiu uma moeda nacional que deveria ser obrigatoriamente aceita em todo o Reino; graças aos impostos provenientes das cidades, foi paulatinamente comprando os feudos em nome da Coroa Francesa; exigiu o direito de decretar leis para toda a França independentemente do consentimento dos senhores feudais.

Felipe o Belo herdou assim de seu avô um reino já em avançada fase de consolidação, mas ele pessoalmente estava longe de possuir a tolerância e a piedade de São Luiz.





CAPÍTULO 26

Por causa de uma guerra prolongada contra a Inglaterra, necessitando de dinheiro, Felipe o Belo valeu-se de todos os meios de que dispunha para consegui-lo. Os atos de que se utilizou para tanto fizeram-no passar para a história como um monarca inescrupuloso e de má reputação. Instituiu impostos extraordinários sobre comerciantes, banqueiros e sobre o clero, sendo que este último estava isento por lei do pagamento de taxas. Alterou também a moeda francesa várias vezes, diminuindo ademais o peso dos metais preciosos de que era composta.

O Papa protestou ao saber que ele estava cobrando impostos do clero, alegando que isto era uma violação das imunidades eclesiásticas, e proibindo ao clero pagar qualquer imposto sem autorização da Sé Apostólica, mas depois autorizou o clero francês que pagasse ao rei tudo quanto ele pedia se isto fosse feito na qualidade de um donativo. Ao mesmo tempo, porém, encarregou um bispo que apresentasse ao rei Felipe as queixas do Papa sobre as infrações às leis canônicas a respeito das imunidades eclesiásticas na França.

A isto Felipe o Belo respondeu mandando prender, no ano de 1301 DC, o bispo que tinha sido delegado pelo Papa.

O Papa Bonifácio VIII replicou no mesmo ano intimando Felipe o Belo a justificar-se perante a Santa Sé pelas acusações feitas contra ele de cunhagem de moeda falsa e convocando, através de uma Bula, um Sínodo em Roma para discutir a proteção das liberdades da Igreja na França.

O rei Felipe reagiu divulgando entre os franceses uma bula papal falsa, visando desmoralizar o Pontífice, a qual depois foi queimada publicamente, e chamando os juristas da corte para defenderem a autoridade real.

No ano seguinte, 1302 DC, uma reunião dos principais representantes da nação francesa foi convocada na qual o rei obteve o apoio geral dos presentes contra a tirania do Romano Pontífice sobre a França.

Em 1303 DC o rei Felipe o Belo convocou uma outra assembléia em que foi lida uma lista de crimes de que o Papa seria réu. Bonifácio VIII foi acusado de heresia, imoralidade e superstição, e com isto invocou-se a realização de um Concílio Ecumênico para depô-lo. No fim deste ano, em vez do Concílio Ecumênico, um grupo de soldados franceses invadiu a Itália e prenderam o Papa. Após uma série de vexames, tentaram obrigar Bonifácio VIII a revogar os seus decretos e a renunciar ao pontificado. Como o Papa se negasse intransigentemente a fazer o que se lhe exigia, estando o comandante francês a deliberar sobre o que fazer, uma rebelião local conseguiu libertar o Papa. Este, porém, veio a falecer logo depois.





CAPÍTULO 27

Logo em seguida Felipe o Belo conseguiu fazer com que fosse eleito Papa um bispo francês, que tomou o nome de Clemente V, alguém que o rei sabia possuidor de um temperamento que poderia ser manobrado muito mais facilmente do que o de Bonifácio VIII.

Clemente V foi coroado Papa não na Itália, mas na França, na cidade de Lião, na presença do Rei Felipe. Em seguida, devido à situação política da Itália da época, o novo Papa decidiu transferir temporariamente a sede do Supremo Pontificado para uma cidade francesa, em Avinhão. Tal medida, porém, só veio a favorecer as pretensões do Rei Felipe, que a partir daí começou a exercer uma influência notável sobre o temperamento condescendente de Clemente V.





CAPÍTULO 28

Após a eleição de Clemente V, o Rei Felipe o Belo obrigou-o a abrir um processo contra o seu menos transigente falecido predecessor, Bonifácio VIII, e chegou a exigir de Clemente V que riscasse o nome de Bonifácio VIII da lista dos Pontífices legítimos. Embora não tivesse conseguido, conforme pretendia, que Bonifácio VIII fosse retirado da lista dos Pontífices, já é coisa notável que o Rei Felipe tivesse conseguido que fosse aberto de fato um processo na Sé Apostólica contra Bonifácio VIII.





CAPÍTULO 29

Mas Felipe o Belo, não contente com isso, exigiu que fosse convocado um Concílio Ecumênico para julgar os atos do falecido Bonifácio VIII e para que fosse decretada a extinção da Ordem dos Templários.

A Ordem dos Templários era uma organização religiosa de soldados fundada para proteger os territórios da Terra Santa que haviam sido conquistados pelos cruzados. Com a reconquista destes territórios pelos muçulmano, eles voltaram para a Europa onde seus bens, habilmente administrados, haviam aumentado consideravelmente. Aproveitando-se de uma pessoa que, dizendo ter pertencido à Ordem, lançou em 1305 uma série de acusações contra os Templários, o Rei Felipe decretou a prisão de todos os templários franceses e obrigou o Papa Clemente V à convocação do Concílio de Viena para que decretasse a extinção da Ordem, impedindo ao mesmo tempo que os templários fossem ouvidos nas sessões plenárias do Concílio. O Concílio concluiu decretando que a Ordem fosse dissolvida, não por decreto judicial, mas por uma disposição administrativa, e que seus bens passassem a outras ordens religiosas. Na França, porém, Felipe o Belo conseguiu apossar-se ele mesmo de uma grande parte destes bens.

No mesmo Concílio foi iniciado o processo contra Bonifácio VIII, ao qual, porém, conseguiu-se conduzi-lo a arquivamento.





CAPÍTULO 30

Clemente V não pretendia ficar na França para sempre, porém as condições anárquicas em que vivia a Itália naquele momento e os problemas que Felipe o Belo criavam para a Igreja fizeram com que ele se conservasse até o fim de seu pontificado em Avinhão.

Mais sério, porém, do que isso foi o fato de que 23 dos 24 novos cardeais que ele designou fossem franceses. Era com isto bastante provável que o próximo Papa fosse francês, como de fato o foi não apenas o seguinte como os demais durante um período de setenta anos. Os novos Papas franceses nomeavam cardeais que em sua maioria eram franceses, os quais elegiam novos Papas franceses, os quais, por sua vez, por diversos motivos, não voltavam para a Itália. Começou a parecer uma coisa anormal para o mundo que houvesse um Papa que não fosse francês e, ao mesmo tempo, em parte por causa da impressão que os Papas seguissem muito docilmente os interesses dos soberanos franceses, a Santa Sé foi perdendo a autoridade que havia crescentemente obtido durante os séculos anteriores.





CAPÍTULO 31

Foi com a situação estando assim configurada que surgiu na metade dos anos 1300 a Peste Negra de que já se mencionou na primeira parte desta Introdução e que causou tão grandes estragos na Europa e em particular dentro da Igreja. A Peste Negra surgiu, portanto, em uma época em que os Papas já estavam há décadas em Avinhão, em uma situação em que lhes era bem mais difícil administrar as conseqüências causadas por aquela epidemia.





CAPÍTULO 32

Deve-se dizer que, porém, de uma maneira ou de outra, durante os setenta anos em que os Papas estiveram em Avinhão, várias vezes tentaram voltar para Roma, encontrando para isto não poucas dificuldades pela frente. Um dos Papas franceses chegou mesmo a voltar para Roma e entrar na cidade, de onde a contragosto foi obrigado a retornar para a França.

O retorno definitivo dos Papas para a cidade de Roma conseguiu-se em grande parte devido à obra de Santa Catarina de Sena que, para isso, dirigiu-se pessoalmente para Avinhão.





CAPÍTULO 33

Foi o Papa Gregório XI que, vencendo as mais diversas oposições, regressou definitivamente a Roma em 1377. Esta resolução, porém, por uma série de circunstâncias fortuitas que se seguiram, em vez de sanar os problemas que a longa série de Pontífices na França havia criado, pelo menos a curto prazo só veio a agravá- los.





CAPÍTULO 34

O que ocorreu foi que Gregório XI morreu muito pouco tempo depois de seu regresso à cidade de Roma. O povo romano receava que os cardeais, quase todos franceses, elegessem como Papa outro francês. Cercaram o conclave que deveria eleger o sucessor de Gregório XI e com gritos e ameaças exigiam que o novo Papa fosse um romano, ou pelo menos um italiano. Chegaram em uma ocasião até mesmo a invadir o próprio recinto do conclave.

Os cardeais, com medo e em um clima de muita tensão, elegeram como Papa um bispo italiano que não fazia parte do Colégio dos Cardeais, um homem de cultura, bons costumes e profunda piedade. Infelizmente, porém, como depois de percebeu, era também dotado de um temperamento explosivo e inflexível.

Durante os quatro meses seguintes de seu pontificado, Urbano VI, -este era o nome que o novo Papa havia escolhido-, descontentou com o seu comportamento autoritário todos os cardeais franceses. Santa Catarina de Sena, aquela que havia obtido o retorno dos Papas à Itália, chegou a escrever-lhe uma carta em que o convidava a

*"moderar,
em nome de
Jesus
crucificado,
os impulsos
espontâneos
de sua
natureza".*

Mas ele lamentavelmente não o fez. Havia sido eleito em abril; em agosto os cardeais franceses reuniram-se novamente em conclave e declararam que era inválida a eleição anterior porque havia sido extorquida pelo tumulto da plebe, e que iriam eleger agora o verdadeiro sucessor de Gregório XI.

Foi eleito um Papa francês, justamente aquele que era, diante do povo italiano, o mais impopular dos cardeais franceses.

Tomou ele o nome de Clemente VII e retornou para Avinhão.





CAPÍTULO 35

Embora o verdadeiro Papa fosse o primeiro, o que ficou em Roma, os fatos foram contados na época de tal maneira que poucas pessoas sabiam de fato dizer qual era o legítimo Pontífice, se era o que estava em Roma ou o que estava em Avinhão.

No clero havia quem obedecesse a um, quem obedecesse a outro e quem não sabia a quem obedecer. Em certas dioceses havia dois bispos, um nomeado pela Papa de Roma e outro nomeado pelo Papa de Avinhão, e freqüentemente ambos estes bispos obedeciam de boa fé àquele que julgavam ser o verdadeiro Papa.

A causa desta confusão foi sem dúvida o fato de terem sido praticamente os mesmos cardeais a elegerem tanto o primeiro como o segundo destes pontífices, e terem declarado eles próprios que a eleição anterior havia sido inválida.

Santa Catarina de Sena tentou na época fazer o possível para desfazer o engano. Escreveu pessoalmente cartas duríssimas a todos os cardeais e aos principais soberanos da Europa, principalmente ao rei da França.

Aos cardeais chamou-lhes duramente a atenção para que aquilo que eles haviam feito era uma consequência da vida desordenada que levavam e de se terem separado da verdade, pois certamente tinham mentido antes, apresentando Urbano VI como Papa quando na verdade não o era, ou estavam mentindo agora, dizendo que Urbano VI nunca havia sido verdadeiro Papa. Mas, continua ela,

***"a solenidade
da coroação,
o respeito
testemunhado,
os favores
que
solicitastes
provam a
regularidade
da eleição".***

Chama-os de mentirosos e culpados de covardia.

***"Se
temessem
a Deus e
à
desonra",***

continua ela,

***"tudo
suportariam
por parte
do eleito,
de
preferência
a dividir o
mundo
inteiro".***

Quanto às cartas que ela escreveu ao rei da França, estas não chegaram ao seu destino. Foram todas interceptadas pelos interessados em que o rei não fosse corretamente informado sobre o que realmente havia acontecido.





CAPÍTULO 36

Embora hoje, à luz da História, pareça evidente que Santa Catarina tivesse razão, o fato é que na época as circunstâncias do momento não favoreciam a clareza desta evidência. A incerteza pairava até em almas sensíveis e santas. Em uma época que tinha acabado de assistir à Peste Negra com todas as suas conseqüências, em que a Igreja precisava mais do que nunca da autoridade e do prestígio da Sé Apostólica, estas só diminuíram mais ainda.

Para complicar a situação, houve vários homens e mulheres de sabedoria e santidade, muitos dos quais a Igreja reconheceu posteriormente como santos, mas que não estavam tão bem ao par dos acontecimentos ocorridos na Cúria Romana por notícias de primeira mão como o estava Santa Catarina, dos quais alguns apoiaram o Papa francês enquanto outros apoiaram Papa de Roma.





CAPÍTULO 37

Tal estado de coisas prolongou-se por aproximadamente 40 anos.

Quando faleceu Clemente VII, o Papa francês, seus cardeais elegeram em seu lugar a Benedito XIII.

Quando morreu Urbano VI, o Papa romano, seus cardeais elegeram em seu lugar Bonifácio IX, ao qual sucedeu Inocêncio VII, aos qual sucedeu depois Gregório XII.





CAPÍTULO 38

Gregório XII, o último dos Papas romanos durante a época em que durou esta triste divisão, embora fosse o legítimo, comprometeu-se a abdicar ao Pontificado, desde que o mesmo fizesse o Papa francês, para que assim pudesse ser escolhido pelo Colégio dos Cardeais um só Papa sobre o qual não haveria mais incertezas sobre a sua legitimidade.

Mas o fatos vieram a mostrar ser impossível conseguir com que ambos os Papas abdicassem simultaneamente.





CAPÍTULO 39

Vendo o impasse, e vendo a triste situação em que eles próprios haviam mergulhado a Igreja da época, os cardeais convocaram por sua própria iniciativa um Concílio Ecumênico na cidade de Pisa e decretaram a deposição dos dois Papas reinantes. Declarada a sede vacante, elegeram como Papa ao bispo de Milão, que tomou o nome de Alexandre V.

Com isto, pareceu naquele momento aos cardeais que eles haviam finalmente resolvido o problema. Não havia mais dois Papas, mas apenas um.

O que aconteceu, porém, na realidade, foi que nem todos acataram que um Concílio Ecumênico, convocado contra o consentimento do Soberano Pontífice, seja qual dos dois, o romano ou o francês, fosse o legítimo, pudesse depor em seguida o Papa legítimo, pois certamente um dos dois o era.

A situação, portanto, em vez de resolvida, tornou-se pior do que a de antes, pois agora, em vez de dois Papas, um na França e outro em Roma, havia três, um em Avinhão, outro em Roma e um terceiro em Pisa.





CAPÍTULO 40

Seja como fosse, o Concílio ilegítimo de Pisa que havia eleito Alexandre V, o terceiro Papa, havia também decidido que dali a três anos se reuniria novamente outro Concílio Ecumênico.

Neste meio termo morreu Alexandre V, o Papa de Pisa, o sucessor deste terceiro Papa tomando o nome de João XXIII. Dentre os três Papas existentes, era João XXIII aquele que em geral menos convencia em sua pretensão de ser o verdadeiro Soberano Pontífice.

Fiel à orientação deixada pelo ilegítimo Concílio de Pisa, João XXIII convocou em 1413 outro Concílio a ser celebrado na cidade de Constança.





CAPÍTULO 41

Iniciado o novo pseudo Concílio em Constança, João XXIII pensava que o Concílio o reconfirmasse no cargo de Sumo Pontífice.

Em vez disso, o primeiro assunto a entrar na pauta dos debates conciliares foi a deposição dos três pontífices reinantes. Como era sabido que esta idéia ia contra as intenções de João XXIII, foi apresentada em sessão uma denúncia anônima contra João XXIII e iniciado um processo sobre as culpas de que ele era acusado.

Vendo que os acontecimentos caminhavam contra os seus propósitos, João XXIII fugiu durante a noite e foi pedir proteção junto ao Duque da Áustria, de onde convocou os cardeais a abandonarem o Concílio. Suas ordens não foram obedecidas.

Ao contrário, o Imperador do Sacro Império Romano Germânico, do qual a Áustria fazia parte, deu ordem ao Duque de Áustria, que era seu súdito, no sentido de lhe entregar João XXIII como prisioneiro. Devolvido este pelo Imperador ao Concílio, acabou aceitando submeter-se às suas decisões e concordou em renunciar ao seu suposto Sumo Pontificado.





CAPÍTULO 42

A notícia da renúncia de João XXIII tendo chegado a Gregório XII, o Papa romano, através de uma mensagem entregue ao Imperador, este fêz saber aos Padres Conciliares reunidos em Constança que ele aceitaria renunciar ao Pontificado por amor à Igreja desde que o Concílio não se considerasse legitimamente convocado enquanto ele próprio não o fizesse, em seguida ao que abdicaria.

Esperava-se com isto que o Papa de Avinhão tomasse atitude semelhante e se pudesse assim eleger um único Papa, coisa que, porém, não se verificou. O Papa de Avinhão não renunciava.





CAPÍTULO 43

Mesmo assim, em 14 de junho de 1415 um Cardeal deu em Constança um decreto em que se convocava, autorizava e confirmava, a partir daquele momento, em nome de Gregório XII, o Concílio de Constança e seus atos ulteriores. Em seguida foi lida, também em nome de Gregório XII, sua renúncia ao Pontificado.





CAPÍTULO 44

Só faltava obter a renúncia do Papa francês para que se procedesse à eleição do próximo Papa sobre o qual não pudesse pairar dúvida alguma em quem quer que fosse quanto à sua legitimidade.

O Imperador do Sacro Império Romano Germânico dirigiu-se em pessoa, juntamente com uma delegação do Concílio, ao Papa de Avinhão, para expor a situação e pedir a sua renúncia.

O Papa de Avinhão, porém, insensível, no dizer do historiador Agostino Favale, à chance que se lhe oferecia de recompor a Igreja dividida com apenas um ato de sua vontade, não queria renunciar.

As discussões se prolongaram durante dois anos, durante os quais se abriu um longo processo e o pseudo Papa foi perdendo gradualmente a obediência de todos os que o cercavam até ter como súditos apenas um pequeníssimo punhado de pessoas refugiadas juntamente com ele em um castelo na Espanha próximo a Valença.

Dois anos e meio depois da renúncia de Gregório XII, finalmente, o Concílio de Constança elegeu Papa a Martinho V, recompondo com ele a unidade da Igreja.





CAPÍTULO 45

Todos estes fatos extremamente dolorosos se deram logo depois do surgimento da Peste Negra, e se juntaram ao quadro dos resultados da mesma que foram descritos na primeira parte.

Certamente não era fácil obter a reforma que a Igreja tentava conseguir em si própria em um quadro como este.





CAPÍTULO 46

Os dois primeiros pontificados que se seguiram à recomposição da unidade da Igreja não conheceram novos problemas além dos que já havia e que foram mencionados.

Mas logo em seguida, quando, apesar da situação geral em que a Igreja estava não ser das melhores, parecia que aos poucos as coisas iriam acabar se recompondo com o passar do tempo, começou a se fazer sentir na Igreja a influência de um movimento que estava tomando conta dos homens da Europa cuja influência, acrescentada a diversos outros fatores históricos, iria chegar até o homem do século XX.

Tal processo ficou conhecido como Renascimento, e terá que ser objeto especial de consideração da terceira parte desta introdução.

São Paulo, 9 de junho de 199





IIIª Parte. A.

CAPÍTULO 1

Na primeira parte desta introdução explicamos o que é um Concílio e dissemos que o Concílio Vaticano II foi o vigésimo primeiro de uma série que vem desde os primórdios do Cristianismo. Por causa disso, para entender a posição do Vaticano II, começamos a falar dos anteriores para situá-lo no seu devido contexto.

Como os Concílios são convocados apenas para tratar de problemas muito graves, esta recapitulação se tornou uma exposição dos grandes problemas com que a Igreja se defrontou até hoje.

Dividimos então os vinte e um Concílios Ecumênicos em uma tábua de três colunas.

Na primeira coluna estavam os oito primeiros Concílios, uma época em que a preocupação dos Concílios era predominantemente doutrinal, devido ao ambiente cultural da região oriental do Império Romano, o qual remonta, em sua causa, à conquista de Alexandre o Grande a qual espalhou o helenismo na região oriental do mundo civilizado da época.





CAPÍTULO 2

Adveio então uma segunda época, a dos Concílios de número nove a dezenove, onde a preocupação foi de ordem disciplinar, por causa do advento do feudalismo, que fêz uma devastação tanto na estrutura do poder temporal como na organização da Igreja.

Os Concílios de nove a dezenove foram uma tentativa de se obter a reforma da Igreja, entremeados de mil e uma circunstâncias, até que no último Concílio da série, o Concílio de Trento, conseguiu-se obter finalmente o que se desejava.

Os problemas com que a Igreja se têm defrontado do Concílio de Trento em diante não foram mais problemas de reforma, no sentido que este termo possuía desde a época do feudalismo até o Renascimento.

Até aqui temos o assunto desenvolvido na primeira parte.





CAPÍTULO 3

Na segunda parte mostramos o reverso da medalha.

Foi mostrado como na mesma época em que o feudalismo fez uma devastação na Igreja, fez outra devastação no poder temporal dos reis, e como a Europa ficou reduzida àquela multidão de feudos onde cada um era só por si.

Assim como a Igreja durante esta época tentou emancipar-se da organização feudal, assim também o poder civil o tentou. Comentamos as estratégias de que o poder civil se utilizou para tanto e como, inclusive, assim como a Igreja apoiou o desenvolvimento das Universidades em que predominava o estudo da Teologia, assim também o poder civil se apoiou nas Universidades em que predominava o estudo do Direito.

Mas, quando a série dos Concílios que vão do Nono ao Décimo Nono chegou à sua metade, quando a Igreja estava a caminho de sua reforma e o poder civil estava alcançando uma organização mais eficiente no âmbito das nações então emergentes, ambas estas organizações entraram em choque. Foi a época do Concílio de Viena, do Cisma que houve na Igreja, da Peste Negra e da época conhecida como o Renascimento que veio logo a seguir, justamente às portas da qual demos por encerrada a segunda parte desta introdução.

Esta terceira parte, portanto, reinicia precisamente neste ponto.





CAPÍTULO 4

Conforme pode-se observar, a história da Igreja não foi uma história fácil. Foi, ao contrário, uma história cheia de dificuldades, nem sempre provocadas por fatores puramente externos. Ao contrário, as dificuldades que ela teve que enfrentar muitas vezes tiveram sua origem em pessoas que pertenciam à própria Igreja.

Cabe então aqui perguntar, antes de continuar nossa exposição, se quando aconteciam estes eventos a Igreja não teria se desviado do plano que seu fundador, Jesus Cristo, havia reservado para ela.

Isto é, cabe perguntar se, evoluindo a história da Igreja como evoluiu, se a Igreja não teria deixado de ser aquilo que Cristo havia previsto para ela, se o próprio Cristo, retornando algum dia ao mundo, não desconheceria a Igreja como fruto de sua obra na terra.

Ou, para ser mais exato, se Cristo não teria concebido a Igreja como uma instituição constituída apenas de homens imaculados e sem defeito e se, por este motivo, com o desenrolar de sua história real, a Igreja não teria com isto perdido a sua santidade.

E, mais ainda, se perdendo a Igreja a sua santidade, teria algum significado para nós, que estamos procurando compreender o Evangelho, investigar os motivos que levaram a Igreja no século XX a convocar o Concílio Vaticano II.





CAPÍTULO 5

São perguntas extremamente sérias, que não podemos passar sem um primeiro exame.

Deve-se dizer, pois, que um exame mais atento dos textos do Evangelho mostra que Jesus Cristo, ao contrário do que ocorre freqüentemente com aqueles que, como nós, começam a abordar com um pouco mais de detalhe a história da Igreja, não teve ilusões sobre o que seria a história futura da instituição que estava fundando. É muito importante fazer referência a isto porque, se examinamos a história da Igreja e a percebermos diversa do que esperávamos em um primeiro momento que ela deveria ter sido, a suposição de que nada há de mais profundo a se buscar nela é apenas o próximo passo.

Ao contrário, porém, Cristo evidentemente soube o que aconteceria ao longo da história da Igreja e, não obstante isso, entregou a sua vida para fundá-la. Se o que tivesse acontecido depois não correspondesse ao seu objetivo, Ele, que já o sabia de antemão, não teria pago um preço tão alto. Isto mostra que o

***"tesouro
escondido"***

de que Jesus fala no Evangelho (Mt. 13, 44) não está tão na superfície como as pessoas às vezes gostariam que estivesse.





CAPÍTULO 6

Numerosas passagens do Evangelho, de fato, todas elas escritas fora de qualquer dúvida antes de todo o desenrolar da história da Igreja, mostram com abundante evidência que Jesus soube o que aconteceria à instituição que Ele estava prestes a fundar.

Destas, a passagem que é talvez a mais clara de todas está no décimo terceiro capítulo do Evangelho de São Mateus. Nela Jesus contou primeiro esta parábola:

"O Reino dos Céus é semelhante a um homem que plantou boa semente de trigo no seu campo.

Enquanto o homem dormia, veio o inimigo, semeou joio no meio do trigo e foi-se.

E, tendo crescido o trigo e dado o fruto, apareceu também o joio.

Chegando os servos do pai de família, disseram-lhe:

**`Senhor,
porventura
não semeaste
tu boa
semente de
trigo no teu
campo? De
onde veio,
pois, o joio?'**

Ele disse:

**`Algum
homem
inimigo fêz
isto'.**

**Os servos
disseram-lhe:**

**`Quereis que
vamos e o
arranquemos?'**

**Ele
respondeu-
lhes:**

**`Não, para
que talvez não
suceda que
arrancando o
joio
arranqueis
juntamente
com ele o
trigo. Deixai
crescer uma e
outra coisa
até a ceifa, e
no tempo da**

***ceifa direis
aos
segadores:
Colhei
primeiramente
o joio, e atai-o
em feixes,
para queimar;
o trigo,
porém,
recolhei-o no
meu celeiro".***

**Mt .
13 ,
24-
30**

Ora, o que é impressionante nesta parábola é que, seis versos mais adiante o próprio Jesus, rogado para tanto pelos Apóstolos, interpretou a mesma parábola que Ele havia exposto.

Na interpretação de Jesus (Mt. 13, 37-43), o homem que semeou a boa semente de trigo é Ele próprio, Jesus Cristo.

O campo em que a semente foi lançada, ainda na interpretação de Jesus, é o mundo.

A boa semente seriam os bons cristãos, os

***"filhos
do
Reino".***

Logo depois que Ele, Jesus, houvesse semeado sua boa semente no mundo, continua a interpretação de Jesus, durante a noite viria o demônio, o inimigo, que semearia uma outra semente diferente daquela que havia sido semeada, no mesmo

campo onde Jesus havia lançado a sua. O joio, continua Jesus, são aqueles que são filhos do demônio.

Porém, ao escolher para a sua parábola as figuras do trigo e do joio, Jesus quis dizer algo mais do que incluiu neste ponto em sua interpretação da parábola, algo que era tão evidente para aqueles homens que conviviam junto aos trigais da Palestina que não precisava ser mencionado. Jesus deixou neste ponto de dizer que o joio é uma planta igual ao trigo em todos os detalhes e, portanto, impossível de ser diferenciada do trigo, exceto por um detalhe. Este importante detalhe para a interpretação da parábola consiste em que o joio não se diferencia em nada do trigo até a época da colheita; chegada porém, a época da colheita, verifica-se que o joio, que até então era impossível de ser diferenciado do trigo, ao contrário do verdadeiro trigo, não dá fruto algum na espiga. Só, portanto, na época da colheita, quando ambas as plantas estão maduras, é que se torna possível saber quem era o trigo e quem era o joio.

Os primeiros cristãos já haviam percebido a importância desta observação para o entendimento desta parábola de Cristo. Diz, de fato, São Jerônimo, escrevendo por volta do ano 400 DC o seu Comentário ao Evangelho de São Mateus, que

***"entre o trigo
e o joio,
enquanto
ainda são
erva, e a cana
ainda não
produziu
espiga, há
uma grande
semelhança e
não há
nenhuma ou
apenas uma
pequeníssima
diferença para
poderem ser
diferenciados".***

Migne,
Patrologia
Latina
26, 93

Ora, na continuação da interpretação da parábola do joio e do trigo que Jesus ofereceu aos Apóstolos, ele diz que este

*"tempo
da ceifa
é o fim
do
mundo".*

Mt .
13,
39

De modo que quer nos parecer que nesta parábola Jesus quis relatar toda a história da Igreja, pois ela se inicia com a sementeira, que é a própria obra de Jesus enquanto Ele esteve na terra, e termina com a ceifa que é, segundo suas palavras, o fim do mundo.

Jesus, portanto, soube que logo após a sua pregação a Igreja atravessaria até o fim de sua história sérios problemas internos, que a ela pertenceriam homens bons e maus, e que não seria possível uma purificação radical dentro da Igreja porque a planta daninha que foi semeada às escondidas seria exteriormente de muito difícil distinção daquela que Ele mesmo havia semeado a não ser, segundo a parábola parece querer dar a entender, próximo ao fim dos tempos, quando esta distinção começaria enfim a se tornar evidente. Até lá só o Senhor sabe, com certeza,

**"quem
são
seus".**

**2
Tim.
2,
19**

E, não obstante Jesus saber de tudo isto antes de morrer, apesar disso Ele ofereceu sua vida a Deus para que a Igreja fosse fundada. Ele evidentemente julgou que valeria a pena pagar este preço; apesar de toda a sua história futura, Jesus julgou que a Igreja, mesmo com o joio misturado ao trigo, estaria cumprindo suficientemente o papel que Ele esperava dela e que motivou a sua vinda ao mundo.

A questão então é compreender que papel é este.





CAPÍTULO 7

Na verdade, Jesus, ao fundar a Igreja, fêz mais do que apenas dar início a uma sociedade qualquer.

Justamente quando, tendo ressuscitado, Ele se despediu pela última vez dos Apóstolos, após ter-lhes dado ordem de ensinar a todos os povos tudo quanto Ele próprio lhes havia ensinado, isto é, justamente quando a história da Igreja estava prestes a se iniciar, no mesmo livro em que nos foi transmitida a parábola do joio e do trigo e sua interpretação, Jesus acrescentou estas que foram, segundo o Evangelho de São Mateus, suas últimas palavras:

***"Eis que eu
estarei
convosco
todos os
dias, até a
consumação
dos
séculos".***

**Mt .
28 ,
20**

Ou seja, até aquele dia em que o joio puder distingüir-se do trigo.





CAPÍTULO 8

Pode-se ver, portanto, que Jesus não prometeu santidade ilimitada a todos quantos fizessem parte da Igreja; ao contrário, previu claramente que na Igreja haveria bons e maus convivendo uns com os outros sem que fosse possível aos homens distingüir uns dos outros com precisão, nem separá-los completamente sem cometer erros e gravíssimas injustiças, piores do que haveria se não se tentasse uma separação radical.

No entanto, embora Jesus não tivesse prometido isto à Igreja, prometeu-lhe uma série de coisas e é por este motivo, e não pelo anterior, que a Igreja é dita santa e que pareceu bem a Cristo Jesus entregar sua vida em sacrifício para fundá-la.

Mas antes de aprofundar esta questão, temos que examinar ainda algumas outras coisas que Jesus não prometeu.





CAPÍTULO 9

Conforme foi dito, Jesus não prometeu a santidade a todos os membros da Igreja.

Mas é de se observar também que Jesus nem sequer prometeu a santidade aos membros da hierarquia, visto que não a prometeu sequer aos Sumos Pontífices.

As promessas que Jesus fêz aos Sumos Pontífices, na pessoa de Pedro, contidas em Mt. 16, 18-19, um texto já citado, nada dizem em relação à santidade. Segundo esta passagem, falando a Pedro, Jesus teria dito:

***"Tu és
Pedro, e
sobre esta
pedra
edificarei a
minha
Igreja, e as
portas do
inferno não
prevalecerão
contra ela.***

***Dar-te-ei as
chaves do
Reino dos
Céus, e o
que ligares
na terra
será ligado
nos Céus; e
o que
desligares
na terra,
será
desligado
nos Céus".***

Jesus aqui não prometeu santidade aos Sumos Pontífices, sucessores de Pedro a quem foi feita esta promessa; mas, por outro lado, prometeu duas outras coisas muito importantes.





CAPÍTULO 10

A primeira é que as portas do inferno não prevaleceriam contra a Igreja construída sobre a pedra que é Pedro e, na sua pessoa, aos Sumos Pontífices que lhe sucederiam.

O sentido claro desta promessa é que na Igreja construída sobre o Soberano Pontífice não seria possível vir a ser destruído nada do que pertence à essência do Evangelho que Jesus quis deixar no mundo até o fim dos tempos. Se alguma coisa essencial ao Evangelho fosse perdida com o decorrer da história entre aqueles que estão unidos ao Soberano Pontífice, de tal maneira que aqueles que estivessem buscando a plenitude do Evangelho se vissem obrigados a procurá-la em outros lugares, sabe-se lá onde, esta promessa não teria sido cumprida.

Em outras palavras, Jesus está prometendo conservar intacta sua obra entre os homens até o fim dos tempos para todos aqueles que a desejarem e está dizendo, ademais, onde ela pode ser procurada com a segurança do aval de sua promessa.





CAPÍTULO 11

A segunda promessa que Jesus fêz nesta passagem citada é que Ele próprio daria a Pedro e aos seus sucessores no Supremo Pontificado as chaves do Reino dos Céus, de tal maneira que tudo o que fosse assim ligado na terra seria ligado no Céu, e tudo o que fosse desligado na terra seria também desligado no Céu.

Isto significa que as decisões que os Sumos Pontífices julgassem que devessem ser tomadas para a continuidade da obra de Jesus até o fim dos tempos seriam sancionadas de antemão pelo mesmo Jesus até o fim dos tempos.

Está implícita nesta promessa que tais decisões jamais poderiam vir a destruir nada do que pertence à essência do Evangelho pois, se este fosse o caso, Jesus estaria se contradizendo com a promessa anterior, segundo a qual as portas do inferno não poderiam prevalecer contra a Igreja.

Isto significa que Jesus quis garantir que jamais poderia vir a introduzir-se algo que destruísse o que Ele próprio havia instituído e desejado preservar integralmente até o fim dos tempos com qualquer decisão que os Sumos Pontífices tomassem introduzindo alguma norma disciplinar dentro da Igreja, alterando algum rito, ou dando algum ensinamento em assuntos que dissessem respeito ao Evangelho com a clara intenção de passarem a ser algo "ligado entre o Céu e a terra".





CAPÍTULO 12

Entre as promessas que Jesus fêz à Igreja temos também a já citada, a de que Jesus permaneceria com ela todos os dias até o fim dos séculos; os bons não seriam separados dos maus mas, apesar disso, Cristo estaria sempre presente na Igreja.

Esta promessa se realizou de muitos modos. Um deles, porém, havia sido profetizado mais de seiscentos anos antes de Cristo quando, falando sobre a obra do Messias que haveria de vir, assim se expressou Isaías, falando em nome de Deus:

***"Eis o
meu
servo, que
eu
amparo, o
meu
eleito, a
delícia do
meu
coração.
Coloquei
sobre ele
o meu
espírito, e
ele levará
o direito
às
nações.***

***Não
gritará,
nem
levantará
a voz, não
se fará
ouvir
pelas
praças;
não***

**quebrará
a cana
rachada,
nem
apagará a
mecha
que ainda
fumega.**

**Mas com
firmeza
promoverá
o direito,
sem
ceder,
nem
deixar-se
abater, até
que tenha
implantado
o direito,
e a sua
doutrina,
que praias
distantes
esperam".**

**Is.
42,
1-
4**

Nesta profecia Isaías não se refere apenas à vida terrena de Cristo; durante a sua vida terrena Cristo não levou o direito divino às nações, mas limitou-se a ensinar em Israel. No entanto, Isaías diz aqui do Messias que

**"Ele
levará o
direito
às
nações".**

Portanto, não pode estar se referindo apenas à vida terrena de Cristo. De fato, Cristo levou o direito divino às nações após a sua morte e ressurreição, pela sua presença na Igreja, quando com firmeza e perseverança promoverá o direito, como diz o Profeta,

**"sem
ceder,
nem
deixar-
se
abater"**

pelos pecados dos homens dos quais ele não prometeu deixar a Igreja imaculada.

**"Não
gritará,
não
levantará
a voz,
não se
fará
ouvir
pelas
praças",**

mas na verdade é Ele o Mestre que prega em meio ao joio e o trigo da Igreja, em que estão preservados os tesouros contidos no Evangelho; Ele mesmo que já havia dito, em Mateus 23, 8:

**"Não
queirais
ser
chamados
mestres,
porque
um só é o
vosso
Mestre, o
Cristo".**

Este é o Cristo que

**"Não
quebrará
a cana
rachada,
não
apagará
a tocha
que
fumega",**

da mesma forma que não dará ordem aos anjos para separarem o joio do trigo enquanto o joio não se tornar claramente distingüível do trigo.

De fato, para que serve uma tocha que não está mais acesa, mas apenas fumega? Para nada, assim como o joio. Porém, enquanto ela não estiver totalmente apagada, o Cristo, diz Isaías, não a apagará.

E para que serve uma cana rachada? É algo que, na realidade, deveria ser jogado fora; como, porém, ainda não está totalmente quebrada, mesmo que inútil, Cristo, da mesma forma que na parábola do joio, não a jogará, enquanto não terminar de se quebrar por si.

Finalmente, o que significam aquelas palavras finais de Isaías

sobre a obra de Cristo, segundo as quais

***"não se
deixará
abater, até
que tenha
implantado
na terra o
direito e
sua
doutrina,
que praias
distantes
esperam",***

senão o mesmo que se observa, quando se examina mais profundamente a história da Igreja, que há como que alguma coisa tentando continuamente abrir caminho e irromper dentro desta história?

A mesma coisa se observa também na história individual dos homens santos que, dentro da Igreja, conseguiram encontrar o caminho do Cristo. Dele é que Santo Antão dizia, no século IV, em uma carta aos monges de Arsinoé:

***"Irmãos
caríssimos,
a todos vós
que vos
preparais
para vos
aproximardes
do Senhor,
persuadí-vos
bem que
vosso
ingresso e
vosso
progresso
na obra de
Deus não***

***são obra
humana,
mas
intervenção
do poder
divino que
não cessa
de vos
assistir".***





CAPÍTULO 13

Por conseguinte, quando se diz que a Igreja é santa, o que se quer dizer com isto é que ela está unida como um corpo a uma cabeça santa, a Cristo Nosso Senhor, fonte de toda a santidade, da qual dimanam as riquezas da bondade divina, e que nela se preservam, até o fim dos tempos, por promessa de Cristo, tudo quanto é essencial ao Evangelho e todos os meios que Cristo instituiu para operar a verdadeira santidade.





CAPÍTULO 14

Em conformidade com esta afirmação está o fato de que, mesmo em um período tão conturbado quanto a primeira metade dos anos 1400 de que tratamos na segunda parte, o período em que encontramos a Peste Negra e os quarenta anos do Cisma, o trigo continuava a florescer.

São desta época, dentre muitos outros, São Bernardino de Siena, franciscano, célebre por suas pregações que muitas vezes convertiam cidades inteiras; o bem aventurado Fra Angelico, sacerdote dominicano, que dedicou sua vida à arte sacra; Santa Rita de Cássia, agostiniana depois de ter sido esposa e mãe de família, de quem a história registra que, ao falecer assistida por suas irmãs de claustro durante a madrugada de seu aniversário em 22 de maio de 1457, no momento em que cerrava os olhos, já bem alta a noite, os sinos do convento, sem que ninguém os tocasse, começaram a repicar festivamente, acontecendo a mesma coisa com os demais sinos dos campanários da cidade; e, dentre outros ainda, também Santo Antonino, amigo de Fra Angelico, mais tarde arcebispo de Florença.

Com dezesseis anos, desejando seguir a Cristo, Antonino havia pedido ingresso no convento dos dominicanos de Fiesole, o mesmo em que havia ingressado Fra Angelico. O responsável, Frei Dominici, vendo-o ainda criança, para não magoá-lo, respondeu- lhe por brincadeira que somente poderia admitir ao noviciado jovens que soubessem de cor todo o Direito Canônico.

Naquela época, em que ainda não havia imprensa, o Direito Canônico significava o Decreto de Graciano, uma compilação de leis que atualmente, impressas, constituem um volume de quase mil páginas da Patrologia Latina de Migne.

**- O jovem
Antonino
por acaso
já sabe de
cor o
Direito
Canônico?**

**- Não,
Frei
Dominici,**

foi a resposta de Antonino.

**- Então,
quando
o jovem
Antonino
o
souber,
poderá
voltar e
será
admitido.**

Mas o jovem Antonino não percebeu que se tratava de uma brincadeira. Não se sabe como, mas menos de um ano depois Antonino apresentou-se novamente ao mesmo Frei Dominici dizendo que já sabia de cor todo o Direito Canônico.

Frei Dominici não quis acreditar. Talvez agora ele é que teria pensado que se tratava de uma brincadeira. Mas, ante a insistência de Antonino, verificou perplexo que, ao contrário de alguns meses antes, desta vez não se tratava mais de uma brincadeira, e não teve dúvidas em admitir o jovem.

Auxiliado pela graça divina, foi este desejo tão ardente de seguir a Cristo que levou Frei Antonino à santidade; e esta brincadeira, que lhe havia pregado Frei Dominici, acabou por desenvolver no

jovem um conhecimento precoce e profundo de Moral de Direito Canônico. Mais tarde Santo Antonino se tornou o primeiro teólogo na Igreja que escreveu um tratado de Teologia dedicado exclusivamente à Teologia Moral.

Anos mais tarde, quando Fra Angelico pintava no Vaticano, o Para Eugenio IV, o segundo após o fim do Cisma na Igreja, conversando com Fra Angelico, convidou Fra Angelico a ser o novo arcebispo de Florença. Mas Fra Angelico candidamente recusou, declarando que conhecia um seu colega, Frei Antonino, que era muito mais capaz do que ele e que seria um arcebispo modelo para a cidade de Florença.

**- O
Espírito
Santo
falou
por tua
boca,
Fra
Angélico,**

foi a resposta de Eugenio IV.

Como arcebispo de Florença, frei Antonino foi para a sua diocese um segundo Salomão.

Certa vez, um rico senhor de Florença veio pedir-lhe que excomungasse um outro negociante da cidade que lhe devia uma certa quantia em dinheiro. Era costume naquela época, em Florença, pedir-se a excomunhão dos devedores.

Frei Antonino respondeu-lhe que ele não sabia, na verdade, o que estava pedindo. E, para demonstrar o que afirmava, tomou um pãozinho quente que estava sobre a sua mesa e disse ao homem que iria pronunciar a excomunhão daquele pãozinho para que ele soubesse o que lhe estava sendo pedido que fizesse com o seu semelhante. Pronunciou então a fórmula de excomunhão sobre o pãozinho e no mesmo instante este se tornou negro como um carvão.

**- "É
desta
cor",**

comentou Frei Antonino,

***"que fica a alma
dos
excomungados".***

Seria isto que o homem desejava que fosse feito ao seu irmão? Mas, a opinião do santo Arcebispo, nem sequer um pãozinho mereceria aquela condenação. Logo em seguida, Frei Antonino abençoou o pãozinho que retornou à sua primitiva brancura. Admirado com semelhante prodígio, o negociante passou a espalhar o fato por toda a parte, e em breve desapareceu de Florença a pena de excomunhão contra os maus pagadores.

A fama dos julgamentos e das sentenças de Frei Antonino cresceu e se espalhou a tal ponto que com o passar do tempo a Santa Sé passou a recusar de antemão todas as apelações contra as decisões que o santo Arcebispo proferia em Florença. Em vez disso, o Papa passou a declarar que seria muito útil à jurisprudência da Igreja que fossem registradas todas as sentenças do santo Arcebispo.

No conclave em que, com a morte de Eugênio IV, foi eleito o Papa Nicolau V, Frei Antonino, embora não fosse cardeal, teve considerável número de votos para o Supremo Pontificado.





CAPÍTULO 15

Tudo isto deixa entrever qual seja a obra que Cristo quis promover pela Igreja, e porque nela o joio é misturado com o trigo.

O obra que Cristo promove dentro da Igreja é a continuação da obra narrada pelas Sagradas Escrituras, no Velho e no Novo Testamento.

De que obra se trata?

Diz Hugo de São Vitor que

"Quem se aproxima das lições das Sagradas Escrituras com o desejo de aprender, deve considerar primeiro qual é o assunto de que tratam, pois assim poderá alcançar mais facilmente a verdade e a profundidade das suas sentenças.

A matéria de todas as

***Sagradas
Escrituras é
a obra da
restauração
humana".***

De
Sacramentis
Fidei
Christianae
PL 175,
183

É muito importante notar que Hugo de São Vítor poderia ter dito que a matéria de que tratam as Sagradas Escrituras é a obra da evolução humana. Entretanto, não disse a obra da evolução humana, mas a obra da restauração humana. Ao não ter dito evolução, mas restauração, quis se referir a algo a que o homem já deveria ter chegado, mas não chegou; quis se referir a algo que o homem já deveria ser, mas por algum motivo não é; quis dizer que o homem está deixando de possuir alguma coisa que já deveria estar possuindo não por estar de passagem do estado imperfeito para o perfeito, mas por um verdadeiro defeito.





IIIª Parte. B.

CAPÍTULO 16

Nossa intenção nesta introdução é uma compreensão das motivações que concorreram para a convocação do Concílio Vaticano II. Estas se referem à problemática particular do homem do século XX dentro da obra de Cristo. Esta problemática remonta, por sua vez, a um prolongamento do movimento que passou a ser conhecido como Renascimento, movimento que surgiu precisamente nesta época que veio logo em seguida à Peste Negra, ao Cisma, às vidas de Santa Rita de Cássia e de Santo Antonino.

Se considerarmos que o Renascimento nesta época só pôde surgir devido aos problemas particulares que a civilização ocidental e, dentro dela, a Igreja já enfrentavam há séculos, causados pela convulsão feudal, pode-se dizer, em um sentido muito lato, que os problemas que causaram a convocação do Concílio Vaticano II remontam, por uma sucessão de causalidades históricas, ao feudalismo. Mas em um sentido mais próprio remontam ao Renascimento, no sentido em que o Renascimento é o berço do modo moderno de pensar, de uma cosmovisão em que o mundo, o homem, sua formação e seus objetivos são considerados de um modo que, quando examinados em seus pressupostos que raramente são explicitados aos homens que deles vivem, verifica-se que tais pressupostos são radicalmente opostos aos que conduziram a um entendimento da boa nova trazida por Cristo, e que tais pressupostos são tacitamente aceitos inclusive por aqueles que se afirmam, e com sinceridade, serem cristãos. Neste sentido, os problemas do homem de hoje remontam ao Renascimento não apenas por uma sucessão causal, mas também porque ali já estava em embrião algo que posteriormente foi cultivado e que veio a desenvolver-se extraordinariamente.





CAPÍTULO 17

Os dois pontificados que vieram depois do término do Cisma na Igreja, durante a primeira metade dos anos 1400, sob os Papas Martinho V e Eugênio IV, não viram novos problemas dentro da Igreja que os tivessem marcado profundamente, além dos que já existiam, e que não eram poucos. Mas estes pareciam que, com o tempo, embora não sem dificuldades, iriam se encaminhar naturalmente para uma solução, assim como o problema da reforma da Igreja de que falamos na primeira parte.

Mas o fato é que, logo em seguida à Peste Negra de 1348, em uma coincidência cronológica que não é um mero acaso, iniciou-se na Europa, a partir da região norte da Itália, o que ficou sendo conhecido como o movimento Renascentista. Descrever o que foi o movimento Renascentista não é uma tarefa simples, mesmo porque foi muito mais do que sugere, num primeiro momento, o nome de movimento. O Renascimento foi, na verdade, uma transformação profunda que se operou na sociedade da época devido a uma multidão de fatores.





CAPÍTULO 18

Um primeiro fator desta transformação tão profunda que se operou na sociedade desta época proveio da área educacional.

As transformações, tanto no campo prático como no campo das idéias, na área educacional são de fundamental importância para a compreensão das transformações da sociedade, pois é no campo educacional que se formam as pessoas que irão integrar a sociedade. Uma transformação na área educacional é sempre um indício de uma mudança que está ocorrendo ou que vai ocorrer na sociedade.





CAPÍTULO 19

Nós que atualmente vivemos no século XX e estamos acostumados com a idéia de um curso primário e secundário seguidos de um curso universitário em que se aprende uma profissão adquirimos também o hábito de pensar que este sistema de educação é um sistema de um valor absoluto. Isto é, imaginamos que não seja possível que exista uma outra maneira de se educar dignamente um ser humano que não seja esta, um curso primário e secundário mais ou menos comum para todos, graduado em séries, que desemboca em um curso superior que se divide em muitas áreas específicas em que cada um aprende uma profissão de sua escolha, tudo isto ministrado em salas de aula em que se ensinam matérias que nós conhecemos por meio de um professor falando junto a um quadro negro transmitindo conhecimento para alunos que estejam anotando o que ele diz em um caderno. A impressão que todos tem, ademais, é que sempre foi assim em toda a história, com a única diferença é que na antiguidade, embora se fizesse essencialmente isto, deveria com certeza ser feito de alguma maneira mais primitiva.

É natural para o homem de hoje que se imagina que esta forma de educação esgote todas as possibilidades de formação do homem, porque este sistema existe atualmente em todo o mundo conhecido. Se formos aos Estados Unidos, à Itália, à França, à Inglaterra, à Arábia, à Índia ou à China, o ensino poderá ser mais ou menos perfeito, mas trata-se do mesmo método e da mesma concepção.

Esta difusão tão homogênea das idéias educacionais no mundo inteiro é que nos faz supor que esta seja a única forma possível de formação do homem, e que desde a época do Império Romano ou mesmo antes sempre assim tenha sido, com a vantagem para os dias modernos de que o método esteja mais aperfeiçoado. Tal suposição, porém, é um engano.





CAPÍTULO 20

Na realidade, o sistema de educação que nós temos hoje não começou no Império Romano ou mesmo antes, mas na Renascença, cujo exame estamos nos preparando para iniciar. Na época da Renascença iniciou-se uma mudança profunda no modo de pensar dos homens e houve, por consequência, profundas mudanças também nas concepções sobre como de deveria formar o homem. Antes da Renascença, porém, as idéias que norteavam a educação tinham muito pouca relação com o sistema educacional que conhecemos hoje. Vamos examinar algo, portanto, de como era a educação antes.





CAPÍTULO 21

Para entender como era a Educação antes da Renascença, temos que saber que a civilização que temos hoje, a civilização dita ocidental, se originou de uma fusão de três outras civilizações, isto é, resultou da fusão da civilização hebraica com a grega e a romana.

A mais antiga destas era a civilização hebraica, a qual, por causa das conquistas de Alexandre o Grande no Oriente, entrou em profundo contato com a civilização grega.

Mais tarde, quando os romanos conquistaram também o Oriente, incorporaram gregos e hebreus ao seu Império, fundindo estas três civilizações, romana, grega e hebraica, no mesmo Império Romano.

Meio século depois dos romanos haverem conquistado praticamente tudo o que havia da civilização grega e hebraica no Oriente, nasceu Jesus Cristo em Israel e ordenou aos Apóstolos que ensinassem o Evangelho ao mundo inteiro. Foi a expansão do Cristianismo que terminou consolidando a fusão destas três civilizações em uma só.

Da civilização hebraica veio a religião, os gregos entraram com a cultura, a arte e a filosofia, e os romanos com a organização militar e política e a ciência do Direito.

De onde, porém, proveio a educação? A pedagogia, no sentido que este termo possui hoje em nossa civilização, não proveio dos romanos nem dos hebreus, mas dos gregos. A escola, no sentido que nós temos hoje, é uma herança da civilização grega. A educação que havia entre os primeiros romanos não era feita em escolas, e as escolas que havia entre os hebreus não eram as do tipo que vingou em nossa civilização.





CAPÍTULO 22

Mas, entre os gregos, quem foi que inventou a escola?

Ao que tudo indica, quem inventou a escola entre os gregos foi o filósofo Pitágoras. Antes de Pitágoras ensinava-se na Grécia, muito rudimentarmente, mas só com Pitágoras é que surgiu a primeira escola propriamente dita.

A história diz que os primeiros filósofos gregos de que se tem notícia foram Tales e Anaximandro de Mileto, uma cidade grega situada na costa oeste da atual Turquia, por volta do ano 600 AC.

Pitágoras foi discípulo de Tales; pertenceu, portanto, à segunda geração de filósofos gregos. Tales, provável primeiro mestre de Pitágoras, havia passado muito tempo estudando entre os sábios do Egito, depois do que retornou à pátria e instalou-se na cidade colônia grega de Mileto, onde permaneceu até a morte. Pitágoras havia nascido em uma ilha muito próxima, situada quase em frente a esta cidade; provavelmente ainda em sua juventude atravessou o pequeno estreito de mar que separava a ilha do continente e foi estudar com Tales e Anaximandro de Mileto.

Depois de ter estado com Tales e Anaximandro, Pitágoras teria passado ao Egito onde teria estudado uma ou duas décadas entre os sábios egípcios e, segundo alguns historiadores antigos, teria passado depois algum tempo estudando na Mesopotâmia. Muitos anos depois de ter deixado Mileto, retornou à sua pátria e fundou uma escola em uma outra cidade colônia grega no sul da Itália. Nossas escolas são uma herança distante desta primeira escola de Pitágoras.

Qual era a finalidade desta escola?

Não era, de modo algum, oferecer um ensino profissionalizante. Na escola de Pitágoras não se entrava para aprender alguma coisa com que depois se pudesse ir ganhar a vida.

Quem entrava na escola de Pitágoras, de início, entrava para

ficar nela até o fim da vida, e o que se ensinava era a própria busca da sabedoria.

Foi o próprio Pitágoras quem criou o nome "filósofo", que em grego significa "amor à sabedoria". Quem entrava nesta escola entrava, portanto, para buscar o mais possível tornar-se um homem sábio, e não para ganhar dinheiro depois que o fosse. Ele fazia isto por amor à sabedoria e com nenhum outro objetivo ulterior senão o de prosseguir nesta busca para sempre.

Pitágoras deve ter sido bem sucedido neste seu ideal, pois a história registra que suas escolas se multiplicaram no sul da Itália e que era muito comum que os que dela participavam fossem chamados para assessorarem os governantes das cidades gregas, quer por iniciativa dos governantes, quer por exigência dos próprios cidadãos, ao que os pitagóricos costumavam anuir de boa vontade sem se desvincularem das escolas.





CAPÍTULO 23

As escolas pitagóricas começaram a se multiplicar no sul da Itália e com o correr do tempo alguns filósofos que tinham tido contato com os pitagóricos se dirigiram para a cidade de Atenas. Isto se deu entre os anos 500 e 400 AC.

Este foi um período de imensa riqueza e prosperidade para o povo de Atenas. Foi o século chamado de Época de Péricles, nome de seu mais famoso governante. A fama e a prosperidade de Atenas atraíram para lá alguns filósofos provenientes do sul da Itália, assim como outros provenientes da região de Mileto, onde a Filosofia ainda era transmitida como o tinha sido na época da juventude de Pitágoras, de mestre para discípulo sem a utilização de uma instituição.

Deste contato da cidade de Atenas com os filósofos do sul da Itália e da região de Mileto, ocorrido entre os anos 500 e 400 AC, resultaram várias conseqüências. A primeira foi a floração dos maiores filósofos da civilização ocidental, isto é, Sócrates, Platão, que foi discípulo de Sócrates, e Aristóteles, que foi discípulo de Platão, todos eles atenienses de nascença ou de fato.

Platão, profundamente estimulado pelo exemplo de Sócrates, a quem considerava como seu mestre, após a morte de Sócrates passou algum tempo entre as escolas pitagóricas e também entre os egípcios. Fundou depois em Atenas, em um campo comprado de um homem cujo nome era Academo, a primeira escola de filosofia independente das escolas pitagóricas, embora seja patente a profunda influência que as escolas de Pitágoras tiveram na concepção da escola de Platão. A escola de Platão ficou posteriormente conhecida como a Academia, por causa do nome do antigo dono do terreno. Embora independentes e conhecidas por nomes diversos, as concepções fundamentais sobre Educação nas escolas de Pitágoras e na Academia de Platão são, no entanto, essencialmente as mesmas.

O programa ideal de Educação, segundo Platão, está esboçado em um livro escrito por ele intitulado "A República". É um

programa intenso de formação e estudo que se inicia aos sete anos de idade e prossegue até os cinquenta e cinco anos.

Segundo `A República', durante a infância e a adolescência deveriam ser cultivadas as virtudes, entre as quais tinham grande relevância o amor à verdade, o não temer a morte e a justiça nas relações com os demais seres humanos.

Quando o jovem tivesse dado provas suficientes de ter desenvolvido uma vida de virtude, segundo diz Platão na República,

"à medida em que a vida for avançando e o intelecto começar a amadurecer, intensificar-se-á pouco a pouco a ginástica da alma".

Isto era feito colocando o aluno em contato com as ciências matemáticas, para desenvolver progressivamente o raciocínio abstrato,

"mas sem impor pela força este sistema de educação".

Aqueles que, depois de aproximadamente uma década de estudo intenso e espontâneo dos vários ramos da matemática

conseguissem

***"contemplar
a natureza
dos
números
com a
ajuda
exclusiva
da
inteligência,
sem
introduzir
objetos
visíveis ou
palpáveis
na
discussão",***

estariam prontos, por volta dos trinta anos de idade, para se dedicarem ao estudo da Filosofia até os cinquenta e cinco anos.

Platão adverte para que não se faça os jovens se dedicarem à Filosofia antes dos trinta anos porque, se o fizerem despreparados e antes desta idade,

***"tomarão a
Filosofia
como um
jogo e, em
vez de se
prepararem
para
investigar a
verdade, a
transformarão
em um jogo
de
contradições
a fim de se
divertirem".***

Foi neste sistema de ensino que se formou Aristóteles e os que conhecem de perto a genialidade deste homem reconhecem como ela é fruto da educação ministrada na escola de Platão.

Este foi, portanto, o primeiro tipo de escola da história de nossa civilização, uma escola voltada puramente para a sabedoria.





CAPÍTULO 24

Na época em que surgiu a escola de Platão, porém, surgiu também um segundo tipo de escola.

Nesta época o sistema político que havia em Atenas era o que se chamava de Democracia. Embora tivesse seu nome em comum com o das modernas democracias, tratava-se no entanto de uma democracia muito mais radical do que as democracias que existem na atualidade. As democracias modernas, de fato, são democracias em que o povo não governa, mas indica quem são os que vão governar. Em Atenas, porém, não havia governantes indicados que decidissem as questões importantes. Era o próprio povo que, pelo voto, tomava ele próprio, reunido em Assembléia Popular, as decisões últimas em todos os assuntos vitais. Nestas assembléias, em que todos os cidadãos eram convocados, qualquer pessoa que quisesse falar poderia tomar a palavra; só depois de todos os interessados serem ouvidos se procederia a uma votação. Na prática, porém, em circunstâncias como esta, era freqüente que muitas questões fossem de fato decididas não pelo povo, mas por aqueles que eram os melhores oradores e que conseguiam convencer a multidão de que deveria-se votar em um ou outro sentido.

Foi neste ambiente que alguns filósofos de muito pouca categoria, homens que tinham tido algum contato com as escolas pitagóricas da Itália ou que haviam passado algum tempo junto a algum filósofo importante, ou que simplesmente haviam lido as obras de alguns filósofos e possuíam algum apreço superficial pelo assunto começaram a organizar um segundo tipo de escola que, ao contrário da anterior, não era para sempre ou para maior parte da vida, mas para alguns meses, um ano ou no máximo alguns poucos anos. Tinham uma determinada finalidade que não era a busca da sabedoria, eram pagas e era comum tentar-se cobrar o máximo possível, dependendo da fama do mestre e das condições do lugar. Estas escolas basicamente ensinavam a falar em público. Eram escolas de oratória.

As pessoas que organizaram as primeiras destas escolas de

oratória ou que ministravam estes cursos foram chamados pelos verdadeiros filósofos de sofistas. A palavra sofista vem de 'sofia', termo que em grego significa sabedoria; era a mesma raiz que também constituía a palavra filosofia, mas não designava agora mais a verdadeira filosofia, mas uma caricatura da sabedoria.

As escolas dos sofistas aceitavam jovens que tinham posses e durante três ou quatro anos estes aprendiam as regras do uso da linguagem, a falar e a escrever bem, a expressarem-se em público. Os discursos de professores e alunos eram anotados e depois analisados e criticados. Os alunos eram exortados a ler bastante livros, os quais então na Grécia eram provavelmente mais disponíveis do que em qualquer outra parte do mundo. Entre os livros que os alunos dos sofistas eram exortados a ler estavam inclusive os dos filósofos, não porém, tendo em vista a busca da verdade ou da sabedoria, mas para aumentar a bagagem cultural e poder com isto falar melhor em público, o que, de fato, era o objetivo final e mais importante de todos.

Falar bem em público era o objetivo mais importante de todos porque isto possibilitava retorno monetário e poder. Quem soubesse falar bem em público poderia com isto ser eleito para algum cargo, poderia convencer os cidadãos a decidirem as questões importantes conforme ele julgasse mais correto ou mais conveniente, inclusive decisões tais como a declaração ou a cessação de uma guerra.

Durante toda a antigüidade foram estes os dois modelos fundamentais de educação disponíveis, um quadro bem diverso do da educação moderna.





CAPÍTULO 25

As linhas fundamentais deste quadro da educação antiga tem sua origem, portanto, antes de Cristo, na antiga Grécia.

Durante a época antiga as escolas não eram financiadas pelo governo, nem pelo governo democrático de Atenas, nem pelo governo imperial dos romanos, nem por qualquer outro governo que tivesse havido. Não havia ministério da educação para controlar o que fosse ensinado. Não havia uma opinião generalizada segundo a qual disponibilizar o ensino para todos seria uma obrigação dos governos, nem sequer que fosse uma obrigação das pessoas terem que se instruir. Poderia ensinar quem quer que quisesse ensinar e julgasse que tivesse o que ensinar, e poderia aprender quem estivesse disposto a aprender com quem quisesse ensinar e, fora do ensino elementar de escrita e leitura, o que havia na prática para ser ensinado era um ensino extremamente rígido ministrado pelos filósofos nas escolas pitagóricas e nas escolas que floresceram depois das de Platão e Aristóteles quase que exclusivamente na cidade de Atenas e o ensino de oratória que, a partir da Grécia, proliferou copiosamente e era ministrado em quase todas as cidades importantes.

Na verdade, a primeira vez em toda a história da humanidade em que surgiu alguém com a idéia de que havia alguma coisa que devesse ser ensinada a todos os homens sem exceção e que, ademais, havia alguém que tinha a obrigação de fazer com que todos tivessem acesso a este ensino foi quando, pouco antes de ascender ao Céu, Cristo Jesus dirigiu suas últimas palavras aos apóstolos e lhes ordenou que fossem ensinar a todos os povos da terra tudo quanto Ele próprio lhes havia ensinado.

Na antigüidade, ademais, não havia escolas para quem quisesse ser médico, não havia escolas para quem quisesse ser arquiteto ou aprender alguma profissão. Havia, certamente, o modo de aprendê-las, mas este modo não era através de uma escola no sentido que damos hoje a este termo. A medicina, a arquitetura e as profissões em geral não se ensinavam nas escolas. Quem quisesse ser médico deveria pedir a quem já o fosse que lhe permitisse ser seu ajudante; quando este médico falecia,

apostava-se ou julgasse que poderia testemunhar que seu discípulo havia aprendido a arte que ele próprio exercia, o antigo ajudante passava a exercer a medicina por si próprio.

A mesma coisa acontecia com a arquitetura e com todas as demais profissões. Era inconcebível na antigüidade que estas coisas fossem objeto de educação. Tais coisas não poderiam ser objetos de educação propriamente dita porque tratavam-se de simples técnicas, que cada um deveria-se esforçar-se como pudesse para aprender; a educação propriamente dita era algo que deveria ter por fim objetivos mais nobres. Mesmo no caso dos oradores, os quais, segundo os filósofos, ministravam um ensino que não era mais do que uma caricatura daquilo que a verdadeira educação deveria ser, os bons professores de retórica, passada a primeira época da sofística ateniense, supunham eles não estar ensinando uma técnica em suas escolas, mas estarem formando as qualidades que uma pessoa deveria possuir para exercer a cidadania como um homem livre.

Próximo ao fim do Império Romano no ocidente, surgiu um terceiro tipo de escolas. Foram as escolas de Direito, devido ao grande desenvolvimento e complexidade que as leis romanas alcançaram por esta época. Estas escolas desenvolveram-se, porém, a partir das escolas de oratória, pois a princípio eram advogados os grandes oradores.





CAPÍTULO 26

Observa-se, portanto, no mundo antigo, duas tendências educacionais básicas.

Nos filósofos encontra-se pouca ênfase nos estudos referentes à linguagem e uma grande importância dada aos estudos que desenvolvem a inteligência abstrata. Esta tendência vinha desde Pitágoras e mesmo desde Tales, que a história aponta como versados em matemática e astronomia. Incorporou-se, porém, ao patrimônio da civilização ocidental propriamente com Platão, que aconselha, na `República', aos que iriam estudar Filosofia, que se dedicassem antes ao aprendizado de quatro disciplinas que ele elenca como sendo a matemática, a geometria, a astronomia e a música. Tais como foram propostas por Platão, estas quatro disciplinas tinham grande afinidade entre si e podem ser consideradas em seu conjunto como ciências matemáticas. A astronomia da época não era, de fato, a moderna astrofísica, mas a astronomia de posição, em que as considerações geométricas e matemáticas eram fundamentais, e a música de que fala Platão não é o aprendizado da virtuosidade no cantar ou no tocar um instrumento, mas uma teoria da harmonia dos sons em que se estudava-se com ênfase, por exemplo, os modos das vibrações das cordas

Já os oradores davam ênfase aos estudos como gramática, lógica e retórica.





CAPÍTULO 27

Com o advento do Cristianismo, à medida em que o Império desmoronava e o ensino passava para as escolas monásticas, ambas estas tendências foram se fundindo em uma só, e estas várias disciplinas passaram a ser conhecidas como artes liberais.

As quatro disciplinas que Platão havia indicado como sendo fundamentais e introdutórias à Filosofia, isto é, a Matemática, a Geometria, a Astronomia e a Música, passaram a ser conhecidas pelo nome de Quadrivium, e as outras disciplinas tomadas como relevantes pelos oradores, como a Gramática, Retórica e Lógica, passaram a ser conhecidas pelo nome de Trivium.

Depois de Santo Agostinho começou-se gradualmente a considerar que o curso normal do aprendizado seria passar primeiramente pelo Trivium, que na época era também conhecido como `Verba', plural latino de `Verbum', termo que significa `palavra', pois neste primeiro ciclo o que deveria ser estudado relacionava-se principalmente com as palavras, para depois passar pelo Quadrivium, também conhecido como `Res', plural latino de `Res', termo que significa tanto `coisa' como seu plural `coisas'. O Quadrivium era, portanto, o estudo das coisas e o Trivium era o estudo das palavras.

Depois que o aluno passasse pelo Trivium e pelo Quadrivium teria, então, no ensino dado pelos mosteiros, maturidade para um estudo mais profundo não de Filosofia, mas das Sagradas Escrituras.

A concepção do ensino passou então por uma notável mudança. Na época de Santo Agostinho, do século IV para diante, as escolas de Filosofia estavam em decadência. As escolas de oradores eram mais comuns, mas a educação a que os cristãos passaram gradualmente a dar importância era a que consistia no Trivium, no Quadrivium e nas Sagradas Escrituras. Onde ficava a Filosofia neste conjunto? A Filosofia grega foi passando gradativamente ao esquecimento e, para ocupar o seu lugar, entraram as Sagradas Escrituras. Este outro sistema de ensino generalizou-se nos mosteiros cristãos desde o fim do

Império Romano até o início da Idade Média devido em grande parte à influência de um livro escrito por Santo Agostinho, intitulado De Doctrina Christiana, em que ele descreve um ensino baseado nas artes liberais servindo de apoio ao estudo das Sagradas Escrituras.





CAPÍTULO 28

Estando as coisas configuradas deste modo, entre os anos 1000 e 1100 DC, uma série de circunstâncias fez com que confluíssem para a cidade de Paris professores de grande sabedoria, alunos provenientes das mais variadas partes do mundo conhecido e a organização de certo número de importantes escolas.

Foi também nesta época que um jovem, proveniente da Alemanha, ingressou no Mosteiro de São Vitor então ainda recém fundado em Paris. Tornou-se profundo conhecedor das Escrituras, dos Santos Padres e da Ciência Sagrada constituída por ambas. Mais tarde, já como professor, organizou a escola que havia surgido anexa ao Mosteiro de São Vitor. Posteriormente este professor passou a ser conhecido como Hugo de São Vitor, e foi o primeiro estudioso que iniciou uma sistematização da doutrina contida nas Sagradas Escrituras como o seu tratado De Sacramentis Fidei Christianae, expressão que no colorido da linguagem da época significava "Os Mistérios da Fé Cristã". Antes dele uma tentativa semelhante só havia sido feita nos anos 700 por São João Damasceno no Oriente Médio; tratou-se, porém, de um caso isolado. A partir de Hugo de São Vitor o estudo da Sagrada Escritura começou a deixar de ser apenas o estudo do texto das Sagradas Escrituras e dos seus comentadores para incluir também o estudo da síntese da doutrina nelas contida.

Um dos discípulos de Hugo de São Vitor, Pedro Lombardo, antes de ter sido arcebispo de Paris, foi professor em outra escola situada, tal como o Mosteiro de São Vitor, também em Paris. Era a escola anexa à catedral de Notre Dame. Nesta época Pedro Lombardo redigiu um trabalho semelhante ao de Hugo, que veio a ser conhecido como Os Quatro Livros das Sentenças de Pedro Lombardo, ou simplesmente O Livro das Sentenças. Este livro veio a ser a origem de todas as grandes Summae Theologiae que viriam logo a seguir, inclusive a de Santo Tomás de Aquino.





CAPÍTULO 29

Foi da união em corporação dos professores e estudantes das escolas de Paris, tais como a do Mosteiro de São Vitor e da escola catedralícia de Notre Dame que surgiu, por volta de 1200 DC, a Universidade de Paris.

Nesta Universidade não era ministrado apenas o ensino superior. A Universidade de Parir ministrava, e nisto serviu de modelo para as demais universidades que foram surgindo, tanto o ensino secundário como o superior. Podia-se entrar nela com cerca de quinze anos, estudava-se o Trivium, o Quadrivium e depois Teologia. O ciclo completo dos estudos se estendia até os 35 anos, e seguia a metodologia iniciada por Hugo de São Vitor e Pedro Lombardo, na qual uma das características fundamentais era a busca dos trabalhos de síntese, coisa que, conforme já havia notado Hugo de São Vitor em seus textos sobre Pedagogia, é o resultado do cultivo, por parte dos alunos, da atividade da contemplação.





CAPÍTULO 30

Sucedeu, porém, que justamente nesta época, logo após Hugo de São Vitor e Pedro Lombardo, começaram a aparecer entre os estudiosos de Paris, após muitos séculos de esquecimento, as obras do filósofo grego Aristóteles, obras que em seu conjunto constituem o mais monumental trabalho de síntese que o pensamento antigo havia produzido.

Será importante examinar de que modo a obra de Aristóteles veio a reaparecer na cristandade precisamente nesta época e em Paris.

Na antigüidade as obras de Aristóteles não tiveram uma grande difusão como muitas outras a tiveram, devido não só à sua complexidade, como também ao fato de terem sido redigidas de uma forma extremamente complicada para serem entendidas. Alguns pensam que isto se deve ao fato de não haver sido o próprio Aristóteles quem as escreveu, sendo as obras de Aristóteles na realidade constituídas pelos apontamentos dos alunos que tomavam notas de suas aulas, talvez com alguma revisão por parte do mestre. Já segundo Plutarco, famoso escritor grego da antigüidade, teria sido o próprio Aristóteles quem as escreveu propositalmente neste estilo. Diz, de fato, Plutarco ao escrever a vida de Alexandre o Grande, ex aluno de Aristóteles, que quando Alexandre já se encontrava na Ásia no comando dos exércitos macedônios que conquistariam para os gregos todo o mundo oriental, soube que Aristóteles havia publicado em livros alguns tratados de Filosofia. Alexandre, então, teria escrito a Aristóteles a seguinte carta:

**"Alexandre
a
Aristóteles,
saudações.**

**Fizeste
mal em
editar os
tratados
de
Filosofia.
Em que
eu, que fui
teu
discípulo,
irei
superar
aos
demais
homens,
se as
coisas que
tu me
ensinaste
se tornam
agora
comuns a
todos?
Gostaria
de ser
superior
antes pela
melhor
instrução
do que
pelo
poder".**

Mas Aristóteles respondeu a esta mensagem, continua Plutarco, dizendo a Alexandre que este não se preocupasse, porque os seus livros não seriam de nenhum préstimo para o ensino ou o

aprendizado, e que neste sentido seria indiferente se fossem ou não publicados, pois haviam sido escritos apenas para o uso daqueles que já haviam sido instruídos.

De fato, qualquer que seja a versão certa dos fatos ocorridos, o que se pode constatar é que as obras de Aristóteles são muito diversas das que nos deixou Platão, as quais, embora profundas, são de leitura fácil e agradável. Em contraposição a elas, as de Aristóteles são praticamente impossíveis de serem entendidas pela simples leitura, e este foi um dos principais motivos para a sua pouca difusão, não obstante a sua importância.

Não bastasse este já não pequeno problema, coincidiu que a época em que viveu e floresceu Aristóteles foi a mesma em que Alexandre, rei dos Macedônios, subjuguou não apenas todo o Oriente, mas também, e em primeiro lugar, toda a Grécia. Era natural, portanto, que os gregos tivessem ódio pelos macedônios. Sob este ponto de vista, não era a situação ideal para Aristóteles que vivia e filosofava entre os gregos não apenas ter sido o professor de Alexandre, como ademais ele próprio, Aristóteles, ser também um macedônio, embora tivesse vivido a melhor parte de sua vida em território grego. Ponderadas estas coisas, quando morreu o Filósofo, seus discípulos julgaram que seria uma boa medida de segurança esconderem suas obras no sótão da casa de um certo Neleu, no que parece terem tido bastante razão, pois estas obras ali permaneceram, esquecidas e intactas, durante quase trezentos anos.

Pouco antes de Cristo estas obras reapareceram, na mesma época em que os romanos invadiam e conquistavam a Grécia. As obras do Filósofo foram então levadas para Roma, onde os romanos encarregaram ao filósofo Andrônico de Rodes que as colocasse em ordem e as publicasse.

A notícia de que haviam chegado a Roma as obras do grande Aristóteles empolgou a nascente intelectualidade romana. Os romanos, finalmente, iriam tomar conhecimento do que havia escrito este grande sábio.

A expectativa foi longa, pois a obra era, além de extensa,

bastante complexa, e todos sabiam que devia tratar-se de alguma coisa de transcendental importância.

Quando Andrônico acabou o trabalho, porém, que decepção! Sim, talvez fosse alguma coisa transcendente, mas a linguagem era tão concisa e difícil que quase ninguém conseguia entender alguma coisa, e poucos foram os que se animaram a passar da simples leitura ao trabalho paciente e necessário para decifrar o que estava ali contido. O próprio Cícero afirmou, alguns anos mais tarde, que embora as obras de Aristóteles estivessem já disponíveis em Roma, pouquíssimos eram aqueles que as conheciam verdadeiramente. Tais obras, pois, acabaram circulando entre um grupo muito restrito de filósofos que, ademais, em sua maioria não tinha um interesse direto nos mesmos.

Por volta do ano 500 DC estes poucos filósofos que tinham algum interesse por Aristóteles emigraram para a Síria. Quando, pouco tempo mais tarde, os muçulmanos conquistaram a Síria, foram estes que resolveram finalmente compreender a fundo o que Aristóteles realmente tinha a dizer. As obras de Aristóteles foram traduzidas para o árabe e, da Síria, já em versão árabe, atravessaram o Egito e o norte da África e, margeando todo o deserto do Saara, chegaram finalmente à Espanha, quando se deu a conquista muçulmana da península Ibérica.

Foi então que, nos anos 1100 DC, na Espanha, os cristãos começaram a entrar em contato com Aristóteles, não com o Aristóteles original em grego, que ninguém sabia bem onde estava, mas com o Aristóteles traduzido pelos muçulmanos em língua árabe. Percebendo a importância daqueles livros, o arcebispo de Toledo reuniu, vindos de toda a Europa, homens que conhecessem ao mesmo tempo árabe e latim os quais constituíram um grupo de tradutores que aos poucos foi vertendo as obras de Aristóteles para uma língua que pudesse ser lida pelos sábios cristãos. De Toledo, à medida em que o trabalho ia avançando e novas obras de Aristóteles iam surgindo, cópias das traduções feitas eram enviadas para Paris.

Pode-se avaliar, pois, todo o tamanho da várias vezes secular viagem que os escritos do Filósofo tiveram que enfrentar antes de chegar ao pleno conhecimento de nossa civilização. Depois de escondidos trezentos anos em um sótão, foram capturados

pelos romanos, viajaram da Grécia para Roma, de Roma para a Síria, da Síria para a Espanha atravessando de todo o norte da África, da Espanha para a França, vertidas do grego para o árabe e do árabe para o latim, tudo isto ao longo de aproximadamente mil e quinhentos anos. As obras foram aparecendo finalmente na França aos poucos, juntamente com diversos comentários de filósofos árabes, mas mesmo isto não significou que a tarefa estava concluída. A extrema dificuldade de interpretação daqueles textos obrigou os estudiosos a um debate para penetrar no significado exato dos ensinamentos de Aristóteles que, na Europa, durou ainda mais dois séculos, no qual só se chegou a um consenso final com a série dos Comentários de Santo Tomás de Aquino às obras do Filósofo.

À medida em que estas obras foram surgindo na França e iam sendo debatidos e interpretados, aos poucos também começava a ficar evidente que elas formavam um quadro orgânico de uma monumental síntese filológica como até então jamais se havia visto. Independentemente disto, desde o início dos anos 1100 DC, devido em grande parte à obra empreendida por Hugo de São Vitor, era precisamente na direção de uma síntese como esta, mas no campo da Teologia, que se encaminhavam os estudos dos sábios parisienses.

Não tardou, com isso, que se percebesse que o estudo daquela filosofia que estava surgindo nos meios parisienses era não só um precioso instrumento para a obra que vinha sendo empreendida como também, do ponto de vista pedagógico, excelente preparação para os que se aproximavam do estudo da Ciência Sagrada. Os diversos tratados da obra de Aristóteles passaram gradualmente a fazer parte do ensino universitário e, de um certo modo, pode-se dizer que a seqüência de estudos em Paris passou a ser o Trivium, o Quadrivium, a Filosofia e a Teologia, se bem que, na prática, a Filosofia era ministrada geralmente em conjunto com as demais artes liberais.





CAPÍTULO 32

Mas o que se deve perceber aqui como fato de fundamental importância é que a Universidade de Paris, embora estivesse voltada para o estudo da Teologia, não era uma instituição como os atuais seminários.

Em um seminário podem ser aprendidas as mesmas coisas, mas quem entra em um seminário geralmente tem um objetivo bem claro que é o de se tornar um sacerdote.

Os que, porém, ingressavam na Universidade de Paris não o faziam, em princípio, com o objetivo de se tornarem sacerdotes, nem era este o objetivo da Universidade. Os que para lá se dirigiam desejavam em princípio apenas aprender. O que os fazia afluírem a Paris era algo que, dentro de uma perspectiva cristã, possuía notável afinidade com o amor à sabedoria que animava os antigos filósofos. Se, depois, muitos se tornavam sacerdotes, isto constituía algo que estava além das intenções da Universidade. O conhecimento que trazia os estudantes para Paris era, por si só, algo já muito valioso e importante para os que procuravam, independentemente de qualquer outra circunstância, mesmo que fosse a ordenação sacerdotal. Havia muitos outros caminhos mais fáceis e diretos para o sacerdócio para quem o desejasse que não o estudar em Paris, onde a seqüência completa de estudos ia dos quinze aos trinta a cinco anos, aproximadamente.





CAPÍTULO 33

Eram, em grandes linhas, as orientações gerais das idéias pedagógicas no mundo civilizado até a Renascença. Foi então que estas idéias começaram a mudar.

A época em que foi concebida a seqüência do Trivium e do Quadrivium foi a época logo após Santo Agostinho, embora a primeira tivesse suas raízes na pedagogia dos oradores e a segunda no próprio Platão. A época em que se iniciou a formação das primeiras universidades foi a época de Santo Anselmo e Hugo de São Vitor. A época em que foi introduzida a Filosofia nos estudos universitários foi a de São Boaventura e de Santo Tomás de Aquino. Esta foi a época dos primeiros Concílios da segunda coluna da tabela comentada na primeira parte desta Introdução, os Concílios de Latrão, do primeiro ao quarto e os dois de Lião.

A partir daí todo este sistema começou a decair. Esta decadência do sistema de ensino foi uma das primeiras causas que levaram ao Renascimento, um dos primeiros fatores que influíram em seu surgimento.

33. As primeiras universidades haviam-se formado espontaneamente, sem iniciativa alguma por parte de governantes ou de autoridades. Eram corporações de alunos e professores que atravessavam o continente europeu apenas em busca da sabedoria das coisas de Deus.

Mas em torno do ano 1200 DC a Universidade de Paris foi reconhecida pelas autoridades; foram-lhe concedidas inúmeros privilégios, tanto por parte da Santa Sé como por parte dos reis. Aos poucos os professores passaram a gozar de uma posição conceituada na sociedade pelo cargo que ocupavam. No início, se eles eram pobres ou ricos, bem posicionados ou não perante a sociedade, isto se devia a fatores independentes de suas relações com a Universidade. Vários destes primeiros professores, assim como também muitos alunos, chegaram a pedir esmolas para sobreviverem e os alunos mais ricos eram quem freqüentemente os ajudavam. Mas à medida em que crescia o prestígio da instituição e em outras partes do mundo

fundavam-se outras universidades, algumas das quais dedicadas ao estudo do Direito ou da Medicina, seus catedráticos passaram a ser pessoas de préstimos disputados pelas cortes. Gradualmente estes professores passaram a gozar de uma posição conceituada na sociedade em que viviam devido precisamente ao cargo que ocupavam; a cátedra se havia tornado um posto importante e a universidade passou a atrair pessoas pela posição social e não mais por causa da busca da sabedoria. Precisamente por este motivo, entre outros, tanto o nível como a concepção começaram a cair.

Um pequeno detalhe veio a se transformar em uma inovação capaz de provocar uma completa transformação nos pressupostos implícitos em todo o sistema educacional. Foi a invenção do diploma, o qual, sob a forma de "licentiae docendi" ou "licenças para ensinar", surgiu pela primeira vez na história humana no início dos anos 1200 DC. Conferidos pela Universidade, reconhecidos pela Santa Sé e pelas nações então emergentes na Europa, as "licentiae docendi" tiveram o mérito de contribuir poderosamente para a expansão quase exponencial que a instituição universitária teve em toda a Europa nos séculos seguintes. Mas poucos foram os que tiveram a perspicácia de perceberem que talvez houvesse algum motivo para que Platão, afinal de contas, jamais houvesse dado um diploma nem a Aristóteles, nem a nenhum de seus alunos, assim como também nem o haviam feito, nas instituições sobre as quais eram responsáveis, Pitágoras ou Hugo de São Vitor. Em meio ao sucesso que a nova instituição universitária conquistava rapidamente, poucos foram no século XIII os que perceberam com suficiente clareza que com isto passava-se a atrair para a parte mais nobre da educação humana um novo tipo de aluno conduzido por motivações bastante diversas daquelas que conduziam os homens dos séculos anteriores quando aspiravam ao conhecimento superior. Daí para a alteração de toda a orientação fundamental do ensino bastariam apenas mais alguns passos, com a perda de um patrimônio de consciência e conhecimento dificilíssimamente reparável e já impossível de ser corretamente avaliado pelos que nele deveriam estar interessados.





CAPÍTULO 34

Ruy Nunes, professor brasileiro de História da Educação, coletou em sua obra "História da Educação na Idade Média" alguns dados que testemunham este processo de decadência do ensino a partir dos anos 1300 DC.

***"Tem
razão
Le
Goff",***

diz Ruy Nunes em seu livro,

***"ao chamar
a atenção
para a
distância
sempre
maior entre
o
trabalhador
intelectual
das escolas
medievais
dos anos
1100 e 1200
e o
catedrático
ou o
professor
mercenário
dos anos
1400. A
sociedade
desenvolveu-
se,
apareceram
novos
empregos, o***

***dinheiro
ganhou
mais
importância
que nas
épocas
anteriores,
enquanto a
vida
intelectual
amortecia e
só
chispeava,
ainda, nos
raros sábios
que
sustentavam
a honra da
estirpe dos
primeiros
pobres e
devotos
estudiosos".***

***"Neste
ambiente o
intelectual da
Idade Média
aos poucos foi
desaparecendo
para ser
substituído
pelo
humanista,
que apreciava
o ócio e o
lazer da
aristocracia
antiga,
abandonando
uma das***

***principais
tarefas do
intelectual, ao
perderem o
contato com o
povo e ao
desfazerem o
liame entre a
ciência e o
ensino".***





CAPÍTULO 35

Ruy Nunes recolhe ainda o testemunho de Ricardo de Bury, chanceler da Inglaterra no início dos anos 1300 DC, sobre a situação escolar de seu tempo.

Segundo o testemunho de Ricardo, ele compara

***"os
antigos e
os
modernos
quanto à
devoção
pelo
estudo".***

Os antigos na época de Ricardo de Bury eram, por exemplo, Santo Tomás de Aquino; os modernos eram os que estavam vivendo às vésperas da Peste Negra, a qual, porém, ainda não se havia abatido.

Os antigos, diz Ricardo de Bury, dedicavam a vida inteira à filosofia, enquanto que os modernos,

***"os
contemporâneos
de nosso
século, só lhe
consagram
alguns poucos
anos da
juventude,
justamente na
época das
paixões e dos
vícios, quando
poderiam tirar
mais proveito***

***de tal estudo
em uma idade
mais avançada,
mais serena e
propícia à
reflexão".***

O motivo deste abandono dos estudos filosóficos é apresentado com as seguintes expressões:

***"Todos
seguem
os
estudos
que
levam ao
ganho,
mas
poucos
aprendem
para
saber".***





CAPÍTULO 36

O testemunho de Ricardo de Bury é confirmado por vários outros, e esta é provavelmente a primeira vez na história que aparecem testemunhos concordes que o nível de ensino estava caindo em toda a parte. Antes, tanto quanto temos conhecimento, não se tem notícia de testemunhos uniformes deste tipo. Ao contrário, muitas vezes há testemunhos de que o nível de ensino estava subindo. Excluimos naturalmente o período da desintegração do Império Romano pelas invasões bárbaras; mas, mesmo neste caso, nos mosteiros o nível do ensino subia. Dos anos 1300 DC em diante, porém, a humanidade sempre passou a queixar-se de que o nível do ensino estava baixando, desde aquela época até os dias de hoje. No século XIV, no século XV, até o século XX, há declarações contínuas em toda a história referentes a uma queda no nível do ensino. No Brasil contemporâneo os que trabalham em educação afirmam de modo geral que o nível do ensino tem diminuído muito de uma década para cá; e os educadores de dez anos atrás faziam o mesmo tipo de afirmação em relação aos períodos precedentes e, curiosamente, o mesmo se verifica sucessivamente.

Não se podem desprezar afirmações tão generalizadas como algo que careça de valor objetivo. O ser humano não é de natureza intrinsecamente pessimista e sabe reconhecer uma atividade em progresso. Assim é que parece haver um certo consenso na avaliação dos homens no sentido de que a tecnologia, por exemplo, esteja subindo de nível.

Por outro lado, porém, se admitirmos que as afirmações históricas sobre o nível do ensino tenham caráter objetivo, deveríamos perguntar como é possível que ele não tenha se pulverizado por completo, se é verdade que o nível do ensino esteja caindo continuamente desde o ano de 1300 até os dias de hoje? Se há, portanto, algum valor objetivo nestas afirmações históricas sobre o ensino, qual seria ele, neste caso, precisamente?

Uma abordagem mais completa deste paradoxo é algo que está além do objetivo desta introdução. Fica aqui registrado, porém,

que foi às vésperas do surgimento da Peste Negra que começou a se fazer sentir este fenômeno na área educacional, o da existência de testemunhos contínuos e generalizados por parte dos educadores de uma decadência dos níveis dos estudos, a respeito dos quais, investigados os fatos, verifica-se que efetivamente não eram destituídos de fundamento na realidade.





CAPÍTULO 37

A decadência do ensino a partir dos anos 1300 DC manifestou-se também no deslocamento do objeto de interesse dos estudos.

Em vez das sínteses, que pressupõem o exercício da contemplação, a atenção dos estudiosos passou a se deslocar para outros objetos os quais, considerados em si mesmos, pressupunham outras formas de atividade da inteligência. Alguns destes objetos foram a lógica, determinadas questões de teoria política e o estudo analítico da natureza.





IIIª Parte. C.

CAPÍTULO 38

A decadência do ensino foi, portanto, o primeiro dos fatores que preparou o advento da Renascença.

Um segundo fator, intimamente relacionado com o anterior, foi o surgimento da Filosofia Nominalista, desenvolvida principalmente pelo inglês Guilherme de Ockham, na primeira metade dos anos 1300.

Não será possível, nesta introdução, desenvolver integralmente um tema como o da natureza do nominalismo. Teremos que nos limitar a uma abordagem que priorize alguns aspectos mais relevantes.





CAPÍTULO 39

O nominalismo pode ser visto, em uma primeira abordagem, como uma concepção acerca da atividade da inteligência humana.

Neste sentido, ele não é propriamente uma invenção de Guilherme de Ockham, mas um modo de conceber a natureza da atividade intelectual que surge sempre que ocorre uma decadência desta própria atividade intelectual entre os homens.

Assim é que, embora tenha-se chamado de Nominalismo a esta concepção quando ela surgiu no início dos anos 1300 DC, já na antiga Grécia, examinando os textos deixados pelos homens da época, pode-se depreender que os sofistas eram nominalistas, enquanto que os verdadeiros filósofos não o eram.

Pouco antes de Hugo de São Vitor, quando a sociedade começava a emergir do caos do feudalismo e se iniciava um ressurgimento geral dos estudos, o cônego Roscelino defendeu concepções nominalistas. Santo Anselmo argumentou contra a teoria de Roscelino, mas logo em seguida as idéias de Roscelino foram abandonadas por todos sem necessidade de se recorrer à argumentação desenvolvida por Santo Anselmo.

Quando, alguns séculos mais tarde, o ensino começou novamente a decair, surgiu outra vez a teoria nominalista encontrando em Guilherme de Ockham, professor na Universidade de Oxford na Inglaterra, seu principal expositor.

As idéias de Ockham a princípio tiveram uma péssima acolhida. Examinadas pelos sábios da Universidade de Paris, foram condenadas em 1339 e novamente em 1340. Mas, apesar deste julgamento desfavorável, a nova antiga doutrina foi conquistando adeptos. Quase um século mais tarde, toda a Universidade de Paris tinha-se tornado nominalista. Dali o Nominalismo passou aos demais centros universitários da Europa.

Próximo do início dos anos 1500, com o advento da imprensa, as obras de Ockham eram impressas com entusiásticos elogios

e tomaram conta de quase todas as universidades da Europa e, algo que não pode passar aqui em silêncio pelo interesse que este dado terá mais adiante, de um modo especial na Alemanha, onde naquela época Martinho Lutero estudava Teologia. A formação que Lutero recebeu era toda de influência nominalista e nas doutrinas religiosas que ele desenvolveu mais tarde há muito mais do que apenas germens do nominalismo.





CAPÍTULO 40

Mas em que consiste o Nominalismo?

Conforme dissemos, o Nominalismo pode ser considerado, sob um primeiro exame, como uma concepção sobre a atividade da inteligência humana.

A inteligência humana trabalha basicamente através do uso de conceitos, designados por termos que se aplicam a muitos entes individualmente considerados.

Tais são, por exemplo o conceito designado pela palavra homem, que se aplica tanto a Antônio, como a João e a Pedro. Todos eles são homens. Tal é, também, o conceito designado pela palavra animal, que se aplica tanto a este pássaro como a esta cobra. Tal é ainda o conceito designado pela palavra triângulo, que se aplica tanto a este triângulo retângulo como àquele triângulo equilátero.

Tais conceitos, por se aplicarem a muitos indivíduos, também são chamados de Universais, e é algo evidente que o trabalho da inteligência humana se baseia na utilização destes conceitos ou Universais.

Mas o que são estes conceitos? São entidades que existem na própria natureza, externamente ao homem, ou existem apenas na mente humana? E se existem na mente humana, o que são eles exatamente?

Pode-se perceber também o quanto importante e central é esta questão, pois ela pertence aos próprios fundamentos do pensamento humano, e tudo o que pertence ao fundamento de alguma coisa é algo que rege todo o restante que se fundamenta sobre eles. Um erro nestes fundamentos, conduzido com rigor às suas conseqüências, acarreta um erro em tudo o demais.





CAPÍTULO 41

No início dos anos 1300 DC Guilherme de Ockham respondeu às duas perguntas acima formuladas sobre os conceitos com que trabalha a natureza humana.

Conforme vimos, estas perguntas eram:

- São entidades que existem na própria natureza, externamente ao homem, ou existem apenas na mente do homem?

- E, se existem na mente do homem, que são eles exatamente?





CAPÍTULO 42

À primeira destas perguntas Guilherme de Ockham respondeu:

***"É evidente
que nenhum
universal é
uma
substância
extramental".***

Summa
Totius
Logicae
I, 15

**Para Ockham, portanto, tais conceitos não existem na natureza,
mas apenas na mente humana.**





CAPÍTULO 43

À segunda pergunta Guilherme de Ockham respondeu que os conceitos universais, considerados em si mesmos, tal como existem apenas na natureza humana, não possuem natureza universal alguma.

São entidades tão singulares como qualquer outra entidade individual das que vemos com nossos olhos na natureza. Elas são universais apenas pela significação que se lhes atribui.

Em suas próprias palavras, estes conceitos são universais apenas

***"por
serem
sinais
atribuíveis
a muitas
coisas",***

**Summa
Totius
Logicae
I, 14**

mas na verdade, considerados em si mesmo,

**"são
singulares
na
medida
em que
são uma
só coisa,
e não
muitas".**

Idem

**"Todo
universal
é, na
verdade,
uma
coisa
singular",**

Idem

**diz Guilherme de Ockham, e por isso não existe um universal
em si mesmo,**

**"mas
apenas pela
significação,
na medida
em que é
um sinal de
muitas
coisas".**

Idem

***"É que, vendo
alguma coisa
fora da alma, o
intelecto fabrica
mentalmente
uma coisa
semelhante, de
modo que, se
tivesse o poder
de produzi-la,
assim como
tem a força para
imaginá-la, faria
esta coisa
exteriormente,
distinta
numericamente
da anterior.***

***Assim como um
arquiteto, vendo
exteriormente
uma casa ou
edifício, cria em
sua mente uma
casa
semelhante e
depois a produz
fora, idêntica,
só
numericamente
distinta da
primeira, assim
também no
nosso caso
aquela
representação
da mente pela
visão de***

***alguma coisa
exterior age
como um
modelo que
representa
muitas coisas
semelhantes.***

***É isto o que
pode se
denominar
universal, é um
modelo que se
refere
indiferentemente
a todas as
coisas
singulares que
existem fora;
por causa
dessa
semelhança
pode
representar na
inteligência
coisas que têm
um ser parecido
fora da alma".***

**In I
Sententiarum
Q.8 E**

**"Assim
como por
convenção a
palavra
Sócrates
representa a
coisa que
significa, de
modo que,
ao ouvir a
frase**

**`Sócrates
corre'**

**não se
concebe que
seja a
palavra
Sócrates
que corre,
mas sim que
o indivíduo
significado
pela palavra
é que corre,
assim como
a palavra
convencional
representa a
própria
coisa, assim
também (a
inteligência
tem os seus
sinais que)
por sua
própria
natureza,
sem
convenção
alguma,
significa a**

***coisa a que
se refere.***

***Alguns
destes
(sinais) não
pertencem
mais a um
indivíduo do
que a outro,
assim como
a palavra
'homem'
não significa
mais
Sócrates do
que Platão".***

**Expositio
super Librum
Perihermeneias**





CAPÍTULO 44

Destas citações pode-se deduzir que, segundo Ockham, não existem entidades que tenham por natureza características universais, nem fora da mente, isto é, na realidade objetiva do mundo, nem na própria mente humana quando pensa.

O que existem são apenas entidades singulares que, na mente do homem, agem como sinais que são atribuídos ou referidos a objetos externos diversos, assim como os nomes que, considerados em si próprios, são sinais individuais que apenas por convenção humana se referem às entidades externas que elas significam.

Os conceitos, portanto, com que a mente humana trabalha, são, no fundo, apenas nomes, ou representações equivalentes. Daí o nome de Nominalismo que recebeu esta teoria.





CAPÍTULO 45

Mas esta teoria nominalista é, na verdade, uma concepção muito pobre da natureza da inteligência humana. É uma concepção típica de uma época de decadência da vida intelectual.

Ela surgiu no início dos anos 1300 e se propagou nos anos seguintes até se tornar uma concepção quase como que evidente para a maioria dos intelectuais da Europa. Desta época há inúmeros testemunhos históricos da decadência gradual do ensino e dos estudos, paralelamente à difusão crescente do nominalismo. Mas, se não houvesse tais testemunhos, a simples propagação de uma teoria como esta já é um atestado suficiente de que está havendo uma degradação geral do ensino, não importa como ela tenha se realizado historicamente.

Na verdade, os antigos filósofos gregos e os sábios da época compreendida entre Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino jamais teriam concordado com uma teoria como esta. Para eles os conceitos universais existem verdadeiramente, no mínimo, na própria mente humana não como entidades singulares referidas a uma multidão de objetos externos como sinais, mas como entidades que possuem, em si próprias, uma natureza universal, e diriam até que esta é uma afirmação evidente.

Cabe então uma pergunta. Se para gregos, para os vitorinos e seus contemporâneos a natureza universal dos conceitos era algo evidente, por que depois para Ockham e para aqueles que o seguiram ela não o era mais?

Ao contrário do que pode parecer a um primeiro exame, isto não se deve a um suposto caráter subjetivo desta matéria. A resposta a esta questão é que a descrição que Ockham fez do funcionamento da inteligência humana na utilização dos conceitos é muita próxima da verdadeira, mas apenas na medida em que esta descrição corresponde a uma utilização muito rudimentar das possibilidades da inteligência humana.

Na verdade, Ockham estava descrevendo aquilo que ele próprio observava em sua mente, e o sucesso que em um século e meio

esta teoria gradualmente alcançou, conquistando adesões gerais na maioria das universidades da Europa significa que todos os intelectuais europeus começaram a perceber que a descrição que Ockham dava dos processos da inteligência humana correspondia à utilização rudimentar que eles próprios faziam de suas próprias mentes.

Na mente daqueles homens os conceitos se elevavam tão pouco além de uma representação da imaginação utilizada como símbolo de um objeto externo, como ocorre também com a maioria dos homens do século XX, que estes conceitos só muito dificilmente podiam ser diferenciados daqueles próprios símbolos.

Embora não tenhamos elementos para aprofundar aqui este assunto, pode-se vislumbrar, por exemplo, conforme se explicou no número vigésimo terceiro da seção III/B desta Introdução Histórica, que no programa descrito por Platão como capaz de formar um sábio exigia-se como pré-requisito ao estudo da Filosofia que o aluno tivesse se elevado a um nível de pensamento abstrato muito acima do descrito por Ockham.

De fato, diz Platão na República que o aluno somente deveria iniciar os estudos da Filosofia quando

"conseguisse contemplar a natureza dos números com a ajuda exclusiva da inteligência, sem introduzir objetos visíveis ou palpáveis na discussão".

Embora nesta passagem, citada no vigésimo terceiro número da seção anterior, Platão fale em não introduzir objetos visíveis ou

palpáveis `na discussão', o contexto desta citação, assim como o de todo o seu livro, indica que ele se referia também à imaginação interior do aluno, e não apenas à discussão exterior. E este era apenas o pré requisito de estudos filosóficos que iriam durar, depois disto, mais vinte e cinco anos.

É claro que depois de uma experiência como esta um filósofo como Platão ou Aristóteles faria uma descrição das possibilidades do trabalho da inteligência humana bem diversa daquela que nos é descrita por Ockham.





CAPÍTULO 46

As afirmações de Ockham, porém, não foram apresentadas como uma constatação de um dado psicológico individual. Se ele houvesse dito claramente:

"Isto se refere apenas à minha mente, e é assim que eu a vejo funcionar",

ele estaria muito próximo da verdade.

Porém não foi isso o que ele quis dizer.

Sem ser capaz de se dar conta do que realmente estava ocorrendo, como sempre sucede quando se tornam verossímeis entre os homens as teorias nominalistas, Ockham sustentou que esta era a própria natureza última do trabalho da inteligência humana quando lida com os universais.

Tratam-se, portanto, não de dados psicológicos individuais, mas autênticas proposições filosóficas.





CAPÍTULO 47

Mas há ainda outro problema com a teoria nominalista, profundamente relacionado com a rudimentar concepção que esta tem da natureza da inteligência humana, problema este que teve repercussões históricas mais significativas.

Este problema consiste em que, associada à concepção nominalista do conhecimento, desenvolveu-se uma incapacidade geral para a apreensão da evidência de todas as demonstrações filosóficas de natureza puramente abstrata, para as quais começou a surgir uma desconfiança quase que sistemática a respeito de suas validades.





CAPÍTULO 48

Assim é que, segundo Ockham, não seria possível demonstrar a existência no homem de uma alma imortal e incorruptível, embora Santo Tomás de Aquino e Aristóteles sustentassem haverem-no demonstrado em seus escritos e também, entre as cartas deixadas pelo eremita Santo Antão encontremos uma infinidade de passagens em que ele nos garante que qualquer pessoa

***"que for capaz
de se conhecer
verdadeiramente
a si mesmo não
terá dúvida
alguma sobre
sua essência
imortal, por
causa da qual
Deus visitou
suas criaturas".***

Ockham acreditava que a imortalidade e a incorruptibilidade da alma fossem verdades certas, não porém porque pudesse alcançar qualquer evidência deste fato, como alegavam Aristóteles, Santo Antão e Santo Tomás, mas apenas porque a fé assim o ensinava. Segundo Ockham, todas as demonstrações da espiritualidade da alma, em si consideradas, só deixavam dúvidas e incertezas.

Ainda segundo Ockham, não seria possível demonstrar a existência de uma relação de causalidade entre uma causa e seu efeito senão pela experiência. Qualquer argumentação que pretendesse deduzir a existência de uma causa sem identificar experimentalmente a pretendida causa e verificando-se então a ausência do efeito na ausência da causa e a presença do efeito na presença da causa seria, no máximo, uma argumentação provável, nunca, porém, certa.

Uma consequência, porém, desta posição de Ockham sobre

causalidade era a de que, sendo assim, a existência de Deus não poderia ser demonstrada por nenhuma argumentação. Ockham acreditava na existência de Deus, não porém, porque possuísse alguma evidência para tanto, mas apenas porque a fé assim o ensinava. E, da mesma forma que a respeito da existência de Deus, Ockham também afirmava que não seria possível demonstrar a unicidade de Deus, nem se Deus conhece o futuro ou se conhece algo que não seja Ele próprio, nem se Deus age de modo livre ou se movido pela necessidade.

E da mesma maneira, ainda segundo Ockham, não seria possível demonstrar com certeza se uma ação humana é boa ou má. Mais ainda, não havia ações que fossem boas ou más em si mesmas, cuja moralidade pudesse ser deduzida a partir do entendimento que o homem pudesse alcançar delas próprias. Se determinadas ações eram moralmente boas e outras más isto ocorria apenas porque Deus assim o havia estabelecido e Deus, se o tivesse querido, teria podido estabelecê-lo diversamente. De fato, segundo Ockham, para Deus seria lícito fazer tudo o que seria pecado para os homens, e estas coisas em Deus não seriam pecado apenas porque Ele não teria acima de si mesmo um outro Deus que pudesse proibi-lo de fazê-las. Deus, portanto, diz Ockham, fazendo o pecado, não peca. Esta posição é uma consequência lógica daquela outra segundo a qual não há nenhuma moralidade intrínseca às ações humanas, as coisas sendo moralmente boas ou más apenas porque Deus assim o quer. Deus, diz ainda Ockham, poderia ordenar às criaturas que o odiassem, e neste caso odiar a Deus seria bom e meritório.

*"O
mal
nada
mais
é",*

diz ainda Ockham,

**"do que
fazer
algo cujo
oposto
alguém
está
obrigado
a fazer;
esta
obrigação
não pode
existir
em Deus,
porque
Ele não
está
obrigado
a fazer
nada".**





CAPÍTULO 49

Que resultados produziu este modo de pensar?

À medida em que o ensino decaía e a doutrina nominalista se afirmava, passou-se a desprezar a Filosofia e a investigação das questões fundamentais da existência humana como uma ginástica fútil e estéril. À medida em que se perdia a capacidade de apreender a evidência de tudo o que não pudesse ser verificado experimentalmente, a atenção dos pensadores deslocava-se em direção às ciências experimentais e as questões fundamentais relacionadas com a consciência que o homem tem de sua existência no mundo passavam para o terreno da irrealidade.

Iniciou-se com isto um processo de autêntico desprezo, cada vez mais acentuado, pelas obras dos grandes filósofos e teólogos cristãos. Se a única fonte de certeza de tudo quanto diz respeito à fé e à moralidade das ações humanas são apenas as próprias afirmações divinas reveladas pelas Sagradas Escrituras, tudo se reduz a um problema de interpretação lingüística das palavras da Bíblia.

A fé começou a se separar da razão e a vida do pensamento começou a se separar da vida espiritual, e a causa de todo este modo de pensar é, em última análise, uma utilização extremamente rudimentar das potencialidades da inteligência humana de modo a impedir a evidência intelectual senão nos casos em que ela esteja apoiada de modo direto sobre a experiência sensível. Mas neste caso deve-se dizer também que esta evidência é mais sensória do que intelectual, e que o intelecto aí está servindo mais para organizar os dados da evidência sensorial do que para produzi-la. O trabalho de experimentação poderá ser extenso e sofisticado, a erudição em relação aos dados e à sistematização do trabalho experimental poderá ser impressionante, mas não será isto o que constituirá a vida intelectual.





IIIª Parte. D.

CAPÍTULO 50

Com o que fica exposto, comentamos duas das causas que confluíram para o advento do Renascimento. A primeira foi o declínio do ensino e das universidades. A segunda foi o nominalismo que passou a imperar nas mesmas universidades.

Uma terceira causa que acrescentou-se a estas duas foi a Peste Negra, da qual já comentamos algo nas primeiras partes desta introdução.

A Peste Negra foi a epidemia que dizimou tão grande parte da Europa em 1348 e nos anos que se seguiram. Proveniente da Ásia central, passou pelo Oriente Médio e, através dos portos marítimos do norte da Itália e de Marselha, invadiu toda a Europa.

Na sua obra "História da Civilização" Will Durant recolhe o seguinte testemunho datado de 1354 de um habitante de Siena sobre a Peste:

***"Parentes,
amigos e nem
sacerdotes
acompanhavam
os corpos às
valas. O ofício
dos mortos
não era
recitado. Em
muitos lugares
da cidade
escavavam-se
fossas, largas
e profundas,
dentro das
quais jogavam-***

**se os corpos,
cobertos com
um pouco de
terra. Desta
maneira
enchia-se
camada após
camada, até
que toda a
fossa
estivesse
cheia. Em
seguida,
iniciava-se
outra fossa. E
eu, Agniolo de
Tura, com
minhas
próprias mãos
sepultei cinco
de minhas
crianças em
uma só fossa,
assim como
muitos outros
também o
fizeram.
Muitos, porém,
dos mortos
estavam tão
mal cobertos
com terra que
os cães
reescavavam a
fossa para
comer suas
carnes,
dispersando
pedaços dos
mortos pela
cidade. Os
sinos não
batiam, e**

***ninguém
chorava, não
importando
quão grande
tivesse sido a
sua perda,
pois quase
todos estavam
na expectativa
de sua própria
morte. Todo o
povo dizia e
acreditava que
aquilo já era o
fim do
mundo".***

No "Decameron" de Bocaccio temos uma outra descrição do que foi a Peste Negra em Florença, vista por uma testemunha ocular:

***"Não era
apenas a
conversa e o
convívio com
os doentes que
transmitiam a
infecção para
os sãos, mas o
simples tocar
das roupas ou
do que quer
que tivesse
sido tocado ou
usado pelos
doentes
parecia
suficiente para
comunicar
aquela doença.
Uma coisa que***

**tivesse
pertencido a
um homem
doente ou que
tivesse falecido
pela doença,
sendo tocada
por um animal,
em pouco
tempo o
matava, coisa
que eu vi com
os meus
próprios olhos.
Esta tribulação
encheu de
terror o
coração de
todos, de modo
que o irmão
abandonava o
irmão, o tio
abandonava o
sobrinho,
freqüentemente
a esposa
abandonava o
marido e, o que
é ainda mais
extraordinário
e até mesmo
inacreditável,
alguns pais e
mães se
recusavam a
visitar as suas
próprias
crianças como
se não fossem
suas. O povo
comum,
desesperado e
sem recursos,**

**adoecia
diariamente
aos milhares
para morrer
inapelavelmente
logo a seguir.
Muitos
exalavam o seu
último suspiro
nas próprias
ruas enquanto
que muitos
outros dentre
os que morriam
em suas casas
faziam saber
de suas mortes
aos vizinhos
mais pelo fedor
de seus corpos
em
decomposição
do que por
outro modo.
Destes, e de
outros que
morriam, a
cidade estava
repleta. Os
vizinhos,
movidos mais
pelo medo de
que a
decomposição
dos cadáveres
os colocasse
em perigo do
que por uma
caridade pelos
que partiam
retiravam estes
corpos de
dentro das**

***casas e os
colocavam do
lado de fora
junto às portas
onde, na parte
da manhã,
aqueles que
passavam
podiam ver
uma multidão
de cadáveres.
Posteriormente
os carrinhos os
levavam e
freqüentemente
este carrinho
levava juntos
marido e
mulher, dois ou
três irmãos, pai
e filho e assim
por diante. A
coisa chegou a
tal ponto que o
povo não se
lembrava dos
homens que
morriam mais
do que hoje em
dia se
lembraria das
cabras que
morrem".***

Tais testemunhos tentam descrever o aspecto geral da Peste Negra na Europa tal como foi vista pelos contemporâneos. Interessa-nos porém, mais de perto, uma outra série de testemunhos, coligidos ainda por Ruy Nunes, todos do após Peste, sobre a queda do nível de ensino.

Na "História da Educação na Idade Média" Ruy Nunes coligiu alguns destes testemunhos anteriores à Peste; mas na "História

da Educação no Renascimento" o mesmo autor reúne outros testemunhos, datados de depois da Peste, bastante piores do que os anteriores.

Na "História da Educação no Renascimento" Ruy Nunes cita que logo após a Peste Negra o Chanceler e os professores de Oxford escreveram ao Rei da Inglaterra declarando que a Universidade havia sido arrasada em consequência da epidemia. Uma dúzia de anos após a Peste os estudantes de Avinhão escreveram ao Papa dizendo que naquela Universidade já não havia mais aulas nem professores; os poucos alunos que ainda se viam por ali não tinham professores de todas as matérias e os que restavam eram muito deficientes.

Citando o historiador Campbell, Ruy Nunes diz que

*"antes da
Peste Negra
havia guerras,
disputas e
polêmicas
que
continuaram a
assolar as
escolas. No
entanto, só
depois de
1348, nas
gerações
posteriores à
Peste Negra,
choveram
testemunhos
de todos os
lados a
respeito da
decadência
das
Universidades,
das
deficiências
dos mestres e*

**da
ameaçadora
extinção do
saber".**

**"O cronista
Guilherme de
Naugis diz
que na
França, após
a Peste
Negra, raras
eram as
pessoas
capazes de
instruir os
meninos nos
rudimentos
da gramática
nos lares, nas
vilas e nos
castelos.
Testemunhos
semelhantes
existem sobre
a falta de
professores
na Inglaterra".**

Estes testemunhos descrevem um triste quadro. Não há aulas, não há professores nem alunos nas Universidades. Na França e na Inglaterra não se encontram professores para ensinar as primeiras letras. Tudo isto dura décadas, e não é mais consequência apenas de uma queda geral do ensino, mas resultado da Peste Negra. Uma série de outros testemunhos mostram que a disciplina nos mosteiros e nos conventos também foi diminuindo. As regras rígidas começaram a ser mais tolerantes e foi se negligenciando o cuidado com as almas.

A Peste Negra, portanto, contribuiu para abaixar ainda mais o nível do ensino e do clero.





CAPÍTULO 51

Um quarto fator que entrou em cena para preparar o Renascimento foi o próprio nível do povo depois da Peste. Até o momento restringimo-nos ao ensino e ao clero; que dizer, porém, das pessoas comuns?

A Peste havia proliferado principalmente nas cidades, porque era transmitida por pulgas e ratos e na época as cidades eram apinhadas devido às exigências militares quanto à construção dos muros que deviam cercá-las. Não se sabia a causa da Peste, mas tinha-se a impressão de que o campo fosse mais seguro, ou pelo menos um pouco mais seguro. Por isso todos os que podiam fugiam para o campo.

Mas, como mesmo no campo ainda havia um perigo real de contágio, quem fugia para o campo eram em geral aqueles que não tinham nada importante a perder na cidade; os que, ao contrário, o tinham, preferiam muitas vezes arriscar a permanência. Os que eram prósperos geralmente não abandonavam a cidade.

Deste modo, quando acabou a Peste as pessoas que tinham se refugiado no campo voltaram e estes que voltaram eram justamente aqueles que, em geral, não haviam tido a capacidade de manter nenhum negócio, os que não eram mercadores, sapateiros ou artífices especializados em geral. Os que regressaram à cidade, assim, acabavam herdando os negócios dos que haviam morrido. Ficaram inesperadamente ricos ou, pelo menos, em uma situação material muito melhor do que haviam podido sonhar até poucos anos antes.

Constatando, porém, a sua nova riqueza, que fizeram eles? Nossa lógica talvez nos sugira, num primeiro momento, que mesmo em meio às dificuldades próprias dos principiantes em qualquer novo empreendimento, estas pessoas deveriam ter resolvido continuar os negócios dos parentes falecidos, mas a história registra que não foi isto o que elas realmente fizeram naquelas circunstâncias. A descrição que temos, com as palavras de testemunhas da época, do que aconteceu naquele período é

***"apoderou-
se deles
uma febre
de viver",***

e se entregaram aos prazeres mais baixos antes que o mundo acabasse novamente. Iniciou-se uma depravação geral dos costumes na Europa; foi nesta época que se iniciou um interesse geral pela literatura pornográfica, algo que havia praticamente desaparecido durante a Idade Média, mas que a partir deste período não cessou mais de se difundir.





CAPÍTULO 52

Podemos considerar, então, o que está por acontecer. O clero é, no geral, de baixo nível. O ensino superior está em uma situação de escombros. Quanto aos rudimentos da leitura e da escrita, na França e na Inglaterra pelo menos, quase não se encontra quem os saiba ensinar. Os que alcançam o nível superior julgam verossímeis teorias que em outras épocas sequer teriam sido discutidas. Quanto ao povo, pelo menos em significativa parte, entrega-se a uma devassidão de que há séculos já não se ouvia mais falar. É a este quadro que se acrescenta um quinto e importante elemento para o surgimento da Renascença.





IIIª Parte. E.

CAPÍTULO 53

Um quinto fator que se somou aos anteriores para proporcionar um ambiente propício ao surgimento da Renascença foi uma particular forma de organização política que levou todo o norte da Itália a um nível de corrupção historicamente sem precedentes, não por coincidência justamente no local e na época em que se iniciou o movimento Renascentista.





CAPÍTULO 54

Já tivemos a oportunidade de expor como enquanto durante a Idade Média a Igreja tentava desvencilhar-se do Feudalismo os reis europeus também tentavam fazer o mesmo utilizando-se de recursos tais como a criação de um sistema judiciário nacional, a instalação de tribunais de recursos dependentes diretamente dos reis, a introdução de uma mesma moeda para todo o reino, o reconhecimento da independência das cidades e outros.

De modo geral estes expedientes foram obtendo os seus resultados em toda a Europa e, por volta de 1300 diversas monarquias estavam em avançado processo de consolidação. Uma exceção neste sentido à primeira vista surpreendente entre as nações européias era o Sacro Império Romano Germânico, ao qual pertencia também todo o norte da Itália. No Sacro Império Romano Germânico, por volta do ano 1300 DC, em vez de uma consolidação e de uma centralização maior, estava-se assistindo ao processo oposto.

Os soberanos do Sacro Império, ao contrário dos demais reis da Europa, não se consideravam reis de uma nação em particular, mas sucessores dos Imperadores Romanos e de Carlos Magno, cujo domínio de direito deveria estender-se sobre todas as nações da terra, embora de fato estendia-se apenas sobre as atuais Alemanha, Suíça, a região centro oriental da Europa, com exceção principalmente da Rússia, e o norte da Itália.

Portanto, ao contrário dos reis da França e da Inglaterra, sob os quais não deveria haver outros reis, o Império reconhecia, dentro dele mesmo, sob a soberania do Imperador, outros reis e príncipes governando, com relativa autonomia, cerca de trezentos e cinquenta estados.

Como, ademais, eram estes reis e príncipes que elegiam o Imperador, este sistema de governo fêz com que a autoridade efetiva do Imperador nunca pudesse ser suficientemente forte para tornar o Sacro Império um organismo dotado de uma unidade como a das demais nações então emergentes na Europa. As centenas de principados que havia dentro do Sacro Império aspiravam a uma independência de fato sempre maior.

Eram freqüentes as guerras entre estes principados durante as quais uns chegavam a conquistar territórios dos outros. Ademais, cada vez que um Imperador conseguia obter um maior poder e controlar melhor a política do Império, na eleição seguinte os príncipes elegiam um candidato que lhes parecia vir a permitir-lhes obter novamente maior autonomia frente ao poder imperial.





CAPÍTULO 55

A parte do Sacro Império, porém, que mais fragilmente estava ligado ao todo era justamente o norte da Itália.

De início, o norte da Itália estava separado do restante do Império pela Cordilheira dos Alpes e seu povo tinha não poucas diferenças lingüísticas e culturais com o restante da nação. Somando-se a estas condições, por volta do ano 1300 começou a florescer naquela região o comércio com o Oriente. Era no norte da Itália, em Gênova e em Veneza, onde aportavam os navios provenientes da Ásia e do norte da África. Partindo destes portos, eram as demais cidades do norte da Itália que as caravanas que iam distribuir para o restante da Europa os produtos vindos por mar que deveriam ser atravessadas em primeiro lugar. Estas cidades começaram aos poucos a viver uma vida independente de fato não apenas em relação ao Sacro Império como um todo, como também uma em relação a outra. Suas ligações uma com a outra e com o restante do Sacro Império era apenas nominal.

Para complicar esta situação, a organização política que surgiu efetivamente nestas cidades do norte da Itália acabou se tornando algo de único em toda a Europa.





CAPÍTULO 56

Nesta época a Itália dividiu-se basicamente em três partes.

No norte constituíram-se uma série de cidades estado, independentes no sentido que será discutido a seguir; na parte central havia os Estados Pontifícios, e ao sul o Reino de Nápoles, que acabou caindo sob o domínio espanhol. O Reino de Nápoles, embora fosse o maior da Itália, ao qual pertencia todo o sul da península e mais a Sicília, desempenhou no entanto apenas um papel secundário nos acontecimentos da história desta época que aqui nos interessam.





CAPÍTULO 57

O norte da Itália, a parte mais rica e importante da região, conforme dissemos, era formado de cidades estado independentes. É importante entender sua organização porque foi justamente ali e nesta época que começou o Renascimento.

Em todas estas cidades estado do norte da Itália o governante, rei, príncipe, duque ou outro dos muitos títulos com que eram designados, detinha o poder absoluto. Era um regime absolutista, mas ao mesmo tempo era um tipo de regime absolutista bastante diverso das monarquias absolutistas que estavam se formando na França, na Espanha e na Inglaterra.

A diferença estava em que na Espanha, na França e na Inglaterra o rei era absolutista mas era um rei legítimo. Todos sabiam quem era o rei e qual era o título legal que lhe dava o direito de ser rei. Não era aquele que o quisesse que poderia ser rei quando bem lhe aprouvesse. Quando o rei falecia, o seu reino era entregue ao seu sucessor de direito.

Já no norte da Itália o poder era absoluto mas quem governava geralmente não era um governante legítimo. Os governantes ali não detinham o poder por algum título que os legitimasse, nem sequer geralmente se davam ao trabalho de tentar forjar um título falso para ostentarem uma aparente legitimidade.

Os que governavam no norte da Itália conseguiam o poder não porque o tivessem herdado ou porque tivessem sido eleitos, mas porque eles ou os seus antecessores próximos tinham por meio de algum golpe derrubado ou assassinado o governante anterior. Eles eram senhores absolutos não porque havia algum direito que de alguma forma poderia ser invocado para que lhes fosse atribuído este poder, mas porque pela força haviam derrubado ou assassinado a quem antes deles estava no poder.

Se, a partir daí, o novo governante conseguisse sobreviver até a sua morte natural, isto não significava necessariamente que o seu herdeiro tomaria o poder. Se o herdeiro tivesse força política e militar suficiente para se manter no poder, continuaria governando. Caso contrário, outro mais forte governaria no seu

lugar.

As pessoas tinham consciência de que nenhum daqueles governantes era legítimo, e que eles somente se mantinham no poder porque conseguiam matar quem lhes fazia oposição, e geralmente isto era tão evidente que não se tentava fazer crer que fosse diferente.

A ilegitimidade era tão flagrante que, embora todos os governantes do norte da Itália fossem súditos do Sacro Império Romano Germânico, de fato nenhum deles se comportava como tal, mas também nunca nenhum deles teve a coragem de romper nominalmente com o Imperador e se declarar governante de uma República ou Principado independente. Tratava-se simplesmente do poder do mais forte.

J. A. Symonds, um historiador do século passado, escreveu o seguinte deste período da história:

***"Somente
gladiadores de
comprovada
capacidade e
nervos de aço,
superiores a
todos os
escrúpulos
morais e
religiosos,
indiferentes ao
amor da pátria,
mestres na
perfídia,
científicos no
uso da
crueldade e do
terror,
empregando
ao máximo
todas as
potencialidades
da inteligência,***

***da vontade e
do corpo,
colocadas ao
serviço de um
egoísmo
transcendental,
somente
virtuosos da
arte política tal
como
teorizada por
Maquiavel,
poderiam
sobreviver em
uma arena tão
perigosa".***

Maquiavel, aqui citado por Symonds, foi conselheiro político na cidade de Florença durante este período. Profundo conhecedor, em primeira mão, dos meandros políticos de seu tempo, autor de tratados sobre o assunto que geraram controvérsias sem fim na história subsequente, ele próprio não tentou disfarçar ou se enganar a respeito da situação do momento em que vivia. Em um de seus livros deixou escrito, sem necessidade de levantar maiores polêmicas, que

***"nós, os
italianos,
somos
o mais
corrupto
de
todos
os
povos".***





CAPÍTULO 58

Desta época temos diversos relatos de fatos históricos que são tidos como característicos do ambiente renascentista e que só com muita dificuldade se ouvem dizer de outras épocas e lugares.

Os historiadores da época dizem que as crueldades domésticas dentro das cortes pareciam não ter fim. Por si só, isto não significava algo necessariamente característico da Renascença, mas estas realidades eram então agravadas pelo fato de que a vida dissoluta dos governantes produzia uma multidão de filhos bastardos, todos eles podendo aspirar ao trono dependendo unicamente de sua habilidade pessoal. Este número exagerado de príncipes bastardos é confirmado por um testemunho dado pelo Papa Pio II quando, em 1459, visitou a cidade de Ferrara. Ele nos conta que então nenhum dos sete príncipes que o receberam eram filhos legítimos.

No auge da Renascença a maioria dos governantes italianos já eram, eles próprios, filhos bastardos.





CAPÍTULO 59

Coisas como estas, aliadas ao clima de corrupção da época, produziam situações hoje dificilmente imagináveis.

O clima das cortes era tão perigoso, diz Jacó Burckhardt, famoso estudioso da história da Renascença, que freqüentemente os filhos dos governantes, tanto os legítimos como os ilegítimos, fugiam para o estrangeiro onde ali mesmo continuavam sendo ameaçados por emissários assassinos. Estes filhos, ademais, não raro do estrangeiro passavam a comandar conspirações contra a corte do pai.

Em Ferrara, em 1493, a mesma cidade que quase quarenta anos antes tinha sido visitada por Pio II, foi o filho bastardo de um bastardo que comandou a conspiração para governar no lugar do príncipe herdeiro legítimo; este mesmo homem, neste ano, envenenou sua mulher por ter sido avisado por outrem que sua mulher estava tentando envenená-lo.





CAPÍTULO 60

Em um ambiente como este, não poderia haver um exército dotado de sentimentos nacionais, recrutado entre os próprios cidadãos. O poder militar dos governantes baseava-se em capitães aventureiros estrangeiros, chamados "condottieri", que lutavam mediante pagamento.

Várias vezes aconteceu que os próprios condottieri tomavam o poder de quem os havia contratado. Por causa disso, se o condottiere perdia uma batalha, poderia ter a sua cabeça cortada, mas se ele ganhasse a guerra de uma maneira brilhante, poderia também perder a cabeça por isso, pois o governante suporia, e freqüentemente com razão, que o próximo adversário do condottiere seria ele próprio. Certamente, por outro lado, não era fácil ir para uma guerra que não podia nem ser perdida nem bem ganha.





CAPÍTULO 61

Mas este problema que os militares enfrentavam também era enfrentado pelos demais funcionários dos governantes.

Se eles desempenhassem bem demais os seus papéis, poderiam com isto perderem suas cabeças. Se o responsável pela arrecadação dos impostos, por exemplo, arrecadasse os impostos de uma maneira muito eficiente, poderia morrer por isto, devido à suspeita de que com uma parte do dinheiro pudesse pagar a morte do governante. Se ele não arrecadasse, por outro lado, os impostos de que o governante precisava, também poderia pagar com a vida por isso.





CAPÍTULO 62

Que dizer então dos sintomáticos sistemas de segurança destes governantes?

Jacó Burckhardt, na "Civilização da Renascença na Itália", descreve como era organizada a segurança de Filippo Maria, o último governante da dinastia dos Visconti em Milão:

***"O que pode a
paixão do
temor fazer
com um
homem de
talento
incomum e
elevada
posição pode
ser visto no
caso de Filippo
Maria com
perfeição
matemática.
Todos os
recursos do
estado foram
devotados
para o único
fim de
promover a
sua segurança
pessoal,
embora
felizmente seu
cruel egoísmo
não tivesse
degenerado
em uma sede
de sangue sem
propósito. Ele
vivia na***

***cidadela de
Milão cercado
por magníficos
jardins,
árvores e
gramados.***

***Durante anos
ele não pôs os
pés na cidade,
fazendo suas
excursões
apenas no
campo, onde
ficavam
diversos de
seus
esplêndidos
castelos.***

***Quem quer que
entrasse na
cidadela era
vigiado por
centenas de
olhos. Era
proibido até
permanecer
próximo às
janelas, pelo
receio de que
pudessem ser
dados sinais
aos que
estivessem do
lado de fora.
Os que eram
admitidos
entre os
acompanhantes
do príncipe
eram
submetidos a
uma série das
mais rigorosas***

**revistas. Este
era o homem
que
comandava
longas e
difíceis
guerras, que
lidava
habitualmente
com afazeres
políticos de
primeira
importância,
que
diariamente
mandava
emissários
plenipotentes
por todas as
partes da Itália.
Sua segurança
era construída
sobre o fato de
que nenhum de
seus servos
podia confiar
em nenhum
outro, que
todos os seus
condottieri
eram
constantemente
vigilados e
enganados por
espões, que
os
embaixadores
e oficiais mais
elevados eram
confinados e
mantidos
isolados por
intrigas**

**artificialmente
alimentadas e,
em particular,
sobre o
artifício de
associar um
homem
honesto com
um patife.
Seria
interessante
acrescentar
que, ao morrer,
Filippo Maria
Visconti foi
sucedido no
poder pelo seu
condottiere,
Francesco
Sforza, um
general cuja
fama militar
era tão grande
que várias
vezes venceu
batalhas
apenas
fazendo saber
ao inimigo que
quem estava
no comando
adversário era
ele próprio".**





CAPÍTULO 63

Comentamos, até aqui, vários fatores que prepararam a época da Renascença, uma época em que começou a haver uma transformação profunda no modo do homem compreender a si próprio e à realidade que o cerca. Enumeramos ao todo cinco fatores. Qual seria o próximo?

Um sexto fator surge naturalmente quando nos perguntamos se em um contexto como o que foi descrito até agora é possível haver algum favorecimento da vida cultural. Poderia haver alguma forma de desenvolvimento cultural em um ambiente histórico como este ou, melhor dizendo, justamente por causa dele?

Por mais difícil que possa parecer a uma primeira consideração, a verdade é que o ambiente que acabamos de descrever é extremamente propício para o desenvolvimento cultural. O problema é que esta cultura se refere a uma vida da inteligência bastante diferente daquela que a humanidade havia conhecido até então.





CAPÍTULO 64

Um sistema político absolutista como o da França e o da Espanha, pelo menos por causa dele mesmo enquanto tal, não favorece o florescimento da cultura.

Em se tratando, porém, de um sistema político de caráter absoluto como o que surgiu no norte da Itália, um sistema em que o poder é absoluto não de direito, mas de fato, em que o governante não pode invocar nenhuma base legal para legitimar o seu poder. em que se mantém no poder apenas por força de sua pura ambição pessoal e esperteza política, do qual pode ser derrubado imprevistamente a qualquer momento sem poder conjecturar quem será o seu sucessor, a história mostra que a avaliação deverá ser bastante diferente. Estes sistemas favorecem o desenvolvimento da cultura e na verdade o favorecem até demais. Cabe agora entender por que.

O motivo para este aparente paradoxo consiste em que, em um sistema absolutista como os que havia na França e na Espanha o rei não é necessariamente o melhor, nem necessariamente a pessoa mais bem dotada de qualidades pessoais. Ele está ali por ter herdado o trono, protegido pelas leis e costumes da nação. Não subiu pelos seus méritos, e não deixa de ser deposto porque não haja outro melhor. Frequentemente são pessoas medíocres que possuem pouquíssimas qualidades como governante e como homem.

Mas em um sistema como o italiano somente alcançam o poder os homens mais fortes, aqueles que têm o maior número possível de qualidades pessoais que lhes permitam entender a situação política ao seu redor melhor do que o fazem todos os demais. Nesta situação aqueles que, por exemplo, falam um número maior de línguas, que possuem um maior cabedal de cultura que lhes permita desenvolver o maior engenho possível, estão em uma situação de vantagem. Quanto maior o número de qualidades que um homem destes tiver em todos os sentidos mais provavelmente conseguirá entender o que se passa em sua cidade, controlar a situação e manter-se no poder. Não é suficiente saber matar para alcançar o poder; depois de matar ele terá que saber manter-se ali, uma tarefa que não é mais

apenas uma questão de força bruta e em que ele conta somente com as suas próprias capacidades para levá-la a efeito.

Homens assim, ademais, não se mantêm no poder somente pelo fato de serem os melhores, mas também pela fama que eles cultivaram de serem os melhores, uma fama que nada mais é do que uma projeção externa de suas próprias personalidades. Para serem tidos como tais, coisa que não só lhes é importante para se manterem no poder, mas algo que faz parte de suas personalidades, eles devem que fazer jus à fama que construíram. Por conseguinte, estes homens começaram a fazer algo que não se fazia antes na Idade Média, não pelo menos na escala em que eles o fizeram: começaram a favorecer as artes, a arquitetura, os poetas, os pintores, os escritores de peças de teatro, todos, enfim, os que pudessem produzir algo que impressionasse.

Nas obras de arte, porém, procurava-se mais a ostentação e o virtuosismo do que a beleza em si; na arquitetura produziram-se templos grandiosos, mas as vidas dos que os conceberam estavam longe de reproduzir o que a grandeza destes monumentos significava, e nas obras escritas buscava-se mais a impressão produzida pela forma do que o conteúdo da verdade. Os castelos dos quais estes príncipes governavam às vezes uma única cidade e seus arredores eram mais luxuosos do que os castelos dos reis de França ou de Espanha, os quais governavam uma grande nação. Para semelhante luxo empregavam-se numerosos artistas, arquitetos e intelectuais.





CAPÍTULO 65

Entre os efeitos que tal atitude de vida produziu está, por exemplo, o surgimento da moda.

Jacó Burckhardt diz que o primeiro testemunho histórico que ele conseguiu encontrar a respeito da moda data de 1390, quarenta anos após a Peste Negra, na cidade de Florença. Nesta época em Florença as pessoas faziam questão de se vestirem cada uma de modo diferente da outra, diversamente do que ocorria na Idade Média, em que este era um aspecto totalmente secundário da vida. Diz Burckhardt na "Civilização da Renascença na Itália" a este respeito:

"Nas características (políticas) destes Estados do norte da Itália está não a única mas a principal razão para o desenvolvimento precoce dos italianos. É devido a isto que a Itália foi a primogênita entre os filhos da Europa moderna. Não é difícil mostrar que este resultado se deve acima de tudo às circunstâncias políticas da Itália. Em épocas

***passadas pode-
se, aqui ou ali,
detectar um
certo
desenvolvimento
da livre
personalidade,
mas nos anos
1300 a Itália
começa a
enxamear de
individualidade.
Os italianos dos
anos 1300 não
tinham medo da
singularidade,
de serem ou
parecerem
diferentes de
seus vizinhos.
Pelo ano de
1390 não existia
mais nenhum
gênero
predominante
de roupas para
os homens de
Florença, cada
um preferindo
vestir-se a si
próprio de seu
próprio modo.***

***O despotismo,
conforme
vimos,
empurrou ao
mais alto grau a
individualidade,
não apenas do
tirano ou do
condottiere,
mas também***

dos homens a quem ele protegia ou usava como seus instrumentos, isto é, o secretário, o ministro, o poeta, o companheiro. Estas pessoas foram obrigadas a conhecer os mais ocultos recursos se suas próprias naturezas, passageiras ou permanentes. Seus interesses pela vida foram estimulados e concentrados pelo desejo de obter a maior satisfação possível de um período provavelmente muito curto de poder e de influência".





CAPÍTULO 66

Foi nesta época que, paralelamente a estas tendências, desenvolveu-se nas cortes do norte da Itália um interesse desmedido pelas ciências ocultas de todo tipo, tal como nunca talvez se tenha ouvido falar na história. Tal interesse existiu principalmente entre os governantes e as pessoas que os rodeavam. Quanto mais estas pessoas realizavam e melhores se julgavam no seu conceito pessoal, tanto mais se interessavam por estes assuntos. Nos anos 1400 campeou o ocultismo nas cortes da Itália.





CAPÍTULO 67

É possível perceber que a cultura que um clima destes favorece e que, ademais, favorece muito, não é mais a busca e o amor à verdade que havia nas universidades dos séculos XII e XIII, e no sistema de ensino que as precedeu de modo imediato. É uma cultura brilhante, mas daquelas que impressionam os sentidos, que estimulam o interesse imediato, que transmitem uma viva impressão de erudição com uma falsa aparência de universalidade e que alimentam o auto conceito de ser o melhor.





CAPÍTULO 68

Este clima cultural que se espalhou pela sociedade do norte da Itália nos anos 1400 é visível, ainda hoje, no século XX, em certos meios como, por exemplo, no interior de uma grande empresa de Engenharia, aquela que tem que sobreviver produzindo os melhores produtos, vencendo a concorrência ou mesmo trapaceando, mas com trapanças feitas com competência. O engenheiro que quiser ascender profissionalmente em um meio como este tem que ser um bom engenheiro, dotado do maior número possível de qualidades, inclusive qualidades além de sua competência estritamente profissional. Os empresários tem que ser excelentes empresários, e os executivos têm que ser excelentes executivos.

É um ambiente muito diferente do que o que se encontra em muitas outras instituições, como repartições públicas e mesmo na maioria das escolas, onde não há um verdadeiro interesse, nem uma verdadeira necessidade, de se fazer melhor o que deveria ser feito, bastando que seja feito de alguma maneira. Tratam-se de instituições que se comportam como se existissem mais para preencherem um espaço dentro da sociedade que não poderia ser deixado vazio do que para realizar efetivamente o trabalho a que se destina. Comparadas com as primeiras, o ambiente encontrado nestas instituições é tal que sugere a impressão que seus profissionais estão fingindo que trabalham, que seus diretores estão fingindo que tudo está em ordem, que seus beneficiários estão fingindo que não percebem o que realmente está acontecendo e que todo o conjunto existe apenas para não deixar claro para a comunidade que na realidade não está sendo feito o que deveria estar sendo feito.

Neste sentido, a descrição psicológica que Burckhardt faz da civilização renascentista é exatamente aquela que se nota existir na cúpula de uma grande empresa de Engenharia. Até mesmo o interesse pelas ciências ocultas, que começa a surgir exatamente quando as pessoas começam, devido ao ambiente que criaram, a ter motivos para acreditar que pertencem à elite da sociedade em que vivem. Todos eles tem interesses culturais

diversos e muito vivos, mas são geralmente interesses superficiais, que não exigem um esforço sistemático de anos seguidos. Todos eles têm e procuram ter uma razoável cultura geral, freqüentam os cinemas, os jornais, as melhores revistas, praticam um certo número de atividades paralelas que freqüentemente tem pouca ou nenhuma relação uma com a outra e, depois de alguns anos, quando possuem um currículo que lhes dê um certo respaldo psicológico, falam dos problemas do país, do mundo, da humanidade ou mesmo de seus empregados dando a impressão de que o que eles aprenderam em suas vidas representa a visão absoluta, exata e ontológica do cosmos.

Nestas empresas, à diferença da Renascença italiana, não se cortam os pescoços daqueles que não vencem, mas existe o mesmo tipo de competição que conduz a um mesmo tipo de interesse cultural.





CAPÍTULO 69

Pode-se depreender, portanto, como no Renascimento teve início o mundo moderno.

No ambiente em que se iniciou a Renascença estava o mundo moderno em miniatura. Existia ali o mesmo ambiente que existe no verdadeiro capitalismo, com o desenvolvimento conseqüente de um padrão de interesse intelectual que conduz a uma apreciação do mundo semelhante ao que temos hoje, mas ao qual teremos muito que acrescentar, conforme veremos.





CAPÍTULO 70

Um problema fundamental que havia com estes homens é que, embora fossem os líderes de um mundo assim estruturado e fossem de fato os melhores de sua época, não eram capazes de perceber que eram os melhores apenas segundo um determinado aspecto, e não os melhores no sentido absoluto da palavra.

A mesma coisa acontece com as elites bem sucedidas do século XX, aqueles que ditam as normas do mundo de hoje. Eles incorporaram em suas vidas este mesmo defeito de perspectiva. Supõem que são os melhores e, efetivamente, é algo evidente que eles são os melhores, uma constatação que não se pode negar. Mas o que eles não conseguem perceber é que existe uma diferença entre ser o melhor segundo um determinado aspecto e ser o melhor absolutamente falando, o melhor ontologicamente falando, aquele "melhor" que o é por relação para com o bem, que Platão dizia que são necessários pelo menos cinquenta anos de dedicação plena, apaixonada e metódica para poder ser compreendido.

Porém se dissermos uma coisa destas às pessoas do mundo de hoje elas simplesmente serão incapazes de compreender do que se está falando ou que exista esta distinção. Elas não quererão sequer discutir o assunto. Entraram na realidade em um processo de auto ilusão tão enraizado que aquele bem no sentido absoluto de que falava Santo Tomás de Aquino e que muitos de seu tempo eram capazes de entender com relativa facilidade, elas não conseguem mais entender. E, tal como são estas pessoas, assim também é em reflexo a sociedade que elas constroem, erguida sobre a ausência de previsão séria para qualquer instituição que tenha por fim buscar bem algum que não o seja sob um determinado aspecto.





CAPÍTULO 71

A cultura, portanto, que resultou de um mundo como este não é mais a cultura que se esperava que florescesse de fundamentos cristãos. É uma cultura de uma civilização que tem como base o culto da personalidade.

Atualmente pode parecer difícil imaginar uma forma diversa de desenvolvimento cultural, mas o fato é que, poucos séculos antes, os melhores estudantes geralmente procuravam o estudo depois de terem passado pelo que Cristo colocou no Evangelho como sendo a primeira condição para se aprender algo com ele:

***"Quem
não
renuncia
a si
mesmo",***

diz Jesus no Evangelho,

***"não
pode ser
meu
discípulo.***

***Bom é o
sal, mas
se até o
sal se
tornar
insípido,
com o
que se
lhe dará
o sabor?
Não
servirá
para***

***mais
nada, e
será
atirado
para
fora.***

***Assim
também,
qualquer
um de
vós, que
não
renuncia
a quanto
tem, e
também
à sua
própria
vida, não
pode ser
meu
discípulo.***

***Quem
tem
ouvidos
para
ouvir,
que
ouça".***

**Mt .
16 ,
24
Lc .
14 ,
26 -
33 -
34**

Esta é, pois, uma condição prévia colocado por Cristo para ser seu discípulo. Portanto, uma condição prévia para poder aprender. A este mesmo respeito escrevia S. Paulo da Cruz em uma carta de 24 de outubro de 1723:

***"Já que
nosso
Salvador nos
deixou no seu
Evangelho
que quem não
se nega a si
próprio não
pode ser seu
discípulo,
assim todos
os santos,
que quiseram
ser
verdadeiros
discípulos de
Jesus, têm
estudado
continuamente
esta lição, e
efetivamente
a colocaram
em execução.***

***Experimentam
agora estes
santos
homens
quanto bem
lhes tenha
trazido a
contínua
abnegação de
si próprios.***

***Seja este,
portanto,***

***também
nosso estudo,
não apenas
hoje, mas por
todo o
restante de
nossa vida".***

O que ocorre, porém, quando se alicerça a vida sobre o fundamento oposto?

A primeira coisa que ocorre é, de modo geral, perderem-se de vista os mais altos objetivos da vida humana. Embora seja esta apenas a primeira coisa que ocorra, só isto, por si só, já é uma tragédia, e uma tragédia que está se abatendo sobre toda a humanidade.

Para a maioria dos homens esta perda começa a acontecer quando eles deixam-se dominar desde cedo, em suas vidas, pelas suas paixões, fazendo com que os objetivos de suas existências sejam decididos por estas paixões e não pela luz da inteligência. Uma pessoa que renuncia de fato a si mesma não se deixa levar pelas suas paixões, mas a que segue pelo caminho oposto facilmente se deixa conduzir por elas e, ao fazer isto, abandona aqueles objetivos mais altos porque as paixões humanas sempre têm objetivos muito estreitos e limitados, jamais alcançando os que somente podem sê-los pela inteligência.

Tais pessoas passam a agir, portanto, como se estivessem privadas da razão em todas as decisões fundamentais que irão determinar o desenrolar de suas vidas. A inteligência que elas possuem, a partir daí, não será mais utilizada para decidirem os seus objetivos, mas apenas para elaborar os meios para que se alcancem os objetivos que não foram escolhidos pela inteligência.

Com o tempo, a inteligência, que não é utilizada como fim, mas como instrumento, vai se obscurecendo de tal modo que chega à negação de qualquer objetivo mais elevado para a vida humana que não seja os da própria satisfação de suas paixões;

os objetivos da vida humana passam a ser considerados como questões pessoais, como uma opção de gosto pessoal, expressão que na verdade significa que não são mais os objetivos que derivam da luz da inteligência, mas os impostos pelas paixões humanas.

O homem que vive neste estado está de antemão em um eterno preconceito com o Evangelho, pois o Evangelho viria trazer-lhe notícias de objetivos mais elevados, exatamente objetivos do tipo que ele nega.

Objetivamente falando, uma pessoa reduzida a este estado é uma pessoa que se degradou. Para quem não se encontrasse nestas condições, uma pessoa neste estado deveria causar-lhe uma tristeza profunda, assim como ao homem sóbrio causa tristeza assistir à degradação do alcoólatra. É o que, de fato, encontramos nos escritos dos homens santos, como em passagens como estas, tiradas das cartas de Santo Antônio:

***"Quero que
saibais,
meus filhos,
o quanto
sofro por
vós quando
vejo a
profunda
decadência
que a todos
nós ameaça.***

***Os homens,
incapazes de
exercerem
sua
inteligência
segundo o
estado de
sua criação
original,
inteiramente
privados de***

**razão,
sujeitaram-
se à criatura
em vez de
servir ao
Criador.**

**Meu coração
se espanta e
minha alma
se aterroriza,
pois
mergulhamos
no prazer
como gente
embriagada
de vinho,
porque
deixamos
reinar em
nós a nossa
vontade
própria e
nos
recusamos e
elevantar
nossos
olhos para o
céu,
buscando a
glória
celeste".**

**Os homens que se recusam a elevar os seus olhos para o céu,
buscando a glória celeste! Mas é justamente assim que hoje
vivem a maioria das pessoas.**

**Se tais tivessem a coragem de renunciarem sinceramente a si
próprias, o primeiro efeito que elas colheriam deste preceito de
Cristo seria uma abertura da mente para um uso mais límpido da
inteligência. Pode parecer à primeira vista paradoxal, mas a**

renúncia seria algo que lhes alargaria os horizontes.

Era exatamente porque faziam isto que, na época de Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino os melhores estudantes percebiam mais claramente o que era que de mais importante devia ser buscado com o estudo.

Já na Renascença aqueles que eram incentivados a produzirem intelectualmente não eram aqueles que haviam renunciado a si próprios, mas aqueles que haviam decidido cultivar ao máximo o seu próprio ego ou que eram patrocinados por tais homens. Foi no orgulho, e não na renúncia, que se começou a construir um mundo novo, um mundo exatamente oposto àquele que a humanidade e seus principais representantes haviam lutado durante dois mil anos para conseguirem implantar.





CAPÍTULO 72

Que frutos podem ser esperados de um mundo novo construído desta maneira?

No início dos anos 1100 Hugo de São Vitor escreveu um pequenino livro, um opúsculo, que hoje, impresso, ocupa cerca de meia dúzia de páginas. Chama-se "Os Frutos da Carne e do Espírito".

Este livrinho é acompanhado por dois desenhos feitos pelo próprio autor. Neles Hugo desenhou duas árvores, uma árvore que corresponde à árvore dos vícios e outra árvore que é a árvore das virtudes. As duas árvores ilustram o título do livro, "Os Frutos da Carne e do Espírito".

Na árvore dos vícios são mostrados os frutos da carne, e na árvore das virtudes os frutos do espírito.

No desenho da árvore dos vícios vemos muitos galhos que se elevam até chegar ao topo; na raiz da árvore Hugo colocou aquilo que, segundo ele, é a raiz de todos os vícios, o orgulho.

Na outra árvore das virtudes, como raiz Hugo colocou aquilo que, segundo ele, é a raiz de todas as virtudes, a humildade, que podemos tomar aqui como subentendendo a renúncia de si próprio.

Ambas as árvores correspondem a duas concepções de vida, que são, coincidentemente, as que estivemos descrevendo. As duas árvores são, respectivamente, o homem que estava-se tentando produzir na Renascença e o homem que até os anos 1200 a sociedade despendia consideráveis esforços para produzir, duas formas de construir uma personalidade que divergem em suas próprias raízes.

A primeira é baseada na humildade como raiz, ou a renúncia de si próprio, que é a base de um longo aprendizado posterior. Conforme afirmou Cristo, quem não renuncia a si próprio não pode ser seu discípulo, o que significa, em outras palavras, que não pode sequer começar a aprender o que quer que haja para

ser aprendido no caminho que Cristo nos aponta. De tudo o que Cristo nos tem a ensinar, nada poderá ser aprendido se não se assentar sobre esta base.

A segunda é baseada no orgulho como raiz, ou o culto de si próprio, justamente o oposto do homem da personalidade anterior, isto é, o homem que não apenas não quer renunciar a si próprio como antes, ao contrário, parte do princípio de querer cultivar a si mesmo de todos os modos possíveis.

Mas o que há de mais interessante nestas duas árvores é o que se vê no topo de ambas. À medida em que elas vão crescendo os frutos vão surgindo e os principais são os últimos, isto é, os que crescem no topo das mesmas.

O que há, neste sentido, no topo daquela primeira árvore cuja raiz é a humildade e a renúncia? No topo desta árvore Hugo desenhou o amor, isto é, a caridade, aquela amizade que une entre si Deus e os homens com base em uma felicidade que jamais haverá de ter fim.

E o que pode ser visto, por outro lado, no topo da outra árvore? Guerras, ódios, vinganças, destruição? Nada disto. No topo da outra árvore encontra-se apenas a luxúria, o desregramento da vida sexual, a incapacidade de compreender a vida sexual como algo que esteja entre as coisas sagradas, uma vida sexual que, embora seja entre seres humanos, passa a ser vivida à semelhança daquela que existe entre os animais.

A árvore que se inicia com o orgulho, assim, termina não na guerra ou na violência, mas em uma vida humana que imita a dos animais.





CAPÍTULO 73

E é precisamente isto o que vemos acontecer durante o período renascentista, como se o opúsculo escrito por Hugo de São Vitor tivesse sido uma profecia.

Em todas as classes sociais, mas principalmente entre as superiores e mais próximas ao poder, assistiu-se a um alastramento geral da imoralidade.

Porém, mais do que isso, este alastramento foi acompanhado por um fato novo na história. As novas classes intelectuais, a nova elite pensante, conhecida genericamente como os humanistas, da qual ainda não falamos como se formou, como era educada e quais os interesses que a moviam, sustentada pelos novos governantes, veio a empenhar-se propositalmente na difusão da imoralidade, na sua justificação e na sua glorificação.





IIIª Parte. F.

CAPÍTULO 74

Vamos descrever a seguir o surgimento, a educação e os interesses de uma nova classe intelectual que se formou durante a Renascença. Seus membros costumam ser referidos pela História com o nome de humanistas.

O primeiro dos humanistas foi o italiano Francesco Petrarca, que viveu durante a primeira metade dos anos 1300.

Petrarca era um homem nitidamente imbuído de ideais cristãos, não obstante nele já se encontrarem uma série de características que se chocam com esta postura. Diz dele Pastor no volume primeiro da "História dos Papas".

*"Nem sequer
Petrarca ficou
imune do
fermento de
seu século.
Encontramos
neste poeta
traços que
contrastam
com suas
idéias
fundamentais
de fiel cristão.
Tais são, por
exemplo, seu
desprezo altivo
pela
escolástica
assim como
pela Idade
Média, da qual
foi um dos*

***primeiros, por
assim dizer, a
acreditar na
fábula das
trevas da Idade
Média, e a sua
doentia sede de
glória".***

***"É um triste
espetáculo ver
um homem tão
elevado
intelectualmente
como Petrarca
sonhar com
coroas de
louros, favores
de príncipes,
ovações
populares e
correr atrás do
fantasma da
glória junto a
cortes de
príncipes
moralmente
muito
degradados".***

***"Característica
dos humanistas
que vieram
depois dele foi
um amor
próprio
desmedido;
extremamente
vaidosos e
necessitados
de fama, não se
julgavam
jamais***

**suficientemente
reconhecidos.
Suas bocas e
suas penas
estavam cheios
de belas frases,
mas ao mesmo
tempo eles
eram
sumamente
ávidos de
dinheiro e de
vida faustosa,
de honras e de
admiração,
mendigos dos
favores dos
grandes e dos
ricos, e
insuportáveis
uns aos outros,
prontos para
qualquer
intriga, para
qualquer
calúnia, para
qualquer
maldade desde
que fosse para
arruinar um
odiado
concorrente.
Iniciou-se uma
evolução sem
limites do
individualismo,
da qual
despontou uma
multifacetada
ânsia de glória
que chegou a
extremos
satânicos".**





CAPÍTULO 75

É o mesmo Pastor que, em um volume posterior, o Tomo III vol. 5 de sua obra, descreve o progresso da imoralidade durante a época do Renascimento:

***"Se se
investigam as
causas
principais por
que nesta época
muitos italianos
se
encaminharam
pelos mais
perniciosos
extravios, não
pode ser
duvidosa a
resposta: é o
desenvolvimento
do
individualismo
promovido pelo
Renascimento".***

***"Os partidários
desta
pernicioso
tendência
contrapunham
conscientemente
a renúncia a si
mesmo, a
humildade e a
mortificação da
religião cristã
ao egoísmo, ao
orgulho, à
vanglória, ao
espírito***

**mundano e à
sede de
prazeres da
antigüidade
pagã. Desta
maneira
surgiram
aquelas
funestas figuras
que juntaram a
mais elaborada
cultura a uma
astuciosa
malícia e
desprezo de
todas as leis
morais".**

**"Do
individualismo
ilimitado, tão
grandemente
favorecido pelo
Renascimento,
nasceram, além
da ambição pela
glória, outros
muitos e
perniciosos
vícios, como a
prodigalidade, a
luxúria, o jogo,
a sede de
vingança, a
mentira e a
fraude, a
imoralidade, os
crimes e
homicídios, a
indiferença
religiosa, a
incredulidade a
a superstição. À**

***simplicidade e
bons costumes
do tempo antigo
se opôs em
quase todas as
cidades um luxo
crescente e uma
crescente
imoralidade".***

***"Talvez o pior
dos lados
sombrios dos
italianos desta
época foi a
desonestidade
conjugal. Não
há dúvidas de
que a
imoralidade fêz
terríveis
progressos em
todas as
grandes
cidades e
mesmo em
muitas das
pequenas na
época do
Renascimento.
As mais
grosseiras
desordens eram
muito
freqüentes,
principalmente
entre as
pessoas
instruídas e de
elevada classe.
A ilegitimidade
dos filhos já não
se considerava***

***uma mancha, de
maneira que
quase não se
fazia mais
diferença entre
os filhos
bastardos e os
filhos legítimos.
Mesmo havendo
honrosas
exceções, a
maioria dos
príncipes
italianos do
Renascimento
estavam
demasiadamente
contaminados
pela corrupção
moral".***

***"Toda a Itália,
escrevia na
história de
Frederico III
Enéias Sívio
Piccolomini, o
futuro Papa Pio
II, está em
nossos tempos
governadas por
príncipes
nascidos fora
de matrimônio".***

***"Quando, mais
tarde, já Papa
Pio II, passou
pela cidade de
Ferrara em
1459, deixou
escrito que foi
recebido por***

***sete príncipes,
dos quais nem
sequer um
havia nascido
de matrimônio
legítimo".***

***"É
simplesmente
assombrosa a
indulgência com
que as pessoas
cultas
contemplavam
os excessos
dos grandes.
Poetas, literatos
e artistas
glorificavam as
vergonhosas
paixões dos
príncipes, ainda
mesmo durante
as suas vidas,
de uma maneira
que, embora
parecesse aos
séculos
posteriores o
cúmulo da
indiscrição,
passava na
época por uma
inocente
homenagem".***

***"Juntamente
com os
príncipes
concorriam em
imoralidade
grande parte
dos humanistas***

**representantes
do
Renascimento,
muitos dos
quais tinham
sabido tornarem-
se
indispensáveis
em quase todas
as cortes dos
príncipes como
educadores de
seus filhos,
como oradores
e diplomatas".**

**"Embora
apenas as
pessoas mais
instruídas
tivessem
acesso à
literatura
obscena dos
expoentes do
Renascimento,
em círculos
mais extensos
difundia-se o
mesmo veneno
por meio das
novelas e
comédias
escritas em
linguagem
popular. O
argumento
favorito destes
novelistas eram
as relações
sexuais em seu
mais crasso
realismo, e**

***juntamente com
ele, a
hostilidade
contra o
matrimônio e a
família, o
engano dos
maridos que
ingenuamente
confiavam em
suas esposas,
as infidelidades
cometidas
contra outros
mais
desconfiados,
apesar de todas
as suas
vigilâncias. De
modo geral,
predomina a
tendência a
desculpar o
adulterio e até a
glorificá-lo,
desde que tenha
sido levado a
efeito com
astúcia e
engenhosidade".***

***"Assim como na
elite pensante
do
Renascimento,
também nesta
literatura
encontra-se o
amor livre como
um ideal a que
se deve aspirar,
e se foi
chegando tão***

***longe que até
muitas pessoas,
honestas em
outros
aspectos,
começaram a
defender a
legitimidade do
divórcio".***

***"Além da
literatura
obscena teve
um grande
efeito
pernicioso nas
classes mais
favorecidas
desde a
segunda metade
dos anos 1300 o
costume que se
estendeu por
toda a Itália de
ter como
escravas
donzelas
orientais. Quase
todas as casas
distintas de
Florença tinham
estas escravas,
e este abuso
conduzia, com
forte freqüência,
a destruir a
felicidade das
famílias. Outras
vezes eram
criados em
conjunto os
filhos legítimos
com os***

ilegítimos".

***"Nos anos 1300
era grande em
muitas cidades
italianas o
número das
prostitutas, mas
nos anos 1400
percebe-se um
deplorável
aumento das
mesmas. Mais
significativo foi
o fato de que
começou-se a
trocar, por esta
época, o nome
com que se
designavam as
mulheres
públicas. Em
vez do antes
usado de
pecadoras,
passou-se a
utilizar o mais
decoroso de
cortesãs.***

***Correspondendo
a esta
denominação,
as cortesãs
passaram a se
esforçar
também por
conseguir uma
educação
brilhante.***

***Vemos pelos
testemunhos da
época como
aquelas damas***

***cultivavam a
música, liam os
poetas e sabiam
falar e escrever
com elegância.
Suas cartas
mostram uma
expressão
segura e
correta, e até
mesmo citações
latinas. Uma
das mais
famosas
cortesãs
romanas levava
o orgulhoso
nome de
Impéria; sua
morte precoce,
porém,
preservou-a da
sorte de quase
todas as
restantes de
suas
companheiras,
as quais, depois
de haver
dissipado sua
beleza e sua
riqueza,
acabavam no
hospital ou na
indigência
pública, tal
como Tullia
d'Aragona,
célebre também
como poetisa,
que chegou a tal
pobreza em sua
velhice que***

***passou seus
últimos anos em
uma taverna do
Transtevere,
onde morreu".***

**Em consequência do aumento da prostituição, à Peste de 1348
acrescentou-se, a partir dos fins dos anos 1400,**

***"uma terrível
epidemia de
sífilis. Já
conhecida
anteriormente,
esta
repugnante
enfermidade,
que se
manifestava
em novas
formas e com
uma maior
violência,
alcançou, em
parte por
efeito do
notável
crescimento
da
imoralidade,
uma tão
grande
extensão
como nunca
outra epidemia
havia
alcançado
anteriormente".***

Naquela época não se conhecia ainda a cura da sífilis. Hoje

facilmente tratável com os antibióticos mais simples, naqueles dias esta horrenda doença, uma vez contraída, evoluía inexoravelmente ano após ano até morte do paciente.

"Descrevia-se a doença como um mal terrível e espantoso, diante da qual a humanidade retrocedia tomada de horror, como um sofrimento pior do que a própria lepra, diante da qual nenhuma outra doença pode disputar a primazia, um mal que consome o corpo, deixa o espírito exausto e transforma os doentes em cadáveres viventes. Assim como nos demais países da Europa, o novo mal foi visto como um justo castigo de Deus pelos pecados dos homens e

***pela grande
corrupção
dos
costumes".***

***"Entretanto,
não era a
multidão das
prostitutas e
das cortesãs
o pior dos
danos que
afligiram a
Itália do
Renascimento.
O historiador
deste período
não pode
deixar de
mostrar outro
lado todavia
mais
repugnante.
Há
testemunhos
irrecusáveis
que não
permitem
duvidar que
renasceu
nesta época"***

a prática da homossexualidade. MUITÍSSIMO comum na antigüidade pagã,

**"quase totalmente
desarraigada pela
Igreja e pelas
legislações civis
penetradas pelo
espírito cristão
durante a Idade
Média, voltou a
introduzir-se agora
nas sociedades
graças à cega
adoração dos
humanistas pela
literatura pagã. No
início dos anos 1400
a homossexualidade
surge nas cidades de
Veneza, Siena e
Nápoles. São
Bernardino de Siena
perseguiu este vício
em seus sermões
com inflamadas
palavras, mas os
humanistas
glorificavam pública e
desavergonhadamente
este pecado que em
outro tempo havia
sido a maldição do
mundo antigo e
muitos chegavam até
mesmo a gloriar-se
do mesmo. Ariosto,
um dos humanistas,
chegou a declarar
que praticamente
todos os humanistas
estavam manchados
com o vício pelo qual
Deus havia castigado
a Sodoma e a
Gomorra. No fim dos**

**anos 1400 Antonio
Loredano,
embaixador de
Veneza em Roma,
perdeu seu cargo por
escândalo dado nesta
matéria, mas o pior
para os italianos foi
ter penetrado este
vício também nas
classes inferiores. No
tempo da expedição
de Carlos VIII, no fim
dos anos 1400,
quando as tropas
francesas invadiram
temporariamente o
norte da Itália, o
cronista da expedição
militar escreveu estas
palavras:**

**“Todo este país, todas
as suas cidades,
Roma, Florença,
Nápoles, Bolonha,
Ferrara, estão
contaminadas com
este mal”.**





CAPÍTULO 76

A esta descrição de Pastor junta-se a avaliação de Will Durant, encontrada em seu livro sobre a Renascença:

**"A
homossexualidade
tornou-se quase
que uma parte
obrigatória do
Renascimento
pelo interesse
dos clássicos
antigos. Os
humanistas
escreveram sobre
esta prática com
afeto estudantil, e
Ariosto inclusive
deixou escrito
que todos eles
estavam nela
envolvidos.
Arretino
descreveu a
aberração como
sendo bastante
popular na cidade
de Roma, e ele
próprio, entre
uma mulher e
outra, pediu ao
Duque de Mântua
que lhe enviasse
um belo rapaz.
Em 1455 o
Conselho dos Dez
de Veneza redigiu
uma nota oficial
sobre como**

***`o abominável
vício da sodomia
está se
multiplicando
nesta cidade',***

***e, para evitar `o
castigo de Deus',
designou dois
homens em cada
bairro de Veneza
encarregados de
extirpar a prática.
O Conselho
además notou
que já havia
homens em
Veneza que se
trajavam como
mulheres e vice
versa. Podemos
ter certeza que a
homossexualidade
estava mais do
que normalmente
presente na Itália
Renascentista. A
mesma coisa
pode-se dizer da
prostituição. De
acordo com
Infessura, em
Roma, cuja
população era de
noventa mil
almas, havia pelo
menos seis mil e
oitocentos
prostitutas. Em
Veneza o censo
de 1508 reportava
quase doze mil
prostitutas em***

***uma população
de trezentas mil
pessoas. Logo
nos primeiros
tempos da
imprensa, um
editor veneziano
publicou um
catálogo de
nomes,
endereços e
preços das
principais
cortesãs de
Veneza".***





CAPÍTULO 77

Vamos examinar em seguida qual foi o tipo de cultura que floresceu durante a Renascença, em um ambiente como este que estivemos descrevendo, e em busca de que ideais se desenvolveu a formação dos homens daquele tempo.

O tema é de grande importância, não apenas porque neste época surgiu uma nova forma de educação, a que pode-se chamar de educação renascentista, também conhecida posteriormente como educação humanista, mas também porque foi da evolução deste tipo de escola baseada nas idéias educacionais da Renascença que provieram as escolas que existem atualmente.

A escola de hoje é um aperfeiçoamento do tipo de educação que surgiu neste contexto no norte da Itália. Não é, a não ser indiretamente, uma continuação dos ideais pedagógicos dos filósofos gregos, nem uma educação inspirada diretamente nos ensinamentos do Evangelho, tal como aquela que pode, por exemplo, ser encontrada nos escritos pedagógicos de Hugo de São Vitor, de modo especial na obra recentemente publicada intitulada de "Princípios Fundamentais de Pedagogia", na qual se reúnem e coordenam diversos textos de Hugo de São Vitor que até hoje tinham sido publicados apenas de uma forma esparsa.





CAPÍTULO 78

Para entender como surgiu a pedagogia renascentista, temos que lembrar alguma coisa sobre a história que veio sendo descrita nesta Terceira Parte da presente Introdução Histórica.

Acabávamos de explicar como um ambiente tal como o que se desenvolveu na Itália nos anos 1300-1400 é, ao contrário do que poderia parecer a um primeiro exame, altamente propício ao desenvolvimento da cultura, embora a cultura que daí vá resultar seja um tipo bem particular de cultura. Nossa intenção será, a seguir, explicar como se educavam as pessoas dentro desta cultura.

No início desta Terceira Parte explicamos como durante a antigüidade floresceram duas formas de educação. Havia a educação filosófica que se estendia por toda uma vida e não envolvia finalidades imediatas e havia também a educação retórica, à qual se dirigiam a maioria dos que estudavam. A educação filosófica, muitíssimo mais exigente, sempre foi a de uma minoria.

Ambas estas duas formas de educação, tanto a filosófica como a retórica, canalizavam grande quantidade de conhecimento, mas a finalidade e o modo como estes conhecimentos eram utilizados eram bastante diversos. Os filósofos buscavam a sabedoria, os retores buscavam a arte de falar e escrever bem, de convencer as multidões mais pela beleza e pelo envolvimento do discurso do que pela força do argumento.

Embora, conforme apontado, a educação filosófica sempre tivesse sido privilégio de uma minoria, no século IV Santo Agostinho propôs em seus livros que o ideal para o estudante cristão seria aproveitar o que havia de bom em ambas estas concepções educacionais, servindo-se das duas como uma preparação para um estudo mais profundo das Sagradas Escrituras.

Com o desenvolvimento das escolas monásticas no Ocidente Cristão, que se iniciou aproximadamente por esta época, a orientação contida nas obras de Santo Agostinho foi sendo

posta em prática e se difundindo pela Europa. Foi introduzido o currículo das Artes Liberais, dividido em dois ciclos designados por Trivium e Quadrivium. O Trivium tinha sua inspiração nas antigas escolas de retórica, o quadrivium tinha sua origem direta no livro 'A República' de Platão, onde ele descreve a formação do filósofo.

O surgimento do ensino das Artes Liberais em seus dois ciclos do Trivium e do Quadrivium fez com que gradualmente ambas as correntes da pedagogia antiga fossem se canalizando em uma mesma direção convergindo para o estudo das Ciências Sagradas.

Com esta fusão, porém, o Quadrivium que provinha da corrente filosófica passou a ter uma importância cada vez maior do que o Trivium. A Arte Retórica continuou a ser ensinada, mas apenas como matéria preliminar de formação, e não como objetivo último da Pedagogia. Aos poucos, à medida em que a humanidade foi se aproximando dos séculos XII e XIII, a educação superior foi se voltando cada vez mais para a busca da sabedoria pura e simplesmente.

É muito importante chamar a atenção para o real significado deste fato. De um modo gradual, sem que para tanto tivesse havido nenhuma revolução ou aparato, o tipo de ensino que era predominante da antigüidade passou a ser relegado a um plano bastante secundário de introdução geral aos estudos, e o que era privilégio de poucos passou a ser a norma geral do ensino superior. Aquilo que Platão fazia em sua escola, o modo e os objetivos para os quais ele orientou seu discípulo Aristóteles e que aos poucos, à medida em que se aproximava da morte, o próprio Platão foi se convencendo que seria uma utopia para o mundo, tudo isto acabou gradualmente se tornando no mundo cristão uma realidade.

É assim que, por exemplo, os "Princípios Fundamentais de Pedagogia" de Hugo de São Vitor são em grande parte uma concretização em contexto cristão de ideais pedagógicos de grande afinidade com os de Platão; mas, ao mesmo tempo, não são mais uma descrição, como ocorre na "República", de um ideal a ser atingido pela humanidade, mas a transposição escrita de uma realidade pedagógica vivida em Paris no início dos anos 1100 DC.





CAPÍTULO 79

Toda esta realidade desmoronou durante a Renascença. Objetivos como estes se tornaram incompreensíveis para os homens da época. Os homens da Renascença não se interessavam mais pela Teologia, pela Filosofia, pela Matemática ou pelo Quadrivium.

O pequeno surto de interesse que houve nos anos 1400 pelas obras de Platão entre alguns estudiosos de Florença se referiu mais ao aspecto deslumbrante de sua obra do que pela verdade que pudesse haver nela contida, com exceção, talvez, de M. Ficino, o líder deste restrito grupo.

Mas então, neste caso, pelo que se interessavam os homens da Renascença? Interessavam-se, devemos responder, basicamente por aquilo que hoje nós chamaríamos de literatura, pura e simplesmente. Este estranho renascimento do interesse pela literatura com evidente desprezo de outras formas de atividade da inteligência, explicável apenas diante do contexto da época, iniciou-se por meio do poeta Petrarca.





CAPÍTULO 80

Francesco Petrarca era filho de um advogado de Florença que, por ocasião de uma revolta em 1302, tinha sido obrigado a fugir da cidade. Dois anos depois, no exílio, nascia Petrarca.

Quando Petrarca tinha aproximadamente 10 anos de idade, seu pai transferiu-se juntamente com a família para a cidade de Avinhão, na França. Nesta época a Cúria Romana estava em Avinhão e a cidade oferecia maiores oportunidades para o trabalho de um advogado.

Já adolescente, Petrarca foi mandado pelo seu pai para Bolonha, com a finalidade de estudar Direito. Segundo o historiador Will Durant, Petrarca adorou a cidade, mas odiou o Direito. Dizia ele que era contra o seu espírito

***"adquirir tão
penosamente
uma arte que
difícilmente
poderia vir a
praticar senão
desonestamente".***

Dos tratados de Direito tudo o que lhe interessava era a imensa quantidade de referências que havia neles a respeito da antiguidade romana.

Assim, em vez de estudar as leis, em Bolonha Petrarca punha-se a ler tudo o que podia encontrar sobre Virgílio, Cícero e Sêneca, os grandes poetas e oradores do mundo antigo. As poucas obras que ele pôde encontrar destes autores lhe abriram novas perspectivas quanto à arte literária. Petrarca começou a pensar como eles e esforçava-se a escrever também como eles. Em 1326, quando seus pais faleceram, Petrarca abandonou o estudo das leis, retornou a Avinhão e se dedicou à poesia.

Petrarca possuía suficientes recursos para permitir-se uma vida

de lazer e de viagens. Durante a primeira metade da década de 1330 ele visitou Paris, a Bélgica, a Alemanha e Roma.

Retornando a Avinhão foi durante anos hóspede no palácio de um dos principais cardeais, onde podia encontra-se com os melhores estudantes, professores, homens da Igreja, advogados e estudiosos da Itália, da França e da Inglaterra, comunicando-lhes, continua ainda Will Durant, parte de seu entusiasmo pela literatura antiga.

Finalmente, Petrarca comprou uma chácara situada a quinze milhas de Avinhão, para onde se retirava e escrevia longas cartas não só para seus amigos, como também para Papas, reis, homens famosos da antigüidade já falecidos há séculos e também para a posteridade. De toda esta correspondência, escrita no melhor estilo latino de Cícero, ele tirava cópias que eram arquivadas e revisadas para serem publicadas após a sua morte.

Petrarca aceitava com sinceridade toda a doutrina religiosa proposta pela Igreja, mas vivia em espírito entre os grandes escritores romanos. Escrevia cartas para Homero, Cícero e Tito Lívio como se fossem seus amigos íntimos e lamentava-se que não tivesse nascido nos dias da antiga Roma.

Durante os estudos de sua juventude em Bolonha ele havia tido notícia da existência de numerosos clássicos da literatura antiga que haviam sido esquecidos ou perdidos. Uma de suas maiores paixões tornou-se a caçada a estas obras das quais se sabiam os nomes mas não se sabiam onde estavam os respectivos textos, no que foi favorecido por suas numerosas viagens.

Em 1340 Petrarca foi coroado com louros pelo Senado Romano em consideração pelos seus trabalhos poéticos; na mesma época foi hóspede da corte do Rei de Nápoles; passou depois aquela década viajando por Pisa, Bolonha e Verona. Quando veio a Peste Negra, Petrarca era hóspede da corte de Pádua; estêve também em Mântua e Ferrara.

Em 1350 visitou a cidade de Roma por ocasião do ano santo. Durante a viagem conheceu em Florença o seu futuro amigo

Boccaccio, outro dos grandes nomes do Renascimento literário dos anos 1300.

Em 1351 já estava de volta em Avinhão. Em 1353 foi hóspede das cortes de Milão. Na década de 1360 morou em Veneza; em 1370 mudou-se novamente para Pádua, onde finalmente morreu.

Durante suas viagens Petrarca descobriu em 1333, em uma biblioteca da uma igreja em Liège, dois discursos perdidos de Cícero. Em 1345 descobriu em um mosteiro de Verona um manuscrito contendo várias cartas de Cícero a Ático, Quinto e Brutus.

Estas descobertas chamaram a atenção de Petrarca para o fato de que nas bibliotecas de muitos mosteiros da Europa havia cópias destas obras antigas. Na verdade elas eram desconhecidas apenas pelo fato de que não só os monges, mas toda a civilização medieval nunca lhes havia dado valor ou se interessado por elas mais do que por um exercício de gramática. Eram obras que primavam pela beleza do estilo latino com que estavam escritas, mas de muito pouco valor quanto ao seu conteúdo. Nos mosteiros em que havia cópias manuscritas estes textos às vezes eram utilizados como um exercício de gramática latina ou simplesmente estavam encostados em algum canto menos freqüentado da biblioteca.

Mas quando Petrarca descobriu que escondidas pelos mosteiros da Europa jaziam esquecidas muitas daquelas obras que há séculos não se dava mais valor, e das quais geralmente não se conheciam senão os nomes, passou a considerar, conforme cita Will Durant, aqueles textos

**"como
mercadoria
mais
valiosa do
que
qualquer
coisa que
lhe
pudesse
vir das
Arábias
ou da
China".**

Inspirou seus amigos a procurarem e a copiarem pela Europa manuscritos perdidos da literatura grega e latina, exigiu a abertura de bibliotecas públicas e, durante suas viagens, transcreveu ele próprio numerosos manuscritos. Quando em sua chácara em Avinhão, contratou copistas para viverem com ele e fazerem novas cópias daqueles manuscritos que ele havia juntado.





CAPÍTULO 81

O personagem que deu o segundo grande impulso para o renascimento pelo interesse pela literatura antiga nesta época foi um grande amigo de Petrarca. Giovanni Boccaccio era o seu nome.

Seu pai havia sido mercador da cidade de Florença. De passagem por Paris, uma aventura entre este mercador florentino e uma mulher francesa resultou no nascimento de Boccaccio. Logo após o nascimento, o pai resolveu trazê-lo consigo para Florença.

Aos dez anos de idade Boccaccio foi mandado para Nápoles para ser encaminhado na carreira comercial. Mas assim como Petrarca odiou o Direito, diz Will Durant, Boccaccio odiou o comércio e optou pela poesia.

Já adulto, alguns anos antes da Peste Negra, Boccaccio mudou-se de volta para Florença e foi ali que ele, depois da epidemia, começou a escrever contos eróticos que mais tarde reuniu para formar um romance. Mais do que apenas contos eróticos, diz Pastor, é

*"com
evidente
prazer que
Boccaccio
nestas
obras
passou a
celebrar o
triunfo da
sedução
sobre a
inocência
como um
sinal de
sabedoria
de vida
diante de*

*concepções
que ele
considerava
já
antiquadas".*

Foi nesta época, em 1350, que Bocaccio conheceu e iniciou uma profunda amizade com Petrarca o qual, de passagem por Florença, dirigia-se para Roma para a celebração do ano santo.

Onze anos mais tarde, em 1361, Bocaccio recebeu inesperadamente uma carta que um monge agonizante lhe havia endereçado. Nesta carta havia muitíssimas censuras dirigidas a Bocaccio, tanto pela vida libertina que ele levava como pelo seu despudor literário. A carta continha também uma profecia ameaçadora segundo a qual, caso Bocaccio não se emendasse em um curto espaço de tempo, esperavam-no uma morte fulminante e uma condenação eterna no inferno.

O monge veio a falecer, mas a sua carta veio a produzir o efeito que ele esperava. Bocaccio arrependeu-se e pensou em vender seus livros e ingressar para a vida monástica.

Escreveu, entretanto, para seu amigo Petrarca sobre o ocorrido e suas novas intenções. Petrarca, porém, parece ter concordado apenas em parte com as idéias de seu amigo. Ainda segundo Will Durant, Petrarca concordou com o monge e com Bocaccio quanto a abandonar o tipo de literatura a que ele vinha se dedicando. Quanto, porém, a tornar-se monge, aconselhou-o a tomar uma via intermediária e a preferir o estudo dos clássicos gregos e latinos.

Assim aconselhado e orientado por Petrarca, Bocaccio passou a vasculhar várias bibliotecas, dentre elas a do mosteiro de Monte Cassino, dos quais resgatou e trouxe à luz várias obras antigas.





CAPÍTULO 82

Petrarca havia aconselhado Bocaccio a dedicar-se ao estudo dos clássicos gregos e latinos. Apesar disso, o próprio Petrarca não sabia ler grego. Ele possuía algumas cópias das poesias de Homero as quais, embora as guardasse com muito carinho, não era capaz de ler.

Este problema, no entanto, não era apenas de Petrarca. Na verdade, era difícilimo nos anos 1300 encontrar alguém na Itália que conhecesse a língua grega.

Nem sempre havia sido assim. No antigo Império Romano, embora no Oriente predominasse a língua grega e no Ocidente a latina, na cidade de Roma falava-se fluentemente ambas as línguas.

Na época do início do Cristianismo as crianças dos nobres romanos costumavam ser educadas por escravas gregas e, freqüentemente, por causa deste costume, aprendiam a língua grega antes da latina. Entre o povo romano a língua grega era tão comum que na própria Roma a Liturgia da Missa era celebrada em grego. Outro sinal do grau de difusão da língua grega na cidade de Roma é constituído pelo fato de que, quando o Apóstolo São Paulo quis escrever a sua Carta aos Romanos, redigiu-a em língua grega e não na latina. A mesma coisa fêz São Marcos quando, estando em Roma, baseando-se nos relatos de São Pedro que também lá estava, escreveu seu Evangelho para ser lido pela comunidade romana. O Evangelho de São Marcos foi escrito em grego, e não em latim.

Mas, aos poucos, o uso da língua grega foi diminuindo. Na Idade Média somente alguns poucos eruditos conheciam esta língua, e até mesmo uma pessoa como Santo Tomás de Aquino não sabia ler grego.

Nos decadentes anos de 1300 a situação ficou ainda pior. Encontrar na Itália alguém que soubesse grego era algo como procurar uma agulha em um palheiro.

Em 1342 Petrarca, em seu amor à literatura antiga, havia

começado a estudar grego com um monge da Calábria. Logo em seguida, porém, este monge foi elevado à dignidade episcopal e teve que interromper as aulas. Com isto Petrarca nunca mais encontrou livros ou pessoas que pudessem lhe ensinar a língua grega.

Já o novo Bocaccio teve melhor sorte. Agora sob a orientação de Petrarca, conseguiu entrar em contato na cidade de Milão com Leôncio Pilatos, um ex aluno daquele monge calabrês que havia sido professor de Petrarca antes de se tornar bispo. Bocaccio levou Leôncio Pilatos para Florença e persuadiu a Universidade desta cidade a abrir uma cátedra de grego para ser ocupada por Pilatos. Petrarca ofereceu-se para pagar ele próprio o salário do novo professor e enviou-lhe cópias gregas da Ilíada e da Odisséia de Homero que ele próprio não conseguia ler para que fossem traduzidas para o Latim.





CAPÍTULO 83

Graças a Leôncio Pilatos, Bocaccio tornou-se o primeiro dos humanistas italianos capaz de ler, ainda que rudimentarmente, a língua grega.

Dedicou-se, daí em diante, até o fim de sua vida, seguindo os conselhos de Petrarca, à divulgação entre os italianos da literatura e da história da antiga Grécia.





CAPÍTULO 84

Foi então que, por ocasião do Concílio Ecumênico de Constança, de que se falou na segunda parte desta Introdução, no início dos anos 1400, deu-se um passo seguinte e decisivo nesta história.

A título de recordação, o Concílio de Constança, cidade situada no território do Sacro Império Germânico, está associado ao Cisma que dividiu a Igreja no fim dos anos 1300 e início dos anos 1400.

Logo após o retorno da Cúria Pontifícia de Avinhão para Roma, em 1377, os cardeais franceses, que naquela época eram a maioria do colégio cardinalício, elegeram um segundo papa ao lado do Papa legítimo.

Mais tarde, em 1409, foi eleito na cidade de Pisa um terceiro papa, também ilegítimo.

Esta triste situação só foi resolvida pelo Concílio de Constança, convocado inicialmente pelo terceiro papa em 1414. Um dos primeiros atos deste Concílio foi o de forçar a renúncia deste terceiro papa, o que foi obtido, não antes de muitas dificuldades.

Diante da renúncia do terceiro papa, vendo a possibilidade de reconstituir a unidade da Igreja, Gregório XII, o Papa legítimo, convocou a partir daquele momento em seu nome o Concílio já de fato reunido em, Constança, renunciando, em seguida, ao Pontificado.

Esperava-se com isto que o segundo papa que nesta época residia em Avinhão, também renunciasse por amor à Igreja. Se assim ocorresse, poderia ser eleito um novo sucessor de Pedro cuja legitimidade não fosse mais suspeita para ninguém.

Mas o papa de Avinhão não quis renunciar, e passaram-se quase três anos antes que pudesse ser eleito Martinho V, o legítimo sucessor de Gregório XII, dando-se fim ao Cisma.





CAPÍTULO 85

Ora, o secretário do Papa Gregório XII, o Papa legítimo que renunciou diante do Concílio de Constança, era um humanista de nome Poggio Bracciolini.

Com a renúncia de Gregório XII e a intransigência de Bento XIII, o outro papa, em não fazer o mesmo, passaram-se quase três anos antes de ser eleito outro Papa em Roma e de Poggio poder voltar às suas funções de secretário papal.

Enquanto isto Poggio estava em pleno território germânico, assistindo a um Concílio no qual tinha pouco a fazer.

Resolveu, pois, seguindo as inspirações de Petrarca e de Bocaccio, aproveitar o tempo procurando manuscritos perdidos. Até a eleição de Martinho V e o encerramento do Concílio de Constança, Poggio conseguiu organizar quatro expedições de busca destes manuscritos pela Europa Central. Até então a busca de manuscritos por parte dos humanistas tinha-se restringido quase que somente à Itália. Apenas ocasionalmente, no início do movimento, Petrarca, devido às suas numerosas viagens, tinha tido a oportunidade de fazê-lo uma vez ou outra fora da Itália. Os demais humanistas, influenciados por Petrarca e por Bocaccio, haviam limitado suas buscas apenas ao território italiano.

Com Poggio Bracciolini e a vacância de quase três anos da Sé Romana surgiu pela primeira vez uma oportunidade para o então nascente movimento realizar uma busca de sérias proporções em territórios situados para além dos Alpes.

Aproveitando sua estada em Constança e o longo período de sede vacante, Poggio vasculhou, ainda em 1415, o ano da renúncia de Gregório XII, a biblioteca do antigo Mosteiro de Cluny.

Em uma segunda expedição, em 1416, visitou a biblioteca do Mosteiro de Saint Gall.

Na terceira, no início de 1417, revisitou Saint Gall e outros

mosteiros das redondezas.

Em meados de 1417 realizou uma quarta expedição por diversas bibliotecas da França e da Alemanha.





CAPÍTULO 86

Foi na segunda expedição que ocorreu um fato que posteriormente veio a se mostrar da maior importância.

Nesta segunda expedição de Poggio, em uma das torres da Igreja do Mosteiro de Saint Gall,

***"em meio
ao pó, à
umidade e
à
escuridão",***

***"em um
calabouço
sujo e
escuro",***

conforme ele próprio relatou posteriormente, Poggio encontrou o livro das Instituições Oratórias de Quintiliano.

Poggio narrou que se sentia diante do achado como se o antigo mestre estivesse lá preso em grilhões, de joelhos, pedindo que fosse salvo da secular prisão dos "bárbaros".

***"Sem
temer o
frio nem
a neve
do
inverno",***

diz Will Durant, Poggio exumou uma quantidade inumerável de manuscritos antigos apenas naqueles três anos, enquanto aguardava a eleição do próximo Papa.

Mas, entre eles, primou pela importância justamente este livro

das Instituições Oratórias de Quintiliano, um livro razoavelmente grande para os padrões da antigüidade, que Poggio afirma ter demorado para copiá-lo pessoalmente cinquenta e três dias seguidos.

As Instituições, de que voltaremos a falar mais adiante, era uma obra escrita em doze livros por um advogado e professor romano que havia vivido no final do século I sobre a qual iria basear-se toda a pedagogia do movimento renascentista.

Nesta obra Quintiliano apresenta a oratória como a principal matéria de estudo para a formação do homem, devendo os demais assuntos ser estudados para que o homem se torne bom e perito na arte de falar.

Ela insistia na necessidade de um amplo conhecimento dos clássicos antigos, aquilo que coincidentemente já era a paixão dos novos humanistas, mas com a finalidade de desenvolver a arte de bem falar e escrever.

De fato, nos dois primeiros livros de sua obra, Quintiliano explica como fazer a criança aprender a ler e a escrever; como passá-la depois aos cuidados do professor de gramática; como ela deve aprender, juntamente com o latim ou até mesmo antes, a língua grega e exercitar-se na versão de uma língua para outra; como deve aprender todas as demais disciplinas, ainda que nada pareçam oferecer à arte oratória, como a música e a geometria; e como deve passar, depois disso tudo, aos cuidados do professor de retórica.

Do livro III ao IX Quintiliano passa a explicar os diversos preceitos da arte oratória. Chegando, porém, ao livro X, Quintiliano interrompe e diz:

"Mas todos estes preceitos sobre a arte oratória, necessários para a preparação teórica, não são suficientes para levar à eloquência. Conseguiremos isto lendo e ouvindo o que há de melhor, pois em tudo quanto se pode ensinar os exemplos são mais poderosos do que os preceitos teóricos. É necessário ler com diligência os melhores autores, com a mesma solicitude como se nós tivéssemos escrito o que lemos".

Mas Quintiliano não se limitou aqui a fazer esta exortação em termos genéricos. Ele passa em seguida a catalogar e comentar uma extensa lista de obras dentre aquelas que ele considerava como o que de melhor havia na antigüidade o desenvolvimento da arte oratória, primeiro dentre os clássicos da língua grega e depois dentre os clássicos da latina, mostrando como o estudo

desta imensa literatura se encaixava dentro da pedagogia que ele havia traçado.

Finalmente, no XIIº Livro Quintiliano mostrava como também é necessário desenvolver o caráter do estudante se ele desejar se tornar um exímio orador.





CAPÍTULO 87

Terminando o Concílio de Constança, quando Poggio Bracciolini voltou para a Itália, nos anos que se seguiram uma dúzia de humanistas italianos viajaram para a Grécia e para Constantinopla, financiados pelos governantes das cidades italianas, em busca de manuscritos dos livros apontados por Quintiliano e outros mais que pudessem existir.

Um só destes humanistas, Giovanni Aurispa, trouxe em uma única viagem 238 livros novos de Constantinopla.

"Quando tais exploradores literários retornavam para a Itália com seus achados eles eram recebidos como se fossem generais vitoriosos, e os príncipes pagavam regamente por uma participação nos seus espólios. Com a queda de Constantinopla muitos clássicos mencionados nos livros dos escritores bizantinos se perderam,

***mas milhares
deles se
salvaram,
todos eles
tendo vindo
parar no norte
da Itália",***

reafirma Will Durant.

***"Uma
revolução
editorial se
iniciou. Os
textos assim
recuperados
eram
estudados,
comparados,
corrigidos e
explicados.
Como muitos
destes
trabalhos
exigiam
conhecimentos
de grego,
iniciou-se a
procura de
professores
de grego. Uma
febre
começou a se
apossar de
todas as
cidades
italianas,
começando
pela cidade de
Florença, em
que os novos***

***sábios eram
pesadamente
apoiados pela
família
governante
dos Médici".***

O estilo começou a se tornar mais importante do que a substância, e a arte oratória começou a se espalhar pelos salões das cortes. Para a maioria dos humanistas, deslumbrados diante das descobertas que se faziam, os dez séculos entre Constantino e os anos 1300 DC haviam sido um erro, uma tragédia, uma perda de rumo, um tempo precioso perdido por causa da divulgação do Cristianismo. Os humanistas tornaram-se não apenas secretários e conselheiros de senadores, senhores, duques e príncipes, mas também, com a fascinação de sua eloqüência, transformaram completamente o ideal pedagógico dos homens das cortes. Posteriormente veremos como este ideal pedagógico, a concepção do que é a formação do homem, se alastrou não só para as cortes, mas também para toda a sociedade da época. Ela criou raízes tão profundas que se tornou praticamente impossível para os homens de épocas posteriores, mesmo para muitos sábios cristãos, sequer ter uma idéia de como havia sido a educação na época precedente em que ela havia se desvencilhado das antigas idéias pagãs e não somente se baseava quase que totalmente nos mais profundos princípios da formação humana encontrados no Cristianismo, como também levava naturalmente à compreensão destes mesmos princípios.

Estava-se, com isto, iniciando-se uma nova era para a humanidade, uma época em que os homens começariam a ser formados de modo a já desde o início poderem compreender cada vez menos o que o Evangelho tinha a dizer.

No texto de Apresentação à Página de Introdução ao Cristianismo mencionou-se o fato de como o Cristianismo pode parecer uma coisa simples para os que o abraçam com sincera boa vontade mas, à medida em que estas mesmas pessoas, em sua boa vontade, perseveram no chamado da graça e vão crescendo na caridade, chega um momento em que se deparam

com a grandeza de algo que elas começam a perder de vista, como que percebendo situar-se além de tudo quanto possam imaginar. Começam a perceber a profundidade que se esconde por trás do Evangelho, da qual também São Paulo Apóstolo testemunhou na Epístola aos Coríntios, quando disse:

*"Aquilo
que
Deus
preparou
para
aqueles
que O
amam,
nem o
olho viu,
nem o
ouvido
escutou,
nem
jamais
passou
pela
mente
humana".*

I
Cor .
2 ,
9

O Evangelho é, pois, algo tão profundo que para se intuir a realidade de sua extensão que se perde de vista é necessário, conforme ele próprio o diz, usar

**"todo o
nosso
coração,
toda a
nossa
alma,
toda a
nossa
mente e
todas
as
nossas
forças".**

**Mc .
12,
28**

Ora, que acontecerá, porém, se a formação do homem, ainda que às vezes se conceda que paravelmente se ministre alguma aula de religião, passa a ser inteiramente trabalhada em toda a sua concepção fundamental e todas as suas linhas mestras para conduzir à compreensão de outros objetivos cada vez mais estranhos ao Evangelho? Este homem estará sendo, na verdade, cada vez mais educado para não ser mais capaz de compreender o Evangelho. Ele poderá dizer-se cristão, mas nada ou muito pouco será capaz de compreender daquilo para o que Cristo o chama.

Foi um processo assim que principiou a acontecer durante a Renascença, no início apenas nas cortes dos déspotas italianos. Em toda a Itália a educação das famílias dos príncipes passou para a mão dos humanistas e, diz Jacó Burckhardt, é sintomático, quanto a este fato, como

***"a redação
dos tratados
de
educação
dos
príncipes,
antes
trabalho dos
teólogos,
passou
agora para o
domínio dos
humanistas".***

A partir daí, acrescenta Jacó Burckhardt,

***"iniciou-se
uma
natural
aliança
entre o
déspota e o
humanista,
ambos os
quais
repousavam
unicamente
sobre os
seus
próprios
talentos".***





CAPÍTULO 88

Mas, para entender melhor como se processou esta transformação, temos que analisar um pouco melhor as Instituições Oratórias de Quintiliano, o livro em que os humanistas viram como que o código da formação ideal do homem.

Quintiliano, conforme vimos, havia sido professor e advogado no Império Romano durante o século I da era cristã. Seu pai já era advogado na Espanha, terra em que Quintiliano nasceu. Ainda menino, mudou-se para Roma, juntamente com o pai, onde este passou a advogar. Desejando também ser advogado e seguindo os conselhos deixados por Cícero, o mais famoso entre os advogados e oradores romanos, dedicou-se durante a juventude aos estudos que pudessem levá-lo ao máximo de cultura geral que lhe fosse permitido em seu tempo.

Voltou mais tarde para a Espanha, provavelmente junto com o General Galba, a quem o Imperador havia nomeado governador daquela província. Quando, anos depois, o próprio Galba tornou-se Imperador, Quintiliano retornou com ele à Corte Romana.

Anos depois, já aposentado de seus deveres de advogado e professor, durante seis anos Quintiliano foi ainda preceptor dos sobrinhos do Imperador Domiciano, que se preparavam para sucedê-lo no governo do Império.

Só depois de tudo isto, já próximo do fim da vida, foi que Quintiliano redigiu os 12 Livros das Instituições Oratórias, resumo de toda a sua experiência como advogado e educador, e não sem antes ter consultado tudo quanto antes dele havia sido escrito sobre o mesmo tema na literatura grega e latina.

A originalidade e a grandeza da obra de Quintiliano se devem precisamente ao fato da mesma conter não apenas o que o autor havia acumulado em uma verdadeiramente grande experiência pessoal, mas também incorporar, de uma forma ou de outra, aquilo que de melhor o autor tinha encontrado em tudo quanto antes dele havia sido escrito sobre a arte retórica.

Estas circunstâncias permitiram ao autor, com razoável facilidade, ultrapassar as concepções pedagógicas referentes à educação retórica dos que o haviam precedido.

No início desta Terceira Parte fizemos um rápido esboço sobre a evolução da educação no mundo antigo e medieval. Tal assunto não é estranho ao tema do Cristianismo, porque é através da educação que se forma o homem e, portanto, na educação de cada povo ou civilização está embutido o que este ou aquele povo ou esta e aquela civilização realmente pensam que é o ser humano, por que ele existe e o que deve ser feito dele. Ademais, vice versa, é esta mesma educação que condiciona, em grande parte, as possibilidades acerca do que o ser humano será capaz de compreender a respeito dos problemas fundamentais sobre si mesmo, o mundo e das relações entre ele e o mundo.

Ora, é evidente que o Evangelho está diretamente relacionado com estas questões de modo que, na verdade, é imprescindível tocar neste assunto para se tentar entender o quadro dos problemas do homem moderno que motivaram a convocação dos Concílios Modernos dos séculos XIX e XX, objetivo desta Introdução Histórica.

Dissemos, neste sentido, no início desta Terceira Parte, como a civilização ocidental contemporânea proveio da fusão da civilização hebraica, grega e romana, mas seu sistema educacional é derivado da civilização grega. Na civilização grega as primeiras escolas foram as fundadas pelos filósofos; na época do apogeu da democracia ateniense porém, com os sofistas surgiu um outro tipo de escola, sob a forma de uma versão vulgar das escolas filosóficas, que ensinava a arte de bem falar em público. Estas novas escolas, que posteriormente evoluíram e se difundiram em todo o Império Romano, alguns séculos após o advento do Cristianismo, a atividade educacional passou gradualmente para os mosteiros que, seguindo as orientações de Santo Agostinho, fundiram os elementos de ambas as correntes mas cristianizando-os de tal modo que nos anos 1100 e 1200 as escolas superiores da Europa seguiam na verdade uma orientação cuja grande afinidade com o ideal filosófico era evidente. Foi com a Renascença que esta concepção de educação começou a tomar o rumo totalmente diverso que segue até os dias de hoje.

O obra de Quintiliano, que ressuscitou repentinamente nos anos 1400, insere-se neste contexto de uma maneira bastante peculiar.

Quintiliano viveu no século I da era cristã, mas não era cristão. Provavelmente apenas no fim de sua vida teria ouvido falar sobre o Cristianismo de uma maneira genérica como de uma seita secreta perseguida pelo poder imperial.

Nas Instituições Oratórias, portanto, nada há de influência cristã, e é uma obra cujo contexto pertence inteiramente ao mundo antigo tal como o Cristianismo o iria encontrar.

Ora, ocorre que uma análise mais cuidadosa destas Instituições Oratórias mostra facilmente que ela representou, neste mundo antigo, um decidido e talvez mesmo o maior esforço de aproximação que houve da educação retórica ao ideal pedagógico dos filósofos gregos.

Segundo Henri Bornesque, Quintiliano quis com a sua obra

***"reagir
contra o
ensinamento
dos
retóricos
que,
esquecendo-
se de
formar o
espírito e o
coração, se
perdem
dentro da
vã
complicação
de suas
regras. Para
Quintiliano,
a prática da
declamação
não é***

***suficiente
para formar
o
verdadeiro
orador".***

Mas, conforme já vimos, com o advento do Cristianismo, gradualmente triunfou na Pedagogia uma concepção que continha tudo quanto os antigos filósofos através dela buscavam. Este processo de aproximação da educação geral administrada para a maioria dos homens para a concepção colocada pelos antigos filósofos, cujo ponto alto na antigüidade romana havia sido dado pelo próprio Quintiliano acabou, portanto, por se realizar no Cristianismo e de um modo tal que teria parecido para os mais arrojados daqueles filósofos uma perene utopia.

O grande paradoxo foi que, entretanto, enquanto no século I da era cristã, no ambiente do Império Romano, a obra de Quintiliano representava uma tentativa de aproximação da educação geralmente oferecida aos cidadãos do Império àquela de concepção mais elevada dos filósofos, na Renascença a mesma obra de Quintiliano foi usada pelos humanistas justamente para se distanciarem desta mesma concepção que havia se incorporado e desenvolvido na tradição cristã.

A obra de Quintiliano foi, assim, por um paradoxo descomunal, interpretada pelo seus maiores entusiastas do movimento renascentista em um sentido exatamente oposto ao que teve quando da época em que havia sido escrita.

Posteriormente, no fim dos anos 1500, já no fim da época renascentista, surgiu na Igreja a Companhia de Jesus.

Quando nesta época os homens em geral já não conheciam nem aceitavam nenhum outro tipo de educação a não ser a moldada pela Renascença, os jesuítas, que então surgiam, desenvolveram um sistema de educação baseado nas idéias renascentistas sobre educação e, portanto, também na obra de Quintiliano. Este sistema educacional dos jesuítas tomou corpo em um código interno à Companhia de Jesus que recebeu o

nome de Ratio Studiorum. Entre os textos dos jesuítas que, durante largos anos, prepararam a Ratio Studiorum, são abundantíssimas as citações a Quintiliano, demonstrando como este autor teve, na verdade, uma influência também direta sobre a educação jesuíta que poucos anos depois viria a se transformar em um modelo para toda a Europa.

No caso dos jesuítas, porém, ao contrário dos humanistas em geral até então, o ideal de Quintiliano foi interpretado na direção original em que havia sido formulado, e o tipo de educação que os jesuítas acabaram desenvolvendo pode ser abreviadamente descrito como sendo um humanismo cristão.

O que os jesuítas fizeram foi, provavelmente, devido à situação dos homens e às circunstâncias da época, o melhor que talvez poderia ter sido feito. Organizar a educação nos padrões expostos nos Princípios Fundamentais de Pedagogia de Hugo de São Vitor teria sido talvez uma batalha perdida, mas ao mesmo tempo deve-se dizer que entre os Princípios de Hugo de São Vitor e a Ratio Studiorum dos jesuítas a diferença é descomunal. Se, por um lado, salvou-se com isto uma orientação que estava correndo o risco de se perder, ao mesmo tempo a educação em geral desceu um imenso degrau.

Iniciou-se a partir daí um longo processo de que haveremos de tratar com mais detalhe, onde entre os que pagaram a conta está o homem contemporâneo, inserido em uma gaiola ardilosamente urdida pela história, cuja complexidade supera a capacidade de compreensão da maioria dos homens mas que, ao mesmo tempo, sem que eles saibam por que, lhes tornou imensamente difícil abrir os olhos para a luz que o Cristo, fazendo-se homem, desejou tão ardentemente trazer ao mundo.





CAPÍTULO 89

Mesmo à custa do tamanho desta Terceira Parte, temos que fazer o próprio Quintiliano falar, através de sua obra, para podermos continuar convenientemente a nossa exposição.

Na introdução ao Livro Primeiro das Instituições Oratórias Quintiliano explica seu propósito educacional que o norteará durante a obra toda:

***"Tendo
abandonado a
minha
atividade
profissional,
consagrada
durante 20
anos instrução
da juventude,
alguns de
meus amigos
me pediram
que
compusesse
alguma coisa
sobre a arte de
dizer.***

***Para satisfazer
mais
plenamente
aos pedidos de
meus amigos,
tentarei, para
não ingressar
em caminhos
já percorridos,
não insistir
naquilo que
outros já
fizeram, porque***

*todos aqueles
que
escreveram até
hoje sobre a
arte oratória o
fizeram como
se estivessem
impondo a
elevada mão da
eloquência
sobre pessoas
já perfeitas em
todos os
demais
gêneros de
conhecimento,
aos quais
deviam dar
apenas a
última polida
da eloquência.
Talvez estes
autores
tivessem
considerado
como coisa de
menos
importância
todos os
estudos feitos
preliminarmente
à nossa arte,
ou mesmo
opinaram que
tal coisa não
pertencesse ao
seu ofício.*

*Eu, porém,
estimo que
nada pode ser
alheio à arte
oratória sem o*

***qual se torna
impossível
formar o
orador, e que
em nenhuma
matéria é
possível
alcançar a
perfeição se
não iniciarmos
pelos próprios
princípios. Não
me recusarei,
portanto, de
descer até
estes estudos
menos
importantes
mas que, se
negligenciados,
não é possível
elevantar-se aos
mais altos e, tal
como se me
entregassem
novamente um
educando para
transformá-lo
num orador,
começarei a
descrever e
explicar quais
devem ser
seus estudos
desde a mais
tenra infância".***

Já nestas poucas passagens iniciais das Instituições Oratórias vemos um dos traços desta obra que impressionariam os homens da Renascença. Quintiliano não se propõe apenas a escrever um tratado sobre a arte oratória, mas um sistema educacional completo tendo como objetivo final a formação do

perfeito orador.





CAPÍTULO 90

Porém, ao perseguir este seu objetivo final, Quintiliano foi mais longe. De fato, logo a seguir, na introdução do Livro I, ele continua:

***"Mas o orador
que desejamos
assim instituir é
o orador
perfeito, que
não pode existir
de modo algum
se ele não for
um homem
bom. Por isto
exigiremos dele
não apenas
uma exímia
habilidade no
falar, mas
também todas
as demais
virtudes da
alma.***

***De fato, não
posso admitir,
como alguns
fazem, que se
deixe como
matéria própria
de filósofos o
estudo do que
seja a vida reta
e honesta, a
sabedoria e a
moral, porque o
homem
verdadeiramente
útil aos seus***

***concidadãos, o
homem
verdadeiramente
civilizado e
perito na
administração
das coisas
públicas e
privadas, capaz
de retamente
governar uma
cidade pelos
seus
conselhos, de
instituir as leis,
de corrigir a
administração
da justiça, este
homem, sem
dúvida alguma,
não é outro
senão o perfeito
orador.***

***Assim, embora
usarei nesta
obra muitas
coisas que são
encontradas
nos livros dos
filósofos,
afirmo que, pelo
direito e pela
verdade, estas
coisas
pertencem ao
nosso domínio
e pertencem de
modo próprio à
arte oratória".***

O que vemos aqui é a amplidão da perspectiva educacional de

um texto que a princípio se anunciava apenas como tratando de oratória. Quintiliano declara que não deseja formar apenas o homem perito na arte de falar mas, para obter este resultado, ele quer formar também o homem bom, e nisto vemos a influência que ele recebe da educação dos filósofos, de onde ele diz que tomou emprestado quanto é necessário para a formação do homem bom, o que ele já considera como coisa sua e não mais dos filósofos.

A seguir Quintiliano critica os professores de oratória que, antes dele, não conseguiam enxergar estas coisas que ele acabava de expor:

*"Ademais,
conforme
Cícero mostrou
já bastante
abertamente, o
ofício do sábio
e do orador são
tão unidos em
sua natureza e
tão igualmente
inseparáveis na
vida prática que
o sábio não
pode ser
distinguido do
verdadeiro
orador. Se em
algumas
ocasiões, no
estudo da
oratória, se
estabeleceu
uma separação
como esta, isto
ocorreu a partir
do momento em
que a palavra
se tornou uma
profissão
lucrativa.*

**Quando as
pessoas
começaram a
abusar dos
benefícios da
eloqüência
abandonaram
também com
isto o cuidado
pelos costumes
e a moral foi
negligenciada
por aqueles que
passavam por
oradores. Mas,
assim
abandonada, a
eloqüência se
tornou presa
dos engenhos
mais
mediócras.**

**Na verdade, o
orador deve ser
um homem que
mereça
verdadeiramente
o nome de
sábio, e deve
ser perfeito não
apenas em
seus costumes,
como também
na ciência e em
todas as formas
de eloqüência".**





CAPÍTULO 91

Mais adiante, no décimo quinto capítulo do Livro II, Quintiliano repete o que ele entende por arte oratória:

***"Nós, que
empreendemos
com esta obra
a tarefa de
formar um
orador
perfeito, e que
desejamos
que em
primeiro lugar
ele seja um
homem bom,
devemos
voltar às
sentenças
daqueles que
a este respeito
melhor
opinaram.***

***Alguns, de
fato,
identificaram a
retórica com a
própria
civilidade.***

***Cícero
afirmava que
ela é uma
parte da
ciência que
convém ao
cidadão, a
qual ele afirma
que é a***

***própria
sabedoria.***

***Outros, dentre
os quais
Isócrates,
dizem que é a
própria
Filosofia.***

***Mas a
definição que
mais convém
àquilo que é a
própria
essência da
Retórica é a
de Cleantes,
segundo a
qual a
Retórica é a
ciência do
bem dizer,
porque com
ela abraçamos
todas as
virtudes do
discurso e, ao
mesmo tempo,
o caráter do
orador, porque
o orador não
pode bem falar
se não for um
homem bom".***

Continua o mesmo Quintiliano no Livro XII das Instituições:

**"O orador que
instituímos
deverá ser,
portanto, aquele
que foi definido
por Catão como**

**`o homem bom,
perito no falar',**

**mas em
primeiro lugar, o
que Catão disse
na primeira
parte desta sua
definição, a
parte que é a
mais importante,
isto é,**

`o homem bom'.

**Na verdade, não
é apenas para
que alguém seja
um bom orador
que deverá ser
um homem bom,
mas porque não
conseguiria ser
um bom orador
se não for
primeiro um
homem bom.**

**A inteligência
não pode se
entregar ao
estudo da mais
bela de todas as
artes se não
estiver isenta**

***primeiro de
todos os vícios,
em primeiro
lugar porque no
mesmo peito
não pode haver
o consórcio
simultâneo do
que é torpe e do
que é honesto.***

***Pensar no
péssimo e no
excelente não
pertence mais
ao mesmo
homem do que a
mesma pessoa
ser ao mesmo
tempo homem
bom e homem
mau.***

***Quem não vê
que a maioria
dos discursos
tratam da justiça
e do bem?
Seriam estas
idéias
desenvolvidas
com a dignidade
conveniente por
um homem mau
e iníquo?***

***Ninguém
duvidará que
todo discurso
tem por
finalidade
apresentar o
que se propõe
ao juiz como***

***verdadeiro e
honesto. Será o
homem bom ou
o homem mau
que mais
facilmente dará
esta persuasão?
O homem bom,
evidentemente,
ele próprio dirá
mais
costumeiramente
coisas
verdadeiras e
honestas.***

***Ademais, para
suportar a
fadiga e a
duração dos
estudos, não
será necessária
a frugalidade?***

***Que esperança
pode dar ao
estudo quem se
entrega à
luxúria e aos
prazeres?***

***A principal
motivação para
a paixão da
literatura não
será o amor pela
glória?"***





CAPÍTULO 92

Esta última passagem que acabamos de citar do Livro XII das Instituições de Quintiliano é muito importante.

Ela mostra o quanto o ideal educacional do autor, por mais que se aproxime da concepção dos filósofos, está ao mesmo tempo tão distante dela.

Na última frase da passagem anterior, se bem examinarmos, Quintiliano coloca o amor da glória como uma virtude, e também como

***"a
principal
motivação"***

para o estudo.

Aqui, de fato, há uma confusão feita por Quintiliano. Jamais filósofo algum procurou a sabedoria por amor à glória, mas apenas por causa dela mesma. E, entre os cristãos, é a humildade e a renúncia a si próprio, e não o amor da glória humana, que dá origem às demais virtudes.

Esta lição de Quintiliano, no entanto, foi muito apreciada pelos homens da Renascença, e vimos também no que ela resultou.





CAPÍTULO 93

No décimo capítulo do Livro I, Quintiliano afirma também que para a formação do orador é necessário que não apenas que ele conheça os preceitos da gramática e da oratória, assim como os preceitos da ciência moral e que ele próprio se torne um homem bom, mas também que se exige dele o conhecimento de todas as demais artes:

*"O que eu
tinha a dizer
sobre o ensino
da Gramática,
que deve
preceder na
criança o da
Retórica, o
indiquei o
mais
brevemente
possível, não
procurando
fazer uma
exposição
completa, o
que não teria
mais fim, mas
apontar o que
é mais
necessário.*

*Devo
acrescentar
também uma
palavra sobre
as demais
artes nas
quais julgo
que devem ser
instruídas as
crianças antes*

**que passem
do professor
de gramática
para o
professor de
retórica, para
que elas
possam
percorrer todo
aquele círculo
de
conhecimentos
que os gregos
denominam de
enciclopédia.**

**De fato, ouve-
se objetar, por
parte de
algumas
pessoas, de
que serviria
para defender
uma causa ou
uma sentença
diante do
Senado, saber
como
construir um
triângulo
equilátero
sobre uma
dada linha?
Ou em que
ajudaria a
defender
melhor um réu
ou a
aconselhar
melhor um
governante
distinguir os
sons da cítara**

***pelos seus
nomes e
intervalos?
Não é possível
citar um
grande
número de
homens
competentes
no Fórum que
nunca
estudaram
Geometria e
que nada
ouviram de
música a não
ser o prazer
que a melodia
oferece ao
ouvido
comum?***

***Eu respondo a
isso, em
primeiro lugar,
aquilo que
Cícero declara
tão
freqüentemente
no seu livro
escrito a
Bruto: não
estamos
descrevendo a
formação do
orador que
existe, mas
daquele tipo
ideal de orador
perfeito que
nada deixa a
desejar.***

**Os que
formam os
sábios, sábios
que devem ser
um todo
plenamente
acabado e,
como eles
próprios
dizem, como
que deuses
mortais, não
satisfeitos de
os iniciarem
nas ciências
divinas e
humanas, os
fazem passar
igualmente por
várias outras,
até mesmo
fúteis,
consideradas
em si mesmas.
São, por
exemplo,
certas
sutilidades da
Lógica. Tais
coisas
ninguém
acredita que
sejam capazes
de formar um
homem sábio,
mas o fato é
que o sábio
por excelência
deve ser
infalível até
nas mais
mínimas
coisas.**

***Da mesma
forma, o
orador por
excelência
deve ser um
sábio. O que o
tornará assim
não é o
professor de
Geometria,
nem o
professor de
Música, nem
os demais
conhecimentos
de que eu vou
falar, mas
todas estas
artes o
ajudarão a
tornar-se
perfeito".***





CAPÍTULO 94

Existe, nesta outra passagem em que acabamos de citar, uma nova discrepância entre o ensino proposto por Quintiliano e o praticado entre os filósofos, embora Quintiliano julgue, por um mal entendido, que ele esteja ensinando aquilo que os filósofos designavam por sabedoria.

De fato, recolhendo as várias expressões de Quintiliano, ele diz que

***"o sábio por
excelência***

***deve ser um
todo
plenamente
acabado, não
só iniciado
nas ciências
divinas e
humanas, mas
em várias
outras, até
mesmo fúteis,
consideradas
em si mesmo;***

***deve percorrer
todo aquele
círculo de
conhecimentos
que os gregos
denominam de
enciclopédia,***

***e ser infalível
até nas
mínimas
coisas".***

Quintiliano deseja, pois, que seus alunos sejam, o tanto quanto possível, uma enciclopédia, porque isto é bom para o perfeito orador. Esta foi outra lição bem assimilada pelos humanistas da Renascença, porém deve-se dizer que, embora possa parecer paradoxal para os homens de hoje, um conhecimento enciclopédico nada tem a ver com a sabedoria.

Jamais houve um só entre os filósofos que quisesse fazer de um discípulo uma enciclopédia. Os conhecimentos sobre os quais os filósofos se debruçam são, na verdade, muito amplos, mas não são, de modo algum, uma enciclopédia.

O valor dos conhecimentos que os filósofos possuíam não estava na sua quantidade, mas no fato de que eles haviam encontrado um sentido que coordenava entre si todos os conhecimentos possíveis. Um conhecimento meramente enciclopédico sem a compreensão deste sentido maior faria mais mal do que bem, não só aos filósofos como a qualquer um; seria, entretanto, mesmo assim, um excelente subsídio para o orador e, como tal, foi aceito na Renascença como coisa excelente. Muitos dos que passavam por sábios na Renascença eram verdadeiras enciclopédias; não passavam, porém, de excelentes oradores.

É importante notar isto porque hoje em dia, no final do século XX e às portas do XXI, é ainda assim que se apresenta o conhecimento para o homem contemporâneo e, no geral, esta forma de conhecimento lhe faz mais mal do que bem. Para algumas pessoas, inclusive, um excesso de conhecimento desta natureza pode inclusive causar danos irremediáveis.

Já vimos como no Livro X das Instituições Oratórias Quintiliano aconselha não apenas um estudo enciclopédico de todos os assuntos como subsídio à Oratória, mas um amplo conhecimento dos principais clássicos da poesia, da literatura, da história e da filosofia das civilizações grega e romana (cf. nº 86). É isto, ou algo semelhante atualizado para nossa época, o ideal do homem culto ainda hoje. Mas, para um sábio, isto não passaria de uma monumental desordem intelectual, às vezes tão grande que se torna definitivamente impossível de se arrumar.

A verdadeira cultura não é uma massa descomunal de informações, mas um amplo conhecimento que revela o sentido com que se ordenam as coisas dentro do universo e o homem dentro dele.





CAPÍTULO 95

Na seção décima sétima do primeiro capítulo do Livro X de sua obra, Quintiliano se refere de modo especial à necessidade da leitura dos filósofos para a formação do perfeito orador:

"A leitura dos filósofos deve ser muito freqüentada pelo futuro orador, por defeito dos próprios oradores que abandonaram a parte mais bela de sua própria arte.

De fato, não são os filósofos estóicos que tratam de modo especial a respeito da justiça, da honestidade, da utilidade, de seus opostos, assim como das coisas divinas e se entregam a estes temas nas mais vivas discussões? Por outro lado, não são os filósofos socráticos, graças aos seus

**contínuos
questionamentos
e réplicas,
capazes de
formar à
excelência o
futuro orador?**

**Porém, à leitura
dos filósofos
devemos aplicar
o mesmo senso
crítico que
utilizamos ao
tratar da leitura
dos poetas.
Devemos saber
que, mesmo que
os filósofos
tratam dos
mesmos
assuntos que os
oradores, há
uma grande
diferença entre
um processo
judiciário e uma
discussão
filosófica, há
uma grande
diferença entre
o Fórum e os
eventos das
preleções dos
filósofos, há
uma grande
diferença entre
os preceitos dos
filósofos e as
causas
criminais".**

Na segunda seção do Livro XII, Quintiliano continua afirmando a importância que a Filosofia tem para o orador. Agora, porém, não se trata mais, como acima, da Filosofia como conhecimento geral, mas como subsídio para torná-lo homem de bem.

Entretanto, ao mesmo tempo em que Quintiliano chama a atenção do aluno para esta importância da Filosofia, o adverte para o perigo de se tornar um verdadeiro filósofo, por mais paradoxal que esta afirmação possa parecer.

Quintiliano afirma que não quer que o seu aluno se torne um filósofo "grego", mas sim, se é que seja possível existir uma coisa assim, um filósofo "romano".

Passemos às suas próprias palavras:

***"Todo orador
deverá ser um
homem de bem,
e isto não pode
acontecer sem
a aquisição da
virtude. A
virtude, porém,
embora tome o
seu primeiro
impulso da
própria
natureza, não
pode ser
aperfeiçoada
senão pela
doutrina.***

***Assim, antes de
tudo o mais, o
orador deverá
cultivar seus
costumes pelo
estudo, e
adquirir um
conhecimento***

***perfeito da
justiça e da
honestidade,
sem o qual
ninguém pode
ser dito homem
bom, nem
perito na arte
de dizer.***

***Ninguém será
suficientemente
hábil na arte de
falar se não
conhecer a
fundo a
natureza e não
tiver formado
seus costumes
pelos preceitos
e pela razão.***

***Não é sem
motivo que no
terceiro livro do
De Oratore
Crasso
sustenta que
todas as
considerações
a respeito da
eqüidade, da
justiça, da
verdade, do
bem, e de seus
opostos
pertencem ao
domínio próprio
do orador e que
os filósofos,
quando
recorrem à
eloqüência para***

***defender tais
virtudes, se
servem das
armas da
retórica para
tanto, e não da
Filosofia.***

***Por outro lado,
será aos
filósofos que se
deverão pedir
tais
conhecimentos,
sem dúvida
porque mais
parece
pertencer a eles
a posse dos
mesmos.***

***É isto também
que faz dizer a
Cícero, em seus
vários livros,
que a facilidade
de dizer flui das
mais íntimas
fontes da
sabedoria e
que, por esta
razão, já houve
épocas em que
os mesmos
homens eram
os preceptores
da moral e da
eloquência.***

***Porém estas
minhas
exortações não
significam que***

***o orador deva
transformar-se
em um filósofo,
porque na
verdade não há
gênero de vida
que menos se
ocupe de servir
aos cidadãos e
de tudo quanto
constitui a
ocupação do
orador. Quem,
de fato, entre os
filósofos,
freqüenta os
julgamentos do
Fórum ou
adquiriu fama
pela sua arte de
falar?***

***Quero que o
orador que eu
desejo formar
seja um
filósofo, mas
um filósofo
romano, um
homem
devotado aos
seus
concidadãos,
que demonstre
ser um homem
verdadeiramente
político pela
sua experiência
e pelas suas
obras".***





CAPÍTULO 96

Nas seções 105 a 111 do primeiro capítulo do Livro X das Instituições, finalmente, Quintiliano mostra como, por mais que se aproxime dos filósofos, seu ideal está longe do daqueles.

Ele descreve, na pessoa de Cícero, a quem ele admira como ao perfeito exemplo de sábio e de orador, quem é aquele que ele deseja realmente formar:

***"Não me recuso
a comparar
Cícero com
qualquer orador
grego. Não
ignoro a batalha
que com isto
ser-me-á
levantada, se
me apontarem a
Demóstenes,
entre os
gregos, como o
exemplo de
perfeito orador.***

***Julgo
semelhantes as
virtudes de
ambos estes
homens. Há
uma certa
diferença na
forma: um é
mais denso, o
outro mais
prolixo; a
mesma frase de
um é mais
trabalhada, a do
outro é mais***

natural. Pode ser também que o gênio da língua latina nos dificultou certos efeitos que admiramos na língua grega.

Mas devemos ceder em um ponto: Demóstenes veio primeiro na história e, em grande parte, é ele que fez de Cícero tudo o que ele é. Parece-me que Cícero, entregando-se inteiramente à imitação dos Gregos, apropriou-se da força de Demóstenes, da abundância de Platão, da jucundidade de Isócrates. Todavia não foi apenas pelo estudo que ele conseguiu aquilo que há de melhor em cada um dos outros. A maioria ou até mesmo todas as suas

**virtudes foi em
si próprio que
ele as
encontrou, na
felicíssima
beleza de seu
gênio imortal.**

**Conforme diz
Píndaro, Cícero
não se limitou a
reunir as águas
da chuva, mas
se tornou ele
próprio uma
fonte viva e
exuberante. Ele
foi como um
dom gerado
pela
providência
para permitir
que a
eloqüência
ensaiasse nele
todas as suas
forças.**

**De fato, quem
mais do que
Cícero pode
ensinar com
mais diligência
ao ouvinte,
quem pode
movê-lo com
mais
veemência?
Quem possuiria
jamais tamanha
jucundidade no
falar? As
próprias coisas**

**que ele nos
estorque somos
levados a
pensar que ele
as pede, e
mesmo quando
ele impõe o seu
ponto de vista
sem
justificativas, as
pessoas
parecem mais
seguir-lo do que
ceder à sua
pressão.**

**Mais ainda,
tudo o que ele
diz respira
tamanho
autoridade que
nos
envergonhamos
de discordar, e
não parece ser
produto do
estudo de
advogado, mas
conter a
segurança da
testemunha ou
a confiabilidade
do juiz, e todas
estas
qualidades
fluem
naturalmente,
sem esforço, de
tal modo que
jamais nada tão
lindo se ouviu,
e o discurso
traz consigo**

***uma felicíssima
facilidade.***

***É por isto, a
título justo, que
seus
contemporâneos
o proclamaram
o Rei dos
Tribunais, e a
posteridade lhe
conferiu não um
nome de
homem, mas o
da própria
eloqüência. Que
o tenhamos
diante dos
olhos, portanto,
e ele seja para
nós como um
exemplo
proposto, e
saiba alguém o
quanto terá
progredido
quando passar
a admirar
verdadeiramente
a Cícero".***





CAPÍTULO 97

Em rápidos traços, foi esta a formação do homem que fascinou aos homens da Renascença. Foi assim que eles desejaram se formar, e foi assim que eles passaram a aspirar que os homens se formassem.

Na concepção original de Quintiliano, ele desejava formar o homem bom. Entre os seus alunos talvez o tivesse conseguido em boa parte, mas na Renascença o mesmo método falhou de muito.

Conforme vimos, os próprios humanistas afirmavam que jamais houve tanta corrupção na história humana como entre eles e, no entanto, estava justamente entregue aos seus cuidados a educação das cortes nas quais, juntamente com os homens de letras, estava o grande foco daquela corrupção.

Como pode ter acontecido semelhante paradoxo, se esta geração se esforçou tanto para educar os homens segundo uma metodologia que, segundo Quintiliano, deveria levar à formação de

***"um
homem
bom,
perito
no
falar",***

e sublinhava ainda que, entre estas duas coisas, o homem bom era ainda mais importante do que o perito no falar?

Este paradoxo pôde ter acontecido porque a pedagogia de Quintiliano não era um sistema autônomo de educação. Conforme vimos, ela foi uma aproximação da educação retórica à educação dos filósofos, este último sim um sistema pedagógico completo, autônomo e superior.

Isto fica claro quando se considera que, embora o homem bom fosse o objetivo principal declarado de Quintiliano, e a perícia no falar fosse o objetivo secundário, a parte central das Instituições Oratórias, isto é, a maior parte do tratado, explicita em todos os detalhes em que consistem as técnicas da arte de falar; mas, quando chegamos ao homem bom, que é algo mais importante do que a perícia no falar, Quintiliano não nos oferece em nenhuma parte do seu livro uma explicação semelhantemente elaborada do que seja um homem bom. Na verdade, ele remete a abordagem mais detalhada deste assunto aos livros dos filósofos, os quais ele mesmo reconhece que tratam do assunto como algo que pertencia aos seus domínios.

Ou seja, a educação de Quintiliano é uma educação que necessita de uma outra para que lhe explique os seus objetivos; seus objetivos não podem ser compreendidos apenas dentro de seu próprio sistema.

Por conseqüência, o professor que desejasse ser fiel às Instituições Oratórias como ideal de ensino, deveria reportar-se a uma outra cultura, para além das Instituições, como referência, para compreender-lhe o seu sentido último.

No final do século I da era cristã, na cidade de Roma, qual fosse tal cultura de referência era algo evidente para a elite romana, pois um conhecimento, ainda que superficial, dos escritos dos filósofos gregos, principalmente da corrente estoica, já era comum entre os romanos cultos. Quando Quintiliano dizia que queria formar um homem bom, e não explicava precisamente o que significava este homem bom, os romanos entendiam o que ele queria dizer com esta expressão segundo a acepção que ela tinha na filosofia grega e na dos filósofos estoicos em particular.

Na Renascença a referência óbvia para se entender o que poderia significar o homem bom não era mais a Filosofia, mas o Cristianismo. No entanto, era justamente com a tradição cristã que os humanistas estavam tentando romper; ao fazerem isto, estavam na realidade tentando romper com o único contexto em que na época era possível enquadrar a Pedagogia de Quintiliano de modo a se poder compreender o sentido final em função do qual Quintiliano propunha todo o seu sistema.

Em vez do Cristianismo, os humanistas da Renascença buscaram como referência de fundo para as Instituições Oratórias a literatura pagã em geral, da qual Quintiliano, no Livro X das Instituições, fêz um numeroso elenco e comentário.

Quintiliano, porém, não havia elaborado este longo elenco como uma referência para o objetivo final de sua pedagogia. Esta referência final ele diz explicitamente que está nos tratados dos filósofos gregos. A lista das obras da antigüidade pagã do Livro X são para ele apenas modelos de arte oratória ou elementos de cultura geral necessários ao orador para poder falar e escrever bem. Considerada a obra toda, a pedagogia de Quintiliano aponta para um padrão superior ao de sua época.

Para os humanistas, porém, as referências da literatura antiga não foram tomadas neste sentido técnico que Quintiliano quis dar, e sim como o modelo que a humanidade deveria imitar. Enquanto Quintiliano tentava na realidade elevar-se acima do antigo paganismo, os renascentistas tentaram ressuscitar este antigo paganismo em toda a sua inteireza. Admiraram nos antigos justamente aqueles traços marcantes que provinham de seu egoísmo que não conhecia problemas de consciência, de seu orgulho pessoal desmedidamente cultivado, de seu amore à glória e de sua sede de prazeres; e, enquanto admiravam ilimitadamente estas características do paganismo, desprezaram abertamente no Cristianismo as características opostas. Aquilo que nos séculos imediatamente passados era considerado uma abominação, agora era louvado em todo lugar pelos homens mais cultos.





CAPÍTULO 98

Tudo isto fica mais claro quando vemos a descrição que Jacó Burckhardt faz do humanista da Renascença. Não é possível que fosse isto o que Quintiliano entendia como sendo o homem bom que ele desejava formar.

Conforme vimos, J. Burckhardt diz que a educação das cortes ficou totalmente a cargo dos humanistas, em boa parte porque eles encontraram as cortes como um lugar natural para eles. Mesmo os mais insignificantes déspotas da Romanha, diz Burckhardt, não podiam dispensar um ou dois homens de letras em suas cortes.

Por que? Porque além da educação dos príncipes, continua Burckhardt, havia dois motivos para a presença dos humanistas nas cortes, a correspondência do Estado, isto é, todo o trabalho de secretariado dos negócios do déspota renascentista, e os discursos em ocasiões públicas e solenes. Não apenas o secretariado exigia um latinista competente, mas inversamente, apenas o humanista, naquela época, tinha a competência, o conhecimento e a habilidade necessárias para ser o secretário do déspota. Desta maneira, os maiores homens no campo dos estudos durante os anos 1400 devotaram grande parte de suas vidas no serviço do Estado.

Par o déspota, a posição social do humanista era completamente indiferente. O que se desejava era o mais pleno talento humanista cultivado. Apesar disso, porém, continua Burckhardt, os humanistas não formavam uma classe, tinham um sentido mínimo de seus interesses comuns, e não tinham o mínimo respeito entre eles próprios.

Todos os meios possíveis eram cogitados para se derrubarem uns aos outros. Das discussões literárias eles passavam com uma estonteante rapidez para os piores vitupérios. Não satisfeitos em refutar, eles passavam a anular o oponente. O resultado é que, na prática, a vida do humanista se tornava uma guerra contínua.

A carreira do humanista era, ademais, de regra, de tal tipo que

apenas os temperamentos mais fortes poderiam passar por ela.

O primeiro perigo vinha, em alguns casos, dos próprios pais, que desejavam transformar uma criança precoce em um milagre de erudição, tendo em vista sua futura posição em uma classe que então estava chegando ao auge. O jovem humanista era então mergulhado em uma vida de excitações e de vicissitudes, na qual se sucediam estudos exaustivos, tutorados, secretariados, professorados, ofícios diversos em casas de príncipes, inimizades mortais e perigos, luxúria e mendigagem, admirações ilimitadas assim como desprezos ilimitados confusamente seguidos uns aos outros, nos quais a cultura mais sólida era freqüentemente posta de lado por uma superficial falta de pudor.

Mas o pior de tudo era que a posição do humanista era quase incompatível com uma residência fixa, ou porque ele próprio era obrigado a fazer freqüentes mudanças de residência para poder sobreviver, ou porque o seu próprio temperamento se alterava com o tempo de tal forma que não conseguia mais viver feliz em um mesmo lugar durante muito tempo. Ele simplesmente se cansava das pessoas e não podia mais ter paz entre as inimizades que ele próprio criava e cultivava, enquanto que as pessoas, por seu lado, estavam a exigir dele sempre alguma coisa nova. Acrescente-se a isto o efeito mortal de uma vida de excessiva licenciosidade, tão geral que, ainda que o humanista se comportasse de um modo diferente, sempre era o pior que se pensava dele, e uma total indiferença quanto às leis morais tais como reconhecidas pelos outros.

Homens assim dificilmente poderiam ser concebidos sem um orgulho desordenado. Na verdade, eles necessitavam deste orgulho ainda que fosse apenas para manterem suas cabeças acima do nível da água, e eram confirmados nele pela admiração que, alternada com o ódio, havia no tratamento que recebiam do mundo que os rodeava. Eles foram os mais marcantes exemplos e vítimas de uma desenfreada subjetividade.

O historiador Geraldo, contemporâneo dos humanistas, continua Burckhardt, levantou contra eles uma série de graves acusações. Entre elas estão a cólera, a vaidade, a obstinação, a auto adoração, a vida privada dissoluta, imoralidades de todos os tipos, heresia, ateísmo, o hábito de falar sem convicção,

influências sinistras nos governos, ausência de gratidão para com os mestres, adulação dos poderosos, os quais primeiro lhes davam uma amostra de seus favores para depois deixá-los na miséria.

Tudo isto que acabamos de citar é a descrição que existe na obra de J. Burckhardt do caráter geral dos humanistas da Renascença. Tais foram os primeiros frutos da educação dita humanista.





CAPÍTULO 99

Foi assim, pois, que nasceu a pedagogia humanista.

Num dado momento, vinha a notícia de que alguém, financiado por algum duque ou príncipe, havia descoberto certo número de manuscritos antigos do mundo romano. Pouco tempo depois, de outro lugar vinha outro anúncio de que outra pessoa, financiada por algum outro príncipe ou duque, havia descoberto em determinado local outro número de manuscritos antigos do mundo grego. Em sua maioria tais manuscritos não eram obras de ciência nem de filosofia, mas de literatura, em prosa ou poesia, ou relatos históricos. Todos eles chamavam a atenção pela sua perfeição estética no uso da linguagem grega e latina, perfeição que não existia mais entre os estudiosos da época e da Idade Média anterior. De todos os cantos surgiam, durante a Renascença, notícias de descobertas de mais e mais destes textos antigos.

Onde estavam escondidos tantos manuscritos antigos? Que expedições milionárias, que métodos sofisticados foram utilizados para descobri-los?

A sensação que tais descobertas produziram faria o estudioso moderno pensar, em um primeiro momento, em expedições caríssimas explorando locais inacessíveis com escavações demoradas, enfrentando mil perigos vindos de toda a parte, em aventuras emocionantes cujos relatos hoje poderiam ser transformados em longas metragens campeões de bilheteria.

No entanto nenhuma destas descobertas teve em sua origem emoções semelhantes às que acabamos de supor. O humanista simplesmente visitava um mosteiro qualquer, onde era sempre bem acolhido, e pedia para ver os livros da biblioteca. Ali, no meio de outros tantos livros, encontrava estes textos misturados com outras obras, em algum canto geralmente pouco usado pelos monges. A partir daí o humanista se transformava em um herói, como se aquele livro que ele havia copiado e que empunhava vitorioso diante de seus colegas humanistas tivesse desaparecido há séculos e só tivesse sido recuperado graças a esforços comparáveis aos de um Hércules.

Este sentimento, no entanto, não correspondia à realidade. O que ele havia descoberto não era o manuscrito original que havia sido redigido pelo próprio punho de Cícero ou de Quintiliano. Nas circunstâncias da época, um manuscrito original desta natureza, datado de quinze séculos ou mais, dificilíssimamente poderia-se ter conservado. Seria algo fisicamente quase impossível. Ao que sabemos, existe apenas um único caso de um manuscrito original anterior à era cristã que se tenha conservado até hoje; são os manuscritos do Mar Morto, descobertos apenas em 1947. Se aqueles textos da antigüidade que os humanistas foram descobrindo nas bibliotecas dos mosteiros se tinham conservado é porque tais textos haviam sido copiados e recopiados muitas vezes pelos monges ao longo da história. De fato, todos eles haviam sido copiados e recopiados com uma certa metodicidade pelos monges até pouco antes do advento da Peste Negra, quando esta epidemia desorganizou completamente a disciplina dos mosteiros. Com o declínio dos estudos e da disciplina monástica, todos estes manuscritos ficaram relegados a um canto das bibliotecas e davam a falsa impressão de que estavam abandonados desde a antigüidade romana.

Por que então os monges nunca fizeram alarde de toda esta vasta literatura antiga que haviam tão diligentemente guardado e copiado desde épocas imemoriais? A resposta é simplesmente porque quase não davam importância a estes textos. Eram usados apenas para aprender a ler e a escrever, e para aprender alguns rudimentos de retórica. Se para mais do que isso não valiam, para que chamar tão estrepitosamente a atenção do mundo para eles? Embora eles demonstrassem um belíssimo domínio da língua latina, o valor de seu conteúdo era considerado pequeno; o que verdadeiramente era importante para os professores e estudantes anteriores à Peste Negra era outro tipo de literatura. Os clássicos da antigüidade que fascinariam os renascentistas eram, até pouco tempo antes, considerados apenas como literatura de conteúdo de importância muito secundária para merecerem maiores atenções.

Foi então que o que havia sido durante séculos considerado como um refugio passou a parecer aos humanistas que fosse o supra sumo da cultura, e foi com base nesta literatura que eles

reconstruíram a cultura do homem nos anos 1400 e 1500. A perfeição do Latim de Cícero, o ápice da perfeição artística da língua latina, pareceu- lhe também o ápice da cultura humana.

Já o Latim de Santo Tomás de Aquino e dos demais escolásticos era um Latim verdadeiramente simplório; em sua época quanto mais profundo fosse um autor geralmente tanto mais simplório era o Latim de que se utilizava. Sua linguagem não possuía nenhum rebuscamento. Entre os filósofos gregos já havia aparecido em parte esta tendência; o maior entre os filósofos gregos, Aristóteles, foi justamente aquele que se utilizou da língua grega em sua forma mais simples.

Esta simplicidade de linguagem curiosamente reforçou entre os renascentistas a idéia de que a Idade Média havia sido a Idade das Trevas. Desprezando o conteúdo das obras escritas anteriormente, estes homens julgaram que apenas uma cultura inferior poderia ter-se expressado em uma linguagem que lhes parecia tão bárbara.





CAPÍTULO 100

Assim, o tipo de formação que era dada aos homens na época de Hugo de São Vitor e de Santo Tomás de Aquino passou a ser desprezado por um segundo motivo.

O primeiro, já o vimos, surgiu devido ao nominalismo.

O nominalismo, que se alastrou progressivamente pelas universidades de toda a Europa enquanto o Renascimento tomava conta do norte da Itália, tendia a separar a fé da razão e a afirmar que todo o conhecimento com que os escolásticos se esforçavam para elevar a inteligência humana a uma maior compreensão das verdades da fé não poderia possuir valor algum. Os nominalistas também consideravam como impossível à inteligência humana alcançar a evidência de muitas outras verdades de natureza mais abstrata, mas que os escolásticos insistiam não serem propriamente verdades de fé; embora fossem mencionadas nos textos revelados das Sagradas Escrituras, diziam os escolásticos, isto era apenas um auxílio à fraqueza do intelecto do homem comum, pois tais verdades poderiam ter suas evidências manifestadas por um trabalho mais diligente do intelecto. Como os nominalistas, porém, não davam qualquer valor às supostas evidências dos escolásticos, aceitavam tais verdades mas catalogando-as entre as verdades de fé sobre as quais qualquer trabalho da inteligência seria inútil. As verdades de fé, segundo os nominalistas, tinham que ser aceitas apenas porque Deus havia assim estabelecido, e era este o motivo pelo qual elas eram verdades, e não qualquer valor objetivo que elas pudessem ter. Neste sentido, o esforço da inteligência humana em compreendê-las ou em aportar-lhes alguma luz não podia passar de uma ilusão; tal esforço, de fato, pressupunha que haveria razões objetivas para que tais coisas fossem verdadeiras, o que, segundo os nominalistas, não era o que ocorria. Com isto, porém, toda a profundidade contida nos escritos dos sábios que haviam surgido na Igreja, um tesouro tanto do pensamento como da espiritualidade, já de mais nada valia. Na realidade, conforme vimos, era a própria decadência do ensino que fazia com que os homens influenciados pelo nominalismo não mais conseguissem alcançar o que os sábios que os haviam precedido tinham dito.

Logo em seguida, porém, surgiu a segunda grande motivação histórica para o desprezo da Escolástica. Uma motivação esta, tão inacreditável, objetivamente falando, que só se pode compreender tendo em vista as circunstâncias da época. Os escolásticos não sabiam nem ler nem escrever, diziam não já os nominalistas, mas os humanistas da Renascença. Os escolásticos desrespeitam as leis da gramática, desrespeitam a arte de bem dizer, não obedecem aos preceitos mais elementares da retórica. Quem poderá aprender a falar Latim em um estilo elevado como o de Cícero estudando as obras de Santo Tomás de Aquino? Ninguém, e é verdade, e o próprio Santo Tomás parece nunca ter-se preocupado com isto. Sua linguagem, em sua estética, tem a simplicidade de uma criança. Seu valor probativo reside inteiramente no conteúdo. Já os que se esforçam por imitar a Cícero causarão uma profunda admiração entre os seus ouvintes, não pelo valor do argumento, é certo, mas pela beleza da Retórica.





IIIª Parte. G.

CAPÍTULO 101

Estando os acontecimentos assim configurados, outro fator surgiu por esta época para mais promover o desenvolvimento do Renascimento na Itália.

Conforme explicamos na Primeira Parte desta Introdução Histórica, muito tempo antes da Renascença, nos anos 300 da Era Cristã, a transferência da capital do Império Romano para Constantinopla havia feito surgir, com o início das invasões bárbaras no Ocidente, o Império Bizantino no Oriente.

O Império Bizantino não passou pelas transformações por que passou o Ocidente. Não houve ali as invasões que assolaram o mundo ocidental. Houve, é fato, uma invasão progressiva do Islã, mas quando o Islam conquistava, um após outro, os territórios do Império Bizantino, este se tornava muçulmano. Neste sentido, tratava-se de algo que do ponto de vista histórico era substancialmente diverso do que ocorria no ocidente com as invasões bárbaras. Quando os bárbaros invadiam um território romano, mais cedo ou mais tarde eles se convertiam ao Cristianismo e, tornando-se cristãos, incorporavam-se à civilização que haviam invadido. Depois vinha outra leva de bárbaros e o processo recomeçava novamente.

Mas no Império Bizantino não havia uma assimilação de uma civilização por outra. À medida em que o Islã avançava, desaparecia a civilização conquistada e era substituída por outra.

Dentro da parte que restava do Império Bizantino a história era bastante linear. O modo de vida que existia no Império Romano oriental durante os oito primeiros Concílios Ecumênicos continuou existindo nos séculos seguintes. Não houve Idade Média no Império Bizantino. Não houve Feudalismo. Não houve invasão de bárbaros. O poder temporal, apesar de todos os problemas, tentava coexistir com o poder espiritual sem os

conflitos radicais que houve no Ocidente. Não houve um momento em que se fêz necessária uma reforma na Igreja como a que na Primeira Parte desta Introdução descrevemos ter sido necessária no Ocidente. Enfim, nada de substancialmente novo aconteceu, exceto a diminuição progressiva do território do Império Bizantino que caía cada vez mais em poder dos muçulmanos.

Mas, à medida em que a conquista islâmica continuava, chegou-se a um ponto em que, na primeira metade dos anos 1400 DC, o território dominado pelos muçulmanos já era tão grande que praticamente só restava ao Império Bizantino a sua própria capital, a cidade de Constantinopla, e algumas poucas terras ao seu redor.

Deste modo a história do Império Bizantino foi bastante mais linear do que a do Ocidente. E esta história foi linear também quanto ao aspecto educacional.

Assim como no antigo Império Romano predominava o estudo da Retórica como principal meio de formação dos homens, assim também este era o estudo predominante no Império Bizantino. Tal como antigamente, sempre houve também uma minoria que se dedicava aos estudos filosóficos.

A única novidade que se acrescentou a este panorama do antigo Império Romano foi o surgimento da vida monástica. Mas, à diferença do Ocidente, os mosteiros do Império Bizantino não tinham escolas. No Ocidente em grande parte dos mosteiros mais cedo ou mais tarde surgia uma escola, já que com a invasão dos bárbaros e a queda do Império Romano as escolas profanas deixavam de existir. Passando para a organização monástica, a escola pôde se transformar graças à liberdade que no Ocidente os monges tiveram para gradativamente geminar a educação com a vida espiritual até ao nível da própria concepção fundamental desta educação. A educação se transformou em um meio de ascese, a pedagogia passou a buscar seus fins últimos nas mais profundas exigências da vida espiritual e em função destas organizou seu programa e seus métodos. A antiga educação pagã foi modificada de um modo firme mas tão gradual que sua metamorfose, embora fosse imperceptível de uma geração para outra, passados mil anos, resultou em uma transformação gigantesca. Entre as

Instituições de Quintiliano tais como eram no século I e os Princípios Fundamentais de Pedagogia de Hugo de São Vitor no século XII a distância cronológica é de um milênio, mas para os que conseguem penetrar no alcance de seus conteúdos e na profundidade de seus pressupostos, a distância real é astronômica.

Ao contrário do Ocidente, porém, no Império Bizantino a civilização não só não desmoronou como também nunca ameaçou desmoronar. O que ocorria era a diminuição do seu território de um modo contínuo, mas o que permanecia dentro de suas fronteiras sempre menores continuava firme em seus alicerces. Não havia, pois, neste contexto, necessidade pela qual os mosteiros devessem abrir escolas. Para os padrões do mundo antigo, havia escolas em abundância, as quais contavam com professores que ensinavam gramática e oratória e que estavam a par de todos os clássicos da literatura antiga, isto é, tudo aquilo que nos mosteiros do ocidente havia sido relegado a um plano secundário. Enquanto no Ocidente a espiritualidade foi moldando a cultura antiga até se chegar à criação da primeira Universidade, nada disso ocorria no Oriente. Os mosteiros eram apenas casas de oração. Para se estudar existiam as escolas onde estudava-se uma retórica que não tinha relação, de modo direto, com a ascese cristã.

Os santos que exerceram grande influência na literatura cristã do Oriente, como São Basílio, São Gregório de Nazianzo, S. Gregório de Nissa, S. João Crisóstomo, foram todos eles monges. Antes disso, porém, haviam freqüentado, durante suas juventudes, as escolas dos retores. Muitos deles expressaram críticas a este tipo de formação e formularam o desejo de uma educação mais condizente com o ideal cristão. Pode-se citar como exemplo disto a seguinte passagem de um livro em forma de diálogo escrito por São João Crisóstomo, um monge que no século IV veio a tornar-se bispo de Constantinopla:

***"Ninguém
ignora que o
corpo de
Igreja está
mais sujeito a
enfermidades
do que a
própria carne,
corrompe-se
mais
depressa e se
restabelece
mais
lentamente.
Porém,
enquanto os
que curam
nossos
corpos
inventaram
uma
variedade de
medicamentos
e dispõem de
uma série de
instrumentos
para tanto, no
que diz
respeito aos
cuidados das
almas, além
do exemplo,
não há outro
caminho para
a saúde a não
ser o ensino.***

***Se este
remédio
falhar, todos
os demais
serão inúteis.***

**É certo que
para melhor
ordenar a
vida, outra
vida bem
ordenada
pode
despertar o
desejo de
imitá-la; mas,
quando a
alma sofre a
enfermidade
de um
ensinamento
já errôneo,
não há outro
remédio
senão usar
copiosamente
da palavra.**

**Mesmo que
houvesse
alguém que
operasse
milagres,
mesmo assim
a palavra
seria
altamente
necessária, e
temos disto
um exemplo
em São Paulo
Apóstolo, que
fêz uso dela,
apesar de
que em todos
os lugares
era admirado
pelos seus
milagres".**

- **"Mas João",**

interrompe o interlocutor do diálogo,

**"se a
palavra é
tão
importante,
por que
lemos na
Segunda
Epístola
aos
Coríntios
que o
próprio
São Paulo
não
ocultava a
sua
pobreza
no falar,
como
também
confessa
que é
leigo na
matéria?"**

"É isto",

responde João Crisóstomo,

**"é isto que fez a
perdição de
muitos e os
tornou
incapazes de
ensinar
verdadeiramente.**

**As pessoas
chamam
ignorante não
apenas àqueles
que não se
adestraram nas
charlatanices da
eloqüência, mas
também àqueles
que não sabem
defender a
verdade.**

**Ora, São Paulo
não se diz leigo
em ambas as
coisas, mas
apenas em uma
delas e, para
deixar isto bem
claro, faz uma
clara distinção,
dizendo:**

**`Na verdade,
sou imperito no
falar; não o sou,
porém, na
ciência'.**

2
Cor.
11,
6

**Se
estivéssemos
exigindo a
suavidade de
Isócrates, a
majestade de
Demóstenes,
a gravidade
de Tucídides,
a
sublimidade
de Platão,
então terias
razão em
citar São
Paulo
Apóstolo.**

**Mas tudo
isso eu deixo
de lado.**

**Que a
expressão
seja pobre,
que a
composição
das palavras
seja simples
e corrente;
mas o que a
ninguém se
pode permitir
é ser leigo no
exato
conhecimento**

**das verdades
da fé.**

**Em que o
bem
aventurado
Apóstolo São
Paulo
superou a
todos os
demais
apóstolos?
Que fez ele
em
Tessalônica,
em Corinto, e
na mesma
Roma? Não
passava dias
e noites
inteiras, sem
interrupção,
na
explicação
das
Sagradas
Escrituras?
Que
ninguém,
pois, para
acobertar a
si próprio,
pretenda
arrancar
deste bem
aventurado
Apóstolo
aquela que
foi a sua
máxima
excelência e
a coroa de
sua glória".**

S. João
Crisóstomo
De
Sacerdotio
L. IV, 5-
6

Este texto de São João Crisóstomo, bispo de Constantinopla no final dos anos trezentos, pertence a um livro em que ele procura traçar o perfil ideal do sacerdote cristão. Ele menciona a educação retórica a que ele próprio havia sido submetida durante a sua juventude e, indiretamente, aspira por outra.

Mas durante a história do Império Bizantino que se seguiu não surgiu nenhuma outra forma de educação. O Cristianismo aprendeu a conviver com a formação retórica tal como ela havia evoluído na antigüidade romana. O grego se tornou a língua nacional do Império Bizantino e as obras dos grandes escritores da Grécia eram acessíveis, compreendidas e admiradas por todos.

Os escritores bizantinos, conforme escreve Charles Diehl,

***"gostavam de
tomar por
modelos a
autores
clássicos e se
esforçavam
por imitá-los.
Ao contato dos
clássicos,
acabaram
criando uma
linguagem
erudita, muito
diferente do
grego que se
falava***

***correntemente,
mas com a
qual se
vangloriavam
de reproduzir a
beleza artística
do grego
antigo.
Ademais,
assim como o
estilo imita a
forma antiga,
seu
pensamento
também se
moldava
constantemente
sobre as idéias
clássicas.
Estão cheios
de lembranças
da história e da
mitologia
gregas, e este
respeito quase
que
supersticioso
pela tradição
grega clássica
deveria ter
para a
literatura
conseqüências
assas
importantes".***

Mas, à medida em que o Império Bizantino foi desmoronando, e no início dos anos 1400 DC foi se percebendo cada vez mais claramente que seria apenas uma questão de tempo para que o Império fosse tragado pelo Islã, os professores e os homens cultos de Constantinopla começaram a fugir para o Ocidente.

Para onde, porém, no Ocidente, poderiam fugir? Naquela época havia um lugar onde não somente encontrariam um refúgio seguro, como também seriam regamente acolhidos. Este lugar não era a França, nem a Espanha ou a Alemanha, mas o norte da Itália, onde fervilhava o Renascimento. Déspotas e humanistas italianos os receberiam como se recebem os heróis. Juntamente com estes sábios de Constantinopla vinham para os italianos mais manuscritos antigos e uma nova oportunidade de aprender a língua grega tal como era falada em um lugar em que ela havia permanecido viva ininterruptamente desde a antigüidade. A história da Renascença conserva até hoje o nome e as atividades de todos os principais dentre estes sábios imigrantes bizantinos.





CAPÍTULO 102

No Império Bizantino, portanto, havia o mesmo interesse pelos clássicos antigos que despontou na Renascença italiana. Havia, ademais, o mesmo tipo de educação que os humanistas estavam se esforçando em implantar. Por estes motivos, a imigração dos sábios constantinopolitanos para a Itália teve como um de seus resultados um importante estímulo para o próprio movimento renascentista.

Havia, porém, uma diferença importante entre o humanismo bizantino e o humanismo renascentista. No Império Bizantino a cultura antiga coexistia pacificamente com o Cristianismo há séculos. Esta característica, entretanto, foi como que simplesmente ignorada pelos humanistas italianos.

Embora tenha havido alguns humanistas cristãos durante a Renascença, como o educador Vitorino Feltre e até mesmo o Papa Nicolau V, foi apenas no final do movimento renascentista, com a fundação da Companhia de Jesus, que despontou o que poderia ser chamado de humanismo cristão. Os jesuítas como educadores seguiram o método e os ideais de Quintiliano, que nada mais era do que o ideal pedagógico europeu havia já quase duzentos anos. Mas o objetivo de Quintiliano, a formação do homem bom, que ele havia deixado em aberto, passava agora com os jesuítas a ser interpretado segundo a concepção cristã.

Desta maneira, só depois de dois séculos de Renascença o modelo de educação renascentista passou a tomar uma direção semelhante a do que teria sido o verdadeiro ideal de Quintiliano.





CAPÍTULO 103

A Companhia de Jesus foi fundada sem uma finalidade específica em meados dos anos 1500 por Santo Inácio de Loyola e mais oito companheiros, depois destes haverem tentado, sem sucesso e por um brevíssimo período de tempo, um trabalho de evangelização em terras islâmicas que sequer chegou a iniciar-se. Após esta tentativa frustrada, o grupo dos clérigos fundadores da Companhia encaminhou-se para Roma e colocou-se à total disponibilidade do Sumo Pontífice para quaisquer trabalhos que por ele lhes fossem confiados, em qualquer parte do mundo.

Não tardou para que os jesuítas, em 1548, fossem convidados a abrir seu primeiro colégio na cidade de Messina, no sul da Itália. Este colégio veio a ser o primeiro de uma série de estabelecimentos do gênero cujo número chegou quase a mil, espalhados em todo o mundo. Ao fundarem a Companhia de Jesus, porém, seus fundadores, tanto quanto nos é registrado pela história, não transpareceram imaginar que um de seus principais trabalhos, talvez o principal, viesse a ser na área educacional. A Companhia de Jesus trazia muitas idéias novas para a Igreja, mas em matéria especificamente educacional, em princípio, pouca coisa de especial tinha a dizer.

Santo Inácio de Loyola enviou para a fundação do Colégio de Messina vários de seus melhores padres. Como todos estes padres, com uma única exceção, haviam estudado na Universidade de Paris, e o próprio Santo Inácio de Loyola, juntamente com os oito primeiros fundadores da Companhia, também lá haviam estudado, foi como que naturalmente que se adotou em Messina o mesmo método que era utilizado naquela Universidade.

Ora, o movimento renascentista a princípio havia-se confinado quase que exclusivamente ao norte da Itália. Conforme haveremos ainda de comentar, dificilmente teria se propagado para além desta região se não houvesse ocorrido, neste interim, a invenção da imprensa, na década de 1440, por João Gutemberg. Graças a esta invenção, a Renascença atravessou os Alpes e se difundiu gradualmente por toda a Europa. Na

década de 1520 conquistou a Universidade de Paris, e foi justamente no final da década de 1520 e no início da seguinte que ali estudaram Santo Inácio de Loyola e os primeiros jesuítas.

Ao adotarem, pois, os mesmos métodos de ensino que haviam visto em Paris, os jesuítas nada mais estavam fazendo do que adotando a pedagogia renascentista. No ato da fundação do primeiro colégio jesuíta em Messina podia-se ler a afirmação segundo a qual

*"seguir-se-á
o modo e a
ordem que
se utiliza em
Paris, que é
o melhor que
se pode ter
para fácil e
perfeitamente
tornar-se
douto na
língua
latina".*

"Os colégios jesuítas passaram a se multiplicar em número e avultar em importância", comenta o Pe. Leonel Franca.

*"Muitos
dentre
eles",*

continua o mesmo autor,

***"no curto
prazo de
poucos
anos,
tornavam-
se os
centros
de
cultura
humanista
mais
reputados
da cidade
ou da
região".***

Em duzentos anos a Companhia de Jesus mantinha 865 estabelecimentos de ensino no mundo inteiro, grande parte dos quais tinha uma média de mil ou mais alunos.





CAPÍTULO 104

Os jesuítas, de modo geral, não se interessaram pelo ensino primário. Ministraram, em seus colégios, apenas o equivalente ao ensino secundário e superior. No ensino superior tinham faculdades de Filosofia e Teologia; o ensino secundário era baseado visivelmente nas concepções de Quintiliano, citado centenas de vezes nos escritos deixados pelos padres que participaram da elaboração da Ratio Studiorum.

Este ensino secundário era ministrado, na sua forma mais extensa e comum, em sete anos. Dois anos de gramática inferior, dois anos de gramática média, um ano de gramática superior, um ano de humanidades e um ano de retórica.

Em um estudo introdutório à Ratio Studiorum das escolas da Companhia, o Pe. Leonel Franca explica da seguinte maneira esta seqüência:

"O grau de gramática inferior é o conhecimento perfeito dos rudimentos de gramática e as primeiras noções de sintaxe;

o grau da gramática média é o conhecimento de toda a gramática, ainda que não exhaustiva e perfeita;

o grau da

***gramática
superior é o
conhecimento
perfeito da
gramática;***

***o grau da
classe de
humanidades,
que prepara
imediatamente
à retórica, é o
conhecimento
da linguagem,
alguma
erudição, e as
primeiras
noções dos
preceitos da
retórica;***

***o grau da
retórica é a
expressão
perfeita, em
prosa e em
verso, e
abrange os
conhecimentos
teóricos e
práticos dos
preceitos da
arte de bem
dizer e uma
erudição mais
rica da
história,
arqueologia,
etc."***

"Como se vê", continua o Pe. Leonel Franca,

**"o objetivo
do curso
humanista é
a arte
acabada da
composição,
oral e
escrita. O
aluno deve
desenvolver
todas as
suas
faculdades,
postas em
exercício
pelo homem
que se
exprime e
adquirir a
arte de
vasar esta
manifestação
de si mesmo
nos moldes
de uma
expressão
perfeita.**

**O Latim e o
Grego são
as
disciplinas
dominantes.**

**Na seleção
dos autores,
as obras de
Cícero têm
uma posição
dominante".**





CAPÍTULO 105

Deste modo podemos perceber como, durante a Renascença, ao lado do movimento de decadência progressiva do ensino superior nas Universidades que vinha desde os anos 1300 DC, foi se desenvolvendo gradualmente o equivalente ao ensino de segundo grau, a princípio pelos humanistas em geral, posteriormente pelos padres da Companhia de Jesus.

Era um ensino de segundo grau onde se aprendia muito grego, muito latim, muita gramática, muita literatura. Ou seja, começou a desenvolver-se, como formação do homem, aquele ensino de segundo grau que hoje nós chamamos de clássico, às vezes também conhecido pela expressão de "estudos clássicos", que em uma época posterior passaram a ser assim designados por oposição aos estudos ditos "científicos". Receberam o nome de estudos clássicos porque, ao contrário do modo como os humanistas procediam quando ministravam este mesmo ensino, isto é, do modo aparentemente desordenado e individual como costumam proceder os autodidatas, os jesuítas ministravam-no em classes em que os alunos eram metodicamente promovidos todos juntos para a classe seguinte em períodos de tempo que eram já conhecidos de antemão. Os textos que o programa de estudos apontava como devendo ser utilizados em cada classe passaram a ser conhecidos, por isso mesmo, como "os clássicos", uma expressão que, passados quatro séculos, perdeu seu sentido original e é usada pelo homem de hoje para designar qualquer obra prima que o tempo tenha consagrado como referência perene.

Este tipo de educação humanista, baseado no estudo dos clássicos e das línguas antigas, que era dominante no Renascimento, foi desta maneira cristianizado pelos jesuítas. Porém, ao mesmo tempo, esta forma de ensino era uma degeneração de um tipo de educação que havia existido na época de Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino. Esta degeneração chegou a tal ponto que os próprios religiosos passaram ou a não se dar mais conta deste fato, ou a, depois de duzentos anos de Renascimento, não terem mais alternativa senão a de darem a este ensino uma tintura e uma orientação cristã.

De fato, aquele excesso de clássicos, de oratória, de gramática, de estudo de línguas havia sido criado e introduzido na sociedade antiga por pessoas que não tinham por intenção a busca da sabedoria, mas o desenvolvimento de qualidades humanas pelas quais as pessoas pudessem competir na sociedade. Esta educação forma de fato o ser humano e pode até mesmo produzir, quando bem orientada, certa forma de virtudes cívicas, mas não é capaz, no que depende de sua natureza, de voltar o homem para a sabedoria, a contemplação ou a vida espiritual. Pode-se tentar adaptar uma coisa à outra, mas por mais que se adapte, será sempre uma adaptação, é um pano novo em um remendo velho. Séculos anteriores haviam visto uma educação que em sua essência estava voltada para estes outros fins mais nobres; na Renascença, porém, de modo geral, não era mais possível para as pessoas perceberem isto, e mesmo que alguns o percebessem, como provavelmente, não obstante o horrendo silêncio histórico que existe a este respeito, devem tê-lo percebido, esta minoria parece ter entendido também que não era mais possível colocar em prática tais idéias. Se os jesuítas tivessem aberto escolas onde os alunos passassem algumas décadas de suas vidas para daí com isto não alcançarem objetivo algum senão a sabedoria, quem é que em uma época como o Renascimento iria se inscrever em uma escola como esta? Poderiam abri-las sim, mas não teriam nenhum aluno.

E, na verdade, quando os jesuítas tiveram que fazer esta opção, a situação havia se tornado muito pior do que a que descrevemos até aqui, a ponto de possivelmente tornar inclusive proibitivo canalizar os espíritos mais capazes para alguma tentativa heróica de vulto em outro sentido. Os jesuítas haviam surgido precisamente no momento em que, na Europa, desencadeava-se a Reforma Luterana, cujo programa inicial era muito diverso da prática que pode atualmente ser observada nas Igrejas protestantes. Ao dar início à Reforma, a idéia original de Martinho Lutero não era a de fundar uma outra Igreja, paralela à Igreja Romana e que, opondo-se a esta, ensinasse o que ele considerava ser o cristianismo original, tal como vemos ser hoje o que fazem as diversas denominações evangélicas. Em sua concepção inicial, a intenção de Lutero consistia em destruir a Igreja Romana substituindo-a pela Luterana. Em seus primórdios, principalmente no Sacro Império Romano Germânico, nos principados em que a Reforma se instalava era

comum que a prática católica fosse inteiramente proibida e suprimida, os templos existentes passassem aos reformados, e os sacerdotes expulsos fossem substituídos por pastores. Para que o povo mais humilde não interpretasse os acontecimentos como a substituição da Igreja que eles conheciam por uma outra diversa, mas sim como uma reforma da antiga, os ritos da liturgia católica romana foram modificados pelos luteranos de tal modo que, embora em seu significado fossem substancialmente diversos e conformes à nova doutrina, em sua aparência exterior se assemelhavam muito aos antigos. Em alguns principados germânicos este processo não se deu somente através da força ordinária da lei, mas também pela população descontrolada. Uma multidão invadia e tomava os templos à força, expulsava os sacerdotes e ali mesmo instaurava a nova Igreja. Métodos reformistas como estes fizeram com que, logo após a morte de Lutero, todo o Sacro Império mergulhasse em uma sangrenta guerra civil conhecida como a "Guerra dos Trinta Anos". Foi dentro de um contexto assim tão complexo e tão diverso daquele dos dias atuais que a Reforma protestante subitamente surgiu na Europa e ameaçou propagar-se com uma velocidade fulminante por todo o continente.

Nesta perspectiva, se já era difícil para os jesuítas pensarem efetivamente em termos de uma Pedagogia Sacra, para a Igreja Luterana tratava-se de uma impossibilidade intrínseca. Martinho Lutero, por exemplo, simplesmente não conseguia entender o que fosse a natureza da contemplação. Em seus escritos encontramos afirmações como esta:

*"Quando eu
vivia no
Papado,
considerava ser
algo
espiritualíssimo
quando os
monges
sentavam-se em
suas celas e
meditavam em
Deus e em suas
obras, quando*

***eles, inflamados
por
ardentíssimas
devoções,
dobravam os
joelhos, oravam
e meditavam
nas coisas
celestes. No
entanto, (hoje
sei) que estas
coisas
espiritualíssimas
não passam de
idolatria".***

Lutero havia chegado a conclusões como esta porque, estudando as Epístolas de São Paulo, encontrou escrito nelas que o homem não se salva pelas obras exteriores, mas apenas pela fé.

***"É na fé
que está
a força
de Deus
para
salvar
os
homens",***

diz São Paulo na Epístola aos Romanos, e acrescenta:

**"A
(santidade)
de Deus
manifesta-
se nos
que crêem
(e que
caminham)
da fé para
a fé, (pois
é a
própria
Escritura
que diz):**

**`O
(homem)
justo vive
da fé".**

**Rom.
1,
16-
17**

Segundo Martinho Lutero, isto significava que os monges que se entregavam à contemplação das coisas divinas estariam indo contra os ensinamentos de São Paulo pois, em vez de buscarem a salvação que vem apenas da fé, estariam procurando salvarem-se pelas suas próprias obras. Num equívoco que mostra o quanto os homens de sua época já se tornavam incapazes de entender o sentido das verdades evangélicas, o iniciador da Reforma não percebia que a vida contemplativa dos monges era a própria vida da fé de que fala São Paulo apóstolo. A contemplação, de fato, surge na alma do homem quando, auxiliado pela graça, a uma fé firme, constante e pura, se acrescenta um amor intenso. Se há algum homem justo que vive da fé, este homem é justamente aquele que, amparado pela graça, alcançou a vida contemplativa e que, em virtude da força de Deus que lhe é infundida pela habitualidade da fé e do amor

que o constitui na contemplação, torna-se capaz de praticar as virtudes cristãs até o heroísmo.

Em circunstâncias como esta, em que a Igreja parecia estar com os dias contados para ser suprimida e substituída por outra, como de fato o foi em muitas nações, a opção pedagógica dos jesuítas revelou-se providencial. A história posterior mostrou que foi principalmente devido ao súbito surgimento da Companhia de Jesus e à obra por ela desenvolvida que foi possível deter o avassalador avanço da Reforma protestante. E, mais especificamente, verificou-se mais tarde que a maior parte deste mérito deveu-se de modo especialíssimo ao sucesso igualmente fulminante da imensa rede escolar elaborada pela Companhia. Amainados que foram os primeiros furores da tormenta e elaborado um mapa das regiões da Europa que haviam permanecido católicas ou em que havia sido implantada a Reforma luterana, verificou-se que os limites geográficos destas localidades coincidiam, em grande parte e de modo particularmente evidente no Sacro Império, com o próprio mapa das fundações das escolas jesuítas.

Se tudo isto explica, justifica, e até mesmo é causa de profunda admiração diante do trabalho desenvolvido pela Companhia de Jesus, todavia não pode ser motivo para dissimular que, devido a estas mesmas causas, nesta época da história a educação cristã em um certo sentido desceu de nível e como que mudou de canal.

Mais tarde, conforme veremos, do ponto de vista do que a educação possui de mais essencial, ela iria mudar de canal muitas outras vezes mais. Mas agora temos que chamar a atenção para os problemas relacionados com esta primeira mudança de canal.

A partir do Renascimento as pessoas pertencentes à civilização ocidental passaram a ser formadas segundo um padrão educacional inteiramente novo. Com isto certas verdades mais profundas não seriam mais facilmente perceptíveis para os que fossem assim sistematicamente educados. Introduziu-se deste modo, em toda uma inteira civilização, uma incapacidade artificialmente induzida para a apreensão de certas verdades que, para uma outra, seriam coisas evidentes. A partir deste momento, para a apreensão destas verdades seria necessário

realizar um tremendo esforço que, cada vez mais, a maioria das pessoas não seria mais capaz de empreender.

É em grande parte devido a esta primeira mudança de canal na educação que provém, por exemplo, uma dificuldade muito difundida entre os homens de compreenderem o que significa a ascese cristã; que a conversão não é o ponto culminante do Cristianismo, mas apenas o seu princípio; que o Cristianismo não chama apenas à conversão, mas também a algo mais elevado que lhe é posterior, que está além do que hoje se chama de conversão, e que supõe esta conversão como requisito.





CAPÍTULO 106

O currículo humanista dos colégios jesuítas não era oferecido de modo especial para os candidatos ao sacerdócio. Ao contrário, era ele um autêntico curso secundário freqüentado não só por aqueles que desejassem ser padres como principalmente por uma multidão de alunos externos leigos.

Praticamente toda a elite européia se formou durante muito tempo segundo o modelo jesuíta, se não nas próprias escolas jesuítas, pelo menos em outras que tentavam imitar a perfeição com que o currículo humanista era ministrado entre os jesuítas.

Aqueles que, sempre uma minoria, desejassem depois seguir o sacerdócio na Companhia de Jesus, freqüentavam posteriormente as faculdades de Filosofia e Teologia.





CAPÍTULO 107

Nas faculdades de Filosofia e Teologia da Companhia, estas dedicadas à formação dos sacerdotes, a influência dominante, tanto quanto era possível para a época, já não era mais renascentista.

Nas Constituições da Companhia de Jesus, redigidas pelo próprio Santo Inácio de Loyola, prescrevia-se no capítulo 14 de sua Quarta Parte que

***"em
Filosofia
seguir-se-á
a doutrina
de
Aristóteles",***

e

***"em
Teologia
ensinar-se-
á o Velho e
o Novo
Testamento,
e a
doutrina
escolástica
de Santo
Tomás de
Aquino".***

Aristóteles, o Velho e o Novo Testamento, a escolástica e Santo Tomás de Aquino são todos personagens anteriores à Renascença.

Ainda assim, porém, apesar desta expressa recomendação de

Santo Inácio em que se seguisse em matéria teológica as Sagradas Escrituras e a doutrina de Santo Tomás de Aquino, introduziu-se uma notável diferença entre o ensino de filosofia e teologia tal como eram ensinadas até a época de Santo Tomás de Aquino e tal como passaram a ser ensinadas na época pós-renascentista.

A primeira mudança foi que toda a Teologia passou a ser, em última análise, do ponto de vista prático, pastoral.

Esta afirmação, a de que toda a Teologia deve ser, em última análise, pastoral, e que deve ser aprendida e ensinada tendo este fim último em vista, ainda hoje pode ser ouvida e defendida por muitas pessoas dentro da Igreja. Para os que não conhecem o termo, Teologia Pastoral

***"é a ciência
teológica
que prepara
os pastores
de almas
para
exercerem
salutarmente
o seu
ministério".***

Mas no tempo de Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino parece-nos evidente que a Teologia não era ensinada, em última análise, com um fim pastoral. A Teologia era, acima de tudo, o conhecimento de Deus, e em última análise, era para isto que era ensinada.

No tempo de Santo Inácio as pessoas passaram a estudar Teologia principalmente porque queriam ser padres, isto é, principalmente em função de um ministério. No tempo de Santo Tomás de Aquino, embora muitas pessoas estudassem Teologia porque desejassem o sacerdócio, o principal e mais autêntico ensino da Teologia era conduzido de tal modo que muitos buscavam a Teologia por si só, e a porta estava verdadeiramente aberta para os que seguiam por este caminho;

**vendo depois a beleza das coisas de Deus, podia-se também
desejar, ou desejar mais ainda, o sacerdócio.**





CAPÍTULO 108

Outra consequência do ensino da Teologia ter-se tornado eminentemente pastoral é a pouca e até mesmo insignificante ênfase dada nos cursos de Teologia, a partir do Renascimento, à ascese. Este conhecimento passou a ser obtido geralmente paralelamente à escola de Teologia, na comunidade religiosa, por exemplo, a que pertence o estudante. A escola de Teologia já pouca relação passou a ter com a ascese cristã.

Isto é algo bastante diferente do modo como Santo Tomás de Aquino descreve o ensino da doutrina cristã. Ele diz que

***"ensinar
é o
mesmo
que
tornar
perfeito".***

Trata-se de algo, portanto, que transcende a preparação para a prática pastoral. E o mesmo Santo Tomás acrescenta ainda que a instrução mais perfeita é aquela que abarca

***"a
profundidade
dos
mistérios da
fé
e a
perfeição da
vida cristã".***

Summa
Theologiae
III^a
Pars,
Q.71 a4
ad3

Deve-se notar que Tomás inclui neste texto a perfeição da vida cristã como tema fundamental de ensino, mas ao mesmo tempo diz que ela é inseparavelmente vinculada à profundidade dos mistérios da fé, como se não fosse possível uma coisa sem a outra e ambas fossem parte integrante de um mesmo todo.

Na verdade, quando Santo Tomás de Aquino escreveu estas coisas, a ascese era tão inseparável da Teologia que, examinando os textos que eram usados para o estudo da Teologia naqueles tempos, verifica-se que eram, em sua maior parte, textos redigidos de tal modo que sua simples leitura, quando sistemática, produzia por si só resultados ascéticos. Com grande exatidão podia-se aplicar a eles estas palavras das Sagradas Escrituras:

***"As
palavras
dos
sábios
são como
agulhões,
e como
pregos
fixados
no alto,

as quais,
pelo
conselho
dos
mestres,
nos
foram
dadas***

***pelo
Único
Pastor.***

***Mais do
que isto,
meu filho,
não
busques;***

***não há
limite
para se
fazer
livros,
e o muito
estudar é
aflição da
carne".***

**Ec .
12 ,
11 -
12**





CAPÍTULO 109

Nesta Terceira Parte da presente Introdução Histórica já tivemos a oportunidade de comentar como o ensino da época de Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino foi uma evolução longa e gradual a partir das orientações que haviam sido deixadas por Santo Agostinho. Num certo sentido, o ensino desenvolvido nesta época é, no plano pedagógico, o próprio itinerário espiritual pelo qual passou Santo Agostinho.

Os que conhecem a vida de Santo Agostinho sabem como por meio deste itinerário a graça divina conduziu um homem completamente imerso na lama da luxúria à sabedoria e à santidade. Com isto, nos anos 1100 DC, sem ao que parece terem disto uma consciência muito explícita, as escolas estavam como que tentando reproduzir no aluno o itinerário pelo qual havia passado séculos antes Santo Agostinho.

Já nos anos 1500 DC o que as escolas estavam tentando fazer, agora mais explicitamente, era a reprodução nos alunos do itinerário de Quintiliano.

A diferença dos planos de perspectiva nestes dois casos é bastante evidente, e esta diferença de perspectiva dos educadores corresponderia a uma futura diferença de perspectiva dos homens assim educados.





CAPÍTULO 110

Na sociedade bizantina houve ainda um homem que poderia ter desempenhado no Oriente um papel semelhante ao que Santo Agostinho desempenhou no Ocidente em matéria de educação. Era o próprio São João Crisóstomo, que no final dos anos 300 DC havia deixado numerosas indicações a respeito.

Se a sociedade bizantina tivesse podido desenvolver estas indicações tal como a do ocidente pôde fazê-lo com as de Agostinho, o resultado teria sido, no plano educacional, mais do que o simples desenvolvimento, no plano educacional, do itinerário espiritual de um homem. Pode-se conjecturar, ademais, que os resultados desta orientação possivelmente teriam sido mais profundos do que os obtidos no Ocidente.

Nada disso, porém, aconteceu. Embora São João Crisóstomo tenha sido tão venerado no Oriente como Santo Agostinho no Ocidente, por razões históricas sua influência na educação foi praticamente nula.





IIIª Parte. H.

CAPÍTULO 111

É necessário agora fazer uma breve pausa apenas para lembrar por que motivo estamos explicando todas estas coisas. Não estamos narrando a História da Igreja, nem fazendo propriamente um estudo do Renascimento.

Fizemos uma primeira exposição do que é um Concílio Ecumênico e por que motivo são convocados. Apresentamos a problemática geral dos primeiros dezenove Concílios e passamos a tentar compreender quais foram os problemas que exigiram a convocação do Concílio Vaticano I e principalmente do Concílio Vaticano II. É precisamente isto o que estamos fazendo agora.

A convocação do Concílio Vaticano II está relacionada com alguns problemas do homem contemporâneo de extrema gravidade e complexidade. São problemas que se acumularam e se superpuseram ao longo dos últimos séculos, e o que estamos fazendo é justamente uma análise da gênese e do desenvolvimento destes problemas, e não simplesmente expondo a História da Igreja.





CAPÍTULO 112

A Companhia de Jesus surgiu já no final do movimento renascentista. Ela perpetuou a educação renascentista para dentro de uma época que já não vivia na Renascença, e que iremos considerar mais detidamente na Quarta Parte desta Introdução.

Vamos voltar agora ao Renascimento antes do surgimento da Companhia de Jesus, isto é, à época do pleno Renascimento.

É obvio que em uma sociedade organizada do modo que foi descrito e que formava seus cidadãos segundo os padrões que delineamos seria apenas uma questão de tempo para aparecer não apenas uma, mas muitas, que começassem a fazer perguntas deste tipo:

**Mas para
que buscar
tanta
glória?**

**Para que
tanto
estudo?**

**Para que
tanta
competição?**

**Por que
tanta
ambição?**

**Qual o
sentido de
tudo isto?**

e, ao mesmo tempo, se vissem impossibilitadas de encontrarem

uma resposta, simplesmente porque não havia respostas. Todas aquelas coisas simplesmente não tinham um sentido.

Perguntas deste tipo não eram novidades na história.

Tanto os filósofos como os cristãos de outras épocas também se faziam perguntas semelhantes, mas na Renascença estas questões adquiriram uma matiz nova que as fazia diferir muito daquelas que até então se faziam os filósofos e os cristãos.

Em uma história que não cabe examinar aqui, as grandes questões com que a filosofia grega se ocupou iniciaram-se com o hábito dos primeiros filósofos de contemplarem a natureza. Ao surgirem estas questões, o próprio hábito paciente e engenhosamente cultivado de contemplarem a natureza conduzia espontaneamente estes filósofos a uma série de respostas a estas mesmas questões.

As grandes questões levantadas pelos cristãos, por outro lado, se iniciavam pela renúncia a si próprios e pela subsequente meditação dos dados da Revelação contidos nas Sagradas Escrituras. Através disto, à medida em que surgiam estas questões, elas eram também com relativa facilidade conduzidas a uma série de respostas.

Mas os questionamentos do homem da Renascença não se baseavam na consideração do espetáculo da natureza, nem na da sublimidade da Revelação divina, mas no panorama irracional de uma sociedade construída sem sentido em que este homem sofria e estava mergulhado de fato, tanto por laços físicos como psicológicos, pela vida que ele levava, pelas coisas a que era solicitado e pela educação que a tanto o havia condicionado. O material sobre cuja consideração eram suscitadas estas questões não poderia conduzi-lo a resposta alguma. Tanto quanto dele dependesse, ao contrário, só poderia conduzi-lo ao desespero da inteligência.

Com isto inaugurou-se a era de uma sociedade moderna que está sempre se questionando sobre estas questões fundamentais, sem nunca conseguir chegar a conclusão alguma. Chega-se, ao contrário, ao abafamento do próprio desejo, inato ao homem, de conhecer as verdades mais altas,

devido ao desespero existencial que o estímulo destes questionamentos, que em outras circunstâncias havia sido benéfico a filósofos e cristãos, inevitavelmente conduziria.

Um homem nestas condições, não podendo buscar satisfação e realização por este caminho, terá que buscá-lo por outros menos nobres e menos condizentes com a natureza humana. Em todas as épocas, não só na Renascença, houve inumerável quantidade de pessoas que seguiram por estes caminhos menos nobres de busca de satisfação pessoal. Isto se devia, entretanto, à própria fraqueza humana e aos costumes sociais imediatamente dela derivados, não a uma sociedade como que sofisticadamente estruturada por uma engenhosidade humana intencional que suscitasse de uma fonte nova estas perguntas no homem e simultaneamente o condicionasse a não poder encontrar as respostas.

Foi na época da Renascença que o homem, pela primeira vez, deram início a um sofisticado processo de constante reorganização social no qual quem se questionasse o sentido da vida a que seria continuamente submetido não só se visse incapacitado para encontrar uma resposta, como também passaria a incorporar à sua psicologia o reflexo de abafar a mau estar que estas mesmas questões passariam a ocasionar. Com isto os homens na realidade passaram a viver mentalmente presos a um mundo sem sentido.

Os homens com isto passaram também a ficarem progressivamente sempre mais impossibilitados de desenvolverem uma das mais nobres faculdades intelectuais que ele possui e que o diferencia tão caracteristicamente da vida animal em geral, aquela faculdade pela qual é possível apreender o sentido e a coerência do mundo ao seu redor e, compreendendo o sentido de todas estas coisas, pautar a sua vida segundo esta ordem.

Em um mundo absurdo como o da Renascença, podia-se esperar do homem um desenvolvimento ilimitado de todas as suas qualidades, tão ilimitado que isto lhe poderia ofuscar a mente e não lhe fazer perceber que este tipo de desenvolvimento não passa de um desenvolvimento apenas sob alguns determinados aspectos, um desenvolvimento que não pode ser entendido na simples acepção do termo.





CAPÍTULO 113

Há uma maneira de exemplificar o comentário anterior chamando a atenção para um filme recente de Franco Zefirelli sobre a vida de São Francisco de Assis.

Neste filme, intitulado Irmão Sol, irmã Lua, trabalho de uma inegável rara beleza, Zefirelli fez inúmeras alterações na história real de São Francisco de Assis para que esta concordasse com a estética do conjunto de seu longa metragem. Apesar das mutilações históricas, o diretor, em parte justamente por causa delas, conseguiu no final obter um efeito de conjunto de modo a fazer com que o espectador percebesse mais vivamente alguma coisa do que foi o espírito franciscano.

Mas no final deste filme há algumas cenas que merecem maiores comentários.

Nestas cenas São Francisco, tocado por algumas dúvidas, dúvidas que na realidade não existiram, dirige-se ao Vaticano para pedir conselhos ao Papa Inocêncio III.

A burocracia vaticana permite-lhe o encontro com o Papa, mas impede-o de falar como ele desejaria ter falado, com simplicidade e com suas próprias palavras.

Em vez disso, é-lhe entregue um pergaminho enrolado em duas barras de madeira onde há uma mensagem protocolar redigida em latim que São Francisco teria o privilégio de ler de joelhos, no interior da Basílica de Latrão, diante do Papa e do Colégio dos Cardeais reunidos em volta dele, receber a bênção apostólica e retirar-se.

Estamos no ano de 1210.

São Francisco entra na imensa Basílica de acordo com o cerimonial e ajoelha-se. Faz-se um imenso silêncio. Diante dele, em um trono muito elevado, está sentado Inocêncio III.

São Francisco desenrola o pergaminho e inicia a leitura do texto latino.

A um certo momento da leitura, mal iniciada, Francisco começa a gaguejar. Cai o pergaminho de suas mãos. O barulho das barras de madeira em que o pergaminho estava enrolado, ao bater no mármore do piso da Basílica, ecoa por todo o templo.

A cerimônia na verdade já estava toda prevista no cerimonial e os cardeais presentes já conheciam o texto que haveria de ser lido. Ninguém esperava que fosse acontecer qualquer imprevisto, mas o jovem parecia um pouco desajeitado e provavelmente deveria estar bastante emocionado. Por causa disso, durante algum tempo, ninguém ousou fazer nenhuma pergunta. O que todos estavam imaginando era que São Francisco retomasse o controle de suas emoções, reerguesse o pergaminho do solo e simplesmente continuasse a leitura.

Mas então São Francisco, em vez de levantar o pergaminho, levantou os seus olhos para o Papa e para os Cardeais e começou a questioná-los, não pelo pergaminho, mas com suas próprias palavras.

-
*Por
que?*

perguntou pela primeira vez, sem acrescentar mais nada, como se fosse evidente para todos qual fosse o restante da pergunta.

-
*Por
que?*

perguntou uma segunda vez.

- Por que?

**- Por que
tanta
riqueza?**

**- Por que
tanta
ostentação?**

**- Olhai os
lírios do
campo.
Eles não
tecem nem
fiam e, no
entanto,
nem
Salomão se
vestiu
jamais
como um
deles.**

**- Olhai os
pássaros
do céu.
Não
ajuntam
provisões
nos
celeiros, e,
no entanto,
a
Providência
não lhes
deixa faltar
o seu
sustento.**

Para quase todos os presentes, estupefatos, estas palavras

foram um escândalo. Era mais do que um escândalo, era o cúmulo, era um mendigo ignorante querendo ensinar o Evangelho aos Cardeais da Santa Igreja Romana!

Os cardeais se levantam; estão ofendidos. Inicia-se um tumulto.

Inocêncio III, no silêncio, sentado em seu trono, também duramente atingido, mostra, entretanto, pela sua fisionomia, que percebe que aquele pobrezinho ajoelhado vários metros à sua frente está questionando com razão.





CAPÍTULO 114

O restante da seqüência do que veio a acontecer dispensará aqui a nossa atenção. A pergunta que cabe agora é o que se poderá dizer de uma cena como esta.

Deve-se dizer que é evidente que estes fatos, assim apresentados, não poderiam ter acontecido. Não, pelo menos, em 1210.

São Francisco está questionando o sentido do mundo à sua volta, não simplesmente, mas ao modo dos problemas existenciais do homem moderno que só começaram a existir, como regra geral, a partir da Renascença.

Na época de São Francisco o sentido do mundo fazia-se evidente para quem fosse capaz de se fazer seriamente esta pergunta; as pessoas podiam se recusar a aceitá-lo, mas não verem-se na impossibilidade de encontrá-lo. Em sua época São Francisco poderia considerar que a riqueza fosse um pecado, mas não transformá-la em um problema existencial.

A primeira vez na história humana em que surgiu a possibilidade geral de se configurar o problema existencial tal como o conhecemos hoje foi na Renascença. Este problema existencial não consiste em não encontrar sentido no mundo, mas no desespero de poder encontrá-lo. Antes disso as pessoas podiam viver uma vida sem sentido, mas quando se davam suficientemente conta deste fato, não lhes era vedada uma resposta.





CAPÍTULO 115

Problemas deste tipo acontecem com o homem moderno, por exemplo, quando ainda jovens começam a estudar com vistas a uma carreira, sempre supondo que, sendo admitidos pelos exames vestibulares às faculdades, chegarão os bons tempos.

Mas, uma vez na faculdade, percebem que os bons tempos na realidade só chegarão após a formatura.

Uma vez colado o grau, percebem porém que os bons tempos somente chegarão quando se conseguir a estabilidade de um bom emprego.

Mas, uma vez alcançado o bom emprego, percebem que o tempo bom só chegará com o casamento.

Mas, com o casamento, percebem que o tempo bom só chegará quando for possível comprar uma casa própria.

E assim o processo continua, até que um dia percebem que o tempo bom ou já passou ou então já não virá mais.

Quando chega o momento em que se percebe, ou começa-se a perceber estas coisas, passa-se então a questionar por que está-se fazendo tudo isto, qual o sentido de uma vida como esta. Não o encontrando, nem podendo encontrá-lo, as pessoas passam a se desinteressarem pelo seu próprio trabalho e se tornarem medíocres na atividade que elas próprias escolheram e que tanto esforço empregaram para nela alcançarem alguma excelência. Passam a buscar uma compensação sensorial ou material pela falta de sentido em que atolaram suas vidas, uma compensação freqüentemente tão absurda quanto a própria vida que eles antes levavam, ou então passam a adotar um pseudo sentido para a sua vida.

Tudo isto, coisa para a qual algumas pessoas procuram depois tratamento psicológico e analítico, não é, na realidade, um problema psicológico no sentido moderno que se dá a esta expressão, mas um problema histórico e filosófico, e também religioso.

Procurar uma terapia psicológica e analítica para tais problemas é uma situação semelhante à do médico psiquiatra que ri do colega psicólogo que submetia a sessões de psicanálise um paciente em que não só o psicólogo ignorava, como também sequer conseguia atinar, que se tratava de um portador de tumor cerebral.

Uma crítica semelhante freqüentemente o filósofo pode fazer a ambos. Não por estarem fazendo a psicanálise de um tumor cerebral, mas de um problema filosófico de origem histórica.





CAPÍTULO 116

Na verdade, portanto, quando Zefirelli colocou aquelas questões na boca de São Francisco, São Francisco não estava questionando o Papa Inocêncio III, mas o homem de hoje que assistia ao filme.

Este foi justamente um dos motivos porque o filme atraíu tantas pessoas às salas de projeção.





IIIª Parte. I.

CAPÍTULO 117

Antes de encerrarmos a Terceira Parte desta Introdução Histórica, temos que falar alguma coisa sobre o pontificado do Papa Nicolau V, que governou a Igreja por volta do ano 1450 DC, e dos de alguns de seus sucessores.

Foi devido em grande parte à obra de Nicolau V que, a partir de 1450 aproximadamente, o centro do movimento renascentista passou do norte da Itália para a cidade de Roma.





CAPÍTULO 118

Deve-se considerar que a parte principal do Renascimento vai do ano 1350 DC até 1550 DC, aproximadamente.

A primeira metade dos anos 1300, isto é, de 1300 aproximadamente até 1350 são como que uma preparação ao movimento. De 1300 até 1450 o movimento se desenrolou basicamente no norte da Itália. De 1450 até 1550 o Renascimento continuou no norte da Itália, mas o principal impulso ao movimento proveio da cidade de Roma que se agregou ao mesmo.

Para entendermos como isto veio a ocorrer, devemos considerar antes o que estava acontecendo com a cidade de Roma nos anos 1300 até 1450, período em que se desenvolvia o Renascimento no norte.





CAPÍTULO 119

Conforme vimos na Segunda Parte, logo no início dos anos 1300 a Cúria Romana, devido às maquinações de Filipe o Belo, rei da França, mudou-se de Roma para a cidade de Avinhão, na França, onde permaneceu durante 70 anos.

Após estes 70 anos de exílio na França, quando os Papa retornaram para Roma, uma parte dos cardeais elegeu um segundo papa em Avinhão e a Igreja se viu dividida entre dois Papas, dos quais para muitos não estava claro, à época, qual seria o verdadeiro. Esta situação durou mais outros quarenta anos, até que o Concílio de Constança pôde eleger como pontífice ao Papa Martinho V.

Após o Concílio de Constança, que reconstituíu a unidade da Igreja, subiram ao trono de Pedro além de Martinho V, eleito Papa pelo próprio Concílio, o franciscano Eugênio IV e, em 1447, Nicolau V, sob cujo pontificado ocorreu o deslocamento do centro do movimento renascentista para a cidade de Roma.





CAPÍTULO 120

Durante aqueles setenta anos de exílio na França, que se iniciaram praticamente no ano 1300, a cidade de Roma havia permanecido quase ao abandono.

Enquanto neste mesmo período as cidades no norte da Itália prosperavam pelo comércio e pela independência de fato que gozavam dentro do Império Germânico a que nominalmente pertenciam, e com isto se criava o clima político propício ao advento da Renascença, na cidade de Roma ocorreu o processo inverso.

Roma não era um centro comercial. Na verdade, desde as invasões dos bárbaros que provocaram a queda do Império Romano, havia perdido o seu antigo esplendor e era, de fato, uma cidade pobre. Na época do Império Romano haviam sido construídos aquedutos que levavam água para todos os bairros da cidade; com a invasão dos bárbaros estes aquedutos foram destruídos e nunca mais reconstruídos. Durante a Idade Média a população da maioria dos bairros de Roma tinha que ir buscar pessoalmente a sua água para uso doméstico no rio Tibre.

A monumental Basílica de São Pedro, atualmente a maior igreja do mundo, não existia em 1450. No seu lugar havia um templo bem mais modesto que o Imperador Constantino havia construído, mais de um milênio antes, nos anos 300 DC, sobre o túmulo de São Pedro, que já ameaçava desabar. As catedrais da maioria das cidades do norte da Itália em 1450 eram muito mais imponentes do que qualquer igreja de Roma.

De que vivia a cidade de Roma durante a Idade Média? Não era, conforme vimos, um centro comercial, nem mesmo durante os 150 primeiros anos do Renascimento. Sua Agricultura era insignificante. Roma vivia, em pequena parte, da criação de gado e de ovelhas, e principalmente das rendas da Igreja, cuja sede ela hospedava.

Mas quando, no início dos anos 1300, a Cúria Pontifícia se transferiu durante setenta anos para a França, a cidade perdeu sua principal entrada de recursos e iniciou um caminho não só

para uma maior pobreza como também para a desordem política.

Duas famílias, os Colonna e os Orsini, durante os setenta anos do exílio papal na França e os quarenta do Cisma que se seguiu apoderaram-se do controle da política romana. Em volta de Roma, os governantes dos territórios que pertenciam aos Estados Pontifícios, nominalmente vigários dos Papas, de fato se tornaram novos senhores feudais com poderes ditatoriais, em uma época em que o feudalismo desaparecia da Europa. Em volta de Roma o banditismo apoderou-se das estradas acabando com o pouco comércio que ainda lá existia.

Quando em 1417 e em território alemão o Concílio de Constança elegeu como Papa a Martinho V, não obstante ser ele um romano da família dos Colonna, durante três anos não conseguiu entrar na cidade de Roma devido à falta de segurança nas estradas. Até 1420 teve que governar a Igreja desde Gênova e Florença.

Em 1420, quando conseguiu finalmente entrar em Roma,

"as condições da cidade, a dilapidação dos prédios e o próprio povo o deixaram chocado. A capital do Cristianismo era uma das menos civilizadas cidades da Europa",

diz o historiador Will Durant. O Papa, ademais, não possuía exército próprio e, para poder gozar de um mínimo de

segurança em uma cidade nestas condições, teve que designar para os cargos chaves da administração pessoas de sua própria família, os Colonna.

O Papa Eugênio IV, franciscano, sucessor de Martinho V, julgando que seu predecessor houvesse transferido muita propriedade da Igreja para a família dos Colonna, chegou a ordenar que uma parte fosse restituída. O resultado foi um levante popular em que o Papa Eugênio, sem ter nenhum lugar seguro para refugiar-se, viu-se obrigado a fugir de Roma através do rio Tibre em um simples bote acossado não por algum formidável exército armado de canhões, mas apenas por uma multidão armada de paus e pedras. E, antes de poder voltar para Roma, teve que governar a Igreja durante nove anos desde a cidade de Florença.





CAPÍTULO 121

As coisas estavam deste modo quando em 1447 foi eleito Papa o cardeal arcebispo de Bolonha, Tomás Parentucelli, que tomou o nome de Nicolau V.





CAPÍTULO 122

Tomás era filho de um médico bom e competente mas que, apesar disto, viveu na pobreza e, ademais, morreu cedo deixando o jovem Tomás órfão.

Mais tarde Tomás iniciou seus estudos na Universidade de Bolonha, mas por falta de recursos foi obrigado a interrompê-los. Conseguiu um emprego de preceptor junto a uma família nobre em Florença e, dois anos depois, já havia juntado dinheiro suficiente para continuar seus estudos interrompidos em Bolonha e formar-se em Teologia.

O futuro Nicolau V, naqueles dois anos que passou em Florença como preceptor, pôde tomar contato com os expoentes do movimento renascentista e ele próprio tornou-se um humanista, embora conservando a fé e a pureza de vida de um cristão.

Três anos depois de formar-se em Teologia foi ordenado sacerdote e o arcebispo de Bolonha, Nicolau Albergati, o convidou para ser seu secretário particular.

Dom Albergati, o arcebispo de Bolonha, era uma alma santa, que havia pertencido à rígida ordem de vida contemplativa dos Cartuxos. Tomás foi seu fiel amigo e secretário durante mais de vinte anos. Neste período o arcebispo de Bolonha tornou-se Cardeal e o Papa Eugênio IV teve que refugiar-se durante nove anos na cidade próxima de Florença. A presença do Cardeal Albergati de Bolonha era constante em Florença e, por conseguinte, também a do seu secretário Tomás. Toda noite, após o serviço, Tomás se reunia com a nata dos humanistas em Florença ou era visto junto aos livreiros florentinos, para onde ia todo o dinheiro que ele possuía de próprio.

Após a morte de Dom Nicolau Albergati o Papa Eugênio IV escolheu ao próprio Tomás como a pessoa mais digna para sucedê-lo.

Depois disto os acontecimentos se seguiram rapidamente. Em menos de três anos Tomás se tornou primeiro arcebispo de Bolonha, depois Cardeal e, quando todos e ele próprio menos

esperavam, foi elevado ao trono pontifício. Como Papa, escolheu o nome de Nicolau V pela admiração que ele tinha pelo santo arcebispo de quem havia sido secretário durante tantos anos.





CAPÍTULO 123

Tomás foi descrito pelo historiador Pastor como um homem

***"franco, reto,
sincero,
inimigo de
qualquer
fingimento e
adulação".***

***"Ao contrário
da majestade e
do silêncio de
seu
predecessor,
Tomás
gostava de
falar bastante
e ignorava
todas as
regras do
cerimonial
pontifício".***

***"Era muito
versado em
Teologia, nas
Sagradas
Escrituras, e
nos Santos
Padres. Desde
a sua
juventude
gastava seu
dinheiro quase
que
exclusivamente
com livros".***

"Para com os

***pobres era
dotado de uma
ilimitada
liberalidade.
Para com os
judeus,
embora
procurasse
convertê-los,
defendia
abertamente
em todo lugar
a tolerância
religiosa".***

***"A lembrança
constante de
sua humilde
condição de
origem fêz
com que
levasse uma
vida simples
até os seus
últimos dias.
Mesmo como
Papa sua
mesa era
servida como
nos seus
primeiros dias
de sacerdote e
não tomava
vinho senão
misturado com
muita água".***

Ao contrário da maioria dos humanistas,

***"Tomás era
verdadeiro e
intimamente
humilde. Todos
os seus
contemporâneos
atestam que a
modéstia
constituía uma
das principais
virtudes deste
Pontífice afável
até o ponto de
comover as
pessoas".***





CAPÍTULO 124

Com a eleição do Cardeal Tomás para o trono pontifício a Igreja presentiu que estava para se abrir uma nova época em sua história.

E, de fato, não se enganou.

Nicolau V resolveu empreender uma reforma completa na arquitetura da cidade de Roma pois, do modo ao que a cidade estava reduzida, as pessoas dos Papas continuariam a ser um juguete perpétuo nas mãos de reis, famílias influentes e mesmo do povo.

Ele mesmo explicou claramente várias vezes os motivos que o levaram a empreender este trabalho, que iria se estender durante vários pontificados além do seu.

***"A
autoridade
da Igreja
de
Roma",***

disse Nicolau V,

***"somente
pode ser
plenamente
reconhecida
por aqueles
que se
dedicam a
estudos
profundos
sobre a sua
origem e o
seu
incremento".***

O povo humilde porém, tende a compreender apenas aquilo que vê, e era-lhe muito difícil entender esta autoridade em uma cidade em sua época reduzida a escombros.

Com base nestas premissas, Nicolau V chamou os melhores artistas e arquitetos de sua época e projetou uma reconstrução completa da cidade de Roma e a construção de uma nova Basílica sobre o túmulo de São Pedro que, no estilo grandioso do Renascimento, viesse a se tornar a maior igreja do mundo.

***"Não foi por
ambição,
nem por
desejo de
glória ou de
afirmar
nosso nome
que
iniciamos
todas estas
construções",***

disse Nicolau V aos cardeais em seu leito de morte, exortando-os a seguirem pelo caminho já iniciado,

***"mas para
incremento
da
autoridade
da Sé
Apostólica, e
para que no
futuro os
Papas não
fossem mais
caçados,
aprisionados,
cercados ou
oprimidos***

***de muitas
outras
maneiras".***

A estas palavras de Nicolau V o historiador Pastor acrescentou a seguinte observação:

***"Um homem
que por
testemunhos
unânicos
era um
inimigo
declarado
de toda
hipocrisia e
fingimento
não poderia
ter dito uma
falsidade
justamente
no seu leito
de morte".***





CAPÍTULO 125

Mas o pontificado de Nicolau V marcou época não apenas pela reconstrução da cidade de Roma.

Antes de ser Papa ela havia sido um humanista. Ele percebeu com isto, e percebeu melhor do que ninguém, os perigos que os desvios do movimento renascentista abriam para a Igreja e para os homens.

Ao subir ao trono de Pedro tomou, como Papa, uma atitude diante do Renascimento que levou até às últimas conseqüências. Foi uma atitude ao mesmo tempo muito corajosa e muito perigosa, mas que talvez na época fosse a única coisa que poderia ter sido feita com esperança de êxito.

Nicolau V decidiu que a própria Igreja deveria colocar-se à frente do movimento renascentista e canalizá-lo para uma finalidade cristã.

Ele chamou nada menos do que todos os humanistas que lhe foi possível chamar do norte da Itália para a cidade de Roma, para trabalharem com ele e sob o seu patrocínio. Todos os sábios da Itália se dirigiram para Roma no tempo de Nicolau V, disse um historiador da época, uma parte por iniciativa própria, outra parte chamada pelo Papa que desejava vê-los trabalhando em Roma. Mesmo para aqueles que vieram sem terem sido convidados o Papa providenciou trabalho regamente recompensado. Apesar da evidente integridade moral do Papa, este passava por cima de muitíssimas coisas na vida destes humanistas que a outros cristãos deveriam constituir-se em motivo para seríssimas desconfianças, como se estivesse simplesmente fechando os olhos para os perigos que os humanistas da Renascença poderiam trazer à Igreja. Na verdade o que ocorria era que Nicolau V tentava com isto aproximá-los e endereçar estes homens por outros caminhos, homens que, mesmo sem a ajuda do Papa, já eram por si sós pessoas influentes na sociedade da época.

Assim, além do projeto de construção da maior Basílica do mundo, Nicolau V concebeu, com a assessoria dos humanistas

que afluíam para Roma, organizar também a maior biblioteca do mundo.

Enviou emissários à busca de manuscritos em todos os lugares do mundo que lhe fossem acessíveis, por mais distantes que fossem. Enviou homens à Grécia, à Inglaterra e à fronteira norte oriental do Império Germânico.

Quando aos sábios que haviam permanecido em Roma, empregou-os em sua maior parte na tradução dos clássicos gregos, aos quais pagava com uma liberalidade maior do que a de qualquer outro governante da época.

Nicolau V, no dizer de L. Pastor, derramou uma verdadeira chuva de ouro sobre os eruditos, com a intenção declarada de traduzir toda a literatura da Grécia antiga. Mas, juntamente com os textos da literatura pagã, recuperaram-se através deste imenso esforço as obras completas de Santo Agostinho, grande parte dos escritos dos Santos Padres do Oriente e do Ocidente, e os manuscritos mais antigos das Sagradas Escrituras que o mundo moderno conheceu até à descoberta casual, em 1947, dos manuscritos das cavernas do Mar Morto.

Estes manuscritos, adquiridos no mundo inteiro da época, eram traduzidos, corrigidos e multiplicados na cidade de Roma por uma legião de eruditos, num esforço que deu origem à Biblioteca Vaticana que existe até os dias de hoje, uma biblioteca que, nos planos de Nicolau V, deveria ser pública e acessível a todos os homens de saber de qualquer proveniência.





CAPÍTULO 126

Mas, considerando-se o estado de profunda decadência material em que a sede da Igreja havia mergulhado àquela época, cabe perguntar onde Nicolau V pensou que encontraria o dinheiro que seria necessário gastar para realizar empreendimentos deste porte.

Nicolau V havia sido eleito no final de 1447. Aproximava-se, portanto, o ano santo de 1450. Ele acreditava piamente que, com as visitas dos peregrinos à cidade de Roma, encontraria os fundos necessários à execução de tudo quanto ele havia planejado.

Era provavelmente uma perspectiva piedosamente exagerada por parte de um Papa que tinha uma propensão natural ao otimismo e a considerar mais o lado bom do que os aspectos negativos dos homens. Mas o fato foi que, dois anos mais tarde, em 1450, o ano santo rendeu muitíssimo mais do que as mais otimistas expectativas deste Papa.

A História registra que durante o ano santo de 1450 a afluência dos peregrinos a Roma foi de uma magnitude totalmente sem precedentes, sem explicações aparentes para tanto. Os testemunhos oculares da época compararam o afluxo de peregrinos a uma multidão imensa de formigas. A quantidade de pessoas em Roma era tão grande que a Santa Sé viu-se obrigada a promulgar sucessivos decretos restringindo o tempo de permanência dos peregrinos na cidade. Inicialmente foi proibida uma estadia superior a cinco dias. Posteriormente verificou-se que cinco dias deveria ser considerado um tempo excessivo; Nicolau V foi obrigado a promulgar outro decreto proibindo a permanência dos peregrinos em Roma por mais de três dias. Algum tempo depois, este tempo teve que ser reduzido ainda para apenas dois dias. A quantidade de dinheiro que assim tão espontaneamente afluía para Roma era tão grande que nas cidades do norte da Itália começou-se a fazer sentir a falta de moeda circulante em ouro. Pouco depois começaram a chover protestos dos governantes italianos no sentido de que todo o dinheiro da Itália estava escoando para Roma. Posteriormente reclamações semelhantes começaram a

vir também dos países situados no restante da Europa, para além dos Alpes.

Nem sempre, porém, a celebração do ano santo havia sido algo tão entusiástico como neste ano de 1450.

O primeiro ano santo havia sido decretado pelo Papa Bonifácio VIII em 1300 como um jubileu religioso a ser comemorado em Roma a cada cinqüenta anos.

Em 1350, mesmo com a Cúria estabelecida na França, foi celebrado em Roma o segundo ano santo. Foi a caminho de Roma, para a celebração deste ano santo, que Petrarca fez amizade com Bocaccio em Florença, amizade que mais tarde viria a detonar o interesse da Renascença pela literatura grega.

Não temos notícia se, durante o Cisma, em 1400, tenha havido esta celebração, mas o fato é que, em 1500, durante o Pontificado do Papa Alexandre VI, a Igreja estava novamente em dificuldades financeiras. Sendo estas dificuldades muito menores do que as do tempo do Papa Nicolau V, e estando a cidade de Roma já em condições consideravelmente melhores para a hospedagem dos peregrinos, todos estavam na expectativa de que talvez viesse a repetir-se o milagre de 1450. Nada disso, porém, veio a acontecer. As doações dos peregrinos foram uma verdadeira decepção. A Igreja logo entendeu que desta vez teria que buscar socorro financeiro em outro lugar.





CAPÍTULO 127

Foi assim que Nicolau V conseguiu reunir recursos para, em questão de pouquíssimos anos, não apenas empreender a reforma da cidade de Roma, um empreendimento que se estenderia pelos pontificados seguintes, como também para levantar uma biblioteca, a futura Biblioteca Vaticana, contendo três mil livros, número hoje em dia muitíssimo pequeno, mas que na época superava todas as maiores bibliotecas do mundo.

Na verdade, o catálogo oficial da Biblioteca declarava que havia naquela época aproximadamente mil e duzentos livros. Mas um testemunho do Papa Pio II, o segundo sucessor de Nicolau V, um homem que tinha um interesse por livros semelhante ao de Nicolau V e que provavelmente deve ter freqüentado a Biblioteca Vaticana já naquela época, garante que havia em torno de três mil livros.

Mesmo, porém, com 1200 livros, a Biblioteca Vaticana já com isso era a maior do mundo. Em 1450 só havia duas bibliotecas na Itália que possuíam quase mil livros. Uma delas pertencia a um particular na cidade de Florença, e continha 800 volumes. A outra estava instalada em um castelo nas proximidades de Milão pertencente à família Visconti, os governantes do ducado de Milão, a qual continha 988 volumes.

Todas as demais bibliotecas da Itália da época continham menos de trezentos volumes. Na biblioteca da família dos Médici, os governantes de Florença, homens ricos e patrocinadores da cultura, havia, em 1450, apenas 158 livros.





CAPÍTULO 128

Estes números podem parecer surpreendentes, até mesmo chocantes, para um homem do século XX.

Será possível que então seria esta a tremenda revolução cultural de que tanto se fala ter sido produzida na época do Renascimento? Algumas poucas centenas de livros? Hoje em dia três mil livros podem ser encontrados em uma biblioteca de um grupo escolar da periferia de uma cidade de terceiro mundo considerada em estado de abandono. Cento e cinquenta e oito livros podem ser encontrados em algum saco abandonado em uma calçada esperando pela passagem da coleta noturna de lixo. Muitas pessoas que não se interessam pelo estudo possuem 158 livros em suas casas. Não é incomum que um professor universitário possua em seu escritório particular três mil ou mesmo mais livros, e em qualquer Universidade poderão ser encontrados à disposição dos alunos um número astronômicamente maior de livros do que esta insignificante quantidade. E nem por isso fala-se de qualquer forma de revolução cultural. Muito pelo contrário, o que se fala é da decadência do ensino e na pouca leitura dos homens de hoje.





CAPÍTULO 129

Na realidade, para entender este paradoxo, é necessário fazer um esforço para reportarmo-nos à situação dos anos 1450. Este número tão baixo de livros explica, dentre outras coisas, porque o Renascimento até 1450 praticamente não se difundiu para fora da Itália.

O que acontecia é que em 1450 não existia ainda a imprensa, e todos os livros tinham que ser copiados à mão.

Já citamos anteriormente que Poggio Bracciolini declarou haver gasto 53 dias de trabalho para fazer uma cópia das Instituições Oratórias de Quintiliano, uma obra que tem aproximadamente o tamanho de um Novo Testamento. Daqui pode-se deduzir que, para obter uma única cópia completa da Bíblia requeria-se, naquele tempo, quase um ano de trabalho. É claro que, em uma situação como esta, a multiplicação dos livros seria muito difícil.

Esta imensa dificuldade para se multiplicarem os livros tinha uma outra consequência muito difícil de ser avaliada pelos homens de hoje. Por causa dela, em 1450, as pessoas que desejassem estudar estavam em uma dependência quase total dos professores, que geralmente também eram as únicas pessoas que possuíam os livros sobre os assuntos que ensinavam e, mesmo assim, os possuíam não para vender, mas para consultar ou serem copiados à mão. Desta maneira, se alguém, em algum país da Europa, fosse tocado pela febre da Renascença e desejasse tornar-se um humanista, teria que se dirigir primeiro à Itália para, junto dos humanistas italianos, ser admitido às suas amizades e passar com eles longos anos. Se retornasse ao seu país de origem somente poderia levar consigo, como material escrito, uma parcela muito pequena do que tivesse aprendido.

É evidente que em um contexto como este dificilmente a Renascença se espalharia para fora da Itália.





CAPÍTULO 130

Ora, ocorreu então que em 1454, justamente no auge do movimento renascentista italiano, bem além dos Alpes, em território alemão, Gutemberg inventou a imprensa. Seu primeiro livro editado foi a Bíblia, mas logo em seguida a nova invenção passou a ser utilizada principalmente para a difusão dos livros que propagavam as idéias renascentistas.

Assim, aos poucos, mas em um crescendo sempre maior, o que foi se difundindo pela Europa através da imprensa não foram principalmente as Sagradas Escrituras com que Gutemberg inaugurou o seu invento, nem a Filosofia Grega, nem o ideal cristão, mas o espírito do humanismo renascentista.

Difícilmente poderia ter sido encontrada uma hora mais inoportuna para a imprensa ter sido inventada. Tivesse ela sido inventada antes, dois séculos antes de 1450, ou então depois, dois séculos depois de 1450, e a história da humanidade talvez tivesse seguido rumos completamente diferentes.

Se a imprensa tivesse sido inventada dois séculos antes, isto é, em 1250, época em que haviam acabado de falecer homens como São Bernardo, Hugo de São Vitor, São Francisco de Assis, São Domingos, Santo Antônio de Lisboa, e em que viviam São Boaventura e Santo Tomás de Aquino, o Renascimento não teria surgido e a humanidade teria evoluído segundo uma concepção de vida totalmente diversa da que temos hoje.

Se a imprensa tivesse sido inventada dois séculos depois, isto é, em 1650, certamente não nos é possível conjecturar o que ela teria difundido ao ter surgido. Mas é quase certo que, sem o auxílio da imprensa, em duzentos anos o espírito renascentista teria se apagado na Itália por si só e dado lugar a alguma outra coisa que não necessariamente o que teria sido o seu desdobramento lógico.





CAPÍTULO 131

A decisão do Papa Nicolau V de colocar a Santa Sé à frente do movimento renascentista expunha a Igreja a perigos de uma magnitude evidente.

Pretender que a Santa Sé liderasse um movimento tão desencaminhado como o Renascimento era um empreendimento perigoso em que seria muitíssimo difícil prever de antemão todos os desdobramentos. Poderia acontecer que a Igreja redirecionasse o movimento dentro de um espírito cristão, mas também poderia acontecer que o movimento renascentista tivesse influências negativas na vida da Igreja. Conforme veremos, de fato a Igreja teve que pagar caro por muitas conseqüências que advieram de uma decisão tão arrojada.

Esta fora do propósito desta Introdução Histórica julgar se esta foi ou não uma decisão acertada. Mas é importante frisar que os riscos que daí podiam advir possuíam uma certa proporcionalidade com as verdadeiras dimensões do problema, que foram avaliadas por Nicolau V com uma perspicácia para a qual o homem do século XX não tem grande sensibilidade.

O Renascimento diferiu muito de outros movimentos históricos por estar relacionado não apenas com a ambição do poder político ou da riqueza, mas por ter iniciado um redirecionamento da história da sociedade humana nos cinco séculos que se seguiram envolvido profundamente e de uma maneira particularmente complexa com o problema da formação do homem e do desejo e da busca que ele possui pelo conhecimento.

O Renascimento não foi indiferente para com esta disposição humana, nem procurou sufocá-la. Ao contrário, estimulou-a com renovado vigor. Havia, porém, uma diferença importantíssima entre como o Renascimento fazia isto e como isto havia sido feito em outras ocasiões ao longo da história.

Em graus e planos diferentes a Filosofia Grega, o Cristianismo e até, de um modo muito mais rudimentar, o paganismo greco romano, toda a história, enfim, da civilização ocidental, tinham,

até então, canalizado esta disposição humana para uma mesma direção geral.

Com o Renascimento, porém, e talvez pela primeira vez na História, a sociedade humana estava desviando o impulso da busca do homem pelo conhecimento para uma direção completamente diversa.

Ora, ocorre que no homem o desejo do conhecimento não é mais um simples instinto, como o desejo sexual, ou uma vã ilusão, como a ambição pelo poder ou pela riqueza, nem mesmo o mais forte de todos os instintos, mas é como que a própria natureza do homem.

O homem já não busca o conhecimento como por uma qualidade ou por um instinto que lhe foi acrescentado, mas por sua própria essência.

Segundo Aristóteles, no início da Metafísica, tal como comentada por Santo Tomás de Aquino,

***"todo homem
por natureza
deseja
conhecer,
existe
naturalmente
em todo
homem o
desejo de
conhecer,
pois qualquer
coisa apetece
naturalmente
à sua
perfeição,
assim como a
matéria
apetece à
forma. Ora, se
o intelecto
está em***

**potência para
com o
conhecimento,
então todo
homem
deseja o
conhecimento
da mesma
maneira
como a
matéria
apetece à
forma.**

**Ademais,
qualquer
coisa
apresenta
inclinação à
sua própria
operação.**

**Mas a
operação
própria do
homem
enquanto
homem é
inteligir,
porque é por
isto que ele
difere de
todos os
demais
animais.
Portanto,
todo homem
é
naturalmente
inclinada a
inteligir e,
portanto, a
conhecer.**

É nisto",

diz Aristóteles,

**"que está a
felicidade
última do
homem.**

**Todo homem,
portanto,
aspira
naturalmente
ao
conhecimento,
e não impede
esta
conclusão o
fato de vermos
que muitos ou
a maioria dos
homens não
se aplicam à
sua busca,
pois também
vemos
freqüentemente
que aqueles
que desejam
algum fim são
impedidos de
prosseguirem
até aquele fim
por alguma
causa.**

**Assim, ainda
que todos os
homens
desejem
naturalmente o**

***conhecimento,
todavia não
são todos os
que se aplicam
à sua busca,
por serem
detidos por
outras causas,
como os
prazeres, as
necessidades
da vida
presente e até
pela preguiça
que evita o
trabalho que
esta busca
implica".***

Não sem razão o homem do século XX poderia comparar o desejo e a busca do conhecimento nesta doutrina de Aristóteles à força nuclear, a maior das forças da natureza, presente no núcleo de todos os átomos e, portanto, em todos os corpos, mas ao mesmo tempo impedida de se manifestar em sua verdadeira magnitude exceto no interior das estrelas, nos reatores nucleares e nas bombas atômicas.





CAPÍTULO 132

Esta doutrina de Aristóteles, segundo a qual é no conhecimento que consiste a felicidade última do homem, está, ademais, de acordo com a doutrina de Cristo o qual, conforme narra o Evangelho de São João, levantando os olhos ao céu e dirigindo-se ao Pai, diz:

***"É nisto
que
consiste
a vida
eterna,
que te
conheçam
a ti, único
e
verdadeiro
Deus, e
àquele a
quem
enviaste,
Jesus
Cristo".***

**Jo.
17,
3**





CAPÍTULO 133

Esta doutrina de Aristóteles está também de acordo com uma resposta de Santo Tomás de Aquino a uma Questão Quodlibetal.

Este termo, que vem do latim Quodlibet e que significa "qualquer que seja", origina-se de um exercício das universidades medievais em que um mestre era colocado diante de muitos alunos e estes poderiam fazer-lhe uma pergunta qualquer que fosse diante da qual o mestre deveria respondê-los logo em seguida com coerência, qualquer que fosse a pergunta, e esclarecer todas as objeções.

Ora, aconteceu certo dia um fato cujo texto original não temos diante de nós e que portanto não transcreveremos com as mesmas palavras. Em um destes exercícios um aluno se levanta e pergunta a Tomás de Aquino:

***"Mestre,
o que é
mais forte
sobre o
homem,***

***o rei,
a verdade,
o vinho
ou as
mulheres?"***

Uma pergunta aparentemente absurda, desconexa, onde os termos da questão nenhuma relação parecem ter uns para com os outros.

Bem diversa, porém, deve ter sido a reação de Tomás à pergunta que lhe havia sido formulada, a julgar pelo que a história nos reporta sobre a sua pessoa. Em sua habitual simplicidade, Tomás deve ter sido fulminado pelo alcance com que lhe pareceu ter sido formulada a questão.

***"É preciso
primeiramente",***

respondeu Tomás,

***"fazer
algumas
distinções.***

***De fato,
observamos
que no
homem
existem
diversas
potências.***

***Consideremos,
em primeiro, a
potência
concupiscível.***

***Ela está
relacionada
com o desejo
venéreo.***

***Sobre ela,
enquanto tal,
age a mulher.
Segundo um
determinado
aspecto,
portanto, do
ponto de vista
da potência
concupiscível,
a mulher é a
maior força
que existe
sobre o
homem.***

**Consideremos,
em segundo,
a potência
irascível,
relacionada
com o temor
da morte.
Sobre ela,
enquanto tal,
age o rei,
através de
seus
exércitos.
Segundo um
determinado
aspecto,
portanto, do
ponto de vista
da potência
irascível, o rei
é a maior
força que
existe sobre o
homem.**

**Consideremos,
em terceiro, a
imaginação.
Sobre ela age,
enquanto tal,
o vinho, pelo
seu efeito
embriagante.
Segundo um
determinado
aspecto,
portanto, do
ponto de vista
da
imaginação, o
vinho é a
maior força
que existe**

**sobre o
homem.**

**Consideremos,
em quarto, a
potência
intelectiva,
cujo bem,
enquanto tal,
é a verdade.
Segundo este
determinado
aspecto,
portanto, do
ponto de vista
da potência
intelectiva, a
verdade é a
maior força
que existe
sobre o
homem.**

**Considerando,
porém, que o
homem é um
animal
racional, em
que, portanto,
todas as
potências
estão
naturalmente
ordenadas a
uma
submissão à
inteligência,
deve-se dizer
que, não sob
um
determinado
aspecto, mas
simplesmente**

***falando, é a
verdade a
maior força
que existe
sobre o
homem".***





CAPÍTULO 134

É importante notar que esta concepção é bastante diversa daquela que os homens de hoje estão comumente dispostos a admitir. Os homens do século XX são propensos a acreditar que as maiores forças que atuam sobre o homem , aquelas que o movem e que movem a história, são as forças econômicas.

Em grande parte isto é decorrência de uma falta de intimidade com a verdade. Os homens do século XX não conseguem em geral distinguir entre as informações comumente veiculadas pelos homens e a verdade, como se não houvesse algo situado em um plano mais alto além daquele em que comumente os homens intercambiam suas idéias sobre o qual estas idéias precisariam apoiar-se para poderem ser verdadeiras e dali haurirem a sua força.

Faltando-lhes esta intimidade com a verdade que lhes faria conhecer do que ele é capaz, os homens acreditam sem dificuldade que o principal motor da história são as forças econômicas. Não distinguindo entre verdade e ideologias que os homens continuamente elaboram em um ritmo cada vez mais alucinante para os mais diversos fins, julgam que todas estas têm a sua época e a sua utilidade dependendo da oportunidade e do lugar, e que a força das idéias provém delas estarem em sintonia com a direção das forças econômicas. Teriam sido elaboradas, em última análise, por pessoas que tiveram a perspicácia de perceber melhor do que outras as circunstâncias do momento. Nada possuem de perene ou atemporal, todas elas perdem com o tempo a sua utilidade e são facilmente desatualizadas por outras que tomam o seu lugar.

É fácil, porém, perceber que uma concepção como esta está em flagrante contradição com os pressupostos do Cristianismo. Cristo pouco se importou com forças econômicas. Quando ele prometeu a liberdade aos homens, prometeu-a justamente através da verdade dizendo, no Evangelho de São João, a alguns que nele haviam crido, que

**"Se
permanecerdes
nas minhas
palavras, sereis
verdadeiramente
meus
discípulos;
conhecereis a
verdade, e a
verdade vos
tornará livres".**

**Jo.
8,
31**

Quando, mais tarde, Cristo enviou os Apóstolos a todas as nações do mundo, decisão da qual resultou a divisão da História em dois períodos, antes e depois de Cristo, não lhes pediu para que assumissem o controle das forças econômicas. Ao contrário, limitou-se apenas a dizer:

**"Ide,
pois, e
ensinai
a todas
as
gentes
tudo
aquilo
que vos
mandei",**

**Mt.
28,
19-
20**

e nisto, simplesmente nisto, somado à presença de Cristo garantida à Igreja nesta mesma passagem até o fim dos séculos, consistiu toda a força do Cristianismo.

Se for permitido à história de nossa civilização um desenrolar mais extenso, o tempo se encarregará de tornar evidente qual é, de fato, a maior força capaz de agir sobre o homem.





CAPÍTULO 135

Apesar de um ou outro evento menos feliz, o pontificado de Nicolau V foi para a Igreja um tempo de paz. Nada do que havia para se temer no seu envolvimento com o Renascimento chegou a se concretizar.

Um fato eloqüente ocorrido no início do pontificado de Nicolau V ilustra muito bem o espírito que tomou conta da Igreja naqueles anos.

Durante o pontificado de Eugênio IV, o antecessor de Nicolau, um grupo de prelados franceses havia se reunido em Basiléia com a intenção, no dizer de um deles, de

***"arrancar
a Sé
Apostólica
dos
italianos
ou
espoliá-la
de tal
modo que
não mais
viesse a
importar
onde
fosse a
sua
sede".***

Este grupo decretou a deposição do Papa Eugênio IV e elegeu um novo falso Papa, que tomou o nome de Félix V. Estes fatos coincidiram com a revolta em Roma da família Colonna, que se sentiu prejudicada por Eugênio IV.

Assim, enquanto Eugênio IV fugia em um bote pelo rio Tibre em direção a Florença por causa da revolta popular organizada pela

família Colonna em Roma, um outro grupo de soldados milaneses marchavam também para Roma, a mando dos preladados franceses reunidos em Basiléia, com ordens de capturá-lo.

Foi em vão que Eugênio IV, a salvo e governando a Igreja desde Florença e, nove anos depois, já de volta a Roma, admoestou ao falso Papa Félix V que não reabrisse o Cisma que a sua atitude renovava dentro da Igreja.

Morre então Eugênio IV, sobe ao trono pontifício Nicolau V.

Qual não foi a surpresa geral quando subitamente Felix V foi visto dirigir-se espontaneamente para Roma, reconciliar-se com Nicolau V e pedir-lhe humildemente perdão pelo Cisma que havia iniciado. Diante do Papa verdadeiro, ele próprio reconhecia jamais ter sido Papa.

Fatos como este revelam na verdade o prestígio que a Santa Sé tinha e que crescia em toda a parte. A afluência incomum de peregrinos ao Ano Santo de 1450, após a reconciliação de Felix V, foi também em boa parte um notável testemunho do carisma de que era dotado o Papa Nicolau V.

Deste Pontífice Will Durant faz o seguinte balanço final de seu governo:

***"Restaurou
a paz dentro
da Igreja;
restaurou a
ordem e o
esplendor
de Roma;
fundou a
maior de
todas as
bibliotecas;
reconciliou
a Igreja e a
Renascença;
manteve as***

**suas mãos
inocentes
de toda a
guerra;
evitou o
nepotismo;
esforçou-se
por
extingüir na
Itália as
guerras
suicidas;
em meio a
rendimentos
monetários
sem
precedentes,
conduziu
uma vida
simples;
amou a
Igreja e os
livros; foi
apenas um
pouco
extravagante
nas
doações
que fazia".**

**"Um
cronista da
época não
fêz mais do
que
expressar o
sentimento
de todos os
italianos
quando
descreveu o
Papa como
um homem**

**sábio, justo,
benévolo,
gracioso,
pacífico.
afetuoso,
caridoso,
humilde e
revestido de
todas as
virtudes".**





IIIª Parte. J.

CAPÍTULO 136

Enquanto durou o pontificado de Nicolau V Igreja e Renascença conviveram excelentemente e a experiência parece ter sido benéfica para ambos os lados. Mas, logo após a morte deste Papa, a corrupção característica do Renascimento, aquela em que Maquiavel diria que os italianos superavam todos os demais povos, começou a se infiltrar também nos Estados Pontifícios, na administração da Igreja e também entre os cardeais.

Depois de Nicolau V sucederam-se no trono de São Pedro o Papa Calixto III, espanhol de nascimento; o Papa Pio II que, tal como Nicolau V, havia sido humanista durante a sua juventude; e Paulo II, um veneziano.

Quatro pontificados depois de Nicolau V foi eleito Papa o Cardeal Francesco della Rovere, um franciscano de vida exemplar, o qual tomou o nome de Sixto IV.





CAPÍTULO 137

Sixto IV era filho de uma família muito antiga, mas também muito pobre. Havia recebido o nome de Francisco devido à devoção que sua mãe tinha por São Francisco; esta mesma devoção fez com que, aos nove anos, a educação do menino tivesse sido confiada aos frades franciscanos. O futuro Sixto IV foi desta maneira encantando-se com a vida franciscana até mais tarde, já adolescente, decidir-se ele próprio a entrar para a ordem.

Doutorou-se em Filosofia e Teologia e tornou-se um renomado professor da Ordem Franciscana em várias Universidades da Itália.

Mais tarde foi nomeado provincial da Ordem Franciscana na Ligúria. Como provincial Francisco destacou-se pelo zelo com que empreendeu a reforma da disciplina religiosa nos conventos franciscanos sob sua jurisdição, disciplina que havia decaído de modo geral em todas as ordens religiosas da Igreja desde a época da Peste Negra. Seu esforço reformador na Ligúria, reaproximando a Ordem do ideal de vida pregado por São Francisco, fez com que em 1464 fosse eleito superior geral de toda a Ordem Franciscana.

Já como superior geral, ampliou com grande energia o seu trabalho de reformador à Ordem Franciscana em todo o mundo. Por justos merecimentos foi elevado ao cardinalato e, depois de ter ocupado durante sete anos o cargo de Geral Franciscano, foi eleito Papa.





CAPÍTULO 138

Mas como Papa, Sixto IV encontrou o trono de São Pedro imerso em uma realidade profundamente diversa tanto da Ordem Franciscana da qual ele provinha como da situação em que o próprio Nicolau V o havia encontrado quando de sua eleição.

Nicolau V havia sido eleito para o Pontificado com a Santa Sé e os Estados Pontifícios em uma situação de escombros. Sixto V encontrou-os já em avançada fase de organização, mas ao mesmo tempo já infiltrados pela corrupção. Havia, ademais, um clima de desconfiança e mesmo de ódio em relação ao Papa, uma vez que Paulo II, o antecessor de Sixto IV, havia entrado em sérios litígios com os humanistas de Roma e expulso dezenas deles do serviço da Santa Sé.

A maior parte dos territórios pontifícios fora de Roma ainda estavam nas mãos de aproveitadores que, embora nominalmente se declarassem legados papais, comportavam-se na realidade como déspotas feudais. Os territórios situados nas fronteiras dos Estados Pontifícios estavam também nas miras das ambições políticas dos demais estados italianos. Isto, porém, não era novidade. A novidade agora era o medo dos políticos italianos quanto ao que faria este novo Papa que, assumindo o governo de um Estado em fase de intensa reconstrução, vinha precedido da fama de um reformador intransigente.





CAPÍTULO 139

Sixto IV continuou vários empreendimentos iniciados por Nicolau V.

Foi ele que construiu a capela que mais tarde recebeu o nome de Capela Sixtina justamente por causa do nome deste pontífice. Esta capela, posteriormente, viria a adquirir uma fama extraordinária em todo o mundo devido ao fato de ter sido em seu teto que Miguelângelo pintou o Juízo Final.

Sixto V também construiu várias novas dependências para a Biblioteca Vaticana, à qual também acrescentou mais de mil novos volumes.





CAPÍTULO 140

Mas, paralelamente a estes empreendimentos, Sixto IV foi também quem iniciou, inclusive por meio da força quando necessário, a destituição dos déspotas feudais dos territórios pontifícios.

Nas fronteiras dos Estados Pontifícios sua política resultou em uma guerra com a cidade de Florença que durou dois anos. A guerra terminou sem que se tivesse chegado a nenhuma conclusão, devido a uma ameaça de invasão da Itália por parte dos muçulmanos que polarizou a atenção de todos os governantes da península para um problema muito mais grave. A guerra, apesar de ter terminado quanto às hostilidades de fato, ficou apenas suspensa quanto às relações entre Roma e Florença, as quais continuaram péssimas até a morte do Papa.





CAPÍTULO 141

Quanto à Cúria Romana, logo no início de seu pontificado Sixto IV deu ordem para que fosse elaborada uma bula contendo disposições para uma reforma completa.

Neste documento, diz o historiador L. Pastor,

***"sem nenhuma
condescendência
estavam
colocados em
clara luz todos
os abusos
introduzidos
especialmente
entre os
cardeais e são
dadas
disposições que
se tivessem sido
executadas
teriam
provocado a
mudança de
aspecto tanto do
colégio
cardinalício
como de toda a
Cúria Romana".***

Entretanto, Pastor cita uma carta de Pedro Barroci datada de 1481 em que se lê expressamente que

***"Sixto IV
queria
opor-se a
estes
males, e
nomeou
uma
comissão
para a
reforma,
mas a
maioria
dos
cardeais
se
declarou
contrária à
propostas
dos que
melhor
pensavam".***

Para este resultado, acrescenta Pastor, muito contribuiu o fato de que os cardeais que melhor teriam apoiado as idéias de Sixto IV eram justamente os que haviam falecido durante o pontificado de Paulo II.

A bula sequer chegou a ser publicada, diz Pastor. Quem quisesse saber os motivos,

***"mais do que
no Papa,
deveria
procurá-los
naqueles que
o
circundavam".***

Não se deve negar, continua Pastor, que Sixto IV teria podido fazer muito mais pela reforma da Igreja, tal como havia feito

entre os franciscanos, se a corrupção não fosse tão grande, especialmente em certas partes da Itália.

Sixto IV então percebeu que estava circundado de

***"prelados
espertos
em todos
os
sentidos,
muito
influentes
e hábeis,
os quais
esperavam
dele na
verdade
um
instrumento
para seus
objetivos
egoístas".***

Para poder levar adiante seus objetivos, portanto, Sixto IV percebeu que necessitava do apoio de executores em quem pudesse confiar.





CAPÍTULO 142

Talvez esta seja a razão de um fato histórico para o qual parece que não foi dada até hoje uma explicação completamente satisfatória.

Sixto IV, um homem manifestamente íntegro, instruído e que, como reformador dos franciscanos, havia deixado uma fama de alguém que dificilmente poderia ser enganado por terceiros, passou repentinamente a nomear para o cardinalato e para um sem número de cargos de importância uma grande quantidade de pessoas que em si valiam muito pouco, mas que eram ou seus próprios parentes ou indivíduos que, por razões pessoais, eram-lhe obedientes e de confiança.





CAPÍTULO 143

Passamos agora a narrativa para o historiador Philip Hughes.

"Sixto IV é considerado por causa disto",

diz Philip Hughes,

"uma das figuras sobre as quais pesa grande parte da responsabilidade pelos escândalos dos seguintes sessenta anos na Igreja".

"Ele diminuiu a importância, até então dada ao Colégio dos Cardeais, com as nomeações que fez, e também ao ceder altas posições na administração a parentes indignos".

"Pela primeira vez eram admitidos

**homens maus
ao Sacro
Colégio, e
quantos!"**

**"E o seu
criador, ex-
Geral dos
Franciscanos,
um homem
instruído,
simples e
diligente, é, no
entanto, um
homem de
conduta
irrepreensível!"**

**"De seus trinta e
quatro cardeais,
nada menos do
que seis eram
pessoas de sua
família,
sobrinhos e
primos. Outros
da família que
permaneceram
leigos foram
nomeados pelo
Papa para as
funções civis e
militares. Não
as quis confiar à
nobreza romana
por julgá-la
desleal. A
própria família
do Papa
instalou-se nos
principais
lugares da
Igreja e do**

***Estado,
reinando como
seus vassallos
nos feudos do
Papa e aliando-
se, pelo
casamento, aos
príncipes
vizinhos".***

***"Esta política
assegurou
realmente uma
certa ordem em
seu domínio,
porém o sistema
acabou
prejudicando-se
a si mesmo".***

***"O sucessor de
qualquer Papa
que tivesse
cedido tantos
cargos a
parentes teria
que se enfrentar
com uma nova
oposição
permanente e da
pior espécie.
Surgiu depois
com isto um
novo elemento
em todos os
conclaves: a
luta dos que se
achavam em
seus cargos,
para impedir a
eleição de um
Papa que viesse
desalojá-los. Já***

***no pontificado
de Sixto IV a má
conduta de seus
sobrinhos
envolveu a
Santa Sé em
uma série de
episódios
escandalosos e
deprimentes".***





CAPÍTULO 144

Assim, quando morreu Sixto IV, com o apoio de cardeais parentes do pontífice falecido, foi eleito Papa o Cardeal João Batista Cibo, um prelado que, em condições normais não teria chegado ao trono pontifício.

Desde que João Batista, em sua juventude, havia sido ordenado sacerdote, na verdade nada de repreensível foi encontrado em sua vida. Sempre foi um homem bom e afável.

Mas antes de ter sido sacerdote João havia tido dois filhos ilegítimos, reconhecidos por ele publicamente na forma da lei.

Certamente que, fosse aquela outra época, teria sido alguma coisa de muito estranha que fosse eleito para o Supremo Pontificado um homem nestas condições. Mas naquela época poucos reclamaram do fato. E igualmente muito pouco se falou quando, alguns anos mais tarde, João Batista, agora já Papa Inocência VIII, decidiu ele próprio celebrar o casamento de seus filhos no Vaticano.

Por outro lado, com seu caráter pacífico, Inocência VIII fez cessar as guerras que Sixto IV havia iniciado. Fez as pazes com a cidade estado de Florença que no pontificado anterior havia estado em guerra com os Estados Pontifícios.

O governante de Florença, Lourenço de Medicis, ofereceu a mão de sua filha em casamento ao filho do Papa. Ao casamento celebrado no Vaticano por Inocência VIII seguiu-se um tratado de paz. Mais tarde Inocência VIII delegou inclusive todos os problemas de política externa dos Estados Pontifícios aos cuidados do governo de Florença, até pouco tempo antes inimigo do Papa.

Com intenções evidentemente conciliatórias, Inocência VIII elevou ao cardinalato João de Medicis, da família dos governantes florentinos, uma criança de apenas 13 anos. Deve-se dizer, porém, que apesar da idade precoce de João, ele foi educado condignamente para desempenhar o cargo que iria assumir na Igreja, dentro de uma sã moral cristã e do que de

melhor havia na Renascença em matéria de educação.





CAPÍTULO 145

Se, porém, já constituía algo estranho que se elegeisse para o Supremo Pontificado um homem pai de filhos ilegítimos, os cardeais que elegeram o sucessor de Inocêncio VIII decaíram, em sua escolha, a um dos mais baixos níveis de que se tem notícia na história da Igreja.

A maioria dos eleitores escolheu o Cardeal Rodrigo Borgia para Papa, um administrador brilhante, mas um homem que, principalmente pela vida que levou durante o tempo em que foi cardeal, haveria de ser uma fonte de escândalo para a Igreja.





CAPÍTULO 146

Rodrigo Borgia, que como Papa escolheu o nome de Alexandre VI, não era italiano, mas espanhol de nascimento. Descendia de uma família nobre de Valencia, na Espanha, e era sobrinho do Papa Calixto III, também espanhol da família Borgia, que havia sucedido a Nicolau V como Pontífice.





CAPÍTULO 147

O Papa Calixto III, cujo verdadeiro nome era Alfonso Borgia, havia reinado como Pontífice apenas por três anos, entre 1455 e 1458.

Quinze anos antes, era apenas um sacerdote da antiga família Borja em Valencia, na Espanha. Certa vez, ele mesmo referiu o fato quando Papa, sendo ainda jovem padre, São Vicente Ferrer, famoso pregador dominicano, havia ido pregar em Valencia. Apesar de Alfonso estar no meio de uma grande multidão, São Vicente certa vez interrompeu seu sermão e, voltando-se para ele, declarou-lhe profeticamente:

***"Meu
filho, eu
vos
desejo a
felicidade.***

***Lembra-
vos que
um dia
sereis
chamado
a ser a
glória de
vosso
país e de
vossa
família.***

***Sereis
investido
da mais
alta
dignidade
que
possa
advir à
condição***

humana".

Alguns anos mais tarde, em 1444, padre Alfonso Borja, por méritos reais e também por intercessão do Rei de Nápoles, na época um espanhol, foi elevado ao cardinalato e se tornou o primeiro Borgia da história a pisar em solo italiano. Em 1445, depois de onze anos de cardeal, foi eleito Papa para suceder a Nicolau V.





CAPÍTULO 148

Foi com a eleição de Calixto III que Rodrigo Borgia, o futuro Alexandre VI, entrou a serviço da Igreja.

Ele era, conforme vimos, sobrinho de Calixto III. Havia estudado Direito na Universidade de Bolonha e, depois de cerca de um ano de pontificado, seu tio nomeou- o cardeal.

Ao ser nomeado cardeal Rodrigo Borgia ainda não era sacerdote, mas naquela época não era incomum um cardeal da Igreja não ser sacerdote, já que o cardinalato considerado em si mesmo não é uma ordem sacra, os cardeais sendo pessoas nomeadas, enquanto tais, apenas para auxiliar o Papa no governo da Igreja. Embora atualmente a prática eclesiástica seja nomear cardeais apenas a pessoas constituídas em ordens sacras, ainda recentemente, logo após o Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI chegou a convidar um leigo, o filósofo católico Jacques Maritain, a aceitar o cardinalato.

Bem pouco antes de sua morte Calixto III nomeou o cardeal Borgia vice chanceler da Igreja, na época o posto mais importante na administração eclesiástica depois do próprio Papa. O cardeal Rodrigo Borgia continuaria no posto de Vice Chanceler durante os pontificados de Pio II, Paulo II, Sixto IV e Inocêncio VIII, desempenhando o cargo com rara competência. Durante o pontificado de Paulo II Rodrigo Borgia recebeu também o sacramento da Ordem.





CAPÍTULO 149

Mas se Rodrigo Borgia foi administrador habilidoso e um brilhante diplomata, o mesmo não se pode dizer de sua conduta na vida particular. O cardeal Rodrigo Borgia não era capaz de praticar a castidade.

Em 1460 Pio II, tendo tido notícia de um escândalo que o cardeal havia provocado em Siena, escreveu-lhe a seguinte mensagem, reproduzido de um texto de F. Berence:

"Querido filho,

***quando, há
quatro dias,
várias
senhoras de
Siena,
entregues às
 vaidades
mundanas, se
reuniram nos
jardins de
Gianni de
Bichis, tua
dignidade,
esquecida do
cargo que
ocupas,
demorou-se
junto delas
das sete até as
vinte e duas
horas.***

***A tua atitude
em nada
diferiu daquela
que teria sido
se
pertencesse***

**ao grupo das
jovens
mundanas.**

**Nosso
desprazer é
indizível,
porque tudo
isto traz
prejuízo não
só ao estado
sacerdotal,
mas também
ao cargo que
dele decorre.**

**Daí os
brocardos
cotidianos dos
leigos, e daí
também que,
quando
desejamos
censurá-los,
lançarem-nos
à face nossa
própria
existência e
difamar até o
Vigário de
Cristo, porque
se crê que ele
fecha os
olhos.**

**Embora leves
a mocidade de
maneira
excusa, tens
certamente
bastante idade
para
comprenderes**

***a dignidade de
teu cargo. Um
cardeal deve
ser sem
mácula, um
verdadeiro
espelho de
vida íntegra,
um modelo
para todos.***

***Se não
corrigires os
teus
costumes, ver-
nos-emos
constrangidos
a publicar que
todos estes
fatos se deram
sem o nosso
consentimento,
ou antes, com
a nossa mais
viva
desaprovação.***

***Sempre foste
por nós
querido e,
porque temos
visto que és
modelo de
seriedade e
modéstia,
cremos que
mereçais
nossa
proteção".***





CAPÍTULO 150

A existência de uma reprimenda escrita de Pio II à conduta de Rodrigo Borgia consta de diversos textos. Todavia, o próprio texto da carta pudemos somente encontrá-lo em F. Berence. Estranhamos que nela Pio II se refira ao estado sacerdotal se nesta época o cardeal Borgia ainda não era sacerdote. Todavia o fato é que esta carta, qualquer que tenha sido o seu conteúdo, foi um choque para o cardeal.

Prometeu sinceramente corrigir-se e levar, para o futuro, uma vida exemplar como deveria ser a do principal entre os cardeais.

Mas é possível que, quatro anos mais tarde, o velho homem já houvesse retomado conta do cardeal Borgia.

Pio II havia-se retirado para Ancona, para coordenar uma expedição militar contra os turcos que haviam tomado Constantinopla e ameaçavam agora invadir a Europa. Ali mesmo Pio II haveria de morrer, exausto de fadiga, quatro semanas depois.

Enquanto isso, porém, o embaixador de Mântua junto aos Estados Pontifícios, presente também em Ancona junto com Pio II, escrevia uma observação em uma carta confidencial ao seu senhor, Ludovico Gonzaga de Mântua:

***"Aqui
em
Ancona
o vice
chanceler
nunca
dorme
só em
seu
leito".***





CAPÍTULO 151

Mas se o homem velho ainda não houvesse tomado conta do cardeal Borgia no final do pontificado de Pio II, certamente apossou-se dele no de Sixto IV.

Durante o pontificado de Sixto IV Rodrigo Borgia teve quatro filhos com uma mulher romana. João foi o mais velho, César o segundo, Lucrecia e Jofre os dois últimos. Todos eles nasceram sob o pontificado de Sixto IV.

Quando do nascimento de Jofre, o último dos filhos de Rodrigo Borgia, a mãe destas crianças casou-se com um secretário da Cúria Romana e daí para a frente parece que o relacionamento físico entre ela e o cardeal tenha cessado. Mais tarde, como Papa, Alexandre VI reconheceria publicamente a paternidade sobre seus quatro filhos, já então adultos na época de seu pontificado.





CAPÍTULO 152

Quando Rodrigo Borgia foi eleito Papa, ninguém pareceu ter-se incomodado com a vida que ele havia conduzido como cardeal, e é difícil saber exatamente ao que isso se deve.

Provavelmente a época da Renascença na Itália foi tão corrompida que tais desmandos pouca impressão faziam, pois na sociedade em geral havia-os muito piores. Ademais, parece que neste caso Rodrigo Borgia soube também manter uma relativa discricção de sua vida particular enquanto cardeal.

Na verdade, bem ao contrário do que poderia parecer pela narrativa que fizemos, quando foi eleito, diz Will Durant, verificou-se que raramente uma eleição papal havia sido acolhida pelo povo com tanto entusiasmo. Os governantes da Europa aplaudiram a escolha, enviaram mensagens de esperança pelo futuro da Igreja e até mesmo de uma breve e bem sucedida reforma. Era, na verdade, a fama do cardeal como habilidoso administrador que havia se espalhado pelas cortes da Europa, de preferência à de sua vida particular.





CAPÍTULO 153

Mas, logo após a eleição, começaram as intrigas e os rumores, coisa que, conforme já tivemos a oportunidade de comentar, foi um hábito bastante arraigado durante a Renascença. Mais ainda haveria de sê-lo em se tratando de um Papa cuja vida passada fornecia suficientes motivos para tanto.

Isto já por si dificultaria muitíssimo a tarefa de compreender o que de fato se passou. Porém, além disso ocorreu também que Alexandre VI pouco se importava com o que os outros dissessem dele e não se preocupava nem em punir nem em desmentir quando se falava mal dele publicamente, mesmo em relação a fatos em que é historicamente possível demonstrar serem evidentemente falsos.

É certamente falso que, conforme se dizia, ele tenha estuprado a sua filha Lucrecia. Não é impossível, conforme também se dizia, que já Papa ele tivesse relações amorosas com uma mulher casada bem conhecida na época. Porém, neste último caso, consta também que o marido desta mulher, um membro da família Orsini, uma das mais importantes e tradicionais famílias romanas e com a qual posteriormente o Papa teve sérios atritos, bem conhecedor dos fatos, nunca se queixou de nada.

A morte de quase todos os cardeais durante o pontificado de Alexandre VI também foi atribuída a envenenamento proposital por parte do Papa e de seu filho César Borgia. No entanto, era comuníssimo durante a Renascença pensar-se em envenenamento quando da morte de uma pessoa importante em que poderia haver interesses em jogo. Ademais, não havia institutos médico legais na época para se dirimirem as dúvidas acerca da causa da morte e, para quase todas as acusações de envenenamento de cardeais existem suficientes provas positivas históricas de que tal coisa não poderia ter ocorrido.





CAPÍTULO 154

No início de seu pontificado Alexandre VI havia nomeado seu filho mais velho, João, Duque de Gandia, comandante geral das forças pontifícias. Havia nomeado também César Borgia, seu segundo filho, cardeal da Igreja, embora César, tal como o pai quando havia sido nomeado cardeal muitos anos antes, não fosse sacerdote.





CAPÍTULO 155

Foi então que, em uma quarta feira, dia 14 de junho de 1497, João, o comandante das forças do Estado Pontifício e César, seu irmão cardeal, voltavam de uma festa familiar na vinha de sua mãe nos arredores de Roma.

A uma certa altura do caminho os dois irmãos resolveram se separar e cada qual seguir o seu caminho.

César voltou para Roma. De João não se soube mais o paradeiro até que, por volta do meio dia da sexta feira dia 16 seu corpo foi encontrado por um pescador no rio Tibre, perfurado por nove golpes de faca.

João deixava um filho, que mais tarde seria o pai de São Francisco Borgia, um nobre espanhol que entraria para a Companhia de Jesus e viria a ser o terceiro Geral dos jesuítas, depois de Santo Inácio e do padre Fabro. Elevado posteriormente aos altares, redimiu pela pureza de sua vida a triste fama deixada duas gerações antes pela sua família.





CAPÍTULO 156

Mas João, o homem que agora havia sido brutalmente assassinado, era o filho primogênito e predileto de Alexandre VI.

Sua morte repentina se constituiu em um choque moral violentíssimo para o Papa. Um choque do tipo que este havia recebido anos antes quando daquela carta recebida de Pio II reprimendo-o pela sua má vida, mas agora muito mais forte.

O Pontífice trancou-se em seus aposentos e não comeu mais nada desde o fim da tarde de quinta-feira, quando já se desconfiava sobre o que teria acontecido, até o sábado à noite. O domingo que se seguiu foi passado em prantos.

Na segunda-feira, ainda em meio a abundantes lágrimas, chamou todos os cardeais à sua presença e anunciou-lhes oficialmente a morte do Duque de Gandia, seu filho.

***"Morreu
o
Duque
de
Gandia",***

disse Alexandre VI aos cardeais.

***"Sua morte
causou-nos
o mais
profundo
pesar, e não
poderíamos
ter sofrido
maior dor
do que esta,
porque o
amávamos
mais do que***

***tudo, e o
estimávamos
mais do que
o Papado ou
qualquer
outra coisa.***

***Se
tivéssemos
sete
papados,
todos os
daríamos
para termos
o Duque
novamente
vivo".***

Mas então, ao que até ali parecia ser apenas um desabafo de dor, Alexandre VI corajosamente decidiu-se a acrescentar o seguinte impressionante comunicado:

***"Este golpe, o
mais pesado
que nos
poderia ter
acontecido,
Deus no-lo
enviou talvez
por causa de
alguns de
nossos
pecados, e não
porque Ele
reservava ao
Duque uma
morte tão
cruel".***

***"Não sabemos
quem o matou,***

***nem quem o
atirou ao Tibre,
mas de nossa
parte, daqui
para a frente,
resolvemos
emendar a
nossa vida, e
com ela
reformular a
Igreja".***

***"Daqui para a
frente os
benefícios
eclesiásticos
serão
concedidos a
pessoas que os
mereçam, de
acordo como o
voto dos
cardeais".***

***"Renunciaremos
a todo e
qualquer
favorecimento
de parentes".***

***"Iniciaremos
uma reforma
completa
conosco
mesmo, e daí
prossequiremos
a todos os
níveis da Igreja,
até que toda a
obra tenha sido
realizada".***

"Decidimos,

***ademais,
nomear uma
comissão de
seis cardeais
para esboçar, o
quanto antes,
um primeiro
programa de
reforma da
Igreja".***





CAPÍTULO 157

Deus, que não permite que ocorra o mal senão com a esperança de daí tirar um bem maior, e que

***"castiga
àqueles
a quem
ama",***

**Apoc .
3,
19**

ofereceu a Alexandre VI, tal como o faz a muitos de nós, em vários momentos de nossa vida, uma segunda e excelente oportunidade de emendar a sua vida.

Alexandre VI não era um homem ruim. Ele entendeu perfeitamente a mensagem e a oportunidade que a Providência estava lhe proporcionando. Ele foi sincero e desejou emendar-se, tal como o havia sido também em 1460, quando da advertência de Pio II. Mas infelizmente, tal como ocorre tantas vezes conosco, Alexandre VI falhou novamente.

A boa semente, como diz o Evangelho, caiu entre espinhos. Ele

**"escutou a
palavra,
mas as
aflições
deste
mundo e
as
alucinações
das
riquezas a
sufocaram,
e ela não
pôde dar o
seu fruto".**

**Mt .
13 ,
22**

Trata-se de uma triste realidade que continua ocorrendo com os homens em geral até os dias de hoje, algo cuja imunidade não está incluída entre as promessas que Cristo fêz à Igreja, entre as quais Ele não deixou nenhuma prometendo santidade e salvação a nenhum Pontífice, mas apenas que, junto a eles, tudo o que pertence à essência do que Cristo confiou à Igreja para benefício dos homens até o fim dos tempos jamais poderia ser destruído. E, se estas coisas podem, portanto, acontecer com um Papa, com mais razão podem acontecer e de fato ocorrem todos os dias com todos nós.





CAPÍTULO 158

A comissão de seis cardeais para esboçar o quanto antes um programa completo de reforma da Igreja, começando pelo Papa, que havia sido apontada naquela segunda feira dia 19 de junho de 1497, reuniu-se e de fato trabalhou com grande rapidez.

Ela apresentou a Alexandre VI, diz Will Durant,

***"uma bula
de reforma
tão
excelente
que se suas
providências
tivessem se
tornado
realidade
teriam
evitado para
a Igreja
tanto a
Reforma
Protestante
como a
Contra
Reforma".***





CAPÍTULO 159

Foi então que o rei da França, Luíz XII, decidiu iniciar os preparativos para uma invasão da Itália. Naquele tempo a França era a maior potência militar da Europa. Também não era a primeira, nem seria a última vez que a França invadia a Itália naquela época, devido a interesses políticos que ela possuía tanto no Reino de Nápoles como no Ducado de Milão. Já no início do pontificado de Alexandre VI o predecessor de Luiz XII, o rei Carlos VIII de França, havia invadido a Itália, e nesta ocasião o Papa Borgia salvou a si e talvez a toda a Igreja de um novo cisma devido exclusivamente à incomum habilidade diplomática que havia adquirido durante as quase quatro décadas que havia passado na vice chancelaria da Cúria Romana.

Mas agora que se noticiavam os preparativos de uma segunda invasão o Duque de Gandia havia morrido. César Borgia, o segundo filho mais velho de Alexandre VI, pedia renúncia ao cardinalato para assumir as funções do irmão como comandante das Forças Pontifícias. Ao contrário do irmão, que havia desempenhado o cargo apenas mediocrementemente, César revelou-se um dos grandes gênios militares de seu tempo, e soube seduzir o coração do pai no sentido de uma reconstrução político-militar dos Estados Pontifícios para se conseguir o necessário suporte físico e financeiro diante de qualquer rebelião ou invasão estrangeira.

Alexandre VI caiu no laço, ao mesmo tempo em que queria iniciar a Reforma da Igreja. Os sucessos espetaculares que a genialidade do comando de César Borgia começou a obter na área político militar foram cada vez mais entusiasmando Alexandre VI. Mas para alcançar estes outros objetivos havia necessidade de dinheiro, e para se conseguir todo este dinheiro não se poderia confiar os cargos da Igreja apenas aos mais merecedores. Era necessário confiá-los também a pessoas ricas e influentes no cenário político da época. Era impossível seguir a César e à Reforma apontada pela Comissão dos seis Cardeais ao mesmo tempo. As reformas foram sendo adiadas. As reformas foram sendo esquecidas. No fim também a morte veio bater à porta de Alexandre VI.

Colhido e envolvido pela tempestade do mundo, em seu leito de morte o Pontífice talvez mal percebesse que novamente não havia cumprido o que já por duas vezes no passado havia tão decididamente prometido.





CAPÍTULO 160

Alexandre VI era, na verdade, um homem bom.

Pode-se perceber isso pelo carinho com que sua eleição ao pontificado foi recebida pelo povo romano e pelos governos da época, pelas esperanças que esta eleição havia suscitado, apesar do que depois se seguiu; pela humildade com que ele reconheceu os seus erros e pela sinceridade com que ele propôs emendar-se; pela religiosidade e pelo sentimento de piedade que de fato ele possuía.

A maioria de nós hoje também somos homens bons. Deve-se, porém, chamar a atenção destes mesmos homens de que esta não é a bondade de que fala o Evangelho.

Não é este o fogo que Jesus veio trazer sobre a terra, fogo que ele tanto desejou que se acendesse e se espalhasse entre os homens (Lc. 12, 49).

Se tudo o que conhecemos como bondade não passa disto, jamais seremos capazes de compreender por que as Sagradas Escrituras dizem que o mundo está envolto em trevas, e qual é a luz que o Evangelho diz que Jesus veio trazer aos homens (Mt. 4, 16).

Na verdade, se nossa bondade se resumir apenas a esta que quase todos nós temos, jamais entraremos no Reino dos Céus. Não é esta a bondade que Jesus veio ensinar que deve ser imitada, aquela bondade pela qual o próprio Deus é bom, e que faz a felicidade dos santos no paraíso (Mt. 6, 48). Não é esta a bondade daqueles de quem Jesus diz no Evangelho que

**"aos que o
acolheram,
deu-lhes o
poder de
se
tornarem
filhos de
Deus, os
quais não
do
sangue,
nem da
carne,
mas de
Deus
nasceram",**

Jo.
1,
12-
13

dos quais São Bento diz que

**"apoderou-
se deles o
desejo de
caminhar
para a
vida
eterna, e
por isso
lançaram-
se como
que de
assalto ao
caminho
estreito
do qual
disse o**

Senhor:

**`Estreito é
o caminho
que
conduz à
vida'".**

Regra
de
São
Bento
5,
10

À estreiteza deste caminho corresponde nos homens uma igual estreiteza de mente quando não são capazes de perceber que aquilo que usualmente é tido como bondade não é mais do que uma caricatura da bondade de que fala Jesus.





CAPÍTULO 161

No ano de 1498, o ano seguinte ao da morte do Duque de Gandia, César Borgia renunciou ao cardinalato e foi nomeado Comandante Geral das Forças do Estado Pontifício, no lugar de seu irmão falecido.

No fim deste ano dirigiu-se em missão diplomática à corte do rei de França. Um dos objetivos desta missão era obter o casamento de César Borgia com alguma dama da nobreza francesa e estabelecer uma aliança militar com o rei de França.

A missão foi coroada de êxito. César foi nomeado Duque de Valentinois na França, casou-se com Charlotte d'Albret, da corte do rei de França e conseguiu apoio político, econômico e militar do rei Luiz XII para a reconquista dos Estados Pontifícios.

A França, juntamente com a Espanha, esta última recém unificada e iniciando a colonização da também recém descoberta América, eram na época as principais potências militares da Europa. O apoio político do rei Luiz XII de França a César Borgia, agora simultaneamente nobre da corte francesa e Comandante das Forças Pontifícias, garantiria que o Ducado de Milão e a República de Veneza não interfeririam nos planos militares de César, devido ao receio que estes estados teriam de uma intervenção francesa. O apoio econômico e militar, sob a forma de dinheiro e de tropas francesas treinadas cedidas ao comando de César na Itália seria parte importante do suporte material de que ele precisava para realizar seus empreendimentos.





CAPÍTULO 162

Desta maneira, no final de 1499, Alexandre VI pôde promulgar uma bula em que elencava uma série de príncipes da região da Romanha e declarava que, por estes não pagarem os impostos devidos, por terem alcançado o poder mediante usurpação de terras, propriedades e direitos que pertenciam por lei à Igreja, e por serem de fato tiranos que haviam abusado de seus poderes e explorado o povo a eles submisso, a partir daquele momento deveriam renunciar ou ser depostos pela força.

Embora nenhum dos príncipes elencados tenha obedecido à Bula, a avaliação de Alexandre VI parece correta. Em dois livros pelo menos Maquiavel, que na época era assessor político do governo de Florença, se refere à Romanha com uma avaliação semelhante.

Em "O Príncipe" Maquiavel diz que a Romanha

***"estava
sujeita, no
geral, a
fracos
senhores,
que mais
espoliavam
do que
governavam
os seus
súditos,
dando-lhes
apenas
motivo de
desunião,
tanto que
aquela
província
estava
cheia de
latrocínios,
tumultos e***

***toda a
sorte de
violências".***

Nos "Discursos" o mesmo Maquiavel diz que a Romanha era

***"berço dos
piores
crimes, o
menor dos
quais dava
ocasião aos
governantes
para rapinas
e
assassinatos,
pois os
príncipes da
Romanha,
embora
fossem
pobres,
viviavam como
se fossem
ricos, e para
tanto eram
obrigados a
um sem
número de
crueldades.
Entre outras
mais
vergonhosas
para
extorquir
dinheiro,
faziam leis
proibindo
certos atos
dos quais
eles eram os***

***primeiros a
darem
ocasiões
para que os
súditos os
praticassem;
quando
muitos já
estavam
envolvidos
nas
violações
daquelas
leis,
passavam a
puní-los, não
pelo zelo das
leis que
havam feito,
mas para
poderem
assim
executarem
as penas
previstas
para tais
crimes".***





CAPÍTULO 163

Conforme já se esperava, nenhum dos príncipes da Romanha obedeceu às ordens dadas por Alexandre VI para que renunciassem aos seus cargos.

Foi então que César Borgia, no comando das forças pontifícias, com o apoio do Papa e do rei de França, entrou em cena. Em uma série de três campanhas militares, desde o fim de 1499 até o ano de 1503, desalojou a maior parte dos príncipes da Romanha.

César Borgia foi brilhantíssimo estrategista. Pagava regimento os seus soldados, os melhores que podia encontrar onde quer que fosse. Contratou nada menos do que Leonardo da Vinci por um período de dois anos para ser engenheiro militar chefe de suas tropas. Respeitava escrupulosamente a vida de seus combatentes. Todas as suas vitórias, uma após a outra, foram fulminantes e meticulosamente organizadas para levarem a uma vitória certa com um número de baixas da parte de seus soldados mínimo ou mesmo nulo.

César possuía também uma verdadeira obsessão pelo segredo. Não revelava a ninguém seus planos militares, nem mesmo aos seus auxiliares mais diretos, que freqüentemente só ficavam sabendo no último instante o que deveria ser feito. Em algumas de suas vitórias suas tropas, previamente divididas, partiam de locais distantes e seguiam por caminhos diferentes ignorando o destino final que somente César conhecia. Os percursos e os tempos, porém, haviam sido organizados previamente por César de modo que todos acabassem encontrando-se simultaneamente junto ao inimigo. Até alguns instantes antes da batalha, ademais, o próprio inimigo tinha a certeza de que as tropas de César estavam em algum lugar distante planejando atacar algum outro alvo. O caráter fulminante e a superioridade do ataque eram tão grandes que em alguns destes casos a única chance que o inimigo tinha era a de uma fuga desesperada sem possibilidade alguma de sequer tentar a organização de uma defesa.

Os príncipes desalojados desta ou de outra maneira eram

substituídos por governantes diretamente subordinados às ordens de César Borgia, que de fato eram muito mais justos do que os anteriores. Prova disto era que as populações destas localidades viam a César como a um libertador bem vindo e favoreciam suas vitórias com evidentes manifestações de apoio. Isto, por outro lado, não significava um caráter bondoso por parte de César. Ao contrário, esta atitude mais parecia fazer parte de seu gênio como estrategista, pois ele sabia que necessitava do apoio popular para fortalecer e prosseguir suas conquistas. À parte de coisas horríveis que se espalharam sobre sua pessoa no resto da Itália e que ele, em sua obsessão pelo segredo, tornou em sua maior parte uma tarefa impossível para os historiadores distinguirem o verdadeiro do falso, sabe-se que ele era particularmente implacável para com os traidores.





CAPÍTULO 164

Mas, seja qual for a verdade a este respeito, parece claro que havia alguma coisa excusa nas conquistas de César Borgia.

Várias vezes ele declarou que a sua missão não era a de se tornar um tirano, mas a de acabar com eles, e que ele nada mais estava fazendo do que restituir ao governo efetivo da Igreja terras que de fato lhe pertenciam.

Porém, conforme narra a historiadora Sarah Bradford,

***"em
primeiro de
maio de
1501
Alexandre
VI
promulgou
uma bula
confirmando
César
vigário
hereditário
da Igreja
não
somente da
região de
Pesaro,
mas
também da
de Fano,
que até
aquele
momento
havam
estado sob
o controle
direto da
Igreja.***

**Uma
quinzena
mais tarde
César
Borgia foi
investido
com o título
de Duque
da
Romanha, e
o Papa
enviou-lhe a
Rosa
Dourada
pelo
segundo
ano
consecutivo.**

**De fato, o
Papa havia
transferido
para o seu
filho a
senhoria
perpétua de
uma das
mais
importantes
províncias
dos
Estados
Pontifícios".**

Em seguida, a um certo momento de suas campanhas, César Borgia dispensou todos os soldados franceses pagos por Luiz XII a seu serviço. Já era capaz de combater com as suas próprias tropas.

Por volta de 1503 começaram a surgir evidências de que César Borgia estava prestes a dispensar inclusive o apoio político do

rei de França, apoio devido ao qual até então o Ducado de Milão e a República de Veneza, preocupadíssimos com a marcha dos acontecimentos, haviam no entanto se conservado em uma aparente neutralidade.

Mas, mais ainda do que isso, César Borgia deu sinais de estar preparando-se para conquistar territórios como Siena e Florença, que estavam totalmente fora dos Estados Pontifícios, e o rei de França enviou uma mensagem ao Papa Alexandre VI no sentido de que ele contivesse os projetos militares de seu filho.

Qual era a meta que tinha em mente este homem, afinal? Ninguém jamais o soube. Não é improvável, conforme Maquiavel pensava, que ele pretendesse unificar a inteira Itália sob o seu domínio. Ao contrário de Alexandre VI que, não obstante os seus defeitos, era um homem de sentimentos religiosos, César Borgia era totalmente indiferente à religião. Se tivesse conseguido realizar seus planos, o que pretenderia fazer ele com o Papado?

Trata-se de uma questão para a qual só se podem fazer conjecturas.

Jacó Burckhardt, que tem uma visão do pontificado de Alexandre VI bem mais negativa do que na realidade o foi, faz no entanto algumas considerações a este respeito que não nos parecem totalmente inverossímeis:

*"Não pode
haver
dúvidas de
que César
Borgia tinha
a intenção de
tomar posse
a qualquer
custo dos
Estados
Pontifícios, e
que se
alguém*

***pudesse ter
secularizado
os Estados
Pontifícios
este alguém
era César
Borgia, e que
ele se veria
forçado a
fazê-lo se
quisesse
alcançar
seus
objetivos. A
menos que
estejamos
muito
enganados,
esta foi a
verdadeira
razão da
simpatia com
que
Maquiavel
tratou este
grande
criminoso,
pois somente
de César ou
de mais
ninguém
poderia-se
esperar o
aniquilamento
do Papado, o
principal
obstáculo
que impedia
a unificação
italiana".***

Entretanto, o mesmo Burckhardt mais adiante acrescenta que

***"ao seguir
tais
hipóteses,
a
imaginação
se perde a
si mesma
em um
abismo".***





CAPÍTULO 165

Foi então que aconteceu, conforme César Borgia confidenciou posteriormente a seu amigo Maquiavel, a única coisa que ele jamais havia pensado, ainda que uma única vez, que poderia vir a acontecer.

Toda a obra político militar de César dependia do apoio que seu pai, como Papa, lhe dava. O que ele faria quando o Papa morresse e outro fosse eleito? César Borgia já havia pensado meticulosamente sobre este assunto e para tudo, conforme suas próprias palavras, já havia providenciado remédio, pronto para qualquer eventualidade.

No dia 12 de agosto de 1503 Alexandre VI foi assaltado por um acesso de vômitos e febre alta. Naquele mesmo dia, em seus aposentos, César Borgia foi acometido pelos mesmos sintomas. Pai e filho, cada qual em seu lugar, ficaram ao mesmo tempo entre a vida e a morte. Alguns dias depois o Papa morria, enquanto César continuava desesperadamente por vários outros lutando contra a morte.

A versão popular que se espalhou foi a de que, tendo Alexandre e César ido visitar o Cardeal Adriano, pai e filho beberam por engano o vinho envenenado que haviam destinado para o cardeal. Ficou, porém, registrada uma descrição bastante detalhada da evolução dos sintomas deste suposto envenenamento em Alexandre VI até o momento de sua morte, e os médicos do século XX que a examinaram são praticamente unânimes em afirmar que tais sintomas não podem corresponder aos efeitos dos venenos conhecidos durante a Renascença.

Não se sabe, portanto, o que aconteceu ao certo, exceto que pai e filho contraíram cada qual uma mesma doença mortal simultaneamente e, enquanto o pai falecia, o filho continuava durante dias debatendo-se entre a vida e a morte.

**"Disse-
me
depois
César
Borgia",**

reporta seu amigo Maquiavel,

**"que ele
havia
pensado
em tudo o
que
poderia
acontecer
quando
seu pai
viesse a
falecer, e
para tudo
havia
encontrado
uma
solução.
Só não
havia
previsto
que,
justamente
nesta
ocasião,
ele
próprio
também
estivesse
entre a
vida e a
morte".**

De fato, a única coisa que César pôde fazer, entre um delírio e

outro, foi ordenar ao seu comandante de confiança que invadisse o Vaticano e retirasse todo o dinheiro que nele houvesse. Seja quem viesse a ser eleito, o próximo Pontífice estaria durante algum tempo sem dinheiro disponível e ele, César Borgia, se sobrevivesse, teria uma temporária vantagem financeira e o comando das tropas pontifícias.

Fora esta ordem, executada com precisão tal como havia sido disposto por César, tudo o resto veio a ocorrer contra os seus planos.

Para o trono pontifício foi eleito o Papa Pio III, o qual, todavia, reinou apenas alguns poucos dias antes de falecer.

Logo em seguida César, ainda severamente doente, foi procurado pelo Cardeal Juliano della Rovere, sobrinho do falecido Sixto IV, em busca de seu apoio para a eleição seguinte. Juliano prometeu a César Borgia que iria confirmá-lo nos cargos de Comandante das Forças Pontifícias e Vigário Papal nos Territórios da Romanha. Prometeu também que lhe daria o apoio pontifício para a conquista do restante dos territórios que restavam e que casaria a filha de César com o seu próprio sobrinho.

O Cardeal della Rovere nunca tinha visto César com bons olhos, e isto era algo que todo o mundo sabia, inclusive o próprio César. Mas o cardeal também tinha a fama de ser um homem irrepreensível em sua palavra, fama nunca desmentida pelos fatos. Ademais, nas condições em que César estava, tudo indicava que Juliano seria eleito Papa de qualquer modo. César aceitou o acordo. Mesmo que quisesse, não poderia naquelas circunstâncias proceder de outro modo. Só lhe restava confiar que as promessas do futuro Pontífice fossem verdadeiras.





CAPÍTULO 166

O Cardeal della Rovere foi, conforme se esperava, eleito Papa, tomando para si o nome de Júlio II. Para o rumo que os fatos estavam tomando, foi uma escolha providencial. O novo Papa possuía um temperamento tão forte que nem sequer César Borgia com as suas tropas poderia intimidá-lo. Sarah Bradford, reunindo vários testemunhos da época, descreveu Júlio II como

*"um homem
que tinha a
alma de um
Imperador,
cuja
aparência era
tão imperial
como
imperioso era
o seu
temperamento.*

*Era um
homem de
temperamento
vulcânico,
que nunca
brincava e
que parecia
continuamente
absorvido em
profundos
pensamentos.
Quando ele
agia sempre o
fazia com
uma grande
energia. Era
dado a
freqüentes
explosões de
cólera e não*

**tinha
paciência de
ouvir
calmamente
qualquer
coisa que lhe
dissem
nem de
aceitar os
homens tais
como ele os
encontrava.
Ninguém
conseguia ter
qualquer tipo
de influência
sobre ele,
nem se dava
ao trabalho de
consultar
quem quer
que fosse.
Tudo o que
ele pensava à
noite tinha
que ser
executado
imediatamente
na manhã
seguinte e ele
insistia em
fazer tudo
pessoalmente.
É
praticamente
impossível
descrever a
força, a
violência e a
dificuldade
que eram
necessárias
para lidar com**

***este homem.
Tanto no
corpo como
na alma tinha
a estatura de
um gigante".***





CAPÍTULO 167

Maquiavel também escreveu de Júlio II, logo após o início de seu pontificado, que

"Ele não ama César Borgia, mas o apóia por duas razões.

Primeiro, para manter a sua palavra, da qual todos são unânimes em dizer ser ele observante.

Segundo, porque todas as forças militares da Santa Sé estão nas mãos de César, e a República de Veneza ameaça invadir os territórios pontifícios".





CAPÍTULO 168

Foi então, porém, que se deu um novo e inesperado fato.

Veneza, tal como suspeitava Maquiavel, invadiu efetivamente os territórios pontifícios, tomando algumas cidades da Romanha. O relatório apresentado diante do Papa Júlio II sobre o ocorrido chocou-o profundamente e ele, bem de acordo com o seu temperamento, tomou uma súbita decisão: César deveria passar as fortalezas chave da Romanha para o comando imediato do Papa que assumiria pessoalmente o controle das operações militares.

Mas César estava naquele dia no porto de Óstia. Dois cardeais foram enviados a toda pressa à cidade de Óstia com as ordens pontifícias. César, que estava ali esperando um vento favorável para que um navio pudesse conduzi-lo à Toscana, não avaliou corretamente o alcance da situação. Ingenuamente, recusou obedecer às ordens de Júlio II.

No dia seguinte, quando Júlio II soube da recusa de César, foi simplesmente tomado por um acesso de fúria. Diante daquela recusa considerava-se desobrigado de manter a sua palavra, Mandou aprisionar César em um castelo do qual ele não sairia enquanto não assinasse um documento renunciando aos seus cargos e ao poder político sobre a Romanha. Depois de um bom tempo de prisão César decidiu-se a assinar, para fugir em seguida para o Reino de Nápoles, onde foi preso e deportado para a Espanha, vindo a morrer ali alguns meses mais tarde em uma batalha na fronteira com a França.





CAPÍTULO 169

Pode-se perguntar por que, se César já estava preso, Júlio II fazia tanta questão que ele assinasse um documento de renúncia?

Não poderia o Pontífice simplesmente declarar a destituição de César e tomar posse da Romanha? Um documento de próprio punho atestando a renúncia de César, tal como o Papa insistia em obter, não seria nestas circunstâncias uma mera formalidade?

A resposta é que não seria uma mera formalidade. A Romanha estava repleta de tropas leais a César Borgia. Se Júlio II tentasse tomar posse da Romanha só porque César estava preso, justamente por este motivo o que provavelmente teria acontecido seria a eclosão de uma guerra civil. Mesmo a decisão de prender um homem como César Borgia naquelas circunstâncias já era uma atitude impensável para qualquer outro que não fosse um Júlio II.





CAPÍTULO 170

Os escândalos sexuais de Alexandre VI, mesmo na hipótese de terem se limitado à sua vida anterior de Cardeal, são um episódio triste na história da Igreja. Não estão em contradição, porém, com as promessas que Cristo deixou à mesma. Cristo não prometeu que os Papa em suas vidas particulares não cairiam em pecado, mas que junto a eles a sua obra na Igreja não poderia ser destruída.

Por outro lado, deve-se acrescentar também que, se bem que o fim da Renascença tivesse sido um período conturbado tanto para a Igreja como para a sociedade em geral, mesmo assim, em toda a história, em que houve até hoje quase trezentos Papas, o caso de Alexandre VI foi único.





CAPÍTULO 171

Júlio II, diz Philip Hughes,

"revelou-se rapidamente um dos mais fortes governantes da Europa. Este Papa era um diplomata de primeira classe e um bom general no campo, um organizador capaz, forte, valente, implacável e inflexível".

Retomou sob o seu comando direto a obra militar que César Borgia havia iniciado.

"Com ele os barões romanos",

continua Hughes,

***"foram
finalmente
vencidos e
os Estados
Pontifícios,
pela
primeira
vez,
ficaram
realmente
organizados
e sob a
direção
efetiva do
Papa".***

Ao contrário de seus predecessores, porém, Júlio II não delegou, nesta tarefa, nenhum cargo a nenhum parente. Rejeitou completamente o nepotismo e foi visto defender os Estados Pontifícios sem nenhuma possibilidade de engrandecer a sua própria família. Suas conquistas foram duradouras e os Estados Pontifícios permaneceram fiéis à Igreja até à revolução que culminou com a Unificação Italiana em 1870, quando a Santa Sé perdeu definitivamente todo o poder temporal.

Foi Júlio II quem confiou a Miguelângelo e a Bramante a construção da Basílica de São Pedro, idealizada desde os tempos de Nicolau V, mas cujas obras ainda não haviam podido se iniciar. Foi também na época de Júlio II que Miguelângelo pintou no teto da Capela Sixtina o Juízo Final.

Júlio II foi quem convocou, ademais, o Quinto Concílio de Latrão para a Reforma da Igreja o qual, conforme já vimos, não alcançaria ainda os resultados que se almejava.





CAPÍTULO 172

Júlio II foi sucedido no trono pontifício pelo Papa Leão X, aquele menino de treze anos da família dos Medicis, governantes de Florença, que Inocêncio VIII havia feito cardeal.

Após receber o cardinalato sua família proporcionou-lhe uma educação digna de um príncipe e do cargo de cardeal que ele deveria assumir. Tornou-se um homem instruído, amável e muito alegre. Agora, quando com quase quarenta anos era eleito Papa, uma das primeiras medidas que tomou foi a promulgação de um edito contendo disposições para profundas reformas na Igreja.

Novamente, porém, apenas a letra da lei não viria a ser suficiente. Agora que os Estados Pontifícios, graças a Júlio II, gozavam de uma boa e estável ordem política, seria necessária ainda a mesma têmpera de Júlio II para fazer valer as disposições do edito, e a amabilidade de Leão X revelou-se insuficiente para tanto.

Assistiu-se mais uma vez, deste modo, a outro projeto de reforma da Igreja que não conduziria aos resultados que eram anunciados.





CAPÍTULO 173

Foi durante o pontificado de Leão X que se iniciou, na Alemanha, por intermédio do monge agostiniano Martinho Lutero, a Reforma Protestante. A Reforma Protestante, por sua vez, alguns pontificados mais adiante acabou provocando a convocação do Concílio de Trento que foi aquele que apresentou finalmente uma resposta eficiente ao problema da reforma da Igreja, problema cuja urgência tinha-se agravado dramaticamente durante o final da Renascença.

O Concílio de Trento durou dezoito anos e atravessou quatro pontificados, tratando da reforma da Igreja em geral. A reforma da Cúria Romana, porém, foi obra pessoal do Papa Paulo IV que, julgando que o Concílio de Trento novamente não produziria os resultados esperados, interrompeu-o durante todo o seu pontificado e passou a reformar a Igreja por sua própria iniciativa.

Embora Paulo IV tivesse se enganado quanto aos efeitos futuros do Concílio de Trento, as conseqüências práticas imediatas que resultaram deste seu julgamento foram altamente benéficas para a Igreja.

A este respeito, porém, passamos inteiramente a palavra ao historiador Philip Hughes.





CAPÍTULO 174

O conclave realizado em 1555, narra Hughes,

"trouxe para o trono papal um velhinho de 79 anos que havia sido fundador da ordem religiosa dos Teatinos, João Pedro Carafa, o Papa Paulo IV.

O seu breve pontificado de quatro anos estendeu-se à feição de uma grande barreira.

Foi por seu intermédio que afinal conseguiu-se expulsar do Papado o paganismo da Renascença, e que se rompeu a última ligação do secularismo com aquele alto cargo.

Seu reinado assinalou o fim daquela mistura com as coisas mundanas que tanto havia

***empanado o
brilho de outros
Papas.***

***Se a Roma papal
traz hoje, e o tem
trazido durante
séculos, algo da
aparência de um
mosteiro, se os
Papas modernos,
quaisquer que
sejam as suas
faltas como
indivíduos ou
como Papas, têm
vivido,
primeiramente,
como
sacerdotes, em
um ambiente de
oração e de
decoro religioso,
tal restauração é
devida em
grande parte a
Paulo IV.***

***Ele rompeu, para
sempre, com a
simples violência
de sua ira, toda
aquela tradição
em que as coisas
mundanas no
alto clero eram
consideradas
como que no rol
de um sistema
muito natural. A
sua violência
estampou tão
profundamente***

***um padrão de
vida austero no
material das
coisas que nem
mesmo os seus
oponentes,
inclinados para
uma conduta
mundana,
ousaram-no
destruir quando
surgiu a
inevitável reação.***

***Sua carreira
havia começado
nos tempos de
Alexandre VI. Foi
durante muito
tempo núncio
apostólico na
Inglaterra e
depois, por um
período maior, na
Espanha.
Posteriormente
foi também
arcebispo de
Nápoles, cargo
ao qual
renunciou para
fundar, algum
tempo depois,
juntamente com
São Caetano,
uma ordem
religiosa.***

***Como simples
religioso
trabalhou muitos
anos nas partes
pobres de Roma***

**e Veneza,
pregando,
catequizando e
ministrando os
Sacramentos.**

**Foi o Papa Paulo
III, aquele que
por primeiro
convocou o
Concílio de
Trento, quem
decidiu nomeá-lo
cardeal.**

**Jamais houve um
homem de tão
férrea vontade,
firmeza e, é
preciso
acrescentar, de
espírito
intolerante. Para
ele, ter tato
significava
traição.**

**Este vigoroso
reformador não
reuniu o Concílio
de Trento que já
dois Pontífices
antes dele
havam
conduzido. Ele
julgava que eram
inúteis os
métodos
utilizados pelo
Concílio. Tinha
outros métodos.
Quando Cardeal
não havia**

***vacilado reprovar
aos próprios
Papas o que
havia de
mundano na vida
que levavam.
Com ele como
Pontífice
começaram a
aparecer não leis
novas,***

***- já havia
bastante leis,
havia declarado
ele -,***

mas ordens.

***Cessou com as
dispensas pela
falta da idade
necessária para
os que haviam
sido eleitos
bispos e tornou
nulas as vendas
das propriedades
da Igreja, sobre o
que fez severa
preleção aos
Cardeais logo
nas primeiras
semanas de seu
pontificado.***

***Começou a haver
a maior
severidade na
escolha dos
bispos a serem
nomeados. Num
só dia o Papa***

***rejeitou todos os
que haviam sido
propostos, num
total de
cinquenta e oito.***

***Paulo IV atendeu
à antiga queixa
contra os
religiosos que
deixavam sua
ordem para
buscarem outro
emprego clerical.
Expediu um
drástico decreto
pelo qual os
intimava a voltar
para os seus
mosteiros sob
pena de
suspensão
imediate. A
própria Roma foi
cenário da
incursão destes
elementos, mas
estes infelizes
foram presos às
dezenas. A sua
categoria ou
ofício não os
salvou; alguns
foram para a
prisão, outros
foram para as
galeras.***

***Os bispos
receberam ordem
de renunciar a
todas as rendas
que não se***

**relacionassem
diretamente com
o governo de
suas dioceses, e
foram postos em
execução novos
decretos que os
obrigavam a
viver nelas.**

**Descobriu-se que
viviam em Roma
nada menos do
que cento e treze
bispos
diocesanos, os
quais não deram
atenção à
primeira ordem
de seguirem para
as suas
jurisdições. Foi
dada uma
segunda, sob
pena de
deposição e
castigo, para
todo e qualquer
monge errante,
caso não
obedecesse à
ordem em menos
de um mês. Dali
a seis semanas
todos os bispos
havia partido.**

**Se os bispos se
portavam mal,
eram tratados
com mais
severidade. Um
deles, o bispo de
Polignano, foi**

***condenado à
prisão perpétua
com o castigo
adicional de
passar três
meses por ano a
pão e água.***

***Reviu-se todo o
lado financeiro
das nomeações.***

***O fato de ter
imediatamente
perdido com isto
dois terços das
rendas da Santa
Sé nada
significou para
ele e não deteve
por isto a sua
ação. Recusou
peremptoriamente
dar atenção aos
desejos dos
príncipes
católicos em
todas as
nomeações que
fazia.***

***Comunicou a
todos os
cardeais, mesmo
àqueles que
tinham sido os
responsáveis
pela sua eleição,
que não havia
nenhum deles
em quem
pudesse confiar.
Ademais, exigiu
de todos uma***

***lista contendo
uma declaração
dos rendimentos
que recebiam, de
posse da qual
cortou-lhes a
maior parte dos
mesmos.***

***O povo romano,
com o tácito
consentimento
das autoridades,
insultava a obra
daquele ancião
em seu leito de
morte; mas ele
estabeleceu tão
firmemente as
leis de um novo
modo de vida
que multidão
alguma ousou
mais derrubá-la".***





CAPÍTULO 175

Paulo IV foi chamado em vida de Papa louco. Roma celebrou sua morte com quatro dias de festa, durante a qual as multidões incendiaram edifícios da Igreja, queimaram documentos, libertaram presos e derrubaram sua estátua que foi arrastada pelas ruas da cidade e jogada no rio Tibre. Mas este homem poderia ter replicado, diz Will Durant,

"que somente um homem com esta inflexível austeridade e coragem poderia ter reformado os abusos que haviam se introduzido na Igreja durante o Renascimento e que, neste empreendimento, ele obteve finalmente sucesso onde seus predecessores haviam falhado".

Seu sucessor Pio IV encontrou um novo ambiente dentro da Igreja. Reconvocando o Concílio de Trento interrompido, conduziu-o, desta vez, a um feliz termo.





CAPÍTULO 176

A narrativa de fatos como estes tem parecido chocante a não poucas pessoas.

Como é possível, perguntam elas, que uma instituição como a Igreja tenha se envolvido tão profundamente com o espírito da Renascença a ponto de se verificarem tais abusos? Onde está a presença de Cristo que prometeu nela permanecer até o fim dos tempos? Como é evidente o quanto ela afundou quando se ouve a narrativa de como Paulo IV teve que agir para corrigir o estado em que se encontrava!

Tais fatos são uma verdade histórica. A Igreja, realmente, durante aproximadamente duzentos anos, conforme vimos, sofreu as primeiras influências do Renascimento assim como a sociedade dos homens em geral. Tentou em seguida tomar o controle do movimento, para sucumbir logo em seguida ante o peso do mesmo. Mas, duzentos anos mais tarde, ela conseguiu finalmente romper em definitivo com os laços que a prendiam. Ademais, pode-se observar que, durante todo o processo, muitas das pessoas mais envolvidas no mesmo conservavam nitidamente como ponto de referência a visão de como deveria ser a Igreja tal como Cristo a queria. Não apenas Paulo IV o sabia. Sabiam-no Leão X, Sixto IV e até mesmo Alexandre VI, e muitíssimos outros o sabiam, e o sabiam claramente. Dentro da Igreja tombada, em seu interior, permanecia viva a Igreja pura. No fim, após dois séculos, foi esta que acabou prevalecendo. Na verdade, ela esteve ali o tempo todo.

O que é verdadeiramente chocante é que este processo que ocorreu na Igreja ocorreu também com o restante da sociedade humana, mas no caso da sociedade humana em geral nada se fez para tentar controlá-lo. Ao contrário, o que houve foi uma capitulação imediata, acompanhada de uma destruição progressiva das referências necessárias para uma possível recuperação. Ao contrário da Igreja, a sociedade em geral sucumbiu sem luta.

Enquanto a Igreja finalmente triunfava, o resto da sociedade dava prosseguimento ao processo iniciado pela Renascença

desenvolvendo, ao longo dos cinco séculos seguintes, tudo o que o Renascimento continha em germens, tudo isto sem protestos e freqüentemente sob aplausos, até que tudo passou a ser considerado normal, tão normal que parece o que há de mais inverossímil dizer-se que a sociedade em geral está mergulhada em um processo semelhante àquele que envolveu a Igreja entre 1350 e 1550, só que de proporções gigantescamente maiores e acompanhada, ademais, de uma perda geral de referências, de tal modo que nada de sério parece estar acontecendo.

Nas próximas partes desta Introdução Histórica abordaremos muito do que diz respeito a este problema e veremos, mais adiante, como foi por causa dele que foi convocado o Concílio Vaticano II.

Na verdade, trata-se do mais complexo de todos os problemas até hoje enfrentados por um Concílio Ecumênico.





CAPÍTULO 177

Mas, dizíamos, com Paulo IV e com o Concílio de Trento conseguiu-se expulsar do Papado o paganismo renascentista.

Muita coisa, porém, restou desta época até os dias de hoje.

Ficou a Biblioteca Vaticana, ficaram as obras de arte então produzidas. Ficou também a imponente arquitetura renascentista, da qual o mais famoso exemplo é a própria Basílica de São Pedro no Vaticano.

A idéia inicial, devida a Nicolau V, era com tudo isto dar proteção física à pessoa do Soberano Pontífice e um aspecto de respeitabilidade da Santa Sé como centro da Igreja Universal.

De fato, em grande parte este objetivo foi alcançado mas, ao mesmo tempo, aquelas obras de arte e aquele conjunto arquitetônico produzido entre 1450 e 1550, que existem até hoje, acabaram produzindo, no homem do século XX, uma falsa impressão de algo que na realidade não existe.

As pessoas que visitam o Vaticano e admiram a imponência daquelas construções renascentistas são levadas a crer que, por trás daquela magnificência, correm rios inimagináveis de ouro e de riquezas.

Na verdade tais riquezas não existem ou, melhor dizendo, nada mais são do que o estilo majestoso da arquitetura e da arte produzida em Roma naqueles cem anos que há muito já se foram. O dinheiro que corre por trás daquelas construções é, na realidade, algo de irrisório quando comparado com a imponência dos edifícios.

Em 1988, um dado que temos em mãos, o orçamento do Vaticano foi de 50 milhões de dólares por um ano. É verdade que este foi um dos orçamentos mais baixos dos últimos anos, mas os demais não foram muito maiores do que este.

Quanto significa esta quantia?

Para se ter uma idéia, 50 milhões de dólares naquele ano era o dobro do que o campeão de pugilismo Mike Tyson havia ganho naquele mesmo ano. Era seis vezes o salário que o campeão de automobilismo Ayrton Senna havia ganho em 1988. Era a metade do que a McLaren havia gasto em 1988 com equipe e materiais para manter o automóvel de Ayrton Senna correndo durante o ano de 1988. Cinqüenta milhões de dólares foi o custo de uma hora de permanência no deserto das tropas norte americanas estacionadas na Arábia Saudita em fins de 1990, enquanto aguardavam o momento para invadir o Kuwait que havia sido recém anexado pelo Iraque. E, um dado mais palpável para os brasileiros, assombrados pelo volume da dívida externa do Brasil, para pagar a dívida externa brasileira à razão de prestações de cinqüenta milhões de dólares ao ano, sem considerar os juros, seriam necessários em 1988 um total de dez mil anos, mais de vinte vezes a história do Brasil e aproximadamente o dobro da história conhecida da humanidade. A não ser que o pagamento destas prestações tivesse se iniciado num período bastante remoto da pré história, ainda não teríamos terminado de pagar esta dívida.

E no entanto, com estes cinqüenta milhões de dólares a Santa Sé paga os custos de toda a sua administração de um Estado moderno, custos que só podem ser mantidos porque muitos dos seus funcionários mais graduados são eclesiásticos que pelos seus serviços ou não cobram honorários, ou os cobram apenas simbolicamente. Com estes cinqüenta milhões de dólares a Santa Sé sustenta, adicionalmente, um sem número de Prelazias, isto é, Dioceses situadas em lugares como a Floresta Amazônica, o Interior da África, muitas regiões da Ásia, localidades extremamente pobres em que os bispos e sacerdotes não poderiam sustentar-se apenas com as ofertas dos fiéis.

A Santa Sé é um dos Estados mais pobres e eficientes do mundo.

São Paulo, 7 de novembro de 1991

